MILTON SANTOS
MARIA ADÉLIA A. DE SOUZA
MARIA LAURA SILVEIRA
organizadores

4.ª edição

TERRITÓRIO
Globalização e Fragmentação

EDITORA HUCITEC ▪ ANPUR

Aldo Paviani □ Ana Clara Torres Ribeiro □ Ana Fani Alessandri Carlos □ Armando Corrêa da Silva □ Daniel Hiernaux Nicolás □ Delfina Trinca Fighera □ Edward W. Soja □ Francisco Sérgio Bernardes □ Georges Benko □ Gervásio Rodrigo Neves □ Helena Kohn Cordeiro □ Henrique Rattner □ Jacques Levy □ Joaquín Bosque Maurel □ Lucrécia D'Alessio Ferrara □ Manuel Correia de Andrade □ Maria Adélia A. de Souza □ Maria Laura Silveira □ Mauro Santayana □ Milton Santos □ Mónica Arroyo □ Octavio Ianni □ Pablo José Ciccolella □ Pedro P. Geiger □ Perla Brígida Zusman □ Roberto Bustos Cara □ Roberto Lobato Corrêa □ Roberto Monte-Mór □ Sandra Lencioni □ Sueli Ramos Schiffer □ Theotonio dos Santos

ISBN 85-271-0273-0

9 788852

EDITORA HUCITEC ▪ ANP

GEOGRAFIA: TEORIA E REALIDADE

TÍTULOS EM CATÁLOGO

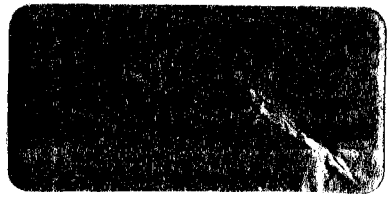
Por uma Geografia Nova, Milton Santos
Propósitos e Natureza da Geografia, Richard Hartshorne
O Espaço Fora do Lugar, Armando Corrêa da Silva
O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo, Milton Santos
Manual de Geografia Urbana, Milton Santos
Novos Rumos da Geografia Brasileira, Milton Santos (org.)
Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo, Pierre Monbeig
Ilha de Calor nas Metrópoles: o Exemplo de São Paulo, Magda Adelaide Lombardo
A Gênese da Geografia Moderna, Antônio Carlos Robert Moraes
Geagrafia Política e Geopolítica, Wanderley Messias da Costa
Sofismas Nucleares: o Jogo das Trapaças na Política Nuclear do País, Paulo Marques
Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil, Liana Maria F. Carleial e Maria Regina Nabuco (orgs.)
O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização, Milton Santos et alii
O Novo Mapa do Mundo: Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica, Maria Adélia A. de Souza et alii
O Novo Mapa do Mundo: Globalização e Espaço Latino-Americano, Francisco Capuano Scarlato et alii
O Novo Mapa do Mundo: Problemas Geográficos de Um Mundo Novo, Alberto Sugo et alii
Destruição ou Desconstrução?, Maria Angela Faggin Pereira Leite
O Desafio Ecológico: Utopia e Realidade, Manuel Correia de Andrade
Crítica do Discurso Geográfico, Marcelo Escolar
Território: Globalização e Fragmentação, Milton Santos et al (orgs.)
Geografia e Meio Ambiente no Brasil, Antônio Christofoletti, Bertha K. Becker, Fany R. Davidovich e Pedro P. Geiger (orgs.)
A Questão do Território no Brasil, Manuel Correia de Andrade
Turismo. Espaço, Paisagem e Cultura, Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos & Rita de Cássia Ariza da Cruz
Turismo. Impactos Socioambientais, Amalia Ines Geraiges de Lemos (org.)
Turismo e Geografia. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais, Adyr A. B. Rodrigues (org.)
Gestão Racional da Natureza, Delmar Bressan
Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI, Paul Benko
O Mito Moderno da Natureza Intocada, Antonio Carlos Diegues
O Lugar no/do Mundo, Ana Fani Alessandri Carlos
MST. Formação e Territorialização, Bernardo Mançano Fernandes
Sistemas de Informação Geográfica (Dicionário Ilustrado), Amandio Luís de Almeida Teixeira & Antonio Christofoletti (orgs.)
Turismo e Espaço: Rumo a um Conhecimento Transdisciplinar, Adyr Balastreri Rodrigues
Turismo e Desenvolvimento Local, Adyr Balastreri Rodrigues (org.)
Turismo e Ambiente. Reflexões e Propostas, Adyr Balastreri Rodrigues (org.)
Turismo Modernidade Globalização, Adyr Balastreri Rodrigues (org.)
Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário, Antonio Carlos Diegues

Série "Linha de Frente"

Geagrafia: Pequena História Crítica, Antônio Carlos Robert Moraes
Geografia Crítica: a Valorização do Espaço, Antônio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa
De quem é o Pedaço? (Espaço e Cultura), Armando Corrêa da Silva
Ideologias Geográficas, Antônio Carlos Robert Moraes
As Metamorfoses do Espaço Habitado, Milton Santos
Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científica Informacional, Milton Santos
Meio Ambiente e Ciências Humanas, Antonio Carlos Robert Moraes

TERRITÓRIO

GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO



MILTON SANTOS
MARIA ADÉLIA A. DE SOUZA
MARIA LAURA SILVEIRA
ORGANIZADORES

TERRITÓRIO

GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO

QUARTA EDIÇÃO

CEFET/SP - BIBLIOTECA
Nº do Tombo : 0017194
Data do Tombo:05/02/1999
17194

EDITORA HUCITEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
São Paulo, 1998

© 1994, Direitos de publicação reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda., Rua Gil Eanes, 713 - 04601-042 São Paulo, Brasil. Telefones: (011)240-9318, 543-0653. Vendas: (011)530-4532. Fac-símile: (011) 530-5938.

ISBN 85-271.0273-0
Foi feito o depósito legal.

Co-edição com a
ANPUR
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa
em Planejamento Urbano e Regional
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - 05508 São Paulo, SP Brasil
Caixa Postal 8105 — Telefone: (011)210-0217

A publicação deste livro contou com o apoio de

FINEP	Financiadora de Projetos da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação
USP	Universidade de São Paulo

Agradecimentos

Os ensaios que formam este livro constituem a versão original ou ligeiramente modificada de alguns dos textos apresentados durante o Seminário Internacional "Território: Globalização e Fragmentação", realizado de 28 a 30 de abril de 1993, organizado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional e pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Essa reunião não teria sido possível sem a colaboração financeira das seguintes instituições:

FAPESP — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo;

FINEP — Financiadora de Projetos da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, que também está contribuindo para esta publicação;

CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República;

CAPES — Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação;

USP — Universidade de São Paulo.

Sumário

Agradecimentos 7

Prefácio 11
O retorno do território, *Milton Santos* 15
Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação, *Maria Adélia A. de Souza* 21
Globalização e regionalização da Europa dos estados à Europa das regiões. O caso da Espanha, *Joaquín Bosque Maurel* 29

TRANSNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA, DA INFORMAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA COESÃO NACIONAL
Do mundo como imagem à imagem do mundo, *Lucrécia D'Alessio Ferrara* 45
Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX, *Georges Benko* 51
A globalização reforça as particularidades, *Theotonio dos Santos* 72
Nação: província da sociedade global?, *Octavio Ianni* 77
Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização?, *Daniel Hiernaux Nicolás* 85
Globalização e projeto nacional, *Henrique Rattner* 102
Estado e território. Suas relações e a globalização, *Delfina Trinca Fighera* 108
A globalização da economia e o território nacional. Indagações prospectivas, *Sueli Ramos Schiffer* 116
Globalização, funcionamento técnico e funcionamento político na rede urbana argentina e nordpatagônica, *María Laura Silveira* 125

METRÓPOLES E METROPOLIZAÇÃO. AS NOVAS LÓGICAS DO POVOAMENTO
Metrópole e fragmentação: novos rumos na análise da modernização, *Ana Clara Torres Ribeiro* 143

O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos E.U.A.: virando Los Angeles pelo avesso, *Edward W. Soja* 154
Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental, *Roberto Monte-Mór* 169
A lógica da periferização em áreas metropolitanas, *Aldo Paviani* 182
A natureza do espaço fragmentado, *Ana Fani Alessandri Carlos* 191
Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada, *Sandra Lencioni* 198

TERRITORIALIDADES, DESTERRITORIALIDADES, NOVAS TERRITORIALIDADES: OS LIMITES DO PODER NACIONAL E DO PODER LOCAL
Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local, *Manuel Correia de Andrade* 213
Entre sociedade civil e sociedade política, *Jacques Levy* 221
Des-territorialização e espacialização, *Pedro P. Geiger* 233
Geografia de lugar nenhum ou hiperglobalização. Breve exame do mundo pós-moderno, *Georges Benko* 247
Territorialidade e corporação: um exemplo, *Roberto Lobato Corrêa* 251
O território da consciência e a consciência do território, *Armando Corrêa da Silva* 257
Territorialidade e identidade regional no sul da Província de Buenos Aires, *Roberto Bustos Cara* 261
Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas), *Gervásio Rodrigo Neves* 270
O espaço aéreo favorece a desterritorialidade?, *Helena Kohn Cordeiro* e *Francisco Sérgio Bernardes* 283
Desconstrução/reconstrução do território no âmbito dos processos de globalização e integração. Os casos do Mercosul e do Corredor Andino, *Pablo José Ciccolella* 296
Mercosul: discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias, *Mónica Arroyo* 308
Aceleração e transformações espaciais. Os geógrafos dos anos 30, perplexos, buscam conceitualizar o Brasil e o mundo, *Perla Brígida Zusman* 315
O século XXI e o desafio das etnias, *Mauro Santayana* 321

Autores 331

Prefácio

MILTON SANTOS
MARIA ADÉLIA DE SOUZA
MARIA LAURA SILVEIRA

Nos dias da globalização, um esforço de repensar o território. Por quê? Qual o valor desse debate? Em face das premissas que afirmam a imaterialidade como dado fundamental da fluidez de nosso tempo, a fragmentação como única nova realidade do território, a redução do espaço ao tempo — recusando assim a compreensão do espaço como empiricização do tempo e recriando uma dualidade que, por vezes, acreditávamos ultrapassada —, impõe-se a necessidade de abordar esse objeto de nossa preocupação.

No processo de transnacionalização, o território retorna como uma revanche, mas exprimindo o conflito entre o global e o local e, por isso, possibilita reconhecer novos recortes: as horizontalidades e as verticalidades, o espaço banal e o espaço das redes (Milton Santos). Estaríamos hoje perante uma dialética do território (Milton Santos), das geografias da desigualdade produzidas pelo sistema-mundo, as quais permitem ver o território como dimensão histórica do processo de globalização e fragmentação (Maria Adélia de Souza). O processo de globalização tem vários matizes, e um deles é, no caso europeu, a revitalização da região como unidade geográfica (Joaquín Bosque Maurel).

Globalização? Espaço global? E ao mesmo tempo a tendênica à fragmentação. Mas que fragmentação? Uma das manifestações é a relevância do local, mas o local é uma fragmentação em sentido próprio e não apenas figurado, é a ruptura de laços político-territoriais, com a ambição de criar novas fronteiras e novos Estados. Na verdade, ainda que a evolução não leve a conseqüências políticas, uma nova regionalização parece se impor quase a todas as áreas.

Como a globalização introduz novas escalas produtivas — tanto para a

indústria, quanto para os serviços correspondentes — deparamo-nos com uma tendência a reagrupamentos nacionais. Por isso, é fundamental discutir os projetos de integração, suas novidades e suas falácias (Mónica Arroyo), assim como o processo de desconstrução e reconstrução territorial notadamente privado e privatizador, resultante dessa integração entre nações (Pablo Ciccolella).

O processo de globalização cria uma sociedade mundial complexa em redes sobre territórios, porém sem uma função política, sem atingir o *status* de uma sociedade política (Jacques Levy). As novas lógicas globalizantes presidem as ações das firmas industriais e da formação de cidades globais (Georges Benko), ao mesmo tempo em que exigem reconhecer diversos níveis de análise na economia e no território (Theotonio dos Santos, Georges Benko), sem esquecer nesse todo a irredutibilidade do local (Theotonio dos Santos).

Em face desses dados da globalização, no espaço nacional assistimos a um enfraquecimento do papel do Estado, seja visto como réquiem para o Estado-nação (Octavio Ianni), seja como estratégias nacionais debilitadas ou complicação das decisões soberanas (Henrique Rattner). De toda maneira, estaríamos diante da exigência de mudanças político-territoriais no Estado-nação (Delfina Trinca) e dos processos de localização industrial (Sueli Ramos), ao passo que uma re-hierarquização das regiões e cidades impõe uma mudança de funções da cidade regional (María Laura Silveira).

Surgem novos papéis para as metrópoles e novos problemas de urbanização. Uma recente reestruturação geográfica da metrópole revela a fase pós-moderna da urbanização. Esta nova realidade, produzindo uma exópole como no caso de Los Angeles, nos convida a abandonar a divisão binária centro-periferia e a compreender a metrópole regional e globalmente (Edward Soja). As redes que integram as cidades e espaços regionais em malhas mundiais (Roberto Monte-Mór) também refletem a homogeneização do espaço urbano e a fragmentação do solo urbano (Ana Fani Alessandri Carlos). Variadas questões de trabalho e emprego nas metrópoles (Aldo Paviani) e o reforçamento da metropolização graças à concentração da gestão e da informação (Sandra Lencioni) foram também assuntos abordados.

As transformações atuais do espaço parecem reformular as relações de territorialidade (Manuel Correia de Andrade) na dimensão da consciência do território (Armando Corrêa da Silva) e da identidade (Roberto Bustos Cara). Uma aproximação histórica nos permitiria entender em que forma outros momentos de aceleração da modernização exigiriam novos conceitos e visões do mundo (Perla Zusman). Esse debate é aprofundado à luz da

noção de escalas (Manuel Correia, Gervásio Neves), a qual nos conduz à relação de poder incluída no território (Pedro Geiger) e, por conseguinte, à consideração dos agentes e dos sistemas de ações responsáveis pelas novas territorialidades, como no caso da firma Souza Cruz (Roberto Lobato Corrêa), da Província de Buenos Aires na Argentina (Roberto Bustos) e da reestruturação do sistema aeroviário brasileiro (Helena Kohn Cordeiro e Francisco Bernardes).

A busca de um entendimento do território atual significa, entre outros aspectos, a produção de um imaginário que se torna globalizante (Lucrécia D'Alessio Ferrara), a elaboração de concepções filosóficas e empíricas em relação à apropriação social do território e à necessidade de incluir o tempo nas análises da modernidade (Daniel Hiernaux Nicolás), identificando assim interesses, grupos e correntes intelectuais nos processos de transformação (Ana Clara Torres Ribeiro). Por fim, a aceleração das tendências globalizantes nos levaria a uma geografia de lugar nenhum, uma espécie de reino da pós-modernidade (Georges Benko), ao mesmo tempo que introduz uma nova cunha para as etnias, isto é, a miséria, fortalecendo a tensão entre a aldeia global e as minorias (Mauro Santayana).

O território, globalização e fragmentação... uma reflexão em aberto. Este livro intenta mostrar um momento do debate a partir da oportunidade criada pela ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional) no âmbito do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, por ocasião de um seminário realizado entre os dias 28 e 30 de abril de 1993. Desse modo, a Universidade, mais uma vez, reafirma sua vocação como lugar de reflexão e de discussão.

O retorno do território

MILTON SANTOS

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.

Em uma palavra: caminhamos, ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão hoje global: a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território. Nesse longo caminho, o Estado-Nação foi um marco, um divisor de águas, entronizando uma noção jurídico-política do território, derivada do conhecimento e da conquista do mundo, desde o Estado Moderno e o Século das Luzes à era da valorização dos recursos chamados naturais.

Hoje, a natureza é histórica... inclusive o chamado "meio ambiente". Seu valor "local" é relativo, ou, em todo caso, relativizado.

Antes, era o Estado, afinal, que definia os lugares — de Colbert a Golbery — dois nomes paradigmáticos da subordinação eficaz do Território ao Estado. O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território.

Mas, assim como antes tudo não era, digamos assim, território "estatizado", hoje tudo não é estritamente "transnacionalizado". Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes. Daí essa metáfora do retorno.

Mais uma vez, devemos insistir na relevância, hoje, do papel da ciência, da tecnologia e da informação. Tratando de território, não basta falar de mundialização ou globalização, se desejamos aprofundar o processo de conhecimento desse aspecto da realidade total.

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas.

É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. A partir disso, devemos retomar de François Perroux a idéia, que ele legou aos geógrafos e solicitou que fosse testada no Brasil por um dos seus discípulos, Jacques Boudeville, de espaço banal. A idéia de espaço banal, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição à noção que atualmente ganha terreno nas disciplinas territoriais: a noção de rede.

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas.

Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares.

Na realidade, esse acontecer solidário se apresenta sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico.

O acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada e levam os comportamentos a uma racionalidade presidida por essa mesma informação que cria uma similitude de atividades, gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área assim definida. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, conseqüência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Finalmente, o acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem à produção de um sentido, impresso à vida dos homens e à vida do espaço.

Em todos os casos, a informação joga um papel parecido àquele que no passado remoto era destinado à energia. Antigamente, sobretudo antes da existência humana, o que reunia as diferentes porções de um território era a energia, oriunda dos próprios processos naturais. Ao longo da história é a informação que vai ganhando essa função, para ser hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território.

No caso do acontecer homólogo e do acontecer complementar, isto é, nas áreas de produção homóloga no campo ou de produção homóloga na cidade, o território atual é marcado por um cotidiano compartido mediante regras que são formuladas ou reformuladas localmente. Trata-se, nesse caso, do uso de informação que tende a se generalizar. Quanto ao acontecer hierárquico trata-se, ao contrário, de um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder. No acontecer homólogo e no acontecer complementar, temos o domínio de forças que são localmente centrípetas, enquanto no acontecer hierárquico o domínio é de forças centrífugas. Há, sem dúvida, um centripetismo, neste último caso, mas é um centripetismo do outro.

Na primeira e na segunda hipóteses, temos a primazia das formas com a relevância das técnicas, já que estas de mais em mais produzem as formas utilizadas. No caso do acontecer hierárquico, temos a primazia das normas, não mais com a relevância da técnica, mas da política.

Afirma-se, ainda mais, a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território já que usado o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética se afirma mediante um controle "local" da parcela "técnica" da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Este comando se baseia na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma, na sua densidade

funcional a que podemos igualmente chamar densidade informacional. Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e os seus "relais" nos territórios diversos. O resultado é a aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens, do qual um componente é a enorme mobilidade atual das pessoas: aquela máxima do direito romano, *ubi pedis ibi patria* (onde estão os pés aí está a pátria), hoje perde ou muda seu significado. Por isso também o direito local e o direito internacional estão se transformando, para reconhecer naqueles que não nasceram num lugar o direito de também intervir na vida política desse lugar.

Há que refletir sobre o conflito entre, de um lado, o ato de produzir e de viver, função do processo direto da produção e as formas de regulação ligadas às outras instâncias da produção. Por isso, em nosso tempo, renova-se a importância do fator trabalho, condicionado pela configuração técnica do território no campo e na cidade, e que está ligado ao processo imediato da produção e os resultados auferidos desse trabalho, cujo valor é ditado por relações mais distantes. Essa nova geografia do trabalho é um dado importante no entendimento da sociedade atual.

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. Daí o interesse de retomar a noção de espaço banal, isto é, o território de todos, freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos; e de contrapor essa noção à noção de redes, isto é, o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns. Contrapõem-se, assim, o território todo e algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes. Mas, quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normatiza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, fazem parte do governo mundial, que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial.

Quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das idéias, inclusive a ciência e a informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado. O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses

braços — democracia de mercado e neoliberalismo — são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contigüidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartido. Se essa convivência conhece uma regulação exterior, esta se combina com formas nacionais e locais de regulação. O conflito entre essas normas deve, hoje, ser um dado fundamental da análise geográfica.

Antes do enfraquecimento atual do Estado Territorial, a escala da técnica e a escala da política se confundiam. Hoje essas duas escalas se distinguem e se distanciam. Por isso mesmo, as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território.

Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades hoje enfraquecidas são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores.

A arena da oposição entre o mercado — que singulariza — e a sociedade civil — que generaliza — é o território, em suas diversas dimensões e escalas.

Por enquanto, o lugar — não importa sua dimensão — é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território). Antes, é essencial rever a realidade de dentro, isto é, interrogar a sua própria constituição neste momento histórico. O discurso e a metáfora, isto é, a literaturização do conhecimento, podem vir depois, devem vir depois.

O território (transnacionalizado) se reafirma pelo lugar e não só pelo novo fundamento do espaço e mesmo pelos novos fundamentalismos do território fragmentado, na forma de novos nacionalismos e novos localismos.

Cabe, todavia, lembrar que, graças aos milagres permitidos pela ciência, pela tecnologia e pela informação, as forças que criam a fragmentação podem, em outras circunstâncias, servir ao seu oposto.

A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais...

Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem

desordem às regiões onde se instalam porque a ordem que criam é em seu próprio, exclusivo e egoístico benefício. Se aumenta a coesão horizontal isso se dá ao serviço do mercado, mas tende a corroer a coesão horizontal que está a serviço da sociedade civil como um todo.

Mas a eficácia dessa união vertical está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão às custas de normas rígidas — ainda que se fale em neoliberalismo. No caso brasileiro, essas normas rígidas a que estamos sendo submetidos há dez anos vêm com o sacrifício da nação.

Enquanto isso, as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo. Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras. Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade.

Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação

MARIA ADÉLIA APARECIDA DE SOUZA

Vista do alto, nas relações com o homem, a Geografia não é outra coisa a não ser a História no espaço, do mesmo modo que a História é a Geografia no tempo.
Elisée Reclus

Apenas uma breve introdução

Os processos de globalização e fragmentação implicam territórios diversos que se constituem, especialmente neste fim de século, em geografias da desigualdade.

A revisão metodológica e paradigmática, o entendimento da geografia dos processos de globalização e fragmentação nas formações territoriais, bem como uma reflexão sobre o território brasileiro, são objetos deste texto.

A imposição do espaço à História

Espaço-tempo, geografia-história, globalização-fragmentação. Questões essenciais, conectadas, as quais, se não forem aprofundadas, poderão implicar um reducionismo condenável...

Como então encaminhar as discussões sobre território — globalização e fragmentação?

Primeiramente, existem problemas conceituais e metodológicos que precisam ser apontados. É fundamental, inicialmente, considerar a relação intrínseca, a articulação obrigatória entre *espaço-tempo,* ao invés de apenas justapor um ao outro. A geografia urbana, por exemplo, está impregnada dessa justaposição (reducionista). Buscar e descrever um "quadro geográfico" no passado, fixar-se nessa imagem, é condenar-se a negar o tempo. O

tempo é dinâmico, em permanente processo de aceleração. Dentro desta perspectiva, é preciso considerar que sempre os movimentos conjunturais assumem uma dimensão espacial. Não é outra, aliás, a perspectiva de uma das facetas da globalização, aquela propiciada pela técnica, pela inovação. Os fenômenos de difusão da inovação, se entendidos como reveladores de modificações de estruturas espaciais, implicam, necessariamente um cruzamento espaço-tempo (Bourdelais e Lepetit, 1986).

Em segundo lugar, é preciso considerar a *escala* ou, como querem alguns autores, formas, desnivelamentos espaciais e seus processos de evolução. Tais desnivelamentos são evidenciados na escala do mundo face à desigual distribuição dos homens sobre a face da Terra, à desigual aptidão para a produção de alimentos, os ritmos e particularidades específicos, o "não isolamento" planetário, na época moderna.

Aqui é conveniente lembrar a contribuição de Braudel sobre o capitalismo — sua concepção de espaço repousa sobre um duplo sistema: aquele das células elementares ao nível nacional, passando pelo cantonal, local e regional e os zoneamentos múltiplos: montanhas, planícies, Norte e Sul, interior e periferia. "A este ordenamento do território corresponde uma ordem complexa do tempo" (Bourdelais e Lepetit, 1986, p. 25). Há espaços cujo significado só pode ser aprendido numa dada escala de tempo.

Nesta mesma perspectiva, Milton Santos (1993, p. 2) propõe que "as transformações do espaço geográfico e sua causa — a globalização — podem ser examinadas a partir de três dados constitutivos da época: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor. Tratam-se de causas e efeitos, uns dos outros, solidários na escala mundial".

Partindo do princípio de que o território significa uma das dimensões singulares do espaço geográfico, ele se constitui na base operacional, histórica e geograficamente falando, do processo de globalização e fragmentação.

O objetivo deste texto é, à luz da compreensão da relação ou articulação intrínseca entre espaço-tempo, distinguir o território como moeda e dimensão histórica deste eterno processo de globalização e fragmentação.

Uma nova divisão do trabalho acadêmico

O elemento essencial para esta nova divisão do trabalho acadêmico reside na compreensão do espaço geográfico neste período da História. Afortunadamente, a geografia está prenhe de novas contribuições: Milton Santos, Olivier Dollfus, Edward Soja, David Harvey, entre outros.

Soja (1989) avança nesta perspectiva teórica, ao se propor a "espacializar a narrativa histórica", levando o leitor, ao invés de pensar historicamente, fazê-lo entender "uma geografia das relações simultâneas e significados que são articulados por uma lógica espacial mais do que histórica".

Procura aprofundar a crítica sobre essa "obsessão pela História" que vem desde o século XIX, concordando com Foucault. "A época atual será, talvez, acima de tudo, a época do espaço. Estamos na época da simultaneidade, da justaposição, do perto e do longe, do lado a lado, do disperso" (in Soja, 1989, p. 10).

Para Soja, nessa interessante contribuição, estão lançadas as bases de um *materialismo histórico e geográfico:* uma tríplice dialética do espaço, do tempo e do ser social ou, o que indica como uma "re-teorização transformativa das relações entre História, Geografia e Modernidade", ou nas suas geografias pós-modernas. Melhor dizendo, se a História incorporava (ou incorpora) uma geografia morta, imóvel na sua análise, hoje a geografia humana incorpora uma História dinâmica da explicação do mundo contemporâneo.

Mas, o que Soja ressalta — a perda de uma imaginação geográfica diante de um historicismo exacerbado — elemento essencial para uma *nova divisão do trabalho acadêmico e científico,* na qual a problemática território — globalização e fragmentação — se insere plenamente.

A compreensão da contemporaneidade, da modernidade, impõe a necessidade dessa revisão metodológica e paradigmática. Não é outro o sentido das obras de Marshall Berman, Octavio Ianni, Richard Sennett, Robert Kurz, além dos geógrafos anteriormente citados.

"O desenraizamento que acompanha a formação e o funcionamento da sociedade global põe uns e outros situados em diferentes lugares e distintas condições sócio-culturais, diante de novas, desconhecidas e surpreendentes formas e fórmulas, possibilidades e perspectivas." (Ianni, 1993).

As geografias da desigualdade — produtos do "sistema mundo"

Eis a síntese do desafio, eis o sistema mundo. Sistema que está longe de alcançar um equilíbrio, como se acreditava até bem pouco tempo, em nossa história recente.

Olivier Dollfus (1991) propõe e desenvolve essa discussão — "o sistema mundial não pode ser equilibrado" — produz *Geografias da Desigualdade.* O fim da Guerra Fria, a natureza das relações da Tríade — Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão —, a crise do modelo de Estado, a limitada

eficiência das grandes instâncias de regulação mundial, a amplificação das desigualdades, em todos os níveis e em todos os lugares, a velocidade da informação subvertendo os mercados mundiais ("as fronteiras se abrem aos produtos e se fecham aos homens"), a impossibilidade do funcionamento do território — o caos está em toda a parte, o rompimento entre Sistema Mundo e Sistema Terra — com implicações diretas sobre a sobrevivência dos homens.

Espaços e territórios adoecidos nesta curta História tempo/espaço social. A batalha infinita do tempo longo e do tempo curto na construção social. A perenidade das geografias desiguais.

Nesses processos complexos, globais e fragmentados, a Geografia se apresenta como outras disciplinas, aliás, para desvendar estes tempos/espaços. E a Cartografia é seu instrumento maior de observação.

Região, regionalismos, desigualdades — complexas organizações das diferentes formações sociais e territoriais. Temas que reaparecem com vigor neste "Sistema Mundo, nesta Sociedade Global". Temas que fazem do território a sua moeda essencial. Século XX, crivado de novas territorialidades e que possibilita a exorcização de velhos mitos, como a cidade e o reaparecimento de velhos estigmas: a amplificação de antigas globalizações disseminadas sem a interveniência da técnica, globalizações perversas e eternas, como a fome e a guerra, transformando-as, especialmente com a técnica, em banalidades ou espetáculo da informação.

Há que se refletir sobre a Geografia da Fome e da Guerra, como agravamento das desigualdades sociais e territoriais, como geografias da globalização perversa.

Além, evidentemente, das implicações diretas do processo de urbanização que desestrutura a produção de alimentos (emigração camponesa em massa), das transformações científicas e tecnológicas que permitem aproximar tempos e lugares, com implicações diretas na transação da produção alimentar do mundo, tudo nos leva a crer que transformações profundas vêm se processando nos sistemas alimentares relativamente não apenas aos sistemas econômicos (produtivos e de distribuição, implicando uma mundialização da produção de certos alimentos e numa concentração de poder de gestão dessa produção), portanto, impondo um padrão de regulação dessa mesma produção.

Desnecessário listar a multiplicidade de empresas transnacionais ligadas à produção de alimentos.

Nesta problemática reside um projeto de pesquisa em andamento — a releitura da *Geografia da Fome*. O interesse desse tema, além de explicitar, desde há muito, os efeitos perversos da globalização (no século passado 100 milhões de chineses morreram de fome!), nos levam a crer, no entanto, que a esperança de enfrentamento da fome pelos progressos técnicos trazidos pelo desenvolvimento científico sucumbiu diante da perversidade da nova ordem mundial. Estamos pesquisando esta questão à luz das teorias aqui expostas, discernindo sobre a perversidade nos processos de globalização e fragmentação, detalhando a questão da fome no mundo.

O Brasil: um imenso território da desigualdade

A questão da espacialidade, da territorialidade brasileira, é sempre deixada de lado nas discussões políticas brasileiras e nas formulações dos Planos e Políticas Públicas. Os discursos produzidos sobre estas questões insistem em ignorar que as características essenciais da economia brasileira, ou, melhor dizendo, a formação sócio-espacial brasileira, a formação do território brasileiro, é produto das relações sociais no Brasil. A sociedade e o espaço brasileiros precisam ser considerados concomitantemente. O viés economicista, que há duzentos anos domina a elaboração das políticas econômicas e sociais, no entanto, impede esse tipo de análise e consideração.

No entanto, os processos atuais de desenvolvimento das relações sociais são caracterizados pela globalização — conseqüência direta do desenvolvimento científico e tecnológico, atributo essencial deste período da História da Humanidade — e pela fragmentação — que explode os territórios, com regionalismos e regionalizações de toda ordem e interferem na vida do homem, por vezes de forma brutal — as denominadas questões da vida cotidiana. Não é objeto deste texto aprofundar estas questões. No entanto, isto se constitui no pano de fundo destas reflexões. São, em última instância, as questões ligadas à tão decantada modernidade, sobre a qual tanto se tem falado e tanta deformação tem causado recentemente na vida do povo brasileiro.

Mas que país é este, no qual se realiza um plebiscito e que o momento eleitoral insiste em mascarar?

É um país que se urbaniza fantasticamente, ou seja, conhece um dinâmico processo de divisão social e internacional do trabalho. Processo este com traços marcantes de tecnificação do seu território. Por isso mesmo é um país que se globaliza e se fragmenta, a ponto de preocupar todos aqueles zelosos pela unidade e integridade nacionais.

O Brasil é um país cuja esperança de vida passou de 43 para 60 anos, no período de 1940 a 1980! Cuja fecundidade despencou de 6,16 para 4,35! Cuja taxa de urbanização passa de 1/3 para 2/3 da população total e as áreas

metropolitanas passam a abrigar de 29 a 43% da população total. Tudo isto de 1940 a 1980!

"É um país com uma dimensão estrutural: a pobreza combinada com uma outra que é a estrutura social dramaticamente distorcida" (Carlos Lessa, 1992). Tal dimensão estrutural tem raízes profundas impossíveis de serem resgatadas aqui, mas que, sem dúvida nenhuma, podem ser resumidas em dois aspectos:

1. O Estatuto da Escravidão (século XIX) e sua longa permanência, aliado ao processo histórico de formação da nossa estrutura agrária, que torna, por exemplo, inadmissível a extemporânea discussão da volta da monarquia ao Brasil.

2. Os padrões sócio-político-institucionais herdados de Portugal e preservados no Brasil "independente".

Este é sem dúvida o grande país dos paradoxos.

Com todas as suas crises, deformações, corrupções, a República, no Brasil, apenas em 50 anos (de 1930 a 1980) possibilita o crescimento da economia brasileira a 7% ao ano, apenas igualada pela economia japonesa nesse mesmo período! Em 1930 o Brasil era um imenso cafezal! Em 1980 é a oitava economia industrial do mundo capitalista!

As implicações dessa dinâmica na vida do nosso país foram fantásticas e incomparáveis, pois essa tremenda riqueza, paradoxalmente, se reverte a cada dia em um cruel, persistente e agravante sistema de pobreza, com todas as suas conseqüências desumanas: a fome, o analfabetismo, as epidemias, a violência, que afeta toda população brasileira, mas sobretudo os mais pobres.

O território e a nação brasileira

Não há dúvida nenhuma que nós, brasileiros, nos orgulhamos da nossa continentalidade; nosso território tem um papel importante na nossa formação social. Lamentavelmente, as relações entre política e cultura não têm atentado para as representações e discursos referentes ao território. O tema da consciência do espaço geográfico não é nada elaborado em um país com pequena tradição em geografia cultural. As ideologias geográficas têm sido reduzidas ao discurso específico da geopolítica. É o deslize acadêmico, cultural e intelectual de se imaginar que um projeto para o Brasil possa ser construído e discutido apenas pelas ciências econômicas e políticas.

Para superá-lo, é preciso considerar, especialmente neste momento tão precioso da nossa história política, o que nos aponta Carlos Lessa:

1. O Brasil é um país de capitalismo atrasado (ou tardio), onde a determinação externa do desenvolvimento acentua o caráter de "área de expansão";
2. A perda de "espontaneidade" na produção do território;
3. O apetite territorial do Estado se exacerba;
4. Os mitos espaciais encontram campo fértil para sua disseminação (Serra Pelada não é uma categoria sociológica, mas um lugar no território brasileiro).

No Brasil, tudo isto assume uma enorme ênfase, pois:

— com dimensões continentais, o Brasil é um dos poucos países a não ter o seu território plenamente construído ou apropriado;

— possui frentes pioneiras sempre em grande dinamismo;

— a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial.

Alia-se à construção de uma sociedade e de um território; o nacional é o territorial. Isto pressupõe na cabeça dos brasileiros um projeto de Brasil, um projeto para todo o território brasileiro, que ainda tem uma consciência saudável da sua territorialidade e do seu "regionalismo" que, face à complexidade da vida das nações contemporâneas, poderá descambar para um processo doloroso de fragmentação, cujos exemplos caracterizarão eternamente a década de 90, na história da Humanidade (a questão do Leste europeu, a fragmentação da Iugoslávia), para não referir a todos os processos análogos dos últimos cem anos.

É exatamente esta estreita relação entre espaço e poder e sua representatividade e significado no nosso país que carece ser examinada e considerada com cuidado. São características a partir das quais precisamos contruir nosso projeto de Brasil.

Um Estado-Nação, é bom lembrar, é formado essencialmente de três elementos (Milton Santos, 1990):

1. O território;
2. Um povo;
3. A soberania.

As características da formação sócio-econômica brasileira, aliadas ao papel que desempenha o território na nossa cultura, são elementos que fazem com que nosso projeto de nação livre e soberana se ajuste à nossa concepção de território. Um território com 8,5 milhões de km^2, por isso mesmo inserido num espaço global onde essa moeda — vastidão territorial — se constitui num importante passaporte para o século XXI.

Bibliografia

BOURDELAIS, P. e LEPETIT, B. Histoire et temps. In: *Espaces, Jeux et Enjeux.* Paris. Fayard-Fondation Diderot. 1986.

DOLLFUS, O. *Le système monde loin de l'équilibre.* Paris. GEMDEV. 1991.
HARVEY, D. *Condição pós-moderna.* São Paulo. Loyola. 1992.
IANNI, O. *A sociedade global.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1992.
LESSA, C. *Crise econômica e pobreza urbana.* Texto apresentado na Oficina de Trabalho Saúde e Grandes Cidades. Construção de uma agenda de pesquisa. Rio de Janeiro. IMS-UERJ. 1992.
SANTOS, M. *Os espaços da globalização.* Texto apresentado no Seminário "Análise do Sistema Mundo e da Economia Mundial", organizado pelo GEMDEV. Paris. Fevereiro de 1993.
SOJA, E. *Posmodern geographies.* Londres. Verso. 1989.

Globalização e regionalização da Europa dos Estados à Europa das regiões. O caso da Espanha

JOAQUÍN BOSQUE MAUREL

Uma hipótese de trabalho

Como assinalou com grande acerto Milton Santos, a "globalização — a unificação do planeta, da Terra, num só e único mundo —, constitui uma nova fase da história do Homem" (1993). E, em definitivo, da formação de um sistema-mundo, como ressaltou Wallerstein (1979). Uma fase e uma formação que, como todas as anteriores pelas quais passou a Humanidade, são de um extraordinário dinamismo, sem dúvida nunca tanto como agora, e extremamente complexas, sobretudo na variante espaço. E, por isso, muito ricas em matizes e alternativas.

Matizes e alternativas que às vezes chegaram a afigurar-se como limitações e demoras da mesma globalização e que, pelo menos, implicam profundas diferenças e contrastes na caracterização dos subespaços do sistema-mundo e também no processo de *mundialização.* Subespaços nos quais a regionalização, isto é, a revitalização da *região* como unidade geográfica por excelência, inclusive acima do tradicional *Estado* nascido com o Renascimento, está adquirindo especial transcendência.

Principalmente naquelas partes do espaço-mundo — por exemplo, a Europa — em que o peso do passado e da história é — não embalde, como assinalou Ortega y Gasset em 1929, o homem constitui uma realidade eminentemente histórica — considerável e decisivo. Pelo menos para alterar a sincronia com que, em princípio, pareciam mover-se os diferentes componentes do *meio técnico-científico,* nas palavras de Milton Santos, e, em suma, da *tecnosfera* e da *psicosfera,* seus elementos essenciais.

E isso de tal modo que a *globalização* essencialmente tecnológica do complexo econômico mundial se produz a uma velocidade diferente das "crenças, desejos, vontades e hábitos" que inspiram sobretudo o comportamento humano. E em que pese a sensação generalizada de que o fenômeno globalizador tende a se produzir quase acima da decisão do homem, com um certo automatismo em função das leis do mercado, o processo de *mundialização* é fruto da capacidade mesma de fazer e desfazer, da possibilidade de pensar e escolher inerente ao ser humano.

Em definitivo, como afirmaram há alguns anos H. Simon e T. Hagerstrand (Bosque Maurel, 1978), o comportamento individual dos homens — até certo ponto, também o coletivo — é ditado à parte de seus próprios condicionamentos biológicos, não só por seu caráter de *Homo economicus* como por sua condição de *Homo socialis,* de *Homo sapiens,* enfim de um ser racional a quem seu longo e atormentado passado conferiu uma variadíssima e complexa diversidade formal e comportamental (Soja, 1989).

A reflexão acerca do passado imediato, em grande parte ainda presente, da Europa, sobretudo da União Européia e em especial do caso espanhol, poderia constituir um bom banco de testes, um excelente laboratório de ensaio nessa confrontação — com interrogante — entre *globalização* e *regionalização.* Uma confrontação cheia de contradições.

Consideremos por exemplo, em nível terrestre, um ano tão paradigmático como o de 1992. E, depois, os casos da União Européia e da Espanha.

1992: um ano contraditório

O ano da graça de 1992 foi, em primeiro lugar, o ano comemorativo do V Centenário do Descobrimento da América. Ou, como quiseram alguns, o do Encontro, com a chegada de Cristóvão Colombo a um mundo novo do ponto de vista dos habitantes do continente de partida de seus navios e, portanto, do difícil e conflituoso entroncamento de dois espaços muito distintos física e culturalmente. E até então desconhecidos entre si.

Há cinco séculos, pois, se iniciou — numa etapa de expansão geográfica sustentada em especial pelos povoadores de uma das porções menores do ecúmeno, Europa, e levada ao conjunto do globo — o primeiro momento da conversão numa unidade da totalidade da Humanidade, ou seja, da *mundialização* e *globalização* da Terra.

Mas, além disso, em 1992 se celebrou o 200.º aniversário da fundação da Bolsa de Nova Iorque, um dos paradigmas do sistema liberal e capitalista então emergente — fins do século XVIII — e hoje em pleno apogeu.

E também as Bodas de Ouro do Informe Beveridge, ponto de partida, dentro do processo evolutivo do mundo capitalista marcado pelas teorias keynesianas, do Estado de Bem-Estar, hoje conhecido e estendido, de uma forma ou outra, teórica ou praticamente, por toda a superfície terrestre.

Três fatos e três datas — os assinalados — essenciais numa tendência generalizada atualmente para a *globalização* e a *mundialização* da economia mundial e, talvez ainda mais, para a homogeneização formal e espiritual que está ocorrendo com uma força e uma velocidade cada vez maiores, com crescentes e novos problemas, na sociedade humana.

Assim, o indubitável e acelerado aumento da produção e do consumo em nível terrestre foi paralelo ao não menos certo incremento das desigualdades espaciais não só econômica como também socialmente. Um processo que, inclusive, em muitos casos, parece estar ligado à crescente transnacionalidade empresarial e criar consideráveis tensões e fortes contrastes nos próprios espaços mais desenvolvidos e nas maiores e mais sofisticadas aglomerações urbanas (Castells, 1989).

Mas, como contrapartida, em 1992 alcançaram o seu zênite alguns dos aspectos mais significativos — em certas ocasiões por inesperados e surpreendentes — de ruptura e oposição a essa genérica globalização e homogeneidade da Humanidade.

Desse modo, no continente europeu, um dos principais protagonistas da tendência à unidade, a desintegração estatal atingiu um auge extraordinário. Os exemplos da Tcheco-Eslováquia, hoje transformada em dois Estados independentes, as Repúblicas Tcheca e Eslováquia, e, com especial violência e crueldade, o da antiga Iugoslávia, são bem expressivos.

E reveste particular significado a aceleração das tensões internas que provocaram a dissolução, em 1991, da ex-União Soviética em vários novos Estados, um dos quais, o mais importante, a Rússia, não está isento de conflitos nacionalistas e desintegradores (Glezer e Streletskiy, 1991).

Sem que essa referência ao Velho Mundo queira dizer que tais situações e problemas não existam — amiúde em medida similar, embora sem igual reflexo nos meios de comunicação — no resto dos continentes. Basta lembrar as propostas secessionistas de uma parte do Canadá francês, a ruptura do Paquistão na península hindustânica ou a violência tribal reinante na Somália e na Nigéria, entre outros casos, passados e atuais, porém vivos. E a existência, muito larvada e de limitadíssima transcendência, de alguns grupos separatistas em São Paulo, no próprio Brasil.

Conflitos que em vários momentos implicam não apenas uma transformação do modelo de Estado como, mais ainda, a oposição e até o rechaço às minorias de algum tipo. Rechaço que chegou em alguns casos ao ódio

àqueles que são diferentes e muitas vezes à xenofobia, não limitada à discriminação social e espacial, mas à destruição violenta e cruel dos grupos distintos por sua origem, sua raça, seu idioma ou sua religião (AA.VV., 1991).

É evidente que, no momento atual, esses fatos parecem coincidir com um momento de aguda crise sócio-econômica, o que sem dúvida favoreceu — como sempre e como o está fazendo agora — as tensões sociais (Bell, 1993). Mas tampouco cabe dúvida quanto ao fato de sua presença em outros tempos não tão críticos da vida da Humanidade fazer pensar que no homem existem elementos favoráveis à singularização e aos personalismos de caráter espacial e territorial.

Singularismos e personalismos conducentes a tendências desagregadoras, a perpetuação dos espaços diferenciados e singulares, à intensificação dos regionalismos e, em última instância, dos esforços nacionalistas que tanto tiveram a ver — desde meados do século XIX — com a constituição do atual mapa do mundo e estão presentes em sua atual transformação.

Tudo isso leva a pensar no peso que o passado, a História, o individualismo inerente ao próprio homem podem ter — e sem dúvida têm — no comportamento da Humanidade como coletivo e como pessoa em cada uma das relações imprescindíveis entre o homem e o espaço onde suas atividades têm que se produzir.

Parece indubitável que tais fatos constituem um efeito no mínimo retardador da tendência globalizadora e homogeneizadora a que, com muito mais intensidade e maior universalidade, está submetido o conjunto da Terra. O exemplo da União Européia pode ser esclarecedor.

A União Européia

Desde março de 1957, momento em que ocorreu a assinatura do Tratado de Roma pelas seis nações européias que o haviam entabulado e negociado, não cessou um só instante a busca da unificação global das políticas e dos espaços europeus. Primeiro a Europa dos Seis, depois a dos Nove, hoje a dos Doze, a ampliação do contexto espacial daquilo que primeiro se chamou o Mercado Comum Europeu/Comunidade Econômica Européia e hoje se denomina União Européia e a cada vez maior colaboração entre seus diferentes membros não tiveram pausa.

Sua última etapa, até aqui, foi a aprovação da Ata Única Européia em dezembro de 1986, e a promulgação de sua primeira grande conseqüência, o Tratado de Maastricht, em fins de 1991.

No entanto, ainda não se chegou ao seu termo, visto serem numerosas as pretensões de adesão não só de Estados estritamente europeus — os escandinavos e alguns países do Leste — como até de países pertencentes a outros continentes, muito próximos, por outro lado, como Turquia e Marrocos. E tudo isso apesar dos problemas acarretados pelo próprio crescimento da União Européia e pela dura crise econômica que desde 1991 açoita o mundo.

Seus frutos são bem visíveis. De acordo com os objetivos que se propunha o Tratado de Roma, a 1.º de janeiro de 1993 se levaram à prática as diretrizes que tinham por finalidade estender a todo o território comunitário a livre circulação de mercadorias, pessoas e capitais e que fizeram desaparecer virtualmente as fronteiras entre os doze Estados-membros e quantos entraves se opunham à Constituição de um dos mais extensos, poderosos e homogêneos mercados econômicos mundiais.

Hoje a União Européia constitui um dos exemplos institucionais de globalização mais modelares e importantes do espaço terrestre. O único capaz de competir com os Estados Unidos, a primeira e única grande potência mundial uma vez desaparecida a União Soviética (Koutsalis, 1990).

Uma globalização, por outro lado, limitada em princípio a objetivos essencialmente econômicos, mas que não excluía outros, muito mais amplos e gerais. Precisamente, o Tratado de Maastricht fixava as normas e os prazos para que, primeiro os Doze e depois os novos possíveis Estados-membros chegassem a uma total unificação econômica através de uma moeda única e um Banco Central Europeu que facilitassem e assegurassem a existência de uma política, a uma autêntica União Européia.

Com tudo isso se poderia chegar a confirmar a afirmação feita por Ortega y Gasset em 1937, mais de vinte anos antes da assinatura do Tratado de Roma: "A unidade da Europa não é uma fantasia, mas a própria realidade, e a fantasia é precisamente o outro, a crença de que a França, a Alemanha, a Itália e a Espanha são realidades substantivas e independentes".

A constituição da União Européia, confirmadora de uma unidade homogeneizadora tanto econômica como política, não excluiu, sem embargo, a persistência de velhos contenciosos e o surgimento de novas contradições, fruto das diferenças e sigularidades existentes entre os países-membros. Tudo isso está limitando e/ou desacelerando as tendências europeísticas e globalizadoras.

Por um lado, a prosperidade generalizada que o mercado comum significou para toda a Comunidade Econômica Européia foi acompanhada pela manutenção e/ou acentuação dos desequilíbrios internos — nacionais e regionais — dessa mesma União Européia. Os contrastes existentes entre as nações estritamente centro-européias — Alemanha e Benelux, por exemplo

— e as meridionais e mediterrâneas — como a própria Espanha — são muito fortes e não parecem estar perto de abrandar.

Assim, Alemanha, França e os países do Benelux contam com um PIB por habitante superior a 15 mil dólares e à média da União Européia ($14.488 em 1990), índices de incremento dos preços de consumo abaixo da média comunitária (129% em 1991 com relação a 1985) e taxas de desemprego inferiores ou muito próximas as do conjunto dos Doze (8,9% da população ativa em 1991). Por sua vez, Espanha, Portugal e Grécia têm rendas inferiores à média comunitária: 10.995, 8.136 e 6.823 dólares por habitante, respectivamente; incrementos de preços de consumo muito elevados, 145% e 264% (1985) e índices de desemprego que no caso espanhol (15,9% em 1991) quase duplicam a média da UE (Alonso Olea, 1992).

Por isso, ante os objetivos propostos pelo Tratado de Maastricht e confirmados em parte na reunião do Conselho da Europa celebrada em Edimburgo em dezembro de 1992, e tendo em conta o índice AFI (índice de preços, tipos de juros e longo prazo, *déficit* público e dívida pública) para o seguimento do grau de convergência econômica na CEE, os países mediterrâneos — Itália, Espanha, Grécia e Portugal — apresentam os não-cumprimentos máximos no grau de convergência como resultado da intensidade dos problemas sócio-econômicos de que padece esse grupo de nações.

Um nível de não-cumprimento que fez pensar ao longo dos primeiros seis meses de 1993 e por motivo da tormenta monetária que pôs em perigo a essência do Sistema Monetário Europeu, base do futuro da União Européia, numa nova realidade comunitária, com uma Europa de duas velocidades que poderia confrontar uma Centro-Europa rica e dominante, encabeçada por Alemanha e França, com o complexo dos quatro países mediterrâneos, muito menos desenvolvidos e prósperos. Dualismo que se poderia complicar no futuro se a União Européia se estendesse à Escandinava e aos antigos países comunistas da Europa oriental.

Esse desequilíbrio intracomunitário se complementa e às vezes se agrava pelas diferenças que, em todos os membros da União Européia e com maior ou menor intensidade, existem entre suas diferentes regiões. No caso da atual Alemanha, surgida após o desaparecimento do Muro de Berlim, são indubitáveis os fortes contrastes existentes entre as antigas Alemanhas, Ocidental e Oriental, que desde 1991 debilitaram a economia alemã e provocaram *déficits* antes inabituais nesses países, e que agravaram as diferenças que opunham, na Alemanha Federal, a Baviera às cidades hanseáticas e a Renânia à Pomerânia. O mesmo sucede no Reino Unido, entre a Grande Londres e o Norte da Escócia, na França com a região de Paris e a Córsega e/

ou a Bretanha, ou na Itália, confrontando a Lombardia/Piemonte com a Sicília/Calábria, o Norte contra o Sul (Comissão Européia, 1991).

Tudo isso provocou certa crise de identidade no conjunto da União Européia e, pelo menos, de crítica e mesmo de recusa a alguns dos aspectos do Tratado de Maastricht — em suma, àqueles que propõem uma maior união política para o final do século.

Às tradicionais reticências do Reino Unido existentes desde o momento de sua adesão em 1973 se acrescentaram muito recentemente o voto negativo maioritário da Dinamarca (junho de 1992) e o sim muito matizado da França (outubro de 1992) ao referido Tratado, assim como o plebiscito negativo da Suíça ao ingresso na União. E que, em conjunto, favoreceram a matização temporal e financeira feita pelo Conselho de Ministros comunitários ao Tratado de Maastricht nas reuniões de Edimburgo em dezembro de 1992.

Ao mesmo tempo, reativaram-se as tensões regionalistas internas, nunca desaparecidas, conquanto amortizadas em todos os Estados-membros com a pressão e o êxito do europeísmo. Por exemplo, a situação de tensão entre a Valônia e Flandres, que na Bélgica levou a uma nova constituição federalista do Estado (março de 1993), o triunfo eleitoral, na Itália, da Liga Lombarda, que propôs como possível decisão de futuro a cisão do Norte em relação ao Sul, a insistência na singularidade da Baviera com respeito ao resto da Alemanha, a presença de partidos nacionalistas radicais na Córsega e na Bretanha relativamente ao Estado unitário francês.

Mas, além disso, o próprio triunfo parcial da União Européia não deixou de criar certas limitações consideráveis às relações econômicas da nova Europa com o resto do mundo. Com o que, em geral, se afirmaram muitas das contradições que favorecem o distanciamento sócio-econômico cada vez maior entre o Primeiro Mundo, em cuja origem teve substancial papel a Europa, e o Terceiro Mundo, em tantos aspectos um fruto daquele. Hoje, entre os políticos e intelectuais terceiro-mundistas, é muito freqüente ouvir falar do egoísmo europeu (Fuentes, 1989).

Tudo isso está delineando, sem dúvida, uma *globalização* generalizada. De um primeiro ponto de vista social, cabe ressaltar a cada vez mais dura e generalizada política de restrições à emigração que hoje afeta negativamente os países subdesenvolvidos. E que à já tradicional legislação norte-americana se viu unir-se toda uma série de novos controles e impedimentos da Comunidade Européia.

Com a malfadada reativação da xenofobia e a discriminação das minorias e o acréscimo de todo um catálogo de egoísmos e injustiças a que a internacionalização da economia e o domínio das transnacionais não colocou limites, muito pelo contrário.

Ainda muito mais claras e negativas são as limitações e as oposições econômicas. Um fato especialmente significativo é a demora na assinatura do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), a chamada Rodada Uruguai, pendente desde 1986. E, como um elemento extra e ainda mais grave, caberia assinalar a disputa comercial entre os Estados Unidos e a União Européia com respeito ao comércio de produtos agrícolas.

Reticências à *globalização* que em 1992 tiveram seu nível negativo mais alto, primeiro na reticente aprovação com negativas parciais muito graves por parte dos Estados Unidos, da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 9-10 de junho de 1992) e, depois, no fracasso da Conferência de Cúpula Econômica Ocidental, que reuniu em Munique (6-8 de julho de 1992) as grandes potências industriais mundiais (EUA, Canadá, Japão e UE).

O caso espanhol, tradição e renovação

O recente desenvolvimento, tanto econômico como político e social, da Espanha atual constitui um exemplo vivo e dinâmico do encontro — às vezes conflitivo — de tendências contrapostas.

Por um lado, de participação na homogeneização do mapa político da Terra, da *globalização/mundialização.* Por outro, de esforços internos, centrípetos, implosivos, de diferenciação político-administrativa do espaço que desde 1514, com a incorporação do Reino de Navarra, se converteu num único Estado, a Espanha que chegou aos nossos dias.

O ano de 1992 nos oferece em paralelo de ambas as tendências.

De um lado, a celebração das Olimpíadas de Barcelona e da Exposição de Sevilha foram uma janela aberta para todo o mundo e um grande esforço em prol da solidariedade e fraternidade de todos os povos da Terra.

Ao mesmo tempo, a aprovação quase por unanimidade — dez abstenções num total de 350 votos — pelas Cortes espanholas do Tratado de Maastricht foi o forte respaldo na vocação europeística do povo espanhol.

O acento *globalizador* se manifesta assim com clareza e aparece bem caracterizado, inclusive apesar da indubitável perda de capacidade decisória, total em muitos aspectos, pelo menos os econômicos, dos poderes institucionais do Estado espanhol.

Mais ainda, de um estrito ponto de vista interno, os *fastos,* como foram qualificadas amiúde ironicamente por certos críticos locais, de 1992, ou seja, as Olimpíadas de Barcelona e a Exposição Universal de Sevilha, significaram uma demonstração da capacidade de incorporação da sociedade espanhola ao *know-how* tecnológico internacional, ao meio técnico-científico mundial (AA.VV., 1992).

Uma demonstração vívida e positiva corroboradora da mudança sofrida nas últimas décadas — sobretudo a partir de 1975, com a instauração da Monarquia democrática — pela sociedade espanhola, tradicionalmente isolacionista tanto política como cultural e economicamente (Marías, 1992).

Por outro lado, acentuaram-se certas tendências internas diferenciadoras, regionalistas, separatistas inclusive. Tendências que têm seu fundamento teórico e legal no modelo de Estado surgido em 1975 com a Monarquia instaurada com o rei Juan Carlos I e a Constituição de 1978. E visíveis em maior ou menor grau em todas e em cada uma das Comunidades que configuram hoje a Espanha.

Na Galícia, com um governo autônomo de direita — antes reticente — se propõe uma chamada *administração única* que possa reforçar o autogoverno das regiões, das diferentes dezoito Comunidades Autônomas. Em Aragão, uma autonomia *carrefour* eqüidistante de Madri, Euzcadi e Catalunha insiste em exigir homogeneidade administrativa e política e idêntico nível no autogoverno regional ao já possuído pelas Comunidades que mais longe foram nesse sentido, País Basco e Catalunha.

E, enfim, em todo o Estado se acelerou o desenvolvimento da Espanha das Autonomias, chegando-se já a falar de uma Espanha federal ou confederal. Objetivo nada fácil, aliás, já que exigiria uma profunda, difícil e polêmica reforma constitucional.

Ademais, em todas essas Comunidades-Regiões existe um desejo mais ou menos larvado de estar presentes, com peso próprio e personalidade concreta se possível, no Parlamento europeu. Em muitos casos já visível, nas às vezes incipientes, outras não tanto — considere-se o caso da Catalunha e da Galícia — relações internacionais, no geral econômicas e às vezes muito personalizadas, levadas a cabo por uma parte das Comunidades.

Parece, finalmente, que globalização e regionalização se confrontam na Espanha de hoje. Trata-se de uma contradição que perdura em 1993 e que teve, pelo menos, seu início em 1975, com a proclamação do novo Estado ordenado em torno do rei Juan Carlos I.

Em 1977, solicitam-se e têm início as negociações para ingressar na Comunidade Econômica Européia, ingresso alcançado oito anos depois, em 1985, e que, apesar dos problemas surgidos e às vezes sumamente importantes para certas regiões espanholas, continua gozando da confiança da maioria dos espanhóis. Assim o parece demonstrar a recente aquiescência do Parlamento nacional ao Tratado de Maastricht.

Mas em 1978 o povo espanhol aprovou democraticamente, por esmaga-

dora maioria, a Constituição vigente, que reconhece uma organização territorial absolutamente distinta, em espírito e em forma, ao *centralismo* anterior, dominante desde 1633 e fundamental na Espanha de Franco, durante o regime anterior até o atual, iniciado em 1939 e concluído em 1975.

O artigo 2 da Constituição de 1970 estabelece "a indubitável unidade espanhola, pátria comum e indivisível de todos os espanhóis, e reconhece e garante o direito à autonomia das nacionalidades e regiões que a integram e a solidariedade entre todas elas". Havia nascido a Espanha das Autonomias, hoje reconhecida e aceita por todos sem reticências, posto que não sem discussão, pela busca de seu melhoramento.

O novo *mapa* daí resultante ficou concluído nos primeiros anos da década de 80, quase coincidindo com a entrada da Espanha na CEE. Um mapa particular, com profundos desequilíbrios territoriais e demográficos, importantes diferenças culturais e claros contrastes em seus respectivos níveis de autogoverno. Um mapa, enfim, em que o peso de um secular que fazer histórico é evidente (Alcaide, 1990).

Em muitos sentidos, a Espanha das Autonomias coincide em suas linhas gerais com a alcançada e unificada pelos reis católicos em princípios do século XVI e na qual seus diferentes *reinos,* fruto da Reconquista, a longa luta medieval contra o islamismo, sustentam um delicado equilíbrio favorecido pelo fato da relação personalizada entre os reis e essas diferenças políticas e culturais de cada uma delas.

Algumas dessas porções do Estado — Galícia, Catalunha, Aragão, Valência, Baleares e Canárias — coincidem em conjunto com as respectivas comunidades autônomas de hoje. Um mapa que se veria matizado, porém não transformado, nos séculos seguintes. E, em especial, pela divisão em províncias, ainda plenamente vigentes, estabelecida em 1833 com a introdução do regime liberal (Alonso Fernández, 1990).

A atual conjunção dos reinos medievais e das províncias de 1833 é vital para se entender a Espanha das Autonomias. Na realidade, as atuais Comunidades se baseiam nos antigos reinos adaptados em seus limites aos confins das províncias nascidas em começos do século XIX. Com tudo isso as forças centrífugas da velha Espanha se viram reforçadas e, até certo ponto, se opõem a um Estado unitário e compacto tão propenso, por certo, a um europeísmo sem dúvida e sem pausa.

Conclusão

Na Espanha atual é pois indubitável a existência de pelo menos dois níveis

funcionais. Níveis que aparecem também, em maior ou menor grau, na União Européia e, em definitivo, no *Mapa da Mundo.* Um, de clara e crescente homogeneização das atividades econômicas, protagonista básico da *globalização-mundialização* do espaço terrestre. E que a afirmação recente e incontestável do sistema liberal e capitalista, por via sobretudo da internacionalização e das empresas transnacionais — da economia, e o desenvolvimento contínuo — e contraditório — do meio técnico-científico e da tecnoesfera de Milton Santos (1993) lhe concedeu um tremendo peso.

Embora sem impedir — muito pelo contrário — profundos e injustos desequilíbrios sociais e econômicos que, por sua vez, geram e favorecem certas respostas regionais. Ante o fato da unidade estatal e da centralidade da política econômica e financeira do Estado, as Comunidades reivindicam amiúde tratamentos especiais — inclusive com a criação de sucursais administrativas e financeiras — como remédio para sua inferioridade econômica, para seu subdesenvolvimento, caso de Andaluzia e Extremadura, para sua recente deterioração industrial, como poderia ocorrer com Euzcadi, ou como prêmio por sua superioridade sócio-econômica — por exemplo, Catalunha e Baleares.

Não menos evidente contudo é o peso das diferenças de raiz histórica, de funda base num passado distante. Diferenças culturais sobretudo, em essência velhos idiomas, de origem românica — castelhano, catalão, galego — e anterior, o euscaro. Mas não é só isso. Devem acrescentar-se comportamentos, costumes, preconceitos sociais, rivalidades seculares, contrastes legais e formas próprias de autogoverno.

Que determinam pelo menos uma certa comunidade de vida, modos concretos de ver as coisas, um determinado sentimento de pertencer a um território específico, a uma parte do Estado. E que não tem como fator exclusivo a herança de um passado comum: aí estão os outros catalães (Candel, 1978), ou os outros madrilenhos, fruto recente das fortes e últimas migrações internas, que também participam, em certo grau, de um sentimento similar de pertencer a um espaço concreto (Echanagucía, 1992).

Resultaram assim determinados âmbitos regionais. Espaços definidos pela vivência de um mesmo acervo histórico e cultural, a presença de inquietudes comuns, a consciência de um convívio imprescindível e a necessidade de trabalhar sobre um mesmo solo. Uma realidade especialmente ligada à psicoesfera definida por Milton Santos e que, por isso mesmo, favorece e provoca uma grande diversidade humana e cultural como norma generalizada e universal.

O esforço regionalista, nem sempre prevalecente — pelo menos no movimento europeísta —, está tentado, graças ao desaparecimento teórico

das fronteiras nacionais e à implantação da livre circulação de mercadorias, capitais e homens, uma relativa implantação política nacionalista, com alguns indícios minoritários e decrescentes de separatismo. Recorde-se o fenômeno ETA na Espanha.

E é freqüente em alguns países concretos da União Européia — na Espanha pelo menos — o desejo, ainda não levado à prática, de fazer com que a região, para alguns a nacionalidade, ocupe um lugar, como no passado, no desenvolvimento da unidade européia e alcance um certo peso acima do peso próprio dos Estados assinantes do Tratado de Roma.

Conquanto também tenham começado a provocar um certo sentimento de pertencer a um espaço próprio e diferente e às vezes de orgulho e superioridade que pode distanciar a União Européia de seu contexto e até favorecer certa tendência ao isolamento e à não-solidariedade com respeito ao resto da Terra.

E, em definitivo, a manifestar certa oposição à absoluta *globalização universal.* O que não exclui, muito pelo contrário, a generalização ao nível de toda a Terra de um certo nível de homogeneidade, sobretudo econômica, que está impondo a *mundialização,* vale dizer, o funcionamento como uma unidade do espaço no qual o homem sobrevive há mais de cinqüenta mil anos.

A indubitável realidade como um fim comum da crescente *globalização/ mundialização* não permite, em todo caso, esquecer as tendências desagregadoras, *regionalizadoras,* que, sempre presentes e vivas, podem ainda corrigir os excessos da *universalização perversa* (Santos, 1990), amiúde presente e causa fundamental de muitos dos problemas agudos, cruéis e injustos, derivados da tendência à *unidade espaço-homem.*

Bibliografia

AA.VV. *Las nuevas invasiones.* Diario *El País.* Temas de Nuestra Epoca, Madrid 20 junio 1991, p. 72, 1991.

AA.VV. *Después del V Centenario.* Diario *El País,* Extra, Madrid, 27 Febrero 1992, p. 32, 1992.

INCHAUSTI, A. O. et alli. *La España desigual de las Autonomías,* Rev. *Cuadernos de Economia,* 45, p. 403 volumen monográfico, 1990.

FERNANDEZ, A. J. *La nueva situación regional,* in Puyol. R. *Geografía de España,* 15, Madrid, Síntesis, p. 166, 1990.

OLEA, A. M. Et alia. *España y la Unión Europea, Las consequencias del tratado de Maastricht.* Barcelona, Círculo de Lectores y Plaza y Janés, p. 289, 1992.

BELL, D. *¿Adonde va la economía mundial?,* Diario *El País,* Madrid, 16 de agosto 1993, p. 7 y 8, 1993.

BOSQUE MAUREL, J. *Percepción, comportamiento y análisis geográfico. Boletín Real Sociedad Geográfica,* CXV, p. 7-33, 1979.

BOSQUE MAUREL, J. *Nuevas tecnologías, crecimiento demográfico y revolución urbana,* in *En el umbral del año 2000,* Oficina del Comisario General de la Exposición Universal Sevilla 1992, Madrid, p. 321-28, 1992.

CANDEL, F. *Los otros catalanes.* Colección Ibérica, 1 Barcelona, Edic. Península, p. 326, 1965.

CASTELLS, M. *The informational city: information technology, economic reestruturing and the urban-region process,* Cambridge, Basil Blackwell, p. 402, 1989.

Comisión de Las Comunidades Europeas. *Las regiones en la década de los 90.* Informe periódico sobre la situación y la evolución socioeconómica de las regiones de la Comunidad, Luxemburgo, p. 300, 1991.

ECHENAGUSIA, J. (coord.). *Inmigrantes bajo sospecha,* Rev. *Alfoz,* Madrid, n.º 91-92, p. 176 Volumen monográfico, 1992.

FUENTES, C. *La otra cara del continente,* Diario *El País,* 16 diciembre 1989, p. 20.

GLAZER, O. B. y STRELETSIY, V.N. *Reclamaciones territoriales y conflictos étnicos en el proceso de desintegración de la Unión Soviética,* Rev. *Estudios Geográficos,* Madrid, LII, p. 421-36, 1991.

JEMCKS, C. y PETERSON, P. E. (eds.). *The urban underclass,* Washington D.C., The Brooking Institution, p. 490, 1991.

KOUTSALIS, L. *The new european economy,* Oxford University Press, p. 250, 1990.

MARIAS, J. *España inteligible. Razón histórica de las Españas,* Madrid, Alianza Editorial, p. 421, 1985.

Naciones Unidas. *Informe del Fondo de Población de las Naciones Unidas,* New York, p. 200, 1992.

ORTEGA y GASSET, J. *Meditación de Europa,* Madrid, 1937.

SANTOS, M. *Espaço e método,* São Paulo, Nobel, 1985.

SANTOS, M. *Por una geografía nueva,* Trad. española, Madrid, Espasa-Universidad, p. 257, 1990.

SANTOS, M. *Metamorfose do Espaço Habitado.* São Paulo, Hucitec. p. 124, 1991.

SANTOS, M. *Los espacios de la globalización, Anales de Geografía de la Universidad Complutense,* 13, 1993.

SOJA, E. W. *Postmodern Geographies. The Reaserion of space in critical social theory.* London, Verso, p. 266, 1989.

TAYLOR, P. J. *Political geography, world-economy, nation-state and locality,* London, Longman, p. 238, 1985.

WALLERSTEIN, I. *The politics of the world economy,* New York, Cambridge University Press, p. 191, 1984.

Tradução: Antonio de Padua Danesi

TRANSNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA, DA INFORMAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA COESÃO NACIONAL

TRANSNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA, DA INFORMAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA COESÃO NACIONAL

Do mundo como imagem à imagem do mundo

LUCRÉCIA D'ALESSIO FERRARA

1. A imagem do imaginário

Este trabalho tem como objetivo responder a duas perguntas: de um lado, o que é a *globalização do imaginário,* de outro, o que pode ser o *imaginário global?* Porém, essas perguntas só se responderão a partir de uma reflexão sobre a natureza do imaginário.

Imaginário corresponde à prática social de atribuir significados a significados, ou seja, prática social pela qual os significados passam a acumular imagens e a significar mais. Através dessa prática, pessoas, datas, espaços, fatos ou objetos podem incorporar significados extras e passam a constituir representações autônomas que desconhecem a prática social que lhes deu origem; circulam e a elas não cabe acerto ou erro, verdade ou mentira, são amorais.

O imaginário tem como objeto de conhecimento essa capacidade social de fazer significar mais; de retirar do contexto que os referencializa aqueles signos que perdem a função de nomear para ganhar informações, ou melhor, signos cuja função social é informar. Portanto, o imaginário social corresponde àquelas representações que, entremeadas e articuladas, correspondem, sistemicamente e em linha ascendente, a desejos, expectativas, projetos, valores, crenças e hábitos. Projetos, desejos ou expectativas se explicitam através do discurso verbal e, por isso, são de difícil apreensão, porque inacessíveis para um público de baixa educação formal. Crenças e hábitos correspondem ao estágio máximo e ideal do imaginário social e, não raro, se articulam, simbolicamente, em emblemas que celebram aqueles valores e atuam como mediação entre eles e a sociedade que lhes deu origem. Os emblemas se concretizam visualmente e se tornam populares: são as armas, brasões, bandeiras, hinos etc. São responsáveis pela criação de uma comunidade de sentidos que faz do imaginário uma elaboração coletiva. Essa

expansão coletiva não só caracteriza o imaginário social, mas é condição de sua sobrevivência e parte vital da legitimação ou definição de identidades sociais, culturais, políticas.

Em conseqüência, o imaginário é uma característica da organização social: sua identidade ou sua máscara. Verdade ou mentira, real ou manipulado, o imaginário nos diz menos sobre si próprio do que sobre a sociedade que o constrói.

2. A nação e o mundo

Enquanto signo de uma identidade nacional, o imaginário se faz, se constrói para afirmar-se ante aquilo que é diferente da nação: o mundo. Entre nós, a afirmação da nação perante o mundo se deu por meio da criação do imaginário da unidade nacional defendida por indivíduos que, emblematizados, se transformaram em heróis.

Esse imaginário é duradouro e se refaz sempre, porém, no passado, desenvolveu-se em três claros momentos: a constituição do território, a sua ampliação e sua independência, exorcizando o fantasma da fragmentação física, social ou política. A sustentação desse imaginário coletivizou-se pelos heróis bandeirantes expansionistas, pelo imperador que emblematizou o poder real e se proclamava como defensor do território e, por fim, as tentativas de independência política, imaginário que se emblematiza no herói do 21 de abril e se renova sempre que é necessário que a nação se lembre que é livre e independente para decidir seus destinos.

O caráter icônico desses heróis é indispensável para provocar uma atenção popular, em geral ausente e dispersa e, sobretudo, para redimir a ambigüidade de uma identidade decidida alhures e à revelia da consciência nacional. Essa imagem icônica empresta foros de credibilidade ao imaginário e troca o verbal discursivo pelo visual da pose e do espetáculo: através da pose emblemática do herói, o imaginário se expõe publicamente e impõe, ao mundo, a sua identidade e a sua máscara: a pretendida unidade nacional.

3. A globalização do imaginário

A *globalização* do mundo obedece a dois princípios básicos e ordenados: previsão e precisão. Como no caso do imaginário que sedimentou a identidade nacional, a *globalização do imaginário* é uma forma de ordem.

Essa ordem global do imaginário só se faz explícita se a compararmos com aquele outro sistema de ordem territorializado, fragmentado. Nos dois casos, temos um imaginário ordenado do exterior para o interior, dos desejos de alguns para as realidades coletivas, do impessoal para o pessoal. Portanto, da territorialização para a *globalização do imaginário* não há diferenças essenciais, espelham-se e a idéia de territorialização do imaginário só se faz clara quando se lhe opõe à de globalização.

Porém, a *globalização do imaginário* deve ser compreendida a partir de uma vetor oposto àquele da territorialização.

À pose pública e visual do herói que comandou o imaginário territorializado, a *globalização* vai projetar a imagem que se desenvolve no ambiente privado da habitação, do particular, dos projetos e expectativas individuais, já não é mais necessário forjar a participação popular através do recurso dramático do discurso ou da pose. Já é possível dispensar a ênfase visual por um recurso sinestésico, eletroeletrônico, simultâneo e instantâneo: a televisão. Dispensa-se a praça pública que é o *locus* adequado do herói consagrado, porque a televisão se infiltra em todos os lugares e tempos, democratizando-se à força. A participação popular é substituída pela adesão subliminar, multi-sensorial e fabricada em massa: é prevista e planejada à distância, industrialmente, mas sua resposta é rápida, total e infalível. Enreda-se na vida privada e o herói de ontem é substituído pelo cotidiano igual para todos: o mesmo modo de viver, de habitar, de se vestir, de se alimentar, de se transportar. Em todos os lugares, o mesmo imaginário, a mesma língua, a mesma moeda.

A *globalização do imaginário* ocorre e se expande sob a égide não mais da identidade, mas da igualdade do cotidiano em todos os lugares, espaços e territórios, independente de evidências históricas ou econômicas que apontariam para outras direções.

Entretanto, o imaginário tem uma rotina de *globalização* oposta à da economia, da política, dos negócios onde o aparato tecnológico das telecomunicações encurta distâncias e apressa decisões. No imaginário, a rede global precisa submeter-se a um tempo e espaço onde, por vezes, ressurge o território e o espaço fragmentados.

O imaginário caminha mais lentamente que a economia ou a tecnologia, porém, parece estranho verificar que, num mundo tecnológico onde o tempo, o espaço e as mentalidades perdem suas fronteiras, ainda sobre momentos ou estratégias para o reaparecimento do herói de ontem no ator de hoje, como tivemos oportunidade de presenciar recentemente, por ocasião do episódio Collor. Por estranho que possa parecer, na realidade, globalização do imaginário e identidade nacional são faces opostas da mesma moeda; substitui-se

a celebração do herói de ontem pela aparência de um ator global, produzido e proclamado à distância do território.

Esses momentos ou estratégias do nacional global são responsáveis por uma curiosa operacionalização do mercado cultural: importa-se um imaginário globalizado e exporta-se o território, importa-se uma nova cena global, mas exporta-se a imagem do território que insiste em se identificar. Ao mesmo tempo em que se importa a tecnologia que torna reprodutíveis e descartáveis ambientes, modos de vida, aparência e subsistência, exporta-se o território mascarado nos seus objetos e espaços pitorescos ou exóticos.

Exporta-se a natureza, o produto ou o indivíduo tomados como marcas, sinais, índices do pitoresco que definem o território: exporta-se a Amazônia, a banana e o carnaval. Todos colocados no mesmo nível, descontextualizados, descentrados, pós-modernos, globais. Essa estratégia é responsável por uma curiosa máscara que permite encontrar, no mundo, a imagem de todos os territórios.

A estratégia desse mercado cultural, que mistura em todos os espaços e lugares idiomas, produtos, paisagens e etnias torna evidente que é possível manipular o imaginário a partir de valores globais que moldam uma sintaxe do imaginário, embora sustentado, aqui e ali, pela imagem do território fragmentado.

Assim, globaliza-se o território pela globalização do imaginário que crê que todos os lugares são territórios do mundo; a esta altura a *globalização do imaginário* é outro imaginário, outra utopia.

4. O imaginário global

A *globalização* do mundo é uma contradição: globaliza-se a partir de uma estratégia que emana de um centro de decisão econômico, o que supõe considerar, como conseqüência, uma periferia a esse centro; logo, não se globaliza o mundo, mas uma parte privilegiada dele; uma articulação renovada da conhecida estrutura centro/periferia que é manifestação lógica do poder.

A distinção entre *globalização do imaginário* e *imaginário global* tem por objetivo deixar clara essa lógica de dominação, que se apossa da linguagem, das representações e comunicações, para legitimar-se. *Globalização do imaginário* e *imaginário global* referem-se às duas possibilidades de produção da informação no "sistema-mundo". Se no primeiro caso pode-se fazer uso da descrição do que ocorre e temos presenciado, em escala ascendente na relação centro/periferia mundial, sobretudo nos últimos cinqüenta anos, no segundo caso, precisamos trabalhar com conjunturas, planos, desejos, um "devir" da informação que deverá trabalhar com outros e novos quadros de referência. Agora, mais do que descrever, é necessário interpretar o que pode ser o *imaginário global* a partir da lógica da sua produção.

Se a lógica da *globalização do imaginário* se apóia na circulação da informação auxiliada pelos recursos tecnológicos da eletrônica, o imaginário global deverá apoiar-se na produção da informação a partir de um horizonte de expectativas que projetam um quadro de referências múltiplo e multiplicado. Para tanto, é necessário incorporar uma outra estrutura sistêmica, contrária àquela que postula uma articulação centro/periferia que, do âmbito econômico, se expande até as relações sócio, culturais e ideológicas. Já foi observado que a *globalização do imaginário* constitui um sistema de ordem que propõe a simetria da imagem pela qual todos os espaços, lugares, territórios, noções devem se dar a conhecer ou igualar-se.

Na realidade, desconsidera-se a variedade territorial e a multiplicidade dos espaços, para admitir o engano de que todos os lugares são iguais porque, em todos, se encontram as mesmas imagens que se espalham nos serviços e aparência dos espaços, notadamente urbanos.

Ao contrário, o imaginário global apóia-se na produção da informação que é, necessariamente, descentrada e ocorre na dimensão do lugar tecido na prática quotidiana dos diversos espaços, a partir de uma visão do mundo como globalidade.

Essa alteração no quadro de referências supõe um sistema de produção da informação a partir da lógica periferia/centro que, obrigatoriamente, deverá correlacionar-se com a irregularidade e a assimetria, e será capaz de incorporar a independência e espontaneidade de todos os territórios, a partir da constatação de que não estão isolados, mas partilham de uma unidade maior: o mundo.

A partir das estruturas que se rompem em vários lugares simultaneamente, as contradições locais se intensificam forçando a revisão de antigas crenças, valores e hábitos que povoam o imaginário: impõem-se novas formas de trabalho, outra organização, outra política.

Admitir, a partir do lugar do território, a visão do mundo como globalidade é possibilitar a produção da informação que não se repete, mas emerge, original e nova, como propriedade de uma distribuição cultural que caracteriza, potencialmente, todos os territórios. Ou seja, é necessário que o cotidiano de todos os lugares não esteja impregnado pelas imagens que decorrem de uma circulação da informação global mas, ao contrário, seja capaz de produzir imagens de modo constante e contínuo; seja capaz de transformar a

experiência do cotidiano em fonte de informação capaz de ensinar a mudar comportamentos. Assim, às avessas, o território se globaliza, ou seja, substitui-se os globais comportamentos coletivos pela percepção individual e social da globalidade.

Nessa dimensão, o imaginário nacional não estará voltado para a necessidade fóbica de identificar-se, emblematicamente, em heróis, símbolos ou mitos, mas assumirá uma transformação que se processa em ritmo cada vez mais veloz e contínuo. Ultrapassa-se qualquer imagem de fragmentação, porém em um tempo cultural e educacional adequado a cada realidade.

Na verdade, o imaginário nacional, a partir de uma visão do mundo como globalidade, permite uma releitura do território, porque ele se transfigura internamente na medida em que participa, com sua singularidade, da transformação contínua do universo. O território se autodetermina no ritmo que lhe é possível e esta é a condição para que sejam eliminadas as fronteiras que dividem o mundo.

Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX

GEORGES BENKO

No vôo Paris—Rio recebi, no avião, um jornal econômico destinado essencialmente aos empresários. Por curiosidade profissional e pessoal percorri os artigos. Um deles falava da nova Europa, lembrando que a homogeneização das necessidades e dos comportamentos de consumo faz parte das penosas tendências que caracterizam o novo ambiente internacional da empresa... A partir do exame da incidência do fenômeno de *globalização* sobre a empresa européia, sobre sua validade e o conteúdo de um *euromarketing* e sobre as evoluções previsíveis do ambiente *marketing* internacional, numerosas questões são debatidas. O autor, em sua conclusão, falava das condições propícias ao desenvolvimento dos produtos mais estandardizados e da arquitetura de uma comunicação européia.

Essas poucas linhas me fizeram refletir sobre a evolução econômica e social deste *fin-de-siècle*. *Fin-de-siècle* que "se lê" em "pós" — pós-industrial, pós-fordista, pós-comunista, pós-nacional e pós-moderno — e alimenta os pensamentos de uma nova geração de teóricos. Paralelamente, a dualidade global-local torna-se um dos centros dos debates em ciências sociais e mais particularmente em geografia. As pesquisas realizadas nos últimos quarenta anos pelos teóricos do desenvolvimento regional[1] não confirmam de todo as evoluções contemporâneas. Proponho-me aqui reconsiderar a questão do desenvolvimento regional atendo-me mais particularmente, de um lado, ao *puzzle* atual constituído pela reaglomeração visível da produção e, de outro, à globalização dos fluxos econômicos. Penso que a economia mundial emergente pode ser considerada como um mosaico de regiões produtivas especializadas, com processos complexos de crescimento localizado, cada vez mais dependente, apesar de tudo, das outras regiões. Para esse *puzzle*, a abordagem que adotei é necessariamente complexa e incorpora três elementos teóricos maiores: 1) a concepção regulacionista do capitalismo como

estrutura da produção politicamente coordenada, com uma periodicidade definida; 2) a economia moderna institucionalista e evolucionista e suas contribuições para as inter-relações entre diferentes formas de organização da produção, dos mercados e das hierarquias etc.; 3) a geografia econômica *pós-weberiana,* que leva em conta o duplo processo de aglomeração e dispersão inerente à lógica da divisão do trabalho (DDT).

Nesse contexto teórico esmiuçarei três elementos maiores da reflexão sobre a globalização econômica. Primeiro a industrialização, em seguida a urbanização, e por fim os sistemas locais inovadores: os três num contexto global.

I. Industrialização e a economia global

A teoria do desenvolvimento regional sempre se interessou pela questão das trocas inter-regionais, e com toda a razão, visto como as trocas constituem um dos fundamentos da especialização local[2]. A abordagem tradicional empregada assenta no estudo da vantagem comparativa (a partir de dotações preestabelecidas), na troca mercantil e nos fluxos espaciais concomitantes de capital e trabalho. Um enfoque mais recente se articula em torno da nova divisão espacial e internacional do trabalho — introduzida pela empresa multinacional e, de maneira mais geral, pela empresa de estabelecimentos múltiplos —, na qual as diferentes fases do processo de produção são atribuídas no espaço de modo diferenciado, em função de suas características tecnológicas e do nível de qualificação que requerem. Nesta ótica, as atividades de alta tecnicidade e as funções direcionais são reservadas às regiões centrais, enquanto as tarefas repetitivas, pouco qualificadas e que requerem considerável mão-de-obra se vêem relegadas à periferia. As trocas se fazem entre as diferentes regiões, permanecendo internas à firma. Cada justificativa teórica encerra uma parte de verdade e cada qual, à sua maneira, apreende um aspecto das realidades atuais. Dito isso, a ressurgência da organização da produção flexível na economia do momento reforçou a dimensão da especialização inter-regional, o que impõe alguns comentários que desenvolverei em três pontos.

Primeiro, por oposição à teoria tradicional do desenvolvimento, a vantagem comparativa só raramente é uma questão de dotação inicial (ela é ainda menos natural). A vantagem comparativa é artificial; origina-se do processo mesmo da troca e se manifesta no decurso de uma trajetória do desenvolvimento regional no instante em que se transformam progressivamente as aglomerações industriais e as condições de suas economias externas. Assim,

certas regiões — as que conheceram um desenvolvimento precoce, em particular — conseguem dominar os mercados especializados, nacionais e internacionais. A aeronáutica em Toulouse (F) ou em Los Angeles (EUA); o automóvel em Turim (I) ou no estado de Michigan, e os semicondutores da Silicon Valley, "Munichon Valley" (RFA) ou de Grenoble (F) são exemplos notórios. Esse fenômeno, dito do "recém-chegado", foi há pouco teorizado nos âmbitos da economia evolucionista e da teoria das novas trocas estratégicas (Arthur, 1990; Tyson, 1989; ver também Storper, Walker, 1989; Storper, Scott, 1992).

Em segundo lugar, se, como o afirma a nova divisão espacial/internacional do trabalho, formas múltiplas de cadeias de produtos se dispersam fortemente pelo mundo, elas se ligam preferencialmente a certas aglomerações. Em qualquer aglomeração, produtos semi-acabados, subconjuntos e matérias-primas de todos os gêneros são fabricados na rede industrial local e em seguida encaminhados para fábricas de outros lugares e aglomerações. Em suma, o circuito é ao mesmo tempo funcional e espacial. Não há, assim, nenhuma oposição absoluta entre a teoria da aglomeração e a teoria da nova divisão espacial/internacional do trabalho. Pode-se notar que cada abordagem capta uma faceta pertinente mas diferente de uma mesma realidade econômica.

Em terceiro lugar, além das críticas formuladas contra a nova divisão espacial/internacional do trabalho (considerada como uma simples estrutura centro/periferia) por teóricos como Corbridge (1988), Henderson e Scott (1988), Lipietz (1986), Saver (1986) e outros, pode-se desenvolver outra argumentação. No curso das duas últimas décadas, houve uma tendência reforçada no sentido de que: 1) numerosos trabalhadores do Terceiro Mundo migrassem em massa em busca de empregos malpagos, não-qualificados, oferecidos pelos *sweatshops,* os estabelecimentos e as atividades de serviço não-especializados das aglomerações de produção flexível dos países do centro; 2) níveis elevados de competência tanto no plano técnico quanto no tocante ao enquadramento emergente em certas regiões urbanas da periferia, como no Brasil, em Hong Kong, em Cingapura, na Coréia do Sul e em Taiwan. De fato, duas cidades como Los Angeles, no centro, e Hong Kong, na periferia, sem embargo de bases nacionais praticamente opostas, têm muito mais em comum, como centros de produção flexível, do que, digamos, Los Angeles e Cleveland, que participam da mesma identidade nacional mas se enraízam em processos de industrialização diferentes.

Essas observações encarecem também a necessária reconsideração de certos aspectos da teoria do desenvolvimento do Terceiro Mundo. Até uma época recente (apenas há alguns anos), essa teoria sugeria que o caminho

mais eficaz para o desenvolvimento passava pelas indústrias dos grandes pólos de crescimento, às quais se juntavam, a montante, fornecedores atraídos por políticas de substituição das importações. Durante os anos 70 e 80, as estratégias de desenvolvimento desse tipo se chocaram com coações internas e severas (ligadas a um crescente endividamento). No mesmo período, formas de industrialização baseadas em atividades produtivas flexíveis, recorrendo a um trabalho mais intensivo, continuaram a se desenvolver celeremente em numerosos Novos Países Industrializados (NPI) da Ásia e da América Latina. Ali, setores especializados agrupam o têxtil, a confecção, o trabalho do couro, a transformação das matérias plásticas e a eletrônica. As empresas muitas vezes se tornam florescentes graças à superexploração e a políticas estatais que favorecem uma industrialização orientada para a exportação. Em alguns casos, notadamente na Ásia, certas regiões conseguiram passar para atividades que permitiam obter um valor sobressalente particularmente elevado, optando pela produção de produtos diferenciados e por um melhoramento da tecnologia empregada. A experiência dessas regiões, acrescida à da terceira Itália, da Jutlândia (Dc) e do Norte da Grécia, na Europa, mostra que uma base de produção flexível aliada a organizações eficazes de comercialização, no plano nacional e internacional, pode engendrar fases importantes de crescimento econômico, sobretudo quando os produtores são capazes de ultrapassar o limite qualidade/preço.

Chegados a este ponto, a discussão se pode resumir numa concepção dual do desenvolvimento regional econômico. De um lado, a *economia global* pode ser vista como um mosaico de sistemas de produção regionais especializados, possuindo cada qual sua própria rede densa de acordos de trocas, no interior da região, e um funcionamento específico do mercado local do trabalho. De outro, o mesmo mosaico se insere no entrelace planetário de ligações interindustriais, de fluxos de investimentos e de migrações de população. Ao nível global, disposições institucionais coercitivas — a empresa multinacional, um sistema nascente de *sous-traitance* ao nível internacional, alianças estratégicas interfirmas, acordos internacionais etc. — têm um relevante papel de mediação. O Estado-nação continua sendo um elemento significativo dessa estrutura das atividades de produção; no entanto, ele é certamente cada vez menos autártico, no plano econômico, em razão da internacionalização das estruturas de produção (que fazem pesar coações cada vez mais onerosas sobre a política macroeconômica nacional) e o crescente papel das organizações internacionais (nas quais as nações abandonam parte de sua soberania em favor de uma coordenação em níveis territoriais mais elevados). É à luz dessas evoluções que se impõe a noção do

sistema global como um mosaico de economias regionais (e não apenas como uma justaposição de economias nacionais).

2. Urbanização — Globalização

O conceito de "cidade global" (Feagin, Smith, 1987, Kratke, 1991) é um enfoque que evita conferir demasiada importância à função produtiva das cidades. Parte do princípio de que existem laços muito estreitos entre a rede mundial das empresas capitalistas e a das grandes cidades; estas últimas devem ser consideradas como os "centros geográficos privilegiados" de uma economia capitalista transnacional. O conceito de "cidade global" insiste na existência de uma hierarquia funcional entre as cidades no contexto da economia capitalista mundial e lhes reconhece funções supralocais nas quais se possa basear uma nova ordem hierárquica urbana. As mais importantes dentre essas grandes cidades são as que exercem funções de comando transnacionais e de alto nível, sendo por conseguinte os locais onde a rede internacional das empresas capitalistas encontra seus pontos físicos de ancoragem espacial. Segundo esse conceito, os processos de reestruturação em curso na hierarquia urbana podem explicar-se pelas mudanças sobrevindas na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). O que é novo na DIT atual é que ela já não se caracteriza por empresas capitalistas que possuem cada qual sua identidade nacional e têm por objetivo vender seus produtos no mercado internacional. A DIT é hoje mais determinada por companhias transnacionais que operam simultaneamente num número incalculável de países diferentes e inclusive realizam freqüentemente suas transações internacionais no seio de seu próprio grupo, de modo que as grandes empresas têm à sua disposição uma rede internacional de departamentos de sua propriedade.

Segundo o conceito de "cidade global", a hierarquização do sistema urbano internacional se explica pela distribuição desigual das funções supralocais de comando em relação aos processos de produção e valorização do capital. Ela encontra uma justificação de alcance ainda maior em Smith e Feagin (1987), para quem a classificação das cidades é função da distribuição das sedes sociais das 500 ou 1.000 maiores multinacionais, porquanto os centros de decisão dessas sociedades têm um "efeito multiplicador" inegável sobre a economia urbana da região onde se implantaram.

A hierarquia urbana não é função unicamente, claro está, das sedes dos maiores grupos industriais. Numa economia capitalista mundial, as atividades de comando são exercidas em todo o "setor do capital financeiro", as decisões importantes são tomadas tanto pelos bancos como pelos grandes

grupos industriais e o conceito de capital financeiro vem recobrir a interconexão desses dois domínios. As funções de comando na economia capitalista mundial não se exercem apenas na sede social dos bancos ou das grandes empresas internacionais, mas também no seio de sistemas de organização cada vez mais internacionalizados de "capital comercial" (Thrift, 1987), que regulam os fluxos monetários e das matérias-primas mundiais. Os mercados das trocas, os mercados a termo das matérias-primas, o mercado do imobiliário que se internacionaliza, também ele, cada vez mais (em particular o dos escritórios), o mercado de valores mobiliários, das companhias de seguro e dos serviços às empresas fazem todos parte do sistema. Segundo Thrift, a maioria das grandes praças financeiras continuaram inteiramente voltadas para seus próprios mercados (nacionais) até fins dos anos 60, com exceção de Londres, Nova Iorque e Paris, que tinham de há muito uma vocação transnacional. A partir do começo dos anos 70, assiste-se à internacionalização crescente das transações de capital comercial e do sistema de organização do setor do capital financeiro em seu conjunto. Essa evolução acarretou o aparecimento de uma rede mundial de centros financeiros, no seio dos quais a maioria das grandes empresas estão representadas, assim como a internacionalização mais intensa da utilização dos capitais. Assim, desde os anos 70 uma verdadeira hierarquia se instaurou entre as praças financeiras, cujas operações se tornaram mais e mais independentes do contexto nacional de sua economia.

A hierarquização do sistema urbano implicaria a predominância de determinadas cidades sobre outras em função de um certo número de critérios multidimensionais. Se tomamos, por exemplo, o caso de Paris, seu peso se vê reforçado por sua posição central para as redes comerciais e de comunicação. Pode tratar-se igualmente de uma vantagem cultural, no caso de uma cidade centro de "inovações" culturais. Pode ser, enfim, uma superioridade nos setores da produção e das finanças. Se a predominância de uma cidade sobre os processos de valorização do capital de outras cidades é difícil de perceber (ela só aparece, com efeito, de maneira simbólica através da dimensão e da concentração dos imóveis que abrigam as sedes das grandes empresas), nem por isso deixa de ser a característica essencial do fenômeno de hierarquização nas sociedades capitalistas.

Existem outros critérios de hierarquização urbana que não implicam uma relação de dominação — por exemplo, a classificação das cidades em função do número da população e dos empregos. A possibilidade de uma cidade exercer sua supremacia sobre os processos de valorização do capital depende da organização de seu setor industrial e comercial. Aquela que consegue operar uma concentração bastante significativa de poderio financeiro e de

sedes de grandes empresas a fim de que as decisões tomadas por essas diferentes instâncias possam contribuir para o declínio ou a prosperidade do setor industrial e comercial de outras cidades vê reconhecida uma posição de líder. Inútil, nesse caso, assegurar um "exercício coordenado do poder". A relação de dominação entre as cidades não depende apenas do número de organismos financeiros e de sedes de grandes empresas que se acham concentrados numa mesma localidade, mas sim, essencialmente, da maneira como são administrados e das potencialidades de controle que detêm. Essa a razão pela qual a hierarquização aumentada e intensificada do sistema urbano que conhecemos atualmente não se deve apenas à concentração espacial progressiva de centros financeiros e de sedes sociais em algumas cidades. Sua supremacia se exerce mais, ao contrário, pela centralização dos capitais, e estamos assistindo à intensificação da voga das compras de companhias (Hickel, 1987). A centralização dos capitais se acelera quando essas compras, cada vez mais numerosas, vêm substituir os investimentos efetuados para a construção de novos centros de produção. Segundo Zinn (1989), o processo mundial de centralização dos capitais nada mais é, em verdade, do que a manifestação da continuidade de uma mudança a longo prazo, mas, em razão mesmo das particularidades das constelações político-sociais que se desenvolveram nos anos 70 e 80, a velha "lei" da centralização dos capitais se viu acelerada e modernizada. Graças, em particular, à política de desregulação e à flexibilização das leis antitruste relativas à concentração, multiplicaram-se as ocasiões de afetar o capital financeiro "supérfluo" em relação à compra de companhias.

Logan e Molotch (1987) tomaram o exemplo dos Estados Unidos para mostrar que a hierarquia das cidades americanas encontram o seu complemento na classificação muito similar das compras de companhias. É nas "cidades-sedes sociais" que se encontra igualmente a mais forte concentração de empresas que se entregam às mais numerosas compras. Essas compras, doravante, fazem parte integrante de uma estratégia de investimentos financeiros, o que moderniza o processo de centralização. Não se pode tampouco excluir a idéia de querer sanear a empresa adquirida o mais depressa possível, a fim de revendê-la com lucro. Apesar de seus efeitos em parte destrutivos, as compras consolidam e reforçam a supremacia dos centros de controle urbano já existentes, pois os bancos principais, assim como as maiores empresas (que são os compradores das empresas menores), estão ali concentrados. As manipulações correspondentes são em seguida executadas por via de sociedades de serviços intermediários. Pode-se assistir ao surto dessas indústrias de serviços nas grandes cidades, como a concretização de um novo processo, cada vez mais di-

fundido, de fortalecimento do controle econômico exercido sobre outras cidades.

As grandes cidades, enquanto centros de valorização do capital, de valor produzido e de valor adquirido em sítios mais ou menos distantes, são as principais unidades espaciais que determinam igualmente o desenvolvimento regional em cada caso. De maneira mais geral, o conceito da "cidade global" pode vir respaldar a hipótese de uma desregionalização da hierarquia urbana. De fato, o lugar e o potencial econômico da cidade capitalista dependem cada vez menos do papel de metrópole regional que ela pode desempenhar e cada vez mais de suas funções de comando transregionais. Os pontos nevrálgicos do sistema capitalista urbano são os centros de comando, espacialmente bem ancorados, de controle da produção e dos processos de valorização que estão cada vez mais organizados e estruturados sobre uma base transnacional. À proporção que os processos de valorização do capital se internacionalizam, o desenvolvimento dessas cidades está mais do que nunca ligado a decisões tomadas em outras cidades, quase sempre distantes. As relações que cidades como São Paulo, Londres ou Frankfurt mantêm com Paris, Nova Iorque e Tóquio são muito mais importantes do que as que podem ter com suas instituições regionais ou nacionais (Mayer, 1988).

O desenvolvimento das "cidades globais", que favorece a desregionalização do sistema urbano, é por vezes interpretado como a conseqüência de uma diferenciação funcional cada vez mais acentuada no seio do setor dos serviços e da distribuição geográfica dos diferentes ramos desses serviços (Sassen-Koob, 1988, Brake, 1988). Convém, pois, distinguir os serviços diretamente voltados para a produção — são, essencialmente, as atividades de desenvolvimento de produtos e de processos — e os que se voltam indiretamente para a produção, isto é, para as atividades de conselho em matéria de finanças, de administração e de *marketing*. Os serviços do primeiro tipo dependem, para sua localização, das interconexões espaciais que podem existir com os utilizadores de novos produtos e processos; ou seja, estão ligados sobretudo aos centros de produção de alta tecnologia. O centro de tecnologia como tipo de desenvolvimento urbano se constitui dessa maneira. Os serviços do segundo tipo praticamente não dependem, para sua localização, da interconexão com uma estrutura produtiva regional particular, mas das relações comerciais transregionais e dos movimentos de capitais. O que conta para a sua localização é ocupar uma posição central no seio da rede internacional das finanças, dos mecanismos de controle e de concorrência, assim como das vantagens de aglomeração oferecidas pelos centros urbanos financeiros e de comando já existentes. Foi assim que nasceu o que se chama hoje de "cidade global". As "cidades globais" são os centros

de localização de atividades econômicas nacionais e internacionais que se desenvolvem independentemente de seu meio geográfico local ou regional imediato. O surto ou o declínio da produção local afeta muito pouco os centros financeiros, as sedes das grandes empresas ou o setor dos serviços especializados. Na "cidade global", o meio ambiente imediato é concebido como reserva de espaço que pode servir para o desenvolvimento de escritórios e centros de negócios e para a realização de projetos imobiliários de *standing*.

A crescente importância assumida pela esfera capitalista das finanças (e pelos centros de comando) nas grandes empresas vai, do ponto de vista da reestruturação espacial, reforçar o potencial econômico urbano e espacial das atividades financeiras e de comando nas grandes cidades, acarretando talvez conseqüências devastadoras ao nível das estruturas espaciais no próprio interior das cidades. O nascimento das "cidades globais" ilustra claramente o modo como a disjunção da valorização da produção e do capital que acompanha os processos de reestruturação geral das relações econômicas se traduz concretamente no sistema urbano. A crescente independência dos mecanismos de valorização do capital financeiro e dos investimentos financeiros em relação às atividades de produção tradicional corresponde, ao nível do sistema urbano, à formação espacial de centros financeiros e administrativos internacionais que são cada vez mais dependentes das relações de produção da economia urbana tradicional.

3. O local no global

A noção de *globalização,* como vimos, não deixa de ser ambígua. Pode-se utilizá-la para caracterizar a emergência de formas de organização econômica que abrangem conjuntos maiores (por exemplo, a divisão internacional do trabalho); além disso, cumpre que a *globalização* em extensão não se faça em detrimento da outra dimensão da globalidade que quer que os modelos expliquem a totalidade da realidade econômica (globalização em compreensão). Ora, o pensamento econômico se divide entre duas explicações: a da *globalização pelo mercado* e a da *globalização nacional,* comunitária..., que não são integráveis. Em oposição a isso, empenhei-me em fazer com que minha análise dos sistemas locais superasse essa dicotomia e desse uma explicação total de sua organização, a qual, aliás, caminha de par com um enfoque "realmente dinâmico". Donde o conceito de *globalidade dinâmica local* que propus. Esse conceito de globalidade dinâmica me servirá de referência para analisar a abertura dos sistemas locais para o seu *milieu.*

Considerarei primeiro o processo de globalização que procede dos sistemas locais inovadores que se desdobram sobre o seu *hinterland,* transformando-o e criando um novo sistema integrado mais importante, de tipo regional. A implosão das estruturas microeconômicas e das estruturas territoriais provocada pela revolução industrial engendrou forças que transformaram o processo de globalização da economia. Mostrarei que seu impacto sobre os contextos locais foi função do estado dos ambientes que os compõem.

As capacidades dinâmicas dos sistemas locais com ambientes inovadores os projetam naturalmente para o exterior. Essa abertura se opera segundo duas modalidades. A mais corrente é a intensificação das trocas com outros territórios. Mas, para além das vantagens da diversificação de seus recursos e da extensão de seu mercado, trazidas pelo comércio interterritorial (internacional) ao sistema local, é desdobrando-se em seu *hinterland* direto que este encontra o meio de retomar eficazmente seu desenvolvimento. Não o faz à maneira do modelo "centro-periferia", tão caro à ciência regional (dos anos 70), senão por um processo que ultrapassa a lógica da explotação e que consiste em criar, no seu *hinterland,* uma economia que se integra ao seu sistema de divisão do trabalho e de externalidades. Mas, estendendo seu próprio sistema de organização a espaços "novos" e diferentes, o ambiente local é levado a inventar e a utilizar novas estruturas econômicas e territoriais. Se chamarmos "metrópole" ao sistema que gera esse desenvolvimento, e região ao novo conjunto, ficará evidente que a economia metropolitana é radicalmente transformada e renovada pela *globalização regional* que ela põe em prática. Essa transformação não decorre de mecanismos econômicos nem de técnicas preexistentes mas de uma autogênese que procede do *milieu* inovador. Mostrá-lo-ei por meio de dois exemplos. O primeiro, é tirado dos trabalhos de F. Braudel que analisam a formação das "economias-mundo" por cidades-Estados durante o período pré-industrial que se estende do século XV ao XVII. O segundo, diz respeito ao período industrial: mostra como Lyon, cidade de grande tradição mercantil, manufatureira e financeira, construiu a economia de sua região[3].

A história de Veneza entre os séculos XIV e XVI mostra que um ambiente inovador transforma o seu *hinterland* rural de um modo que nada tem a ver com as análises da economia espacial. Segundo estas, o contexto rural que circunda uma cidade importante se transforma em função do mercado urbano e da distância ao centro, e seu espaço periférico se reestrutura numa série de círculos concêntricos que são especializados, cada qual, num tipo particular de produção e sem que isso acarrete uma modificação nas formas culturais. No caso que nos ocupa, a transformação se deveu aos burgueses venezianos que, qual empresários *schumpeterianos,* desenvolveram produções e técnicas culturais que eram novas para o lugar e a época. Adquiriram terras naquilo que se tornou a Venécia, não para dá-las em arrendamento e aumentar os seus ganhos, nem para abastecer o mercado urbano vizinho, mas pelo prazer de enriquecer suas competências, de conceber explotações cujas edificações e formas culturais (notadamente a vinha e a arboricultura) modelam a beleza da paisagem. Seu empenho se inscrevia na busca de uma nova arte de viver, diferente da cidade. Assim nasceu um campo de um encanto excepcional, povoado de esplêndidas "villas paladianas", cuja nobreza se deve ao fato de aliarem à beleza dos palácios a simplicidade e o rigor das edificações rurais.

Lyon, cidade de tradição mercantil, manufatureira e financeira, foi, a partir da segunda metade do século XIX, o núcleo da transformação econômica de seu *hinterland.* Foi ela que, por iniciativa de seu *milieu,* construiu a economia de sua região. "Rhône-Alpes" é, ainda em nossos dias, a região mais dinâmica do território francês. Sua história é igualmente um exemplo da maneira por que um *milieu* local inovador, estimulado, desta feita, pelas técnicas industriais, conduz uma *globalização territorial regional* e adota um tipo de organização econômica cujos desempenhos e criatividade são sem igual.

O processo de *globalização* da economia urbana lionesa em economia regional pode decompor-se como segue: 1) criação de uma estrutura de mercado no conjunto do *hinterland;* 2) desdobramento, através desse mercado, das estruturas de especialização-recomposição (DDT — divisão do trabalho) da metrópole e formação de um sistema produtivo (regional) integrado; 3) constituição de externalidades propriamente regionais; 4) formação de uma territorialidade regional; 5) emergência de um *milieu* regional inovador.

Um mercado é um sistema de comunicação (de fluxo e informações) para a integração de serviços (transporte, distribuição, financiamento, seguro etc.), no sentido de que a circulação dos fatores é garantida por esses serviços e de que ela só se otimiza quando suas capacidades são convergentes. Para que esse conjunto se estabeleça, é mister que as diferentes estruturas de serviços (privadas e públicas) da metrópole, que são suas iniciadoras, e as diferentes profissões que dele participam coordenem eficazmente suas operações. Isso só pode ocorrer se eles já tiverem uma prática das transações necessárias e um *know-how* em matéria de cooperações multilaterais, isto é, as capacidades que são próprias de um meio ambiente[4].

Graças a essa infra-estrutura de mercado, as atividades manufatureiras puderam desenvolver-se de maneira eficaz em toda a região. A *globalização do tecido industrial* se caracteriza pelo fato de a expansão das atividades

impulsionada pela metrópole ter redundado, não numa estrutura regional desequilibrada do tipo "centro-periferia", mas num sistema tecnologicamente coeso, fortemente integrado e descentralizado. A praça de Lyon financiou os investimentos produtivos injetando na região a quase totalidade da poupança mobilizada por suas redes bancárias, assim como capitais estrangeiros (ela adquirira, no princípio do século, uma envergadura financeira internacional). Foi a metrópole que forneceu os empresários que no *hinterland* implantaram seus métodos tecnológicos e empresariais. As primeiras atividades industriais descentralizadas beneficiaram-se das redes de relações que eles teceram no meio lionês. Puderam assim mobilizar eficazmente as potencialidades de fornecimento e *sous-traitance* da praça central. Essas empresas exploraram não apenas os recursos naturais da periferia (notadamente no domínio da energia) como também os recursos humanos. Assim, os artesãos relojoeiros do vale do Arve foram reconvertidos na *sous-traitance* de *décolletage* para as indústrias mecânicas da metrópole. Com o passar do tempo esse vale se industrializou, constituindo seu próprio meio ambiente, o que lhe permitiu em seguida requalificar toda a sua atividade e reespecializar-se no setor da máquina-utensílio. Aos poucos a industrialização foi-se apoiando nos principais centros urbanos da região, e isso tanto mais fortemente quanto já eles tinham uma tradição mercantil-manufatureira de capital provincial, como Grenoble. Os *milieux* locais incorporaram a cultura industrial de Lyon tanto melhor quanto as redes de cooperação eram ali mais ativas.

No tocante às externalidades de desenvolvimento, a região bem cedo se beneficiou de uma rede de centros de formação técnica. Escolas de engenheiros foram criadas nas principais cidades. Foi em Grenoble que se desenvolveram, com base na primeira Associação Universidade-Indústria criada na França, as primeiras redes de cooperação, em matéria de formação em engenharia industrial e em pesquisa-desenvolvimento, entre os estabelecimentos científicos e as empresas. Foi no Rhône-Alpes que se estabeleceram as primeiras formações tecnopolitanas constituídas por atores locais (Benko, 1991, e de Bernardy, Boisgontier, 1988). Elas são ilustrações exemplares do processo de aprendizagem coletiva nos tipos de externalidades cuja progressão caracterizamos anteriormente.

A *globalização* da economia metropolitana na economia regional caminha de par com o estabelecimento de uma nova organização territorial que aparece, ao mesmo tempo, como um efeito e como uma causa do desenvolvimento geral. Ela se caracteriza por sua estrutura estratificada e pela emergência de uma territorialidade regional. Por estratificação entendemos a conjunção, no território regional, de dois sistemas organizacionais: o dos

sistemas locais e o da região. Este último consiste em promover, entre os sistemas locais, inter-relações dinâmicas que aumentam a criatividade global, e, portanto, a capacidade dos sistemas componentes. Com o passar do tempo, a morfologia dessa rede evolui de uma configuração em armação urbana (centróide, hierarquizada, gravitária) para uma configuração pluripolar na qual os principais sistemas locais partilham as funções superiores regionais, notadamente tecnopolitanas. Claro, a transição não se fez sem que se produzam fricções entre o meio metropolitano (os lioneses) e os meios locais (os grenobleses, por exemplo). Porém, esses antagonismos se dissipam com a constituição de externalidades comuns (por exemplo, o triângulo tecnopolitano: Lyon-Grenoble-Genebra). A territorialidade regional (no sentido dinâmico que dou a esse termo) não se analisa como a justaposição dos territórios locais, mas como uma realidade territorial nova que nasce de suas inter-relações. O território regional pode ser caracterizado, em primeiro lugar, como um espaço de comunicações para a integração de *know-how* e produção cultural. Ele se constitui, notadamente, a partir da inserção dos atores locais em redes de inovações e externalidades que associam diferentes papéis de excelência da região, assim como das práticas que eles desenvolvem aí. O território regional é também um quadro de vida partilhado e uma vivência coletiva das vantagens da amenidade específica oferecida pela região, sobretudo combinando harmoniosa e eficazmente as diversas amenidades locais.

Ao cabo dessa *globalização econômica,* um meio regional inovador emerge. Não substitui os meios locais nem é a soma destes. Compõem-se de todos os atores que têm uma representação e uma concepção convergente daquilo que a organização regional traz ao integrar as capacidades dos sistemas locais e que a valorizam pela maior criatividade sócio-econômica que daí resulta. Essa racionalização procede da prática acumulada nas redes anteriormente evocadas. O meio inovador regional é o conjunto das habilidades coletivas oriundas dessas práticas e sua mobilização nos procedimentos mais ou menos informais que fazem avançar as problemáticas econômicas propriamente regionais, bem como suas soluções. Ele se manifesta por meio da cultura que assim se constitui.

Em matéria de *globalização,* a teoria das vantagens comparativas de D. Ricardo é uma referência incontornável. No modelo ricardiano, a *globalização* procede: 1) da suposta existência de um mercado supranacional; 2) das dotações em recursos dos territórios (nacionais), as quais são assimiláveis a externalidades naturais; 3) do princípio da divisão do trabalho e do critério de especialização adotado: o das vantagens comparativas em recursos. As nações devem curvar-se à *globalização* pelo mercado e os Estados não

podem senão consentir nesse sistema perfeitamente objetivo. Infelizmente, o mercado mundial não existe, devido, notadamente, ao fato de que os Estados não param de interferir no jogo daquilo que convém considerar somente como um comércio internacional. Não são as matérias-primas que constituem os recursos mais estratégicos, mas as habilidades que os atores territoriais podem desenvolver, promovendo as externalidades apropriadas. Se a divisão internacional do trabalho procede das vantagens comparativas, estas decorrem de externalidades que não são estáticas, mas dinâmicas. Enfim, a organização das especializações e a das externalidades estão ligadas, como ficou demonstrado pela análise do *milieu*.

Convém, pois, superar a análise ricardiana e seu mecanicismo, principalmente levando em conta as estratégias e as "governanças" (Storper, Harrison, 1992) dos atores: não só as das empresas e dos Estados como também a dos *milieux* locais.

Precisarei inicialmente a maneira pela qual as mudanças que caracterizam a revolução industrial afetaram as políticas que as empresas adotam no contexto da organização global do *arché* e as que os Estados praticam no âmbito dos territórios nacionais. A revolução industrial originou-se, por um lado, da maquinização dos processos produtivos (a emergência de um novo paradigma tecnológico — Freeman, 1991) e, por outro, da cientifização dos conhecimentos técnicos (a tecnologia) e dos modelos de organização econômica. A maquinização, desacelerando as capacidades de produção e melhorando as comunicações a ponto de reduzir drasticamente as coações ligadas à distância, criaram uma situação concorrencial até então desconhecida. A cientifização, transformando um *know-how* "fácil" dificilmente difundível em conhecimentos fáceis de ser apropriados por atores convenientemente educados, permitiu a reprodução das estruturas produtivas (das tecnologias e dos modelos de organização) e sua difusão por outras empresas e novos lugares. Isso teve por efeito não só intensificar ainda mais a concorrência, como também, acrescentando à mobilidade dos bens e dos capitais a dos conhecimentos tecno-organizacionais, modificar as condições de seu exercício. Finalmente, a desaceleração e a difusão espacial dos estabelecimentos industriais transformaram a composição produtiva dos contextos locais.

Ante essa situação, as empresas e os Estados adotaram políticas que modificaram as formas da *globalização econômica*. Meu argumento é que os contextos locais de meios inovadores ou "dinâmicos" assumiram o controle dessas transformações, fazendo-as servir ao seu desenvolvimento, ao passo que os demais lhes sofreram os efeitos com fortunas diversas, mas sempre de modo a não conseguir estabelecer uma dinâmica autógena. Proporei, então,

com base no critério do Estado dos meios locais (mais ou menos dinâmico ou inovador), uma classificação dos contextos locais e de suas transformações ao longo da era industrial.

Em se tratando das empresas, a concorrência e a maquinização orientaram suas estratégias no sentido da redução dos custos, de um lado adotando economias de escala tecnológicas e organizacionais (concentração horizontal e vertical) e, de outro, localizando seus estabelecimentos perto das jazidas de recursos mais vantajosos (seja dispersando-os — disjunção espacial —, seja concentrando-os territorialmente para melhor controlar os reservatórios de mão-de-obra e *sous-traitance)*. A concentração vertical e horizontal é uma "forma micro de globalização". Mas todo crescimento do porte das empresas ocasiona uma rigidez que as torna mais vulneráveis face às mudanças do ambiente. Para contrabalançar essa desvantagem, as grandes empresas se empenharam em minimizar os riscos inerentes à difusão do *know-how* tecno-organizacional, de um lado, fechando-se sobre si mesmas, e, de outro, adotando técnicas de R & D que lhes confere a capacidade de controlar a criação tecnológica e que, por seu custo, são de natureza a frear a entrada, nesse domínio, de eventuais concorrentes. As Pequenas e Médias Empresas (PME) dependentes (*sous-traitance* e fornecimento às grandes empresas) foram apanhadas no jogo dessas políticas e, o mais das vezes, aniquiladas por elas. Quanto às PME autônomas, procuraram superar a concorrência das produções estandardizadas, diferenciando seus produtos no sentido da qualidade e se organizando para desenvolver coletivamente as tecnologias apropriadas. As estruturas de distrito que assim se constituíram foram durante muito tempo, para elas, uma forma eficaz de *globalização* (micro) coletiva e territorializada.

No tocante aos Estados, a revolução industrial obrigou-os a modificar suas estruturas territoriais nacionais. A política dos nacionalismos econômicos, que transformou a Europa durante o século XIX, respondeu à necessidade de constituir, sob a pressão das novas circunstâncias e oportunidades criadas pela maquinização, áreas de mercado mais amplas e mais eficazes. As desigualdades de origem geográfica e histórica levaram muitas vezes os Estados das nações menos favorecidas (pela dimensão de seu mercado territorial e por suas dotações em recursos) e/ou menos avançadas (em termos de *know-how* tecno-organizacional), numa primeira etapa, a proteger suas economias e/ou a estendê-las mediante conquistas coloniais e em seguida, numa segunda etapa, a desenvolver suas capacidades tecnológicas pela adoção de políticas industriais. Surgiram assim novas formas de globalização econômica nacional. Não obstante o fato de terem estado, quase sempre, em conflito com as da *globalização,* tiveram por efeito, como

estas últimas, estender a industrialização a contextos locais cuja economia assentava, até então, na agricultura ou no comércio.

Assim sendo, as *globalizações econômicas nacionais* conheceram várias formas. Distinguiremos dois casos polares. De um lado, aquele (como na Alemanha) em que a formação de um mercado maior ocorreu em pequenos Estados cujas economias tinham uma sólida tradição mercantil-manufatureira, entre os quais a união aduaneira e monetária só fazia consagrar relações comerciais já muito significativas e cujos ambientes dinâmicos encontraram, nessa criação territorial, o ensejo de tornar-se mais inovadores. No outro caso (como na França), a globalização se deveu a um Estado dirigista cujo poder se estendia sobre um vasto espaço predominantemente rural, onde as sociedades locais tinham sido desestruturadas por séculos de centralização. No primeiro caso típico, a *globalização nacional* conduzida por sistemas territoriais dinâmicos (mais ou menos como os *landers* atuais) foi, é certo, acentuada por colisões entre o novo Estado-nação e algumas grandes empresas, mas a estrutura regional tradicional foi consagrada, depois da II Guerra Mundial, por um sistema federal em que as autoridades públicas não impõem o seu governo em matéria econômica. No segundo caso, ao contrário, a *globalização econômica* governada pelo Estado, em colusão com o patronato, não leva em conta os meios territoriais e sua lógica se opõe à formação ou ao desenvolvimento de dinâmicas locais autógenas.

Como quer que seja, em ambos os contextos os sistemas territoriais em meios inovadores conseguiram captar, muitas vezes promover e sempre valorizar as forças da revolução industrial; seu governo permitiu regular os efeitos das micro e macro globalizações e colocá-las a serviço do desenvolvimento de seu território.

Um segundo caso típico é constituído por contextos locais cujos *milieux* apresentam propriedades que permitem qualificá-los, se não de inovadores, pelo menos de dinâmicos. Na aurora da revolução industrial, eles se caracterizam pela importância das redes sociais de solidariedade, do *know-how* de cooperação econômica, dos comportamentos empresariais, assim como pela forte auto-identificação territorial de sua sociedade local. Distinguiremos principalmente, de um lado, regiões metropolitanas cuja economia assentava no grande comércio (por exemplo, a Catalunha) e zonas predominantemente rurais ligadas à esfera de influência urbana, que lhes permitira desenvolver um *know-how* artesanal e que, graças às suas tradições empresariais e às suas redes de solidariedade, souberam captar as oportunidades do período industrial (tecnológicas, organizacionais) e constituir-se em "distritos". Numa e noutra situação, esses contextos de meios dinâmicos foram capazes de criar estruturas de DDT e de externalidades. Conseguiram pôr em prática estratégias coletivas de mercado, de produtos e de desenvolvimento tecnológico, o que permitiu às suas PME (notadamente no caso dos distritos) prosperar em face da concorrência das grandes empresas. No entanto, seu excessivo fechamento sobre si mesmos (notadamente para os distritos) e/ou o fato de sua industrialização ter-se realizado essencialmente a partir de tecnologias importadas (sobretudo no caso da Catalunha) as desfavorecem em face das regiões que são criadoras de tecnologia, de modo que, mais cedo ou mais tarde, devido à concorrência destas últimas, elas se vêem confrontadas com o problema do controle das novas tecnologias e, mais geralmente, da criação tecnológica (Maillat et alli, 1992, 1993).

Um terceiro caso típico é constituído pelos contextos locais cujos meios não são nem inovadores nem dinâmicos. Distinguirei, em especial:

— os conjuntos formados pelas indústrias pesadas de transformação, de pequena amplitude (sídero-metalurgia, construção naval e/ou pesada...) implantadas sobre jazidas de recursos naturais. Esses conjuntos, não raro significativos, e que conheceram crescimentos por vezes fulgurantes, produziram suas próprias aglomerações à margem do sistema urbano preexistente (ou o submergiram). Geraram igualmente um meio industrial, quase sempre dominado pelas grandes famílias e destacado da contextualidade urbana necessária à emergência de um verdadeiro meio local. As concentrações fortaleceram a direção das grandes empresas nesses lugares, a ponto de, aproveitando-se da multinacionalização e da relocalização sobre outras plataformas, abandonarem aos Estados (ou em colusão com eles) a tarefa de administrar a crise em que caíram. Porém, de modo geral, os Estados nada mais fizeram do que entregar esses reservatórios de empregos em pleno marasmo a empresas alógenas em busca de baixos salários;

— os pólos formados por uma grande empresa de um ramo de indústria industrializante (por exemplo, a indústria automobilística), que se territorializa para controlar o seu mercado de trabalho e de *sous-traitance* (Fiat, Peugeot). Esses contextos do tipo *company town* não produzem meios locais dinâmicos. Suas trajetórias dependem da capacidade de inovação das empresas motrizes e da evolução de sua estratégia territorial;

— os outros centros (mais modestos) de industrialização originaram-se quase sempre da iniciativa de atores locais que, apoiando-se num mercado regional, mobilizando as poupanças patrimoniais e empregando tecnologias importadas, criaram PME de indústrias leves, o mais das vezes nas antigas capitais ou nas cidades secundárias das províncias rurais. Essas empresas, que tinham a vantagem de se abastecer junto a empresas mais antigas, não induziram localmente senão *sous-traitance* limitadas. Seu meio não lhes dava suporte suficiente para que pudessem resistir, com o passar do tempo, à

concorrência cada vez mais invasora das grandes empresas. Assim, essas empresas indígenas desapareceram gradualmente ou foram absorvidas por empresas alógenas.

Paralelamente, os novos processos de difusão de estabelecimentos pelas multinacionais e/ou pelos Estados (no contexto de sua política industrial e de manejamento do território) acabaram de transformar a estrutura produtiva dessas regiões, de sorte que se pode qualificá-las doravante de regiões de industrialização nova. Em nossos dias, sua paisagem industrial se compõe sobretudo de estabelecimentos alógenos, não raro de alto nível tecnológico mas que estão inseridos em estruturas interindustriais exteriores. São pouco ou nada ligados entre si, e, portanto, pouco territorializados. Em definitivo, essas regiões apresentam a característica paradoxal, de um lado, de serem bem industrializadas, e, muitas vezes, fortemente dotadas, pelos Estados nacionais, em termos de externalidades de formação-pesquisa avançada (a região Provença-Alpes-Côte d'Azur ocupa o terceiro lugar na França), mas, de outro, de não terem dinâmica autógena (Perrin, 1991b);

— deixamos para o fim um caso que talvez não seja apanágio da França, mas que examinamos como tal: o de Paris e da Ile-de-France, isto é, da estrutura espaço-econômica que resulta da importância e das vantagens exorbitantes que um sistema político e econômico centralizado conferiu à sua capital. O meio compósito que assim se constituiu é mais propenso a explorar essa renda do que a inovar. A aglomeração parisiense forma um sistema local paradoxal em que a deseconomia parece prevalecer sobre a criatividade. Classificá-lo-ei na categoria dos sistemas de dinâmica mantida no exterior.

Em definitivo, no fim da era industrial, os contextos locais podem ser classificados em quatro categorias:

1) os sistemas com meios inovadores que controlaram as forças micro e macro da *globalização* e que as puseram a serviço de seu próprio desenvolvimento;

2) os sistemas com meios dinâmicos que conseguiram se organizar para tirar partido das oportunidades e que conheceram, por isso mesmo, desenvolvimentos notáveis; mais cedo ou mais tarde, porém, eles se confrontaram com a necessidade de dominar formas mais avançadas de inovação tecno-organizacional e são prejudicados por práticas e culturas industriais que não os predispõem para isso;

3) os pseudo-sistemas territoriais, assim qualificados porque não têm dinâmica autógena; seus *milieux* são desestruturados; sofrem as políticas das multinacionais e as dos Estados, com fortunas diversas e resultados ambivalentes;

4) os sistemas cuja dinâmica é mantida de maneira exógena.

4. Para concluir: uma idéia global sobre a globalização

Esboçado no século XVI com o desenvolvimento das companhias de comércio longínquo, aprofundado no século XIX com o Pacto Colonial e o incremento dos investimentos europeus no mundo, o movimento de integração econômica mundial se acelerou depois de 1945. A gradual diminuição dos obstáculos às trocas (negociações do GATT, progresso dos transportes) permitiu com efeito uma expansão considerável do comércio internacional, cuja parte do Produto Interno Bruto (PIB) mundial praticamente não cessou de progredir desde 1945, para ultrapassar os 15% em 1990.

As trocas internacionais se estenderam gradativamente às patentes e às tecnologias e depois aos fluxos financeiros, cujo montante é hoje quarenta vezes superior ao gerado pelas trocas comerciais. O próprio movimento de *globalização financeira* dos anos 80 facilitou as operações de investimentos diretos no exterior. As aquisições e fusões foram assim multiplicadas por quatro ao nível mundial entre 1982 e 1988, antes de conhecer uma diminuição recente. Desse modo elas constituíram, mais que as criações de sítios *ex nihilo,* a principal fonte do recente movimento de internacionalização das empresas, explicando, por exemplo, 85% do aumento da presença estrangeira nos Estados Unidos entre 1986 e 1989[5].

O salto foi significativo na indústria; as filiais estrangeiras controlavam perto de 14% da produção manufatureira dos cinco grandes países industrializados em 1990, contra 9,7% em 1977. Mas ele é maior ainda no terciário (bancos, seguros etc.): no fim dos anos 80, mais de 70% dos investimentos diretos dos japoneses no estrangeiro diziam respeito aos serviços. Cerca de 10% do PIB mundial seria hoje produzido por filiais estrangeiras de empresas multinacionais. Os fluxos de investimentos diretos no estrangeiro representaram assim 1,1% do PIB mundial em 1990, contra apenas 0,4% em 1980.

Essa visão de uma nova era econômica, a da *globalização,* é, pois, justificada. Dentre numerosas características desse fenômeno, pode-se sublinhar três elementos essenciais: 1) um mercado *unificado,* já que a economia mundial vai se transformando numa zona única de produção e de trocas; 2) empresas mundializadas, gerando sobre uma base planetária a concepção, a produção e a distribuição de seus produtos e serviços; 3) um quadro regulamentar e institucional ainda muito inadaptado, visto que carece de um mecanismo de regulação que permita controlar em escala planetária a interdependência econômica e política.

Para além das modas, a noção de *globalização* deve contudo ser encarada com prudência, e isso por diferentes razões: primeiro, porque o movimento de integração econômica mundial, esboçado no século XVI, conheceu desde então avanços e recuos, entre os quais a expansão dos investimentos diretos no estrangeiro durante os anos 80, aliás recentemente desacelerada, não constitui senão o último episódio; depois porque a presença das empresas estrangeiras nas economias nacionais, conquanto significativamente aumentada, permanece limitada, e porque, simetricamente, a maioria das firmas, incluindo as maiores, conservam hoje um caráter etnocêntrico muito acentuado; e finalmente, porque se assiste mais à formação, ainda frágil e incerta, de entidades e mercados regionais (mercado único europeu, livre-troca americana) do que a uma verdadeira unificação do mercado mundial.

O processo de mundialização[6], desordenado, acelerado e mal regulado, aumenta os riscos de exclusão social em todos os países. Eficácia econômica e justiça social deverão ser repensadas. Seria preciso debruçar-se sobre as interações entre lógica econômica e instituições políticas tanto em nível local como global.

Notas

[1] Entre os numerosos trabalhos a respeito, podemos citar os de Perroux, Boudeville, Myrdal, Hirschman, Lewis, Amin, Emmanuel, Rostow, Frobel, Aydalot etc.

[2] Notemos que hoje se pode facilmente introduzir o termo globalização. Essa palavra designa a tendência atual das grandes empresas a delegar uma parcela do seu poder às filiais dispersas nos quatro cantos do mundo. Para melhorar sua competitividade, as multinacionais confiam suas filiais e administradores autóctones, mais aptos a perceber as especificidades locais nos métodos de gestão e produção.

[3] Ver, também, os trabalhos históricos de J. Blache e R. Blanchard (1948) — *Les Regions Géographiques de la France,* in: *Revue de Géographie Alpine,* vol. 36, p. 439-45 e de J. Labasse (1966) — *L'Organisation de l'Espace,* Paris, Hermann, p. 424-25.

[4] Ver os trabalhos sobre os distritos industrais *marshalianos* de Becattini, Sforzi, Garofoli e Benko-Lipietz, 1992.

[5] Os dados são do BIPE e do *Comissariat du Plan* (França).

[6] Esse movimento de conjunto cobre três etapas. A primeira, a internacionalização, está ligada ao desenvolvimento dos fluxos de exportação. A segunda, a transnacionalização liga-se aos fluxos de investimento e das implantações no estrangeiro. A terceira fase, ou *globalização,* corresponde à instalação das sedes mundiais de produção e de informação.

Bibliografia

AGLIETTA, M. *Régulation et crises du capitalisme,* Paris, Calmann-Lévy, 1976.

ARTHUR, W. B. *Industry location patterns and the importance of history,* Stanford University Center for Economic Policy Research, n.º 84, 1990.

AYDALOT, P. *Millieux innovateurs en Europe,* Paris, Gremi, 1986.

BECATTINI, G. *Sector and/or districts: some remarks on the conceptual foundations on industrial economics,* in: Goodman, E., Bamford, J., eds., *Small firms and industrial districts in Italy,* London, Routledge, p. 123-35, 1989.

BECATTINI, G. *Le district industriel: milieu créatif, Espaces et Societés,* 66/67, p. 147-63, 1991.

BECATTINI, G. *Le district marshallien: une notion socio-économique,* in Benko, G.B., Lipietz, A., eds., *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique,* Paris, PUF, pp. 35-55, 1992.

BENKO, G. B. *La dynamique spatiale de l'économie contemporaine,* La Garenne-Colombes, Editions de l'Espace Européen, p. 396, 1990.

BENKO, G. B. *Quelques concepts de géographie économique des annés 1980 et 1990,* Paris, Notes de Recherche CRIA, n.º 23, Université de Paris I, p. 56, 1990.

BENKO, G. B. *Géographie des tecnopoles,* Paris, Masson, 1991.

BENKO, G. B., Dunford, M., eds. *Industrial change and regional development: the transformation of new industrial spaces,* London, Belhaven Press/Pinter, 1991.

BENKO, G. B., Lipietz, A., eds. *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique,* Paris, PUF, 1992.

Tradução: Antonio de Padua Danesi

A globalização reforça as particularidades

THEOTONIO DOS SANTOS

A questão territorial constitui um fator de moderação e bloqueio a uma tendência hoje muito forte de pensar o mundo como se tivéssemos um planeta totalmente integrado, ignorando os espaços culturais e econômicos locais. Creio, porém, e desejo mostrar que apesar de haver uma contradição entre o processo de globalização e estas realidades históricas e culturais, regionais e nacionais, nós não podemos pensar o global sem estas particularidades.

A idéia de que o universal é a ausência de conteúdo foi introduzida pela lógica formal. Ela alcançou seu auge no iluminismo onde a idéia de universalidade se opunha a todas as outras particularidades, exceto o indivíduo que passava a ser o representante particular. Todas as outras formas de realidade social nascem do relacionamento entre os indivíduos. Os conjuntos seriam formas que resultam da ação e interação dos indivíduos. Este enfoque vai se desenvolver na sociologia do século XIX. Todo pensamento político liberal parte desta mesma noção, inclusive a idéia de relações internacionais, que a Ciência Política desenvolveu, partia também da mesma idéia tomando a Nação como a referência individual das relações internações. Mas o indivíduo seria a referência fundamental dentro das Nações.

Essa visão do universal como exposição às particularidades históricas foi o resultado talvez da própria revolução que o capitalismo promovia no mundo através da transformação muito profunda das relações sociais, econômicas e políticas em que se apresentava como um sistema universalizante em oposição a todos os outros sistemas históricos. Esse enfoque se traduzirá, depois da Segunda Guerra Mundial, na teoria do desenvolvimento. Rostov, por exemplo, vai ser uma expressão muito clara deste enfoque do desenvolvimento. Apesar de já existir anteriormente, Rostov assumirá esta idéia com muito mais clareza: desenvolvimento é a oposição a todas as sociedades anteriores que impõe uma nova sociedade com características que se opõem

às sociedades pré-modernas, pré-contemporâneas, pré-desenvolvidas. Todas as outras formas de sociedade são a oposição, são o não-desenvolvido, são o não-sociedade moderna ou sociedade industrial. Isto quer dizer que todo este "outro", todos estes milênios históricos culturais, todas as outras civilizações significam um "nada" diante desta nova civilização que se afirma e se opõe a todas as outras. Não é sem razão que existe uma forte vontade de extermínio no quadro ideológico ocidental cristão.

A reação do Terceiro Mundo durante os anos 50 e 60 com o aparecimento do movimento dos não-alinhados, a partir da reunião de Bandung, e o avanço das revoluções no Terceiro Mundo, foram vistas simplesmente como uma busca de um caminho para entrar dentro desta modernidade. Mas o tempo foi mostrando que não se tratava simplesmente disto, que elas traziam consigo formas civilizacionais extremamente poderosas que não poderiam de nenhuma maneira ser excluídas de uma visão do universal. Isso se tornou muito forte no caso da revolução chinesa que trazia consigo 4.000 anos de civilização. Mas esta revolução foi irredutível ao mundo capitalista moderno e hoje é ainda uma grande incógnita para ele.

Mas temos, sobretudo, um caso muito especial que é o Japão. Segundo se pensava, era uma sociedade que se modernizaria por meio da transposição, para ela dos modelos do mundo ocidental, tendo basicamente os EUA como referência. Pouco a pouco, depois que o Japão aceitou durante um longo período a postura desta modernização, desvela-se uma resistência muito forte na cultura japonesa. Há um ponto em que o Japão começa a se transformar numa economia nova com a perspectiva de assumir esta liderança no processo de *globalização* em curso, começam a ressurgir no Japão as forças históricas da civilização japonesa — inclusive filosoficamente o pensamento japonês busca um caminho próprio. Eu colocaria aqui a figura de Umesao Tadao, que é diretor do Museu Etnográfico do Japão, em Osaka, e que repensa o mundo do ponto de vista das grandes civilizações que teriam sua organização determinada por princípios ecológicos. Umesao defende a tese de uma certa irredutibilidade das civilizações. Para ele, a hegemonia européia foi um fenômeno histórico reduzido, uma pequena fase da história. A Europa e os EUA têm que compreender que essa hegemonia européia não tem porque prolongar-se indefinidamente, aliás pelo contrário, está em franca decadência. Ele coloca inclusive a tese de que o Japão não se desenvolveu a partir da imitação ou assimilação da economia européia, da cultura européia, do padrão capitalista europeu. Para ele o Japão se desenvolveu paralelamente à Europa, e ele dá um dado muito importante: no começo do século XIX o Japão já tinha alfabetizado toda a população japonesa enquanto que a Europa só o conseguiu no fim do século XIX. Para ele,

apresentar o Japão como um fenômeno de assimilação da cultura européia é um erro histórico profundo. Teríamos que ir mais longe nesta discussão, mas o que eu quero chamar a atenção neste caso muito típico é que o Japão não se identifica realmente com um conceito iluminista de universalidade. Mas está muito em moda agora porque o seu crescimento é extremamente importante.

No último ano está-se voltando a olhar para a China que cresce 12% ao ano, quando o mundo está com um crescimento negativo ou, em geral, muito baixo. De acordo com os novos cálculos do Banco Mundial sobre o Produto Interno Bruto, que adota uma metodologia diversa daquela que vinha sendo adotada, entre as cinco primeiras potências, o Japão está em segundo lugar, a China em terceiro lugar e a Índia em quinto lugar. A Ásia não é mais uma região a reboque do mundo ocidental. Ela tem seu próprio pólo de acumulação de capital em constituição.

Dessa forma, o processo de *globalização* e *universalização* não pode ser identificado com o processo de formação civilizacional europeu (apesar da Europa ter tido um papel protagônico num certo momento). As leis que regem os processos civilizatórios e a formação de uma universalidade e talvez até de uma civilização igualitária não pode excluir as civilizações históricas que fazem parte deste processo de formação universal, elas tendem a revitalizar-se ou encontrar seu próprio caminho de desenvolvimento. Portanto, devemos pensar, a médio prazo, na criação de um mundo em que possivelmente alguns grandes centros civilizacionais serão os formadores dessa civilização planetária. Temos que levar em consideração todo este processo de *globalização* que conduz a esta civilização planetária. Mas não podemos reduzir este processo a certas características que apresentou nas suas primeiras fases.

Nas empresas, por exemplo, assistimos desde o pós-guerra a evolução de antigos trustes e cartéis e monopólios nacionais para a constituição das firmas multinacionais. Nestes cinqüenta anos elas se fizeram transnacionais e na década de 80 tendem a converter-se em empresas globais. Na verdade, formam-se complexos produtivos planetários. Alguns setores caminham para ser planetários. Não se pode pensar mais em mercados locais. Temos que pensar em escalas de produção realmente planetárias. O sistema produtivo moderno, o sistema financeiro e as formas de comunicação caminham para esta universalização. Mas esta universalização não pode ser entendida como a negação das particularidades e, particularmente, desses grandes processos civilizatórios. Civilizações, nações, regiões inter e intranacionais e grandes centros metropolitanos, formam juntos com as classes sociais, os movimentos sociais, as instituições, a família e tantos outros centros de

agrupação e reagrupação de forças sociais e econômicas, o conjunto daqueles que recriam o espaço a todo momento.

Acho que se nós conseguirmos pensar assim a idéia do espaço que se nos propõe discutir nesta oportunidade teremos que distinguir pelo menos três grandes níveis de espaço. O primeiro nível nós poderemos chamar de local, onde realmente na etapa moderna, dadas as escalas de produção modernas e a base produtiva do mundo contemporâneo, esse nível local é hoje de caráter metropolitano, de caráter submetropolitano, rural urbano, e como poucos casos, situações tipicamente rurais no mundo contemporâneo. Esse espaço regional mantém uma irredutibilidade porque os outros espaços, o nacional e o global, não podem substituir estes processos regionais. Eles podem agir sobre eles, podem orientá-los, mas não podem substituí-los. O espaço nacional vem sendo construído há uns trezentos anos porque na realidade as Nações são o resultado de um processo recente de formação dos Estados Nacionais. Estes espaços nacionais ainda são produto da imposição e da hegemonia de algum setor local ou de alguma parte deste nacional sobre as outras línguas nacionais. Por exemplo, quase todas elas surgiram de alguma manifestação lingüística local que foi imposta e convertida em língua nacional. As religiões nacionais também foram impostas em processos extremamente duros, onde a força foi um elemento central.

Portanto, a constituição das Nações é um processo que ainda está se dando — mais ainda nos países que se liberaram recentemente desta situação imperialista, aqueles que deixaram de ser colônia com o tempo, onde a questão nacional é muito forte e estão se constituindo como Nação num mundo já globalizado. Este processo de constituição de Nação se opõe, de um lado, ao local, mas ele também, de outro, se opõe ao global porque este tende sempre a destruir as bases desta construção nacional, a fragmentar, não no sentido local, mas no sentido global da negação inclusive dos espaços locais e de constituição de redes, de sistemas de caráter global, porque o global se apóia hoje na idéia de rede. Por que a idéia de rede? Primeiro, porque ela é o sucedâneo metodológico e mental do mundo informatizado. O mundo informatizado pensa em forma de sistemas que se entrelaçam e não em forma de relações rígidas. Portanto, estão muito mais próximos da idéia de rede do que da idéia das estruturas mais rígidas como normalmente pensávamos o mundo até vinte ou trinta anos atrás. Neste mundo de redes, o local, o regional e o nacional aparecem simplesmente como um dos elementos destas redes, que penetram por todos os lados estabelecendo as relações que, do ponto de vista global, lhe interessam.

Para terminar, chamo a atenção para um estudo feito por um grupo consultor financeiro, Prometó, e financiado pela American Express, que está

realizando desde o início desta década um estudo do modelo de redes como a base para repensar o mundo. Este ponto de vista das redes me parece ser o modelo mais radical de *globalização*. Gostaria de chamar a atenção para isto: não interessa a produção de valores, nem mesmo a distribuição de valores, interessa dominar os sistemas em que estes valores são produzidos porque é na dominação desses sistemas que poderá se captar o máximo dos excedentes disponíveis dos recursos da força, da influência. Eles dão o exemplo das redes mundiais de reservas de passagens de aviões. Não adianta ter os aviões mais colossais, as melhores agências do mundo, marketing etc., se não se puder fazer reservas de passagens a nível planetário. E estas são três redes que competem a nível planetário. Através do domínio dessas redes domina-se a ligação entre as várias partes do mundo. Talvez seja uma idéia, um produto de superimaginação, mas é por aí que a *globalização* passa. Esta é a idéia. Eles também não estão negando a realidade das outras dimensões que pretendem colocar a serviço de suas redes sem incorporá-las no seu conjunto. Estão querendo criar um sistema em que estas realidades nacionais, regionais, locais e sociais existem. Mas sobre esta realidade estabelecem-se novos espaços que são criados pelo mundo da computação e o mundo único de um cérebro mundial que liga todas as pessoas a este sistema global. Portanto, o domínio desse sistema será a nova grande realidade, o grande novo espaço que estaria surgindo.

Nação: província da sociedade global?

OCTAVIO IANNI

Quando visto em perspectiva ampla, de longa duração, o Estado-nação logo se revela um processo histórico problemático, contraditório e transitório. Houve época em que se definia pela soberania, real ou almejada, ampla ou limitada. Nos tempos da sociedade global modifica-se mais uma vez, mas agora radicalmente. Pouco a pouco, ou de repente, transforma-se em província da sociedade global.

Esta é uma história conhecida. Em praticamente todos os países do antigo Terceiro Mundo adotaram-se políticas de industrialização destinadas a orientar e acelerar a substituição de importações. Incentivou-se o planejamento governamental, indicativo e impositivo, capitalista, socialista ou misto, conforme o caso, de modo a promover a industrialização, diversificar a economia nacional, fortalecer centros decisórios internos e aperfeiçoar as condições de autoproteção do sistema econômico nacional. Em muitos casos, como nos que se propunham estratégias capitalistas e mistas, os próprios governos e as corporações dos países dominantes, centros de poder internacional, engajaram-se em projetos nacionais, de industrialização substitutiva de importações. Inclusive o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) atuaram decisivamente em favor de políticas "nacionais" de industrialização. Eram os tempos da guerra fria, quando um dos objetivos era favorecer políticas nacionais de desenvolvimento econômico e provocar mudanças sociais que tornassem a questão social menos tensa, não-revolucionária. Simultaneamente, essa foi uma época de rearranjo das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em escala mundial, no âmbito da guerra fria iniciada abertamente em 1946, com o discurso de Winston Churchill em Fulton, nos Estados Unidos. A despeito dos surtos revolucionários no que então era o Terceiro Mundo, o capitalismo desenvolveu-se extensiva e intensivamente por todo o mundo, expandindo-se em novas ondas pelas cida-

des e campos, inclusive revolucionando o mundo agrário. A economia política de contra-revolução mundial tinha êxitos em todos os continentes, propiciando novo surto de mundialização do capitalismo[1].

Mas tudo isso já é passado. Aos poucos, a estratégia do desenvolvimento econômico para dentro, ou industrialização substitutiva de importações, foi sendo abandonada pela estratégia do desenvolvimento econômico para fora, ou industrialização voltada para a exportação. Na medida que os países capitalistas venciam a guerra fria, inclusive com a "colaboração" dos equívocos mais ou menos graves que se cometiam nos diversos países socialistas, em particular no bloco soviético, o neoliberalismo tornou-se progressivamente a nova ideologia, o novo discurso da economia política mundial. As empresas, corporações e conglomerados internacionais e multinacionais tornaram-se transnacionais. A nova divisão internacional do trabalho tornava obsoletos conceitos, interpretações e práticas nacionalistas. A reprodução ampliada do capital tomou conta do mundo, desenvolvendo as classes sociais e as lutas de classes em escala propriamente global.

A *globalização* da economia capitalista, compreendendo a formação dos centros decisórios extra e supranacionais, debilita ou mesmo anula possibilidades de estratégias nacionais. "A atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisões. A questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente, isto é, quando ainda não se há realizado a homogeneização nos níveis de produtividade e nas técnicas produtivas que caracterizam as regiões desenvolvidas. (...) São muitos os indícios de evolução global orientada para a desarticulação dos sistemas econômicos nacionais, que são substituídos por espaços contidos em parâmetros políticos e culturais. (...) Ora, a partir do momento em que o *motor* do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas. (...) Na lógica das empresas transnacionais, as relações externas, comerciais ou financeiras são vistas, de preferência, como operações internas da empresa, e cerca de metade das transações do comércio internacional já são atualmente operações realizadas no âmbito interno de empresas. As decisões sobre o que importar e o que produzir localmente, onde completar o processo produtivo, a que mercados internos e externos se dirigir são tomadas no âmbito da empresa, que têm sua própria balança de pagamentos externos e se financia onde melhor lhe convém"[2].

Nesse contexto, não há desconexão possível, em termos de soluções nacionais, autárquicas e soberanas. Toda e qualquer tentativa de autonomização, afirmação de soberania, realização de projeto nacional capitalista, socialista ou misto, está sujeita às determinações globais, que adquirem preeminência crescente sobre as nacionais. Por isso, o movimento antisistêmico, ou a desconexão, seja qual for o projeto político, econômico ou social, revela-se difícil ou propriamente impossível. Em boa parte, essa é a história não só das últimas décadas do século XX, mas de todo esse século. Têm sido numerosos os projetos nacionais de desconexão, ou emancipação, sob diferentes regimes políticos. Floresceram e florescem nacionalismos, populismos, corporativismos, fascismos, militarismos, nasserismos, terceiro-mundismos, socialismos. Realizaram e realizam muito, mas não a desconexão, a autonomização, a internalização dos centros decisórios, o projeto nacional, a soberania[3].

As condições para a formulação e implementação de projetos nacionais são drasticamente afetados pela *globalização*. Ou melhor, os projetos nacionais somente se tornam possíveis, como imaginação e execução, desde que contemplem as novas e poderosas determinações "externas", transnacionais ou propriamente globais. A partir da época em que a *globalização* se constitui em uma nova realidade, conformando uma nova totalidade histórica, quando as fronteiras são modificadas ou anuladas, a soberania transforma-se em figura de retórica. Objetivamente, a sociedade nacional revela-se uma província da sociedade global. Por mais desenvolvida, complexa e sedimentada que seja a sociedade nacional, mesmo assim ela se transforma em subsistema, segmento ou província de uma totalidade histórica e geográfica mais ampla, abrangente, complexa, problemática e contraditória.

Quando as relações, os processos e as estruturas econômicas mundializam-se, as economias nacionais transformam-se em províncias da economia global. "A eficiência de uma economia pode ser avaliada com base no reconhecimento de que é ou não competitivo, isto é, sem recair em possíveis protecionismos nacionais. Aqui o que está em causa é a competitividade alcançada e não a que um país naturalmente possui. A competitividade baseada em vantagens naturais pode ser, entre outras coisas, o resultado de extensas quantidades de terras férteis disponíveis, boas condições climáticas, recursos minerais de alto teor e fácil extração. Em contraste com isto, a competitividade propriamente dita é o resultado da crescente qualificação dos trabalhadores, maior produtividade do trabalho e maior eficiência científico-técnica"[4].

Visto em diferentes momentos da sua história, o Estado-nação revela-se uma configuração problemática. Tanto na Europa, onde nasceu, como nas

demais regiões e continentes, revela-se uma espécie de desafio permanente: ou porque se transforma, ou porque não se forma. Alguns se revelam mais problemáticos em certas conjunturas, como tem ocorrido neste fim de século XX: União Soviética e Iugoslávia, África do Sul e Índia, Canadá e Espanha. Ao debilitar o Estado-nação, devido às forças que operam no sentido da mundialização, logo emergem provincianismos, nacionalismos, regionalismos, etnicismos, fundamentalismos. São ressurgências que tanto expressam reivindicações e identidades antigas como expressam o declínio do estado-nação enquanto instituto da soberania. "Uma federação de seis repúblicas, seus cidadãos incluíam cristãos católicos (croatas e eslovenos), cristãos ortodoxos (sérvios), muçulmanos (alguns de língua servo-croata, outros falando albanês e se sentindo albaneses), e diversas outras minorias. Viviam em paz, em muitos lugares estreitamente entrelaçados, e para muitos as distinções de qualquer modo significavam pouco. Mas os grupos tinham contas históricas a ajustar entre si, algumas das piores não mais antigas do que a Segunda Guerra Mundial. E as divisões mais recentes entre comunistas e anticomunistas, embora contidas sob Tito e enfraquecidas pela abertura do país ao Ocidente, não estavam mortas. (...) A Iugoslávia moderna situa-se sobre linhas divisórias da história européia: a divisão do Império Romano no século IV, a divisão da cristandade no século XI, a fronteira do século XVII entre os Impérios Otomano e Habsburgo. Também é verdade que, na ocupação das tropas de Hitler, fascistas croatas e bósnios trucidaram sérvios, judeus e muçulmanos, freqüentemente com assentimento do clero católico"[5].

Também as nações dominantes, desenvolvidas, industrializadas, maduras ou consolidadas revelam-se problemáticas, contraditórias. A despeito das décadas e séculos de existência, defrontam-se com dilemas básicos, que reabrem a questão nacional, relembram que a nação continua a ser um processo histórico, uma contínua ou periódica recriação. Todos os dias, 24 horas por dia, são muitos os elementos mobilizados para criar e recriar a nação, nacionalidade, identidade, pátria: discurso do poder, indústria cultural, aparelhos de repressão, sistema jurídico-político, códigos e regulamentos, símbolos, bandeira, hino, moeda, língua e dialetos, religião e seitas, território, fronteiras, tradições, heróis, santos, façanhas, monumentos e ruínas. De quando em quando, no entanto, tudo pode ser posto em causa. "Conforme caminham os experimentos, os Estados Unidos vivem um risco: uma nação de indivíduos reunidos não pelo sangue, mas pela língua, aspiração e uma idéia. Essa idéia, expressa na declaração de independência, é 'que todos os homens são criados iguais e dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis, entre eles a vida, a liberdade e a busca da felicidade'. Belas palavras, melhor filosofia; e um credo infernal para ser realizado. O próprio Lincoln perguntou se 'tal nação, tão dedicada, assim construída, pode perdurar'. E os americanos continuam inquietando-se. (...) Muitos (sintomas de dúvidas) são causados por um novo nervosismo acerca de força da própria democracia americana. A União Soviética propiciava um inimigo e um sistema com os quais os americanos podiam fazer comparações, orgulhosos e inquestionáveis. Já que o império do mal se foi, os Estados Unidos começam a reconhecer as fendas no seu próprio sistema: entre elas, a violência endêmica, as desigualdades raciais e a indiferença política"[6].

A nova onda são as estratégias de integração regional, os novos subsistemas do capitalismo mundial. Integração articulada por governos e empresas, setores públicos e privados, conforme as potencialidades dos mercados, dos fatores da produção ou das forças produtivas, de acordo com os movimentos do capital orquestrados principalmente pelas transnacionais. A guerra fria terminou, o bloco soviético está desagregado e sendo progressivamente integrado ao sistema capitalista mundial. A China, o Vietnã e Cuba abrem-se a empreendimentos capitalistas, ainda que mantendo o regime político nacional sob o signo do socialismo. Aos poucos, em diferentes regiões do mundo, desenvolvem-se estratégias de integração: Comunidade Econômica Européia (CEE), Associação de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), Comunidade de Estados Independentes (CEI), Círculo do Pacífico. Aos poucos, os "atores" tradicionais das relações internacionais, os Estados nacionais, são levados a organizar-se em torno de um novo e diferente "ator": a "comunidade" regional. Isso está acontecendo na Europa, Américas, Rússia e Pacífico. São várias as constelações de países, nas quais o Estado-nação aparece subordinado. Podem ser gérmens de nova cartografia geopolítica, na qual tendem a sobressair os Estados Unidos da América do Norte, a Alemanha e o Japão, ainda que logo mais a Rússia e a China possam vir a disputar posições nesse mapa. Mas também é possível constatar que todos esses "atores" podem estar sendo influenciados, ou determinados, pelos movimentos do capitalismo global: as exigências da reprodução ampliada do capital; os processos de concentração e centralização envolvendo empresas, corporações e conglomerados que ultrapassam fronteiras, culturas e civilizações; a nova divisão internacional do trabalho, compreendendo procedimentos produtivos, disponibilidades de força de trabalho, custos relativos desta força; o planejamento regional, continental ou global das operações das transnacionais, independentemente das suas origens nacionais, colonialistas ou imperialistas.

São muitas e poderosas as forças características da *globalização,* tornando anacrônico o Estado-nação e quimérica a soberania, ao mesmo tempo que se criam novas exigências de ordenamento jurídico mundial. Já não é

suficiente o paradigma das relações internacionais que prioriza o Estado-nação como figura principal, ator da soberania. No âmbito da sociedade global, vista como um universo de relações, processos e estruturas novos, próprios da *globalização,* o Estado-nação perde boa parte do seu significado tradicional. As novas realidades, relações, instituições e estruturas, não só econômicas, mas também sociais, políticas, culturais, religiosas, lingüísticas, demográficas, geográficas e outras estabelecem condições e possibilidades de novos intercâmbios, ordenamentos, estatutos. Juntamente com a mundialização da economia, política e cultura emergem desafios relativos aos mais diversos aspectos da sociedade global: ecologia, ambientalismo, energia nuclear, terrorismo, narcotráfico, máfia, xenofobia, etnocentrismo, racismo, mercados, patentes, convertibilidade de moedas, moeda regional, moeda global, telecomunicações, monopólios, oligopólios, produção e difusão de informações, *networks on line worldwide,* redes mundiais de comunicações funcionando todo o tempo em inglês. Nesse ambiente, surgem outros atores, outras elites, diferentes estruturas de poder, distintas polarizações de interesses, novas condições de convergência e antagonismo entre Estados-nações, grupos sociais, classes sociais, movimentos de opinião pública, fundamentalismos, correntes de pensamento. Esse é o contexto em que o paradigma clássico, ou tradicional, de relações internacionais começa a ser superado, ou subordinado pelo novo. Um corresponde à dinâmica da sociedade nacional, do Estado-nação, em que sobressai o suposto da soberania. Outro corresponde à dinâmica da sociedade global, compreendendo relações, processos e estruturas de dominação e apropriação peculiares, implicando movimentos de integração e antagonismo originais, possibilitando soberanias e hegemonias desconhecidas[7].

Se é verdade que a *globalização* do mundo está em marcha, e tudo indica que sim, então começou o réquiem pelo Estado-nação. Ele está em declínio, sendo redefinido, obrigado a rearticular-se com as forças que predominam no capitalismo global e, evidentemente, forçado a reorganizar-se internamente, em conformidade com as injunções dessas forças. É claro que o Estado-nação, com sua sociedade nacional, história, geografia, cultura, tradições, língua, dialetos, religião, seitas, moeda, hino, bandeira, santos, heróis, monumentos, ruínas continuará a existir. Mas não será mais o mesmo, isto é, já não é mais o mesmo. Ainda pode utilizar a retórica da soberania e até mesmo falar em hegemonia, mas tudo isso mudou de figura.

Em um mundo globalizado, quando se modificam, transformam, recriam ou anulam fronteiras reais e imaginárias, os indivíduos movem-se em todas as direções, mudam de país, trocam o local pelo global, diversificam seus horizontes, pluralizam as suas identidades. Os desenvolvimentos da nova

divisão internacional do trabalho, do mercado mundial, da fábrica global não só abrem como criam e recriam espaços físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais. As migrações internacionais parecem diversificar-se e agilizar-se, não somente devido aos movimentos do mercado de força de trabalho. A indústria do turismo expande-se por todos os cantos e promete as mais diferentes voltas pelo mundo dos museus, palácios e catedrais, monumentos e ruínas, imagens e simulacros. Acelera-se e generaliza-se a movimentação de funcionários, empregados, técnicos, assessores, conselheiros, gerentes, intelectuais, dirigentes de partidos, sindicatos e movimentos sociais, jornalistas, artistas, cientistas de todas as ciências e correntes. Uns e outros desterritorializam-se e reterritorializam-se no âmbito do cosmopolitismo aberto pela *globalização.* "O que significa universalismo? Que se relativiza a própria forma de existência, atendendo-se às pretensões legítimas das demais formas de vida; que se reconhecem iguais direitos dos outros, aos estranhos, com todas as suas idiossincrasias e tudo o que neles resulta difícil entender; que cada um não se obstina na universalização da própria identidade; que cada um não exclui e condena tudo que se desvie dela; que os âmbitos de tolerância têm que tornar-se infinitamente maiores do que são hoje. Tudo isto é o que significa universalismo moral"[8].

Multiplicam-se as identidades de uns e outros, na mesma proporção em que se diversificam experiência e existência, intercâmbios culturais e formas de organização social da vida, modos de trabalhar, agir, sentir, pensar, imaginar. Além de se multiplicarem as atividades possíveis, o que simultaneamente provoca a reelaboração de anteriores, abrem-se os horizontes do cosmopolitismo. Da mesma maneira que as coisas e as mercadorias, bem como as idéias e as fantasias, também os indivíduos se tornam cada vez mais cidadãos do mundo. Descobrem que podem ser diferentes do que têm sido. "Aqueles que estão fechados dentro de uma sociedade, de uma nação ou de uma religião, tendem a imaginar que a sua própria maneira de viver e de pensar tem validade absoluta e imutável e que tudo o que contraria seus padrões é, de alguma forma, 'anormal', inferior e maligno"[9].

A sociedade global continua e continuará a ser um todo povoado de províncias e nações, povos e etnias, línguas e dialetos, seitas e religiões, comunidade e sociedade, culturas e civilizações. As diversidades que floresceram no âmbito da sociedade nacional, quando esta absorveu feudos, burgos, tribos, etnias, nacionalidades, línguas, culturas, tradições, sabedorias e imaginários podem tanto desaparecer como transformar-se e florescer, no âmbito da sociedade global. Os horizontes abertos pela *globalização* comportam a homogeneização e a diversificação, a integração e a contradição.

Desde que a sociedade global começa a ser uma realidade histórica, geográfica, econômica, política e cultural, modifica-se o contraponto, parte e todo, singular e universal. Também alteram-se as modalidades de espaço e de tempo, pluralizados pelo mundo afora.

Notas

[1] Myrdal, G. *Solidariedad o desintegración*, trad. de Salvador Echavarría e Enrique González Pedrero, Fondo de Cultura Económica, México, 1956. Perroux, F. *La coexistencia pacífica*, trad. de Francisco González Aramburo, Fondo de Cultura Económica, México, 1960. Pearson, L. E. (org.) *Partners in development*, Frederick A. Praeger Publishers, New York, 1969. Gardner, R. N. e Milikan, M. F. (orgs.) *The global partnership*, International Agencies & Economic Development, Frederick A. Praeger Publishers, New York, 1968. Fajnzylber, F. *La industrialización trunca de América Latina*, Nueva Imagen, México, 1983. Horowitz, D. (org.) *Revolução e repressão*, trad. de Genésio Silveira da Costa, Zahar, Rio de Janeiro, 1969.

[2] Furtado, C. *Brasil (A construção interrompida)*, p. 24, 25 e 32, Paz e Terra, São Paulo, 1992. Consultar também: Fajnzylber, F. *La industrialización trunca de América Latina*, citado; Manor, J. (org.) *Rethinking third world politics*, Longman, London, 1991. Becker, D. G., Frieden, J., Shatz, S. P. e Sklar, R. L. *Postimperialism (International capitalism and development in the late twentieth century)*, Lynne Rienner Publishers, London, 1987.

[3] Amin, S. *La déconnexion (pour sortir du système mondial)*, La Découverte, Paris, 1986; Wallerstein, I. *Histoire et dilemmes des mouvements antisystèmiques*, in: Amin, S., Arrighi, G., Frank, A. G. e Wallerstein, I. *Le grand tumulte? (Les mouvements sociaux dans l'économie-monde)*, La Découverte, Paris, 1991. *Review of radical political economics*, vol. 22, n.º 1, 1990, número especial sobre *Beyond the nation state: global perspectives on capitalism*.

[4] Menzel, U. e Senghaas, D. *NICs defined: a proposal for indicators evaluating threshold countries*, in: Kim, K-D. (org.) *Dependency issues in Korean development (comparative perspectives)*, pp. 59-87, citação da p. 79, Seoul National University Press, Seoul, 1987.

[5] *The Economist*, artigo transcrito por *Gazeta Mercantil*, p. 2, São Paulo, 12 de junho de 1993.

[6] *The Economist*, p. 21-23, London, 5 de setembro de 1992; citação da p. 21. Consultar também: Schlesinger (Jr.), A. M. *La désunion de l'Amérique*, trad. de Françoise Burgess, Liana Livi, Paris, 1993.

[7] Cassese, A. *I diritti umani nel mondo contemporaneo*, Laterza, Bari, 1988. Bonanate, L. *Etica e politica internazionale*, Giulio Einaudi, Torino, 1992. Claude (Jr.), I. L. *States and the global system*, MacMillan Press, London, 1988. *International Social Science Journal*, vol. XXVI, n.º 1, 1974, edição especial sobre *Challenged paradigms in international relations*.

[8] Habermas, J. *Identidades nacionales y postnacionales*, p. 117, Tecnos, Madrid, 1989.

[9] Deutscher, I. *O judeu não-judeu e outros ensaios*, trad. de Moniz Bandeira, p. 36, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização?

DANIEL HIERNAUX NICOLAS

1. Notas conceituais: as concepções espaço-temporais

As transformações atuais da economia e da tecnologia relativas à mundialização trazem consigo a produção de um novo modo de articulação entre o tempo e o espaço que se pode identificar como a *simultaneidade tempo-espaço*, isto é, a possibilidade de que em diferentes partes da superfície terrestre ocorram fenômenos interligados. Evidente que isso está intimamente relacionado com as inovações tecnológicas.

De fato, podem identificar-se três tipos principais de formas de articulação entre tempo e espaço, cada um dos quais corresponde a certa relação entre "sociedade e tecnologia" como base material para a apropriação do espaço. O espaço-tempo corresponde justamente à capacidade dos sujeitos sociais de usar o espaço, de inseri-lo em seu encadeamento pessoal ou societário de tempos parciais. Desse modo, os sujeitos individualizam o espaço, apropriam-se dele e o obrigam a transmitir-lhe um valor que se integra à sua atividade, conquanto nos cálculos tradicionais não se reconheça como tal o papel do espaço na formação do valor dos bens ou serviços.

Assim, cada apropriação do espaço implica uma nova atribuição de coerência, de uma nova lógica que adquire conteúdo com um devir social específico, no qual se tecem o individual e o coletivo. Transforma-se o espaço ao se transformar a sociedade, e em cada uma dessas transformações está envolvida uma atribuição de uma temporalidade particular que é a que vive a sociedade particular num dado momento.

Por isso, em contextos de mudança, quando um grupo social se apropria

de um determinado espaço, não só o transforma num espaço social que exprime essa sociedade particular, a partir do uso que lhe destina, como constrói um espaço-tempo que é diferente daquele que outra sociedade teria podido construir; esse espaço-tempo é uma manifestação da racionalidade do movimento nessa sociedade. Assim, apropriar-se de um espaço é reconstruir sua lógica temporal, é reativar um mecanismo de articulação entre tempo e espaço, diferente do anterior.

É nesse sentido que nos parece assaz difícil poder construir modelos espaço-temporais muito genéricos, visto ser bem grande a heterogeneidade de formas de apropriação do espaço e do tempo em diferentes contextos societários, em distintos períodos da história. No entanto, as recentes transformações da economia mundial na fase atual do desenvolvimento capitalista deixam entrever uma nova racionalidade do "movimento", novas formas espaço-temporais, construídas com base em novas articulações entre espaço e tempo, por seu turno resultantes de novas formas de apropriação do espaço pelos grupos sociais, sempre mediadas pelos produtos tecnológicos.

Nessa perspectiva — e conscientes do risco do reducionismo — tentamos distinguir três formas básicas de apropriação do espaço que obedecem a três lógicas do desenvolvimento temporal das sociedades. Poder-se-ia, então, falar de três formas básicas de espaço-temporais: um espaço-tempo circular, um espaço-tempo linear numa forma básica e "progressista", ou seja, o espaço-tempo do fordismo, e, finalmente, o espaço-tempo da simultaneidade.

1.1 O espaço-tempo circular

Por um lado, pode-se distinguir a *forma de articulação* entre espaço e tempo que se dá nas sociedades tradicionais. Nesse caso, poder-se-ia pensar em um conceito circular do tempo e, portanto, em um modelo *circular* do espaço.

Esse modelo circular obedece às formas de apropriação do tempo e do espaço das sociedades tradicionais, isto é, um modelo no qual a permanência e a repetição se constroem a partir da apropriação imutável (ou de transformação muito lenta) do espaço. Ele se associa com um modelo tecnológico sumamente simples, embora ao mesmo tempo complexo, já que não só não está submetido à busca de transformações permanentes como se constitui na lenta evolução e, sobretudo, na adaptação do modelo tecnológico às condições do espaço. Nas sociedades tradicionais que se regem por esse modelo de tempo, os espaços diferentes são os mesmos espaços reconstruídos — readequados — que permanecem, porém, sem ser os mesmos. Cada

espaço é o recobrimento dos espaços anteriores, como no caso mais evidente das "pirâmides pré-hispânicas". Nessas sociedades, o espaço é tempo através de camadas sucessivas de tempo sobreposto.

A justificação de uma sociedade desse tipo não se encontra na evolução temporal e unidirecional (o "desenvolvimento"), nem na espacialista (a "modernização territorial"). Sua lógica é a permanência e suas formas são repetidas, destinadas a integrar e a definir uma e outra vez através do que é o tempo ocidental. Por isso, quando autores como Bonfill Batalla[1] falam de um "México profundo", não só parecem referir-se à dimensão oculta, em cuja profundidade estaria a essência do mexicano, como estão aludindo ao fato de que, em nossa opinião, no espaço atual — em suas camadas prévias — podem aparecer as formas anteriores, as articulações espaço-temporais que correspondem a outras apropriações não simultâneas às atuais.

Isso não implicaria uma compreensão do espaço como uma série de camadas sucessivas (uma visão geológica do espaço), mas a possibilidade de que se dê um uso simultâneo, em camadas sincrônicas de um espaço determinado, quando diversos grupos sociais lhe imprimem a lógica correspondente ao seu modelo societário[2]. O anterior foi, por exemplo, particularmente assinalado em matéria de apropriação religiosa, quando um espaço ou um objeto material se constitui no objeto de uma apropriação diferencial por diversas cosmovisões (veja-se o uso de Jerusalém pelas diversas religiões ou a sobreposição-articulação de cultos em sítios pré-hispânicos-católicos).

A visão circular do devir da sociedade se transforma então, por sua vez, numa apropriação circular do espaço e na criação de um espaço-tempo próprio desse tipo de cultura.

Finalmente, resta uma última consideração a respeito do espaço-tempo circular: não se pode deixar de levar em conta as contribuições que neste particular vêm sendo dadas por diferentes disciplinas sociais interessadas na "vida cotidiana", especialmente a sociologia[3] e, mais recentemente, uma parte da geografia ou da microgeografia. Nesses casos, também se aventa a hipótese de que a vida cotidiana se estruturará com base numa lógica de tempo-espaço circular no qual a circularidade se integraria de rupturas do que permanece no tempo e no espaço. Em suma, o cotidiano seria a articulação entre o que perdura e o que rompe essa continuidade num espaço-tempo que se torna circular[4].

1.2 O espaço-tempo linear

A cultura ocidental trouxe a visão do tempo linear. Como aponta claramente Lapouge[5], é o mosteiro (sítio utópico) que cria os primeiros relógios e

que consolida e difunde a visão filosófica de um tempo infinito e linear[6]. Lapouge assinala a esse respeito que, "decididamente, o relógio é um dispositivo desconcertante: fabrica o tempo linear, que é o da história, separa-o de seu suporte natural para transformá-lo em abstração, depois do que a duração é tratada de tal maneira, graças ao quadrante, que se anula incessantemente"[7]. Essa visão do tempo se associa a uma apropriação diferencial do espaço e tem fortes implicações sobre a concepção do espaço que postularão posteriormente as sociedades ocidentais.

A apropriação do espaço correspondente procura eludir a presença das camadas anteriores de tempo-espaço. Por isso, Hernán Cortez, por exemplo, arrasa Tenochtitlán e cria um novo espaço, dando-lhe inclusive um nome diferente: México. Mudar o nome era uma forma de suprimir a identidade toponímica de um espaço-tempo, implicava recriar uma "virgindade" do espaço, como se nunca tivesse sido apropriado por alguma sociedade anterior.

Entretanto, o espaço, como estrutura social, dá conta de uma reação e recupera a materialidade que se havia produzido em conseqüência da apropriação anterior, para impor algumas regras de funcionamento à nova apropriação, de tal sorte que a presença de *camadas,* embora negada pelo modelo ocidental de apropriação do espaço-tempo, torne a apresentar-se e alcance os albores do século XXI sem perder sua vigência.

Essa concepção ocidental, ademais, é uma visão desenvolvimentista que implica a possibilidade de um avanço no controle do espaço e no controle do tempo. Por isso, continuando com o mesmo exemplo, realiza-se um trabalho tecnológico não destinado a melhorar a permanência (como as obras de controle de inundação de Nezahualcóyotl[8]) das formas espaço-temporais, mas orientado para acelerar a mudança e intensificar temporalmente a apropriação do espaço.

A relação com o espaço acaba então por não respeitar os tempos próprios da natureza, da organização própria da mesma estrutura espacial, mas impõe tempos societários a espaços permanentemente reconstruídos.

Essa nova relação tempo-espaço implica que as sociedades ocidentais gastam uma enorme quantidade de energia para se apropriar dos espaços, diferenciá-los, a fim de construir lógicas parciais (temporais e espaciais) e inovar, como fuga para adiante, como marcha societária.

O que ficou dito deixa supor, sem maior complicação, que a dominação, a imposição de formas de poder social sobre espaços e tempos cada vez mais distantes se torna uma meta da sociedade. O imperialismo pode assim ser entendido (o que não implica uma valorização nem uma justificação) como uma lógica intrínseca das sociedades ocidentais por sua cosmovisão[9].

Essa relação tempo-espaço, como já se mencionou, se baseia num desenvolvimento tecnológico (das forças produtivas) sem medida comum com o que se havia passado nas sociedades não-ocidentais. Estas, ao procurar o desenvolvimento tecnológico suficiente para a permanência e a circularidade de suas sociedades, não precisavam de uma quantidade elevada de instrumentos e técnicas.

As sociedades ocidentais foram submetidas à necessidade de cumprir com sua visão linear, pelo que transformaram em caráter permanente sua base tecnológica, recriando novas modalidades e novos instrumentos tecnológicos que submeteram o espaço a uma pressão constante e a uma mudança permanente.

Desse modo, a internacionalização é apenas uma fase desse processo, um momento no qual a organização da sociedade mundial em fragmentos sociais é superada pela lógica de funcionamento da mesma visão imposta desde tempos atrás às mesmas sociedades.

Autores com uma ampla visão da cosmovisão ocidental foram capazes, em seu tempo, de entender esse processo de internacionalização, uns para criticá-lo como uma forma de dominação imperial[10], outros para exalçar a visão "progressista" incluída na internacionalização[11].

1.3 O espaço-tempo do fordismo

Nesse contexto, a visão fordista do espaço-tempo não passa de um momento particular da cultura ocidental quanto à relação de suas sociedades com o tempo e o espaço[12]. A racionalidade fordista se escora no conceito de um *trabalho divisível* em porções temporais dissociadas, conquanto espacialmente unidas. Por isso, a produção em cadeia de grande fábrica fordista foi tomada como paradigma de visão fordista.

Todavia, na própria racionalidade fordista a conquista dos mercados implica a expansão temporal sobre espaços lineares ou progressivamente articulados. Aliás, o conceito de fronteira, como o de avanço ou colonização, é muito representativo de uma visão espaço-temporal pela qual o espaço e o tempo se "conquistam", se "dominam", se conformam a uma lógica imposta pela sociedade. Nesse contexto, se a vontade primeira de uma sociedade já não é a reprodução circular da mesma (o que implica o respeito ao espaço para não alterar a circularidade do tempo), é possível aplicar a dominação do espaço ao longo do tempo (linear), uma racionalidade puramente societária de aproveitamento do espaço-tempo.

É por isso que a acumulação de riquezas como meta da sociedade se constitui num anelo possível e essencial do desenvolvimento dos países

ocidentais. A lógica fordista não pode escapar a essa visão, e a possibilidade de conquistar, de avançar sobre o espaço, de expandir-se sobre o tempo construindo e colonizando novos territórios se torna a dominante do desenvolvimento fordista.

É nesse sentido que a internacionalização constitui o sinal mais visível de uma expansão que parte de um centro de poder, se difunde[13], polariza[14] o espaço circundante e busca adequá-lo à sua própria lógica espaço-temporal. As bases da modernidade são parte dessa racionalidade, que implica a mudança permanente, a mudança pela mudança, a inovação como regra e o anterior, o prévio como fase que se deve rechaçar[15]. A permanência é o estancamento segundo a visão moderna do tempo linear.

A tecnologia como esforço de sociedade orienta-se sobretudo no sentido de acelerar esse processo, de permitir que a expansão se constitua no lema e a velocidade no bem mais estimado. Os limites da expansão se acham claramente expressos na existência do que os ecologistas reconhecerão posteriormente como o caráter finito do planeta (como no conceito de "Gaia"). Mas para chegar a esse reconhecimento deverão ter passado os trinta "gloriosos" anos de expansão fordista e da extraterritorialidade que expressaram os dois grandes sistemas imperiais ao desprender-se dos limites finitos do planeta para ensaiar suas vocações expansionistas além da superfície terrestre. Nesse contexto, a ficção científica como literatura de recreio representou também uma antecipação e uma sólida base de difusão ideológica dessa lógica espaço-temporal de corte expansionista[16].

A forma de organização espacial fordista produziu, como um de seus resultados territoriais mais tangíveis, as grandes cidades[17], as grandes áreas metropolitanas, que funcionaram ao compasso do tempo unificado do progresso, com o qual se sincronizaram os relógios sociais no uso do mesmo progresso. Este se constituiu na razão e no acionamento; as sociedades se adequaram a ele. No entanto, a possibilidade de que a visão ocidental dera livre curso ao interesse individual (de acumulação de riqueza), em vez de uma razão coletiva, criara desde tempos atrás conflitos entre grupos sociais que só puderam ser apaziguados mediante um "pacto" entre os que podiam aproveitar o funcionamento do sistema como instrumento de seus interesses pessoais e os que se encontravam submetidos à mecânica social imposta e que se portavam como atores sem capacidade de decisão, com escassa possibilidade de mudar o curso do tempo.

Talvez a maior capacidade do modelo fordista tenha sido a de impor um pacto social baseado numa redistribuição do excedente material e um uso diferenciado do espaço-tempo. À guisa de exemplo, o turismo de massa é uma boa representação do conteúdo desse pacto, já que demonstra como o

fordismo soube conceder tempo (férias) e espaço (praias, montanhas e outros espaços inicialmente "improdutivos") aos atores passivos, em troca de sua aceitação da lógica global do funcionamento do sistema sócio-temporal-espacial do mesmo fordismo[18]. Também se sublinharam outros ângulos desse pacto social baseado na redistribuição (cujo instrumento era a relação salarial), por exemplo, a consolidação de processos de urbanização baseados num modo de vida operário, nos quais o tempo se dividia em tempo de trabalho, tempo obrigado e tempo de não-trabalho, e o espaço se especializava e segregava à maneira de um verdadeiro "mosaico urbano"[19].

A análise da dimensão social e mesmo temporal foi amplamente desenvolvida. O mesmo, porém, não sucedeu com a dimensão espacial, à qual se dedicaram sobretudo análises a partir das funções produtivas ou reprodutivas dessa dimensão, sem reconhecer a estreita relação entre as formas e as funções desses mesmos espaços no âmbito da concepção espaço-temporal ocidental, em particular em sua forma fordista.

Nesse contexto, a grande cidade é o produto mais acabado do fordismo, traduzido em sua dimensão espacial. Constitui uma forma sumamente hábil de reproduzir as relações espaço-temporais da fábrica, a unidade de produção, e transferi-las para a esfera da sociedade global, conseguindo-se assim controlar até a esfera da vida cotidiana. Os modelos urbanísticos do fordismo, com a visão paradigmática de um Le Corbusier, por exemplo, são tão compatíveis com a versão capitalista como com a versão socialista do fordismo, visto que além de alguns aspectos ideológicos e de regulação tudo parece indicar que a relação com o tempo e o espaço não distam muito entre si em ambos os sistemas.

A grande cidade permite a integração da população como agente produtivo, mas também permite a extensão da produção à esfera da reprodução, imprimindo uma lógica única à vida social, dominada assim pela lógica fordista em todas as suas esferas.

As grandes cidades dos países desenvolvidos maneja diferentes escalas da racionalidade produtiva, da imposição de uma visão particular ao tempo e ao espaço, própria do fordismo; por isso é possível encontrar essa visão tanto no funcionamento dos bairros como na racionalidade global do espaço urbano, e em suas relações globais. Em todos os casos emerge uma lógica desenvolvimentista-expansionista do espaço, com uma concepção fragmentada e linear do tempo (um exemplo é o conceito de moradia progressiva[20]).

Os limites do modelo fordista encontram-se não apenas na explicação econômica tradicionalmente dada, mas também na destruição da lógica interna do espaço como estrutura (entre outros no tocante à lógica da reprodução ecológica) e no desgaste fundamental que o fordismo imprime à

vida social e pessoal dos indivíduos ao regular o tempo e buscar a unificação de uma visão linear desse mesmo tempo.

O exposto elucida não só a crise econômica profunda do modelo fordista como também a intensa crise social e cultural desse modelo, que na atualidade parece inevitável. Nesse sentido, a lógica do chamado fordismo periférico[21] constitui uma concepção simplista de sair da crise mediante a transferência espacial da visão fordista com ou sem o apoio direto das estruturas estatais (caso do México e do Brasil, por exemplo).

2. A mudança espaço-temporal do pós-fordismo

A evolução tecnológica, ao se orientar para um avanço temporal e espacial crescente, defrontou-se progressivamente, e de modo acelerado, com novos instrumentos e racionalidade tecnológica que, além de seu caráter inovador (vale dizer, moderno-fordista), se tornam fatores centrais para a mudança da lógica espaço-temporal recente.

Por isso nos parece que a constituição de uma racionalidade pós-fordista, para além de sua dimensão econômica, deve ser revisada como uma mudança muito significativa das orientações das sociedades atuais em relação à sua visão temporal e espacial.

A nova tecnologia traz a possibilidade da *simultaneidade no espaço,* o que se defronta consideravelmente com a visão expansionista (ou seja, das camadas sucessivas e diacrônicas de espaço rumo a um "desenvolvimento" maior[22]). A possibilidade da simultaneidade no espaço é que permite à internacionalização transformar-se em *mundialização,* em *globalização.* A internacionalização implica a sucessão no espaço e no tempo; a mundialização reconhece o princípio da simultaneidade[23].

As tecnologias da informação oferecem perspectivas tão inovadoras que ainda é difícil reconhecer a amplitude da mudança possível na nossa visão do tempo e do espaço. De fato, poder escrever quase simultaneamente um informe por correio eletrônico e assumir o controle de um processo tecnológico (CAM), de maneira remota, são situações que implicam a possibilidade de dirigir a produção num ponto do espaço a partir de posições remotas e até simultâneas.

Nesse sentido, o espaço por essa tecnologia pode ser reduzido a um ponto único e a simultaneidade é uma regra de funcionamento crucial do conceito de espaço-tempo associado a tais processos. Também surgiu a possibilidade da percepção remota de um espaço através da realidade virtual, o que modifica radicalmente a percepção do espaço, do "espaço vivido"[24].

3. Mundialização, fragmentação, ruptura de coesão?

Assim, a simultaneidade constitui a base de uma nova concepção do espaço, e obviamente do tempo, que superou os estreitos limites da produção para se reproduzir no cultural. No caso do ecletismo na arte e na arquitetura, refletiu a transferência para o tempo-hoje do tempo-ontem, sem prejuízo do progresso, da modernidade, do novo sobre o velho.

Esse manejo do espaço-tempo é, a nosso ver, uma das chaves para se entender o pós-fordismo, embora seguramente não a única. Nesta base, não se deve referir unicamente a transnacionalização como o mecanismo de mudança. Não se trata de afirmar que a economia e a informação se mobilizam de forma diferente da que ocorria no passado. Pelo contrário, podemos dizer que esse salto de fronteiras nacionais (o que implica o termo "transnacionalização") não se faz apenas (embora ainda seja importante) mediante a transferência tempo-espaço tradicional e própria do fordismo, mas por meio de um processo de tornar "simultâneos" os processos em diversos espaços.

Assim, as novas formas territoriais nas quais podemos reconhecer fragmentações e diminuição ou desaparecimento da coesão nacional não podem ser lidas apenas como resultados de um processo de transnacionalização que, como tentamos demonstrar, seria tão-só o resultado de uma fase anteriormente dominante (embora ainda presente) de organização do espaço-tempo do capitalismo.

A transnacionalização seria a última fase do fordismo, e corresponderia ao anelo antes expressado por Lasuén e pelos perrouxianos[25], de "superar as fronteiras nacionais" para garantir o bom funcionamento das "indispensáveis empresas multinacionais". A transnacionalização implicaria, então, a expansão última dos mercados, a reestruturação territorial na qual se podem expressar as novas articulações espaço-tempo.

Para isso é necessário seguir de perto o que está ocorrendo em termos da formação de áreas de livre comércio ou de grandes blocos político-econômicos. Eles não constituem, em nossa opinião, nenhuma proposta inovadora da perspectiva da relação tempo-espaço no capitalismo moderno. São o signo do aperfeiçoamento da tendência internacionalizante, da reconstituição de grandes mercados. A isso se poderia acrescentar que são também um reconhecimento do caráter finito da expansão, da impossibilidade de constituição de um sistema unipolar. São, pois, a aceitação da multiplicidade (conflitiva) de sistemas de acumulação, com regras diferentes de

operação, conquanto certas lógicas sejam comuns (como a espaço-temporal).

A formação de grandes unidades geoeconômicas marca o fim da expansão unipolar depois da extinção do sistema bipolar que justificava a necessidade de expansão[26]. Isto não significa que o conflito se elimine, mas que as regras do jogo tendem a se macrorregionalizar em vez de se unificar num modelo único.

Neste sentido, a formação de blocos redunda na obrigatória redução da coesão nacional em favor da constituição de uma macrológica territorial[27]. No caso do ALC e do TLC trilateral, a evolução econômico-espacial é bem clara: no Acordo de Livre Comércio entre o Canadá e os Estados Unidos prevaleceu ainda uma lógica de unidades nacionais que se evidenciou na consideração de regras de origem nacional. No caso do TLC com o México, o texto especifica que se considerará uma lógica ou regra de origem regional (entendida como dos três países, no sentido do termo "continentalização").

A coesão nacional, própria da fase pré-fordista (quando se formam os Estados nacionais) e ainda difícil de eliminar na fase fordista da economia mundial, correspondeu à aplicação de lógicas espaço-temporais diferenciais em diversas unidades políticas, embora se observasse uma dominante, a lógica do fordismo. A lógica nacional podia, por seu turno, diferenciar-se em lógicas regionais, mas a coesão era garantida pelo pertencimento à unidade de escala superior, a nacional. A este respeito, os textos de Santos, dos anos 70, insistem no papel coesivo do Estado nacional e em sua relevância para o desenvolvimento dos países[28].

Se a formação de blocos constitui uma fase mais avançada da internacionalização fordista associada ao reconhecimento da existência de um sistema multipolar, não é menos certo que as diferenças regionais se mantêm[29]. No entanto, as desigualdades regionais tal como se concebiam nos anos 70, por exemplo, perdem seu significado a partir do momento em que a referência sócio-territorial superior, o Estado-nação, se funde num conjunto maior. As desigualdades entre regiões se medem não entre regiões vizinhas e integrantes do mesmo território nacional, mas numa trama espacial internacional. A região é então parte integrante de um espaço maior, ao qual será preciso referir-se da perspectiva da comparação de situações[30].

A coesão nacional, nesse contexto, perde sua qualidade de dominante e se torna um fator secundário que atua mais como um freio em relação à formação dos blocos. A coesão nacional assinalava-se pela existência de regras diferenciais que regiam não só a gestão do modelo capitalista nesse espaço particular, como também representavam certa modalidade complexa de abordar a relação com o espaço e o tempo. Isto é particularmente sensível

na diferença de concepção do espaço-tempo que pode surgir em países de colonização tardia (como a Argentina ou o Canadá), diante de países surgidos a partir da primeira fase da colonização espanhola, como o México, e também com a forte presença de grupos étnicos que imprimiram ao território uma lógica espaço-temporal extremamente complexa e diferente (baseada no tempo circular, como ficou dito).

Por outro lado, a fragmentação pareceria a continuação lógica do processo de mudança, a partir do momento em que a coesão nacional se faz difusa. Essa afirmação é correta ou falsa segundo a escala que se lhe aplique. É certo que o espaço se fragmenta, na medida em que porções cada vez mais diferenciadas de um espaço nacional encontram lógicas muito peculiares, a partir das quais se podem inserir na lógica global — mundializada do capitalismo. Essas lógicas se baseariam na existência de vantagens competitivas[31], que se diferenciam segundo o tipo de atividade a que se pretenda integrar o espaço em questão.

Na fase fordista, considerava-se a existência de vantagens comparativas (por comparação entre diversas unidades territoriais da mesma escala); essas vantagens podiam medir-se em termos de "desenvolvimento", ou seja, segundo o grau de integração de cada espaço na lógica espaço-temporal dominante e unificada. Na fase atual, existem múltiplas lógicas que se constituem para diversas atividades e recriam assim novas possibilidades de oferecer vantagens competitivas.

Desse modo existem hoje regiões que apresentam certas vantagens para determinados processos de produção ou de reprodução, quando em décadas passadas não se podia encontrar nelas vantagens comparativas em relação a regiões mais "desenvolvidas". Essas vantagens e a possibilidade de que certa região ou espaço possa integrar-se a determinados processos permitem a constituição de novas articulações espaço-temporais que não implicam a justaposição, mas sim a simultaneidade no funcionamento global das unidades territoriais.

É assim que se constituem redes *(réseaux)* que são novas modalidades de articulação entre espaços (mas não as únicas modalidades)[32]. Possivelmente o elemento que "solda" os nós da rede é o manejo da simultaneidade, ou seja, o funcionamento sob uma lógica comum que não precisa de instruções diacrônicas, mas do funcionamento reticular; um exemplo são as redes informáticas.

Sem dúvida, os espaços que se encontram integrados em forma reticular não dependem tanto de seus espaços vizinhos imediatos quanto de lógicas extraterritoriais e não raro extranacionais, que representam justamente o avanço da mundialização sobre a internacionalização. A sincronia na retícula

não obriga à uniformidade com outras redes. Por isso a tendência não parece ser a uniformização de lógicas, mas a articulação de lógicas, a compaginação das diferenças com respeito ao "outro", o que parece uma das características próprias da pós-modernidade[33]. Além disso, enquanto se respeita o funcionamento da rede, ou seja, se cumpre com uma linguagem comum que permite a comunicação, a existência de diferenças, de particularizações passa a um plano secundário.

A analogia com a informática é bastante ilustrativa: o mais importante é a presença, na rede, de uma linguagem comum que provém do uso de um sistema operativo único. Ainda assim, porém, é possível que mediante a participação na rede convivam sistemas operativos diferentes, na medida em que se usem protocolos comuns. Daí a possibilidade de observar que as burguesias de vários países e continentes podem conviver socialmente e produzir reticularmente, porque usam os mesmos protocolos sociais e econômicos.

Uma das principais críticas feitas pelos analistas dos novos modelos de organização geográfica do espaço é que tenderiam a criar uma espécie de mística dessas novas articulações espaciais, sobretudo se referidas à recriação de regiões de um novo tipo (como, por exemplo, os "distritos industriais"[34]). Tais críticos chegam a falar de uma espécie de mitologia, de mitificação da flexibilização[35].

A esse respeito podemos afirmar que a apresentação das novas articulações espaço-temporais que fizemos anteriormente[36] não implica a afirmação da unicidade dos processos espaço-temporais atuais. Se bem existe uma economia-mundo, esta se acha formada por complexas redes parciais, mas também pelo funcionamento sincrônico de diversos modelos.

Seria pouco consistente afirmar que o fordismo é uma etapa totalmente passada e, por isso mesmo, que sua lógica espaço-temporal baseada na unicidade e na sucessão houvesse desaparecido. Ele está presente na economia mundial da atualidade e rege, sem sombra de dúvida, uma parte importante dos processos de produção em escala mundial. Por outro lado, tampouco se pode negar a presença, assim como a legitimidade social que mantêm ainda as formas pré-fordistas de produção, que veiculam uma racionalidade própria quanto ao tempo e ao espaço. Por fim, caberia indagar sobre as novas concepções espaço-temporais correspondentes aos vastos setores não integrados às economias desenvolvidas como também às subdesenvolvidas.

A propósito destas últimas, prevalece a necessidade de estudos de escala micro, que reconstituam a lógica espaço-temporal à luz das novas modalidades de articulação "produção-reprodução" e à luz da relação "indivíduo-grupo social", que se apresentam nos setores não integrados.

Desse ângulo, interessa-nos revalorizar a *dualidade*[37] a partir do reconhecimento, não de um setor moderno e de um tradicional[38], mas da presença e do funcionamento simultâneo (e não do todo desarticulado) de pelo menos dois grandes setores da economia e da sociedade, da razão e da ação. Valeria a pena reconsiderar aqui o conceito de Santos a respeito dos circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos[39] (hoje aparentemente extensivo aos "desenvolvidos", se é que este termo ainda significa algo).

A existência de diversas lógicas espaço-temporais constitui, indubitavelmente, uma das maiores riquezas materializadas com que depara hoje o geógrafo. Mas, da perspectiva da coesão das sociedades nacionais, representa um fator de distúrbio, de perturbação, de perda de controle, pela presença de lógicas diferentes no tempo e no espaço.

Desse modo se apresentam tempos diferentes num mesmo espaço antes considerado como único e como única sua racionalidade. Por exemplo, nas grandes áreas metropolitanas costuma apresentar-se simultaneamente uma lógica espaço-temporal de redes mundiais (por exemplo, no setor financeiro e nas telecomunicações), enquanto perdura o tempo-espaço do fordismo (no funcionamento da indústria tradicional ou dos aparelhos do Estado), e por sua vez se perfilam novas formas espaço-temporais no contexto do chamado "setor informal".

O maior desafio da política de fins do presente século é como manejar as partições territoriais tradicionais (como as "nacionais"), enquanto as lógicas que as sustentam obedecem a diversos graus de mundialização e de participação-exclusão na mesma.

Por isso a política urbana, principalmente nas grandes áreas metropolitanas do chamado Terceiro Mundo (embora duvidemos que esse termo ainda tenha sentido) está confrontada com a necessidade de harmonizar num mesmo espaço as lógicas tão diferentes que governam o devir de porções distintas de suas sociedades metropolitanas. Esse desafio supera até os limites tradicionais das ideologias esquerda-direita e remete a concepções mais complexas do devir das sociedades.

Se a analisarmos na escala nacional, a mundialização se apresentará então como articulação diferencial e fragmentação. Será coesão e lógica complexa se nos remetermos a uma escala mundial. Cabe inclusive indagar sobre o conceito mesmo de região, que tradicionalmente se entendia como um espaço contínuo que obedecia a uma lógica. Quando a simultaneidade temporal constitui o cimento que une porções distintas do mundo, ainda é válido um conceito tão limitado como o de região formada por unidades territoriais menores, porém justapostas[40]?

O reconhecimento das lógicas complexas pode constituir um avanço

substancial para a compreensão global do sistema-mundo, que de uma perspectiva geográfica tem sido menos trabalhado do que as lógicas parciais de regiões e processos particulares, às vezes com generalizações excessivas. Mas ao mesmo tempo esse reconhecimento da existência e do funcionamento complexo e sincrônico de diferentes lógicas espaço-temporais, mesmo em espaços reduzidos como as áreas metropolitanas, nos põe, como geógrafos, diante da necessidade de revisar nossas noções tradicionais de território, de espaço social, de espaço-nação, entre muitas outras.

Apesar da magnitude do desafio, essa situação se constitui também num formidável estímulo para restabelecer a geografia numa posição de força ante os desafios que se apresentam para compreender e, portanto, orientar e reorientar os processos sócio-territoriais em curso nos albores do século XXI.

Notas

[1] Batalla, G. B. *México profundo, una civilización negada,* p. 250, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes-Grijalbo, México, 1987.

[2] Atalli, J. *Historias del tiempo,* Sección Obras de Historia, p. 287, Fondo de Cultura Económica, México, 1982.

[3] Evidentemente esse enfoque não é o dominante em tudo o que se identifica usualmente como sociologia da vida cotidiana, mas tão-só de uma parte, se trata basicamente do pensamento belgo-francês respectivo; portanto, não estamos incluindo a obra de conhecidos autores sobre o cotidiano, como Erving Goffman ou Agnes Heller. Em compensação, estamos nos apoiando em alguns dos autores pioneiros no tocante à questão da circularidade espaço-temporal do cotidiano, como Michel Maffesoli, Georges Balandier, Claude Javeau e Jean Remy-Liliane Voyé.

[4] D'Espinay, C. L. *La vie quotidienne, essai de construction d'un concept sociologique et antropologique,* in: *Cahiers Internationaux de Sociologie,* vol. LXXIV, p. 13-38, P.U.F., Paris, 1983. Javeau, C. *Sur le concept de vie quotidienne et sa sociologie,* in: *Cahiers Internationaux de Sociologie,* vol. LXVIII, pp. 31-45, P.U.F., Paris, 1980. Maffesoli, M. *Current Sociology,* vol. 37, n.º 1, Sage Publication, London, 1989. Maffesoli, M. *Les temps des tribus, le déclin de l'individualisme dans les sociétés de masses,* Col. Le Livre de Poche, Méridiens Klincksieck, Paris, 1991. Maffesoli, M. *La transfiguration du politique. La tribalisation du Monde,* p. 307, Bernard Grasset, Paris, 1992.

[5] Lapouge, G. *Utopie et civilisations,* Collection Champs, p. 310, ver particularmente p. 114-125, Flammarion, Paris, 1978. Ragon, M. *Le prince et le architecte,* Albin Michel, Paris, 1977.

[6] Esse também é o pensamento de Blaise Pascal.

[7] Lapouge, *op. cit.,* p. 125.

[8] O imperador Nezahuatcóyotl, além de fino poeta, passou à história também por sua capacidade como "engenheiro hidráulico", que conseguiu o controle das inundações em Tenochtitlán, capacidade que se perdeu posteriormente, na época colonial.

[9] Emmanuel, A. *El intercambio desigual, ensayos sobre antagonismos en las relaciones internacionales,* p. 472, Siglo XXI, México, 1972. Arrighi, G. *La geometría del imperialismo,* p. 181, Siglo XXI, México, 1978.

[10] Lenin, V. I. *El imperialismo fase última del capitalismo, ensayo popular,* p. 168, Lenguas Extranjeras, Pequim, 1975.

[11] Perroux, F. *Indépendance de l'économie nationale et interdépendance des nations,* p. 302, Aubier Montaigne, Paris, 1969.

[12] Dumazedier, J. *Trabajo y recreación,* in: Friedman, Georges et Pierre Naville. *Tratado de sociología del trabajo,* pp. 341-367, Fondo de Cultura Económica, México, 1963. Dumazedier, J. *Temps sociaux, temps libre,* in: *Losier et société,* 5(2), p. 339-361, 1982. Dumazedier, J. *La révolution culturelle du temps libre,* p. 312, Méridiens Klincksieck, Paris, 1988.

[13] Hagerstrand, T. *The propagation of innovation waves,* Lund Studies in Geography, Série B, Lund, 1952.

[14] Perroux, F. *Economic space: theory and aplications,* in: Friedmann, J. and Alonso, W. *Regional development and planning,* p. 21-36, MIT, Massachusets, 1964.

[15] Berman, M. *Todo lo sólido se desvanece en el aire,* p. 386, Siglo XXI, México, 1988.

[16] Todavia, enquanto a visão da expansão podia ser aplaudida pelas massas das sociedades ocidentais, o anúncio em tom de galhofa de uma invasão marciana feito por Orson Welles provocou pânico significativo. A expansão é saudada de modo diferente segundo o ator ativo ou passivo da mesma.

[17] Hiernaux, D. e Lindón, A. *Hacia una nueva ciudad en la lógica de la modernización,* in: *Revista del subprograma de tecnología para la vivienda de interés social, programa de ciencia y tecnología para el desarrollo,* p. 28, Universidad Católica de Chile, Instituto de Vivienda, Santiago de Chile, 1991.

[18] D'Espinay, C. L., Bassand, M., Christe, E. e Gros, D. *Temps libre, culture de masse et culture de classes aujourd'hui,* p. 255, Pierre-Marcel Favre, Lausanne, 1982. Hiernaux, D. *La dimensión territorial de las actividades turísticas,* in: Hiernaux, D. (org.) *Teoría y praxis del espacio turístico,* pp. 51-73, Universidad Autónoma Metropolitana — X., México, 1989. Hiernaux, D. y Rodríguez, M. *Tourism and absorption of the labor force in México, working papers,* Commission for the Study of International Migration and Cooperative Economic Development, n.º 34, p. 20, Washington, 1990. Jiménez, A. *Turismo: estructura y desarollo,* McGraw Hill, México, 1992.

[19] Para o tratamento teórico da questão: Remy, J. et Voyé, L. *La ville et l'urbanisation. Modalités d'analyse sociologique,* Col. Sociologie Nouvelle Théories, p. 252, Duculot, Gembloux, 1971. Remy, J. et Voyé, L. *Ville, ordre et violence. Formes spatiales et transaction sociale,* Col. Espaces et Liberté, p. 238, P.U.F., Paris, 1981. Como estudo empírico: Lindón, A. *La informalidad y la periferia metropolitana: el Valle de Chalco,* in: *Tesis de maestría en dessarollo urbano,* Centro de Estudios Demográficos y de Desarrollo Urbano, p. 314, El Colegio de México, México, 1992.

[20] Hiernaux, D. *Urbanización y autoconstrucción de vivienda en Tijuana,* p. 146, Centro de Ecodesarollo, México, 1986. Do mesmo autor, *La autoconstrucción de la vivienda en el area metropolitana de la ciudad de México,* in: *Diseño y sociedad,* n.º 1, p. 58-74, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, Ciudad de México, 1991.

[21] Lipietz, A. *De la nouvelle division internationale du travail, à la crise du fordisme périphérique,* in: *Espaces et sociétés,* n.º 44, pp. 51-78, L'impérialisme d'aujourd'hui, Anthropos, 1984.

[22] Rostow, W. W. *Las etapas del crecimiento económico, un manifiesto no comunista,* p. 206, Fondo de Cultura Económica, México, 1961.

[23] Santos, M. *A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo,* in: *Novo mapa do mundo: Fim de Século e Globalização,* p. 15, Ed. Hucitec, São Paulo, 1992.

[24] Sobre o conceito de espaço vivido ver Frémont, A. *La région, espace vécu,* p. 91-97, P.U.F., Paris, 1976. Lawrence, R. *L'espace domestique: typologie et vécu,* in: *Cahiers internationaux de Sociologie,* vol. LXXII, janeiro-junho, p. 55-76, P.U.F., Paris, 1982.

[25] Lasuén, J. R. *Urbanización y desarollo: la integración de las concentraciones sectoriales y las aglomeraciones geográficas,* in: *ILPES-ILDIS Planificación regional y urbana en América Latina,* p. 59-95, Siglo XXI, México, 1974.

[26] Wallerstein, I. *Geopolitics and geoculture. Essays on the changing world-system,* Cambridge University Press, Cambridge, 1991, p. 242.

[27] Dollfus, O. *Géopolitique du système monde,* in: Bailly, A., Ferras, R. et Pumain, D. (org.) *Enciclopédie de géographie,* Economica, Paris, 1992, p. 689-714.

[28] Santos, M. *Pour une géographie nouvelle, de la crítique de la géographie à une géographie Crítique,* Publisud, Paris, 1984, p. 188.

[29] Santos, M. *Problemas de la planificación urbana y regional en América Latina,* in: Panadero, M., Cole, J. y Santos, M. (edit.) *Urbanización, subdesarollo y crisis en América Latina,* Seminário de Geografia, Albacete, 1986. p. 115-26. Santos, M. *Nuevo orden internacional y reorganización espacial,* in: Panadero, M., Coles, J. y Santos, M. (edit.) *Urbanización, subdesarollo y crisis en América Latina,* Seminário de Geografia, Albacete, 1986, p. 25-34.

[30] Hiernaux, D. y Lindón, A. *En qué sentido hablamos de desigualdades regionales,* mimeo, México, 1993, p. 25.

[31] Porter, M. *Competitive advantage in the global economy,* Freem, New York, 1990, p. 855.

[32] Benko, G. *Espace industriel, logique de localisation et développement régional,* in: *Espaces et sociétés: restructurations économiques et territoires,* n.º 66-67, L'Harmattan, Paris, 1992, p. 129-46, Dunford, M. *Développement endogène, État développementaliste et marche mondiaux,* in: *Espaces et sociétés: restructurations économiques et territoires,* n.º 66-67, L'Harmattan, Paris, 1992, p. 99-128, Fischer, A. *Stratégies spatiales — stratégies de développement: à propos de l'essor des petites et moyennes entreprises,* in: *Espaces et sociétés: restructurations économiques et territoires,* n.º 66-67, L'Harmattan, Paris, 1992, p. 165-84, Castells, M. *Hight technology, space and society, Urban Affairs Annual Reviews,* vol. 28, Sage Publications, Beverly Hills, 1985, p. 320. Bassand, M. et Rossel, P. *Métropoles et réseaux,* in: *Espaces et sociétés,* n.º 57-58, 1990, Raymond Ledrut et son oeuvre, L'Harmattan, Paris, 1990, p. 197-208. Castells, M. *The informational city. Information technology, economic restructuring and the urban-regional process,* Basil Blackwell, Massachussets, 1989, p. 402.

[33] Lyotard, J. F. *La posmodernidad (explicada a los niños),* Gedisa, Barcelona, 1987. Lyotard, J. F. *La condición posmoderna: informe sobre el saber,* Col. Teorema, Cátedra, Madrid, 1984.

[34] Becattini, G. *Le district industriel: milieu créatif,* in: *Espaces et sociétés: restructurations économiques et territoires,* n.º 66-67, L'Harmattan, Paris, 1992. p. 147-165.

[35] Amin, A. e Robins, K. *The re-emergence of regional economies? The mythical geography of flexible accumulation,* in: *Environment and planning D: society and space,* vol. 8(1), 1990, p. 7-34. Amin, A. e Goddard, J. *The internationalization of production, technological change, small firms and regional development: an overview,* in: Amin, A. and Goddard, J. (ed.) *Spatial analysis, industry restructuring and regional development,* Allen and Unwin-Hyman, London, 1986, p. 1-22.

[36] Chesneaux, J. *Modernité-monde,* Col. Cahiers Libre, La Découverte, Paris, 1989, p. 9-36.

[37] Castells, M. e Mollenkopf, J. *Conclusion: is New York a dual city?,* in: *Dual city, restructuring New York,* Russell Sage Foundation, New York, 1991, p. 410-11.

[38] Como apresentada tradicionalmente por autores como Germani, G. *Política y sociedad en una época de transición,* Paidós, Buenos Aires, 1963.

[39] Santos, M. *L'espace partagé, les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés,* M.-Th. Génin, Libraires Techniques, Paris, 1975, p. 405. Santos, M. *O circuito inferior chamado "Setor Informal". Por quê?,* in: *Pobreza urbana,* Hucitec, São Paulo, 1979, p. 47-64.

[40] Hiernaux, D. *Hacia un nuevo paradigma regional?,* in: Ramírez, B. (org.). *Nuevas tendencias en el análisis regional,* Universidad Autónoma Metropolitana, México, 1991, p. 33-48.

Tradução: Antonio de Padua Danesi

Globalização e projeto nacional

HENRIQUE RATTNER

O momento político-histórico atual, nestes primeiros meses de 1993, oferece a oportunidade para uma revisão crítica dos (des)caminhos e diretrizes das políticas econômica-industrial e tecnológica seguidos nos últimos anos.

Face aos resultados desastrosos da política de inserção no mercado internacional, de combate à inflação via recessão, de busca de modernização via aumentos (duvidosos) de produtividade que devem permitir maior competitividade externa, é lícito indagar sobre estratégias alternativas de desenvolvimento. Mais ainda, a compilação dos efeitos dramáticos do aumento persistente e cruel dos índices de desemprego; da permanência de taxas inflacionárias que totalizam anualmente mais de 1.000%; o desmantelamento da infra-estrutura nacional da ciência e da tecnologia; o descalabro dos sistemas de educação e saúde, refletindo-se numa assustadora seqüência e intensidade de fenômenos de anomia social, exige um esforço redobrado e contínuo de diagnóstico e prospectiva da situação nacional, à luz das mudanças claramente visíveis na concepção e no comportamento políticos de diversos setores da sociedade brasileira. Por outro lado, quaisquer diretrizes inovadoras ou alternativas devem ser ponderadas à luz das tendências emergentes no cenário internacional que configuram os limites e a arena de possíveis movimentos da política nacional.

A tese deste ensaio aponta para as dificuldades reais e crescentes de tomada de decisões soberanas dos governos dos Estados nacionais em um contexto caracterizado por tendências contraditórias de globalização centralizadora impulsionada pelas corporações transnacionais, e as pressões internas e externas em direção à cooperação baseada em instituições e comunidades autônomas, porém integradas, a nível local, regional e internacional. Essas contradições se refletem também no interior de cada sociedade criando impasses e obstáculos objetivos para se elaborar um plano ou projeto

nacional "racional", capaz de criar um consenso quanto à alocação dos recursos escassos entre os atores sociais que por eles competem em confrontações permanentes.

O processo de globalização da economia mundial deve ser analisado em suas dimensões contraditórias, ainda que complementares.

Contrariamente às interpretações convencionais, seus fatores mais dinâmicos não são os governos ou representações parlamentares dos países que procuram constituir mercados comuns ou integrados. Os agentes mais atuantes e poderosos desta fase da economia mundial são as corporações e conglomerados transnacionais, que constituem as forças e as configurações mais importantes de produção, comercialização, desenvolvimento tecnológico e de transações financeiras. São organizações construídas segundo padrões variados de integração horizontal, vertical ou de conglomeração, com capacidades potencializadas para tirar vantagens dos sistemas de propriedade, de técnicas de administração, de escalas de produção e das estratégias de internalização e/ou terceirização bem planejadas e executadas. Com uma cultura organizacional inédita e superior a todas as formas de produção históricas e contemporâneas, as corporações transnacionais dispõem de poderosos recursos financeiros e humanos, têm acesso à tecnologia de ponta e conseguem operar em escalas e âmbitos transfronteiras, baseadas e apoiadas em sistemas de comunicação e computação instantâneas.

Surgidas como fenômenos raros e isoladas no começo deste século, as ETNs passaram por um período de crescimento e expansão rápido e intenso no pós-guerra, através de um processo de acumulação e concentração de capital, resultando em capacidade produtiva e liquidez financeira imensas, alimentadas continuamente pelas políticas inflacionárias dos governos e o *déficit* orçamentário dos EUA.

O aumento do patrimônio e da liquidez financeira das ETNs levou à globalização dos mercados financeiros e se constituiu em fator adicional de pressão sobre as políticas monetárias, cambial e comercial dos governos nacionais, enfraquecidos pela perda paulatina de sua capacidade de prover as necessidades básicas — alimentação, educação, saúde, emprego e segurança — às populações mais carentes e desprivilegiadas.

Por outro lado, o poder e a influência das ETNs estreitam ou reduzem paulatinamente a capacidade dos governos nacionais para desenvolver políticas tecnológicas e industriais coerentes e integradas, visando a reestruturação das empresas nacionais e sua inserção mais competitiva na economia mundial.

Conseqüentemente, a globalização em curso é comandada por e realiza-se no interesse das corporações e conglomerados transnacionais, que exigem a

privatização das empresas públicas, a desregulação, a eliminação de tarifas alfandegárias e a liberação total dos fluxos de comércio e de investimentos, criando assim obstáculos à atuação do poder público, no esforço de planejar e executar estratégias alternativas de desenvolvimento, em escala nacional ou regional.

Se o crescimento da economia mundial, nos anos 60 e 70, levou à aceleração do desenvolvimento desigual, concentrando renda e capacidade produtiva, entre alguns países Newly Industrialized Countries (NICs) do Terceiro Mundo e, sobretudo, entre os países centrais e periféricos, a globalização, a partir dos anos 80, reforça a tendência à polarização e exclusão, com o conseqüente agravamento dos conflitos regionais, e a desestabilização dos regimes políticos frágeis nos países pobres.

Este diagnóstico exige uma revisão crítica das teorias e práticas de desenvolvimento econômico, industrial, tecnológico e regional, e dos próprios indicadores de bem-estar e de qualidade de vida elaborados pelos órgãos oficiais.

Um caso típico a esse respeito, é o "sucesso" dos quatro "tigres" orientais — Coréia, Taiwan, Hong-Kong e Cingapura —. Os dois últimos não podem servir de exemplo, pelas reduzidas dimensões de suas economias e territórios e pelas condições *sui generis* de constituírem centros de transações comerciais e financeiras numa região dinâmica mas instável da economia mundial.

As economias de Coréia e Taiwan cresceram indubitavelmente, mas às custas da repressão da força de trabalho, de baixos salários e a manipulação das estatísticas da inflação, da poluição maciça do meio ambiente e da combinação de investimento estrangeiro com o apoio contínuo do Estado às empresas conglomeradas. O acesso ao capital, estatal e estrangeiro, à tecnologia e aos mercados externos facilitou o processo de industrialização numa primeira fase, particularmente pela combinação de tecnologias importadas com mão-de-obra diligente, alfabetizada e oprimida quanto às reivindicações por salários decentes e direitos humanos básicos.

Na fase atual da economia mundial, com a reorganização e relocação de plantas e facilidades produtivas e comerciais pelo capital transnacional, a continuidade do processo exigiria investimentos contínuos e crescentes de recursos em P & D (pesquisa e desenvolvimento), induzindo um fluxo de *know-how* e tecnologias relativamente autóctonas ou devidamente adaptadas às condições específicas de cada sociedade. Contudo, os empresários lá — como em outras sociedades de desenvolvimento tardio — têm pouca inclinação de investir em P & D, com retorno incerto e a longo prazo, em casa.

As preferências do grande capital são determinadas pela estratégia globalizante: investimentos sob forma de associações — consórcios com outros

conglomerados em áreas de mercado cativo ou reservado (NAFTA, CEE) nas áreas de tecnologia de ponta de elevados custos e riscos. Por outro lado, a produção com tecnologias médias ou de baixa densidade em P & D é transferida crescentemente para países "em desenvolvimento", com baixos custos de mão-de-obra (Malásia, China, Filipinas etc.), de fácil acesso a matérias-primas e energia abundantes e baratas (Brasil, Indonésia etc.) e, sobretudo, a inexistência de restrições mais rigorosas e efetivamente impostas pela lei, contra a degradação e a poluição do meio ambiente.

Assim, é de se prever, também, nos casos dos "tigres" e até no próprio Japão e nos países altamente industrializados, uma tendência cada vez mais pronunciada à estagnação econômica, relocação de investimentos industriais e de serviços em âmbito global e, portanto, mais desemprego, tensões e conflitos.

Uma das conseqüências mais marcantes desse processo é configurada por uma aceleração brutal do desenvolvimento desigual caracterizado por uma concentração-centralização dentro de cada país e a nível internacional, entre países, de recursos materiais-financeiros e simbólicos, de poder e de prestígio. O avanço tecnológico-industrial, com a integração seletiva de certos contingentes da população é acompanhado por um retrocesso nas regiões periféricas e a exclusão de amplos grupos sociais, aos quais é vedado o acesso a emprego, educação e renda estáveis.

É importante frisar que dentro desse sistema e sua dinâmica não existem possibilidades concretas de melhorar as condições e a qualidade de vida da maioria da humanidade.

A reestruturação da economia mundial e a conseqüente organização da produção, seja em territórios "nacionais" ou a nível e âmbito internacional, determinam crescentemente o fluxo do comércio internacional, os investimentos estrangeiros, a transferência de tecnologia e as correntes migratórias de milhões de deserdados.

Em conseqüência, a especialização da produção e do comércio em cada país, e sua competitividade nos mercados passam a depender mais das decisões de investimentos-desinvestimentos das ETNs, do que dos eventuais planos governamentais e das aspirações da maioria da população.

A evolução dos Investimentos Diretos no Exterior (IDE) na última década, evidencia uma queda brutal da participação dos NICs de 25% para 17% somente, sendo que os países menos desenvolvidos representam apenas 0,01% do total contabilizado[1].

A análise precedente parece implicar uma revisão urgente da sistemática de elaboração das contas nacionais, sobretudo no que diz respeito aos *déficits* na balança comercial (por ex., dos EUA) compensados pelas vendas

das ETNs de origem e com sede norte-americanas, mas estabelecidas no exterior. O mesmo raciocínio deve ser aplicado aos saldos das empresas européias e japonesas, operando em escala global. Os indicadores clássicos utilizados na contabilidade nacional — crescimento do PIB-PNB, balanço de pagamentos, liquidez dos Bancos Centrais etc., devem ser rediscutidos, à luz do patrimônio e da liquidez superiores dos conglomerados e das ETNs, que lhes permitem vastos movimentos especulativos, contra as moedas nacionais mais fracas, causando perdas significativas de ativos e deterioração das condições de vida às populações e países atingidos.

A síndrome de concentração-polarização e seus efeitos devastadores não se fazem sentir somente nos países do Terceiro e Quarto mundos. Os próprios EUA e os países da CEE apresentam evidências cada vez mais graves de crise profunda, desemprego, queda da qualidade dos serviços sociais e, talvez o mais importante, o alastramento de um sentimento profundo de mal-estar, de insegurança e de falta de horizonte (perspectiva) para o sistema global. As apreensões só cresceram com o desmoronamento estrondoso do que se chamava de "socialismo" mas, que na realidade, não passava de coletivismo burocrático e policialesco e se tornara inviável à luz do próprio progresso induzido pela industrialização forçada e a elevação do nível educacional das massas, anteriormente semi-escravos analfabetos.

Em termos das implicações para a sociedade brasileira é preciso apontar para as dificuldades imensas dentro do contexto analisado acima — de se elaborar e pôr em prática um plano ou projeto "nacional" como vem sendo cobrado do governo, e que expresse a "racionalidade" do processo de alocação de recursos inevitavelmente escassos, segundo prioridades que reúnam em acordo e consenso todos os atores e segmentos da Nação. Em decorrência da estagnação econômica prolongada, os focos de reivindicação, de descontentamento e de revolta aberta, não estão mais sob o controle do aparelho do Estado ou das burocracias político-partidárias tradicionais.

Concomitantemente, os problemas e as pressões sociais cresceram, se difundiram e se diversificaram, nessas últimas décadas. Grupos e *lobbies* dos mais diversos militam por interesses específicos e freqüentemente contraditórios e irreconciliáveis. Por mais que o governo conclame à luta contra a inflação que "empobrece a todos", na realidade opera um poderoso *lobby* pró-inflação, cujos integrantes se compõem, entre outros, por instituições financeiras cujos lucros são alavancados pela corretagem das dívidas externa e interna do governo; as empresas que passem facilmente os aumentos de custos para seus clientes; os devedores cujos débitos estão sendo depreciados e certas categorias de assalariados cujos vencimentos são indexados.

A constelação de forças, internas e externas, limita o âmbito de possíveis

alianças e alinhamentos em torno de "um" projeto nacional. O relativo equilíbrio das forças políticas — ainda que instável e mutante em termos de resultados eleitorais — projeta cenários de *muddling through,* com oscilações e conflitos a nível nacional ou regional, sem força política de influir na ou desviar da rota de globalização e expansão de seu poder, as empresas transnacionais.

Notas

[1] Vide Chesnais F. *Unified analysis of FDI, international trade, technology and competitiveness* — mimeo, OCDE, Paris. 1992.

Bibliografia

CHESNAIS, F. "National systems of innovation, foreign direct investment and the operations of multinational enterprises", in Lundvall, B.A.(ed.), *National systems of innovation — towards a theory of innovation and interactive learning,* London, Pinter Publishers. 1992.

DUNNING, J. H. and CANTWELL J. "MNEs, Technology Competitiveness of European Industries", *Aussenwirtschaft,* vol. 1, n.º 46. 1991.

KRUGMAN, P. R. (1990), *Rethinking international trade,* Cambridge, Mass. MIT Press. 1990.

MICHALET, C. A. *Les implications des activités des multinationales sur les échanges internationaux,* Cahiers du LAREA-CEREM, Nanterre. 1991.

OECD. *Technology and productivity: the challenge for economic policy,* Paris. 1991.

UNCTNC. *World investment report 1991: transnational corporations as engines of growth,* New York, United Nations. 1992.

VERNON, R. "Transnational corporations: where are they coming from, where are they headed", *Transnational corporations,* vol. 1, n.º 2, August. 1992.

Estado e território: suas relações e a globalização

DELFINA TRINCA FIGHERA

Introdução

É usual aceitar que o Estado, enquanto realidade objetiva, é uma forma específica, singular, de organização do poder político que se caracteriza pela concentração e monopolização das relações políticas, vale dizer, do poder político. Assim, quando esta situação se concretiza historicamente (inícios do capitalismo), a palavra Estado começa a designar uma coisa totalmente nova: as poliarquias — governo de muitos — de caráter impreciso no territorial e pouco coerente, se convertem em unidades contínuas de poder e fortemente organizadas.

Em efeito, o processo de desenvolvimento pelo qual transita a sociedade ocidental não só se assinala, em um momento de sua história, pelo surgimento e posterior consolidação de um sistema econômico-social cujo traço essencial é a presença de uma organização social na qual se vende o trabalho, se arrenda a terra e se investe livremente o capital, como também emerge paralelamente uma forma diferente de se organizar o poder político: o Estado. Instala-se o que muitos chamam a separação entre a sociedade civil e a sociedade política.

Desta forma, a base territorial que serve de fundamento ao poder político adquire uma nova dimensão quando o conteúdo deste muda; noutros termos, quando as relações de poder se concentram e monopolizam em um único centro, isto significa que a maioria das funções que antes estavam repartidas entre os mais diversos depositários (Igreja, nobres proprietários de terras, cavaleiros etc.) são agora assumidas pelo Estado. Assim, de um poder político cujo exercício no territorial tinha uma expressão pontual, descontínua, passa-se a outro, que se caracteriza pelo contrário, quer dizer, pela continuidade.

Ora bem, este último traço, em aparência e diante do processo de *globalização* que tendencialmente define o presente, estaria mostrando indícios de "ruptura", ao ponto em que afirmações nesse sentido são freqüentes em diversos meios, inclusive existem algumas extremas que sustentam que a *globalização* conduzirá, quase que inevitavelmente, à dissolução do Estado-nação. Diante dessa tendência, cabe indagar: até que ponto a redefinição do Estado, imposta pela *globalização,* estaria afetando a relação entre este e "seu" território? Que transformações haveriam se manifestado em tal relação? Que acontecerá com o território sobre o qual o Estado exerce soberania?

Não se pode negar que a realidade atual está impondo, entre muitas coisas, a revisão do conteúdo de numerosos conceitos. Daí nosso interesse em tentar a aproximação a problemas que indagações como as enunciadas encerram. Nesse sentido, centraremos a análise na(s) relação(ões) entre o Estado e o território, assumindo que à medida que os elementos que participam na definição de ambos os conceitos, em especial do primeiro, se alteram, modificando em conseqüência o seu conteúdo, a relação também se ressente. Enfatizar-se-á o hoje; não obstante, também se fará referência, ainda que breve, ao modo como se construiu a relação entre o Estado e o território, pois o consideramos oportuno para efeito da compreensão do que está (ou estaria) ocorrendo na atualidade.

Uma perspectiva histórica

Antes de mais nada, é importante destacar que os movimentos expansivos que têm acompanhado a história do homem, como processos que são, ao mesmo tempo que expressam histórias territoriais diferentes mostram certa universalidade. Certamente o processo de conformação espacial dos territórios e do poder político passa, previamente, pela generalização da apropriação, sedentarização e acumulação do trabalho, o que significa que o território, num primeiro momento, não seria mais que a materialização dos limites da sedentarização e o poder político a institucionalização política da sociedade e de seu território. Daí que a expansão dos grupos sociais tenha como pressuposto a existência de um território, além de uma certa concentração de população, trabalho e recursos (Moraes, Costa, 1987. p. 80 e seguintes).

Na Antiguidade, o poder político se materializa na cidade. Ela expressava, apesar de existirem diferenças em suas manifestações concretas, a relação entre este e a propriedade territorial. Isto refletia com clareza o aperfeiçoamento da estrutura produtiva e social, já que só no momento em que o

enraizamento das atividades produtivas se torna o processo dominante, a delimitação do espaço de produção e circulação tende a se tornar complexo com o surgimento, inevitável, de limites entre os diferentes grupos sociais — e também dentro deles — com a demarcação de terras para cultivo e pastoreio. Não obstante, fora da cidade e sua área de influência imediata os limites não eram precisos nem seguiam um padrão preestabelecido (Trinca, 1990, p. 33).

Em algumas ocasiões, esses limites adquirem um caráter estratégico no sentido de que se estabelecem mais em função de defender uma estrutura produtiva e social, um certo patrimônio comum, em si um verdadeiro território, do que em termos de reconhecimento de outro poder político de igual hierarquia. A muralha chinesa e os "limes"[1] romanos são claros exemplos disso.

Com a Europa medieval surge e se estabelece o conceito de soberania, e com ele o de fronteira enquanto noção política. Nos inícios da monarquia absoluta feudal, o termo soberania pressupõe a existência de outros poderes políticos junto ao poder do soberano, que é soberano precisamente porque existem outros que não o são. Assim, esse conceito se constitui no instrumento que permite definir a necessária ordem hierárquica entre a pluralidade de poderes existentes. Recordemos que o sistema feudal europeu, dada a particular combinação dos princípios hereditários e territoriais, se caracterizou, entre outras coisas, pela descontinuidade dos domínios devido ao seu caráter descentralizado (Pérez, 1980, p. 22 e seguintes).

O reconhecimento de outros poderes soberanos implica então que a soberania é única quanto ao poder interno, porém igual quanto a outros poderes soberanos. O fato de que a noção de soberania permita a aceitação de outro poder político foi o que outorgou a conotação política ao termo fronteira, porquanto, como bem afirma Greno (1974, p. 146), a fronteira seria "o defrontar-se cara a cara com o vizinho por razão de contigüidade (...)"[2].

Ora, quando a noção de soberania muda seu conteúdo no sentido de que já não se utiliza para delimitar competências de um poder frente a outro(s), senão para aplicá-lo ao único centro de poder existente, quer dizer, ao Estado, muda também a de território em termos políticos. Em efeito, de um território sobre o qual o exercício do poder e suas funções eram de natureza pontual (concentrava-se em torno de corporações e cidades independentes), passa-se a outro, no qual os diferentes poderes do Estado, assim como o de suas funções, já não têm uma existência fixa e independente (nem para si, nem na vontade particular dos indivíduos), senão que encontram seu fundamento num centro de poder único (Pérez, op. cit., p. 28 e seguintes).

Nesses momentos, o papel do território na constituição do Estado-nação moderno é fundamental, pois o Estado tende a monopolizar os procedimentos de organização do território, adquirindo desta maneira uma clara conotação política. Assim, o território se torna nacional e, como a nação, tende a coincidir com o Estado. Neste sentido, Poulantzas (1979, p. 124 e seguintes) é muito preciso quando afirma que "o território nacional não é mais que a figura política do cercado ao nível do Estado (...) e constitui então um elemento da nação moderna através do Estado".

Desta forma, preservar a unidade nacional e a integridade territorial se transformam em funções básicas do Estado, as quais ele vem cumprindo, não sem muitos altos e baixos, até a atualidade, quando a nova composição que mostra a mundialização das relações econômicas e na qual o componente tecnológico parece desempenhar um papel de primeira ordem, estaria exigindo mudanças significativas no acionar do Estado e, em conseqüência, mudanças na percepção e cumprimento de suas funções.

Estado, território e globalização

A tendência histórica de toda sociedade em expansão, inclusive a daquela que atua dentro dos limites políticos que definem o perímetro do Estado, é incorporar novas terras e tudo o que contêm; quer dizer, acrescentar fatores de produção adicionais ao seu circuito econômico. Essa incorporação e a subseqüente drenagem de recursos não só amplia o espaço no qual se realiza o circuito mais geral, senão que também se amplia, efetivamente, o de sua reprodução.

Em efeito, a dinâmica do capital acarreta, inevitavelmente, alterações do espaço preexistente devido às mudanças ineludíveis em sua composição orgânica, mas também a expansão para outras zonas, regiões ou países em busca de uma saída para as suas contradições (orientada pela incessante necessidade de maximizar a taxa de ganhos), ou tem uma ação combinada de ambas as modalidades. Essa expansão se concretiza em duas vertentes simultâneas e contrapostas: a consolidação dos Estados nacionais e a eliminação gradual e progressiva das barreiras para a mobilidade de alguns de seus componentes: mão-de-obra, capital financeiro, tecnologia etc. Daí o questionamento permanente ao espaço preexistente — e, em conseqüência, ao território enquanto componente essencial deste — e a necessidade de buscar soluções para a confrontação social/privada nas sociedades capitalistas (Rojas, 1989).

Frente a esse processo, é compreensível que o Estado-nação, à medida que se vai consolidando, renove e amplie suas funções; em particular,

aquelas que têm a ver diretamente com sua segurança e defesa complexizam-se. Desta forma, a história do desenvolvimento capitalista (até nossos dias) assinala-se por incessantes e cada vez mais complexos processos de expansão e concentração e, com isso, sucessivas modificações nos elementos essenciais do Estado[3], alterações que não se originam somente no componente econômico, senão que delas também participa o Estado, enquanto agente de mudança fundamental.

Assim, da consolidação do Estado-nação (ascensão da burguesia), passando pelo vigoroso incremento do processo de monopolização da economia capitalista (fins do século XIX e princípios do XX), chegamos na atualidade a um nível tal de complexização do processo de internacionalização do capital (globalização) que não é de estranhar que exija, entre muitas coisas, mudanças transcendentes do Estado-nação, inclusive de sua própria definição, em opinião de alguns.

O crescente processo de interdependência que mostra a economia mundial hoje, tem na denominada revolução científico-técnica[4] um de seus pilares fundamentais. O impacto que esta tem exercido na esfera da produção, da informação e do transporte transcende amplamente o âmbito territorial sobre o qual um Estado (qualquer) exerce soberania. Se antes os sistemas técnicos eram locais ou quando muito regionais/nacionais, neste momento são, como muito bem afirma M. Santos (1992, p. 2), os mesmos em todos os lugares, "pela primeira vez na história do homem deparamos com um único sistema técnico (...) superpondo-se aos sistemas técnicos precedentes, como um sistema técnico hegemônico, utilizado pelos atores hegemônicos da economia, da cultura, da política".

Diante de um processo como o descrito — ao qual haveria que acrescentar a situação de crise generalizada que vivencia o sistema capitalista e que, de alguma maneira, também lhe é inerente —, resulta por demais evidente que o Estado, em termos das funções que são de sua competência, se ressente, e, portanto, se mostra incapaz, e, em conseqüência, ineficiente para satisfazer as demandas que tradicionalmente a sociedade civil dele espera. Não é estranho que o Estado, em termos gerais, viva tempos de redefinições.

É importante não perder de vista que as transformações que o Estado sofre se associam — ou melhor, são sua expressão essencial — das exigências que a reacomodação do sistema capitalista mundial estaria fazendo enquanto fator fundamental do processo de acumulação. Assim, "as mudanças no sistema de produção industrial e as mudanças subseqüentes no modelo de acumulação das economias industriais (...), põem em xeque a função de acumulação do Estado (...). Nem as formas precedentes de acumulação direta do Estado (propriedade pública), nem as formas indiretas (...) são já úteis e, portanto, o Estado atravessa um processo de metamorfose para dar origem a um 'novo' Estado, funcional para as novas condições" (Boiser, 1992, p. 47).

Que significa, na prática, ser um Estado funcional para as novas condições? Na opinião de Boiser (op. cit., p. 48), se a nova ordem econômica se caracteriza pela coexistência de uma alta concentração da propriedade e do poder político num reduzido número de grandes empresas e por um modelo de economia difusa (extrema descentralização na produção), o contrato social que delineia o Estado do Bem-Estar perde parte de sua razão de ser, adquirindo elementos como a redução do protecionismo e a descentralização uma nova conotação. Parece evidente que esse último atentaria, tendencialmente, contra a soberania (e seu exercício) dos Estados nacionais.

Na esfera internacional, cada dia resulta mais complexo decidir até onde chega a competência de um Estado no exercício de sua soberania, principalmente se em tal postura se envolvem interesses que outros Estados possam definir como inerentes ao "seu" interesse nacional. Não obstante, existem múltiplos problemas que têm transcendido o "nacional". Neste momento, aqueles relativos ao ambiente, por exemplo, não distinguem nem reconhecem fronteiras porque muitos deles (aquecimento global, buracos na camada de ozônio etc.) têm um alcance planetário, com isso a função tradicional de segurança tende a se relativizar (e com ela a de soberania), porquanto nenhum Estado poderia tomar decisões que nos fatos afetem a outros Estados. É evidente que frente a esta situação, o exercício da soberania por parte dos Estados, se torna cada vez mais relativa, mais ainda em um cenário no qual as instituições e organizações supranacionais cobram, dia a dia, maior relevância. Desta forma, estaríamos assistindo também à *globalização* do marco normativo da ação política.

Ora, se no externo o Estado-nação dá mostras inequívocas de debilitação ante a evidente *globalização* econômica do mundo e das relações de poder (internacionalização dos Estados), que sucede no seu interior, em particular com a relação Estado/território? Em termos gerais, o processo de *globalização* tem engendrado também a fragmentação como sua contrapartida essencial[5]. E esta última se mostra de maneira brutal, salvo exceções e com diferenças de país a país, no interior dos Estados Nacionais. Um de seus traços característicos é a rápida desintegração[6], em especial aquela que tem a ver com o social, a qual acompanhada, em geral, de uma perda crescente de legitimidade de parte do Estado.

Neste sentido, à medida que o Estado se encontra menos capacitado para satisfazer as demandas da sociedade civil, posto que a ele compete assumir o custo financeiro da reconversão e o político da abrupta redução dos serviços

públicos (Lechner, 1992), cada vez mais tende a mostrar níveis diferenciados de legitimação perante esta. Em conseqüência, não é por acaso que surgem variados e complexos processos vinculados a essas demandas, as quais podem ir desde reivindicações por maiores espaços de auto-realização, o que, nas palavras de Boiser (op. cit., p. 48), significa "tanto descentralização (cessão de poder) como autonomia (campos específicos de competência)", até casos extremos como a emergência de movimentos segregacionistas.

Desta maneira, ante um Estado que dificilmente — e de forma crescente — pode dar conta das funções mais elementares que dele exige a sociedade, pode ocorrer que em alguns pontos de "seu" território comece a "perder", precisamente, esse território. Em outras palavras, a ausência do Estado em certas funções, como por exemplo as relativas à segurança do cidadão, em alguns pontos ou lugares, territorialmente falando, pode favorecer o surgimento de um "poder de fato" e, com isso, o desenvolvimento de uma rede clientelista à margem do Estado (Salama, 1990). Inevitavelmente, a se materializar cada vez mais essa tendência, a resolução das situações de conflito, à diferença do Estado de Direito, se fará sem nenhuma dúvida por via da violência.

Algumas reflexões finais

O processo de *globalização* que tendencialmente define o hoje e a crise econômica mundial que, de alguma maneira, o tem acompanhado até agora, impôs ao Estado, entre muitas coisas, a revisão de sua relação orgânica com o mercado; mas isso, inevitavelmente trouxe, como conseqüência, alterações, às vezes substanciais, em seus componentes essenciais.

Em particular, com respeito ao território sobre o qual exerce soberania, além da relativização desta última, o que sem lugar a dúvidas compete também ao território, observamos com a(s) relação(ões) entre ambos se ressente à raiz das redefinições (necessárias) a que o Estado se vê submetido, para adequar-se às novas situações que dele exige a reacomodação do sistema capitalista à escala planetária.

Nestes momentos, o território tende a ser menos "nacional" e, simultaneamente, mais "mundial". A "unicidade técnica" que caracteriza o presente, por significar modificações importantes no conteúdo técnico dos objetos materiais, traz consigo alterações em suas funções com a finalidade de converter, precisamente, um território (ou uma fração) em mais eficiente e, por conseguinte, mais competitivo frente a outros territórios. Tal situação

ilustra, entre as múltiplas que existem, a necessidade que tem o Estado de readaptar-se às mudanças que a reacomodação do sistema capitalista está exigindo.

O conteúdo existencial de hoje é diferente. Cabe aproximarmo-nos despojados de preconceitos e buscar na realidade social os elementos que lhe dão conteúdo aos conceitos, às categorias. Frente à mudança, os elementos, sendo (ou não) os mesmos, se alteram, e com isso suas relações, transformando, em conseqüência, o conteúdo dos conceitos. Deveríamos tomar consciência de que o mundo mudou (e está mudando), e isso é o que nossas categorias deveriam ser capazes de apreender e explicar.

Notas

[1] O *limes* representava a defesa da cidade, a primeira das entradas e a muralha através de suas portas. Desta idéia primária *(limes urbanus)* se passa progressivamente à de *limes italicus* e por fim à de *limes imperium*, com o que se designa a "zona onde tudo estava organizado para a proteção do império" (Jones, 1959, p. 246).

[2] É importante assinalar que esta situação não significou que esta(s) fronteira(s) fosse(m) menos permeável(eis) do que antes, porquanto, excetuando uma que outra barreira fiscal, nada havia que indicasse quando se entrava ou saía de um outro Estado soberano.

[3] "..., os elementos essenciais do Estado, tanto funcionais como do ponto de vista legal, são: território, população e um governo com um efetivo controle interno; externamente independente e disposto a assumir obrigações sob leis internacionais..." (Kristof, 1959, p. 271).

[4] Manuel Castells (1986, p. 5) é muito enfático quando sustenta que a revolução tecnológica e a reacomodação do capitalismo são dois processos que, além de avançar interrelacionados, estariam na base das mudanças e transformações que o mundo de hoje conhece, visto que o "atual processo de mudança tecnológica ..., representa uma nova forma de produção, baseada na informação e no conhecimento como as fontes mais importantes da produtividade".

[5] "Por um lado, assistimos a um processo acelerado de globalização econômica; a longa internacionalização dos mercados culmina em um novo Estado no qual os circuitos produtivos, comerciais, financeiros e tecnológicos conformam uma complexa rede planetária (...). Por outro lado, observamos uma não menos poderosa tendência à fragmentação. Acentua-se a segmentação econômica entre países, porém mais grave ainda é a acelerada desintegração no interior de cada país (...)" (Lechner, 1992, p. 84).

[6] Conforme nota 5.

Tradução: Antonio de Padua Danesi

A globalização da economia e o território nacional. Indagações prospectivas

SUELI RAMOS SCHIFFER

O processo de ocupação e transformação do território brasileiro tem sido historicamente determinado pela predominância da produção econômica, quer a nível regional como nacional. Retroagindo-se aos períodos colonial e imperial facilmente associa-se às atividades econômicas desenvolvidas nas diversas regiões a formação de núcleos urbanos ou a incorporação territorial de áreas agrícolas.

A industrialização iniciada notadamente nos anos 20 deste século a partir da capital paulista, associada à manutenção de uma estrutura agrária centrada em grandes propriedades, imprimiram ao território um processo de urbanização acelerada. Destacam-se nesse processo, que perdurou particularmente até meados da década de 70, uma elevada concentração de capital, de atividades produtivas e população nos centros industriais, em especial na região metropolitana de São Paulo.

Após esta data sinalizam-se alterações nesta tendência, representadas por um declínio da participação no valor da transformação industrial nacional da metrópole e do próprio estado paulistas concomitantemente ao início de um processo de descentralização do setor secundário anteriormente instalado nesta região metropolitana.

Entender esse processo de descentralização industrial, bem como a crise econômica que tem persistido no Brasil, apesar dos inúmeros "planos" econômicos aplicados desde a década de 80, requer uma reflexão teórica que deve incorporar as relações entre sociedade e Estado e/ou entre capital e trabalho e a inserção específica do País nas relações capitalistas internacionais.

Durante a década de 70 intensificaram-se, a nível internacional, transformações no processo produtivo industrial, o qual, centrado em rápidos avanços tecnológicos e na informática, possibilitou uma fragmentação da produção em unidades industriais locadas em regiões ou países distintos. A

globalização da economia propaga-se desde então em tal velocidade, abrangendo a maior parte das grandes corporações internacionais e incorporando empresas ou subsidiárias em vários países, inclusive o Brasil, que chega-se a questionar a pertinência dos Estados nacionais no controle da acumulação interna.

Somam-se ainda a estas transformações a dissolução do bloco soviético e o fim do Pacto de Varsóvia, em fins dos anos 80, abrindo-se um mercado consumidor potencial à produção capitalista.

Os países tradicionalmente chamados de Terceiro Mundo, como o Brasil, são forçados a rever sua inserção na economia internacional, a qual além de acelerar o processo de *globalização,* reorientou as prioridades de investimentos na direção dos países do "este" europeu, na tentativa de consolidar a incorporação destes no processo de acumulação capitalista.

Uma avaliação prospectiva acerca das relações entre a acumulação nacional e o padrão atual de inserção do País na economia global sugerem uma tendência de distanciamento de metas de desenvolvimento interno com maior eqüidade social, sinalizando, ao contrário, um agravamento das condições sócio-econômicas da maioria da população.

O processo recente de globalização da economia: principais características

A acumulação capitalista tem se dado, desde os primórdios, abarcando um processo crescente de internacionalização, e até recentemente fortemente mediada pelos Estados nacionais. Processo este capaz de incorporar países em estágios distintos de desenvolvimento, caracterizando relações de subordinação econômica ou mesmo política dos mais atrasados com relação àqueles que dispõem de tecnologias de ponta, assegurando aos últimos a liderança econômica internacional.

A hierarquia entre os países inseridos no denominado "bloco capitalista" com relação ao grau de desenvolvimento confunde-se a uma escala de profundas desigualdades sociais, as quais têm perdurado ou mesmo se agravado com o avanço do processo de *globalização* da economia.

Particularmente a partir dos anos 70 nota-se concomitantemente à maior transnacionalização do capital, alterações na divisão internacional do trabalho com a rápida ascensão dos países asiáticos, como Japão, Taiwan e Coréia, à condição de desenvolvidos e altamente competitivos nas relações comerciais internacionais, além de um fortalecimento econômico dos países da Comunidade Européia.

Tem-se ainda introduzido, nas últimas décadas, novos processos de produção de mercadorias com a incorporação contínua de tecnologias de ponta que possibilitam um aumento da robotização e da informática no processo produtivo, reforçando a predominância de capital intensivo e conseqüentemente reduzindo o número de ofertas de emprego. Esse padrão tecnológico tem permitido uma parcialização da produção em componentes fabricados em plantas industriais distintas, e com bastante freqüência locadas em diferentes países, selecionados em função de "vantagens comparativas" de custo relacionadas, em geral, à proximidade de mercados consumidores e insumos específicos ou, em raros casos, ao menor custo da mão-de-obra.

Nota-se, ainda, em especial nas grandes corporações multinacionais, uma forte tendência à terceirização de seções ou departamentos, tradicionalmente integrantes das empresas, cujos serviços passam a ser contratados de firmas externas, reduzindo o número de empregos diretos visando maximizar os indicadores relativos à produtividade.

O colapso do "bloco soviético" originado em 1989, a par dos aspectos econômicos com a abertura de novos mercados potenciais à produção capitalista, introduziu ainda questões políticas ao processo de *globalização* da economia. Segundo Sweezy (1991) a desintegração da União Soviética enquanto unidade política distinta do capitalismo desobrigou os países capitalistas centrais a defenderem sua ideologia (econômica e militarmente) nos países do Terceiro Mundo em constantes instabilidades sócio-econômicas particularmente após a II Guerra Mundial. Fatos estes que tendem a agravar nestes países a aguda crise econômica reincidente desde os anos 70, mantendo os já socialmente perversos processos de acumulação interna.

A inserção do Brasil no atual processo de globalização da economia

O processo de acumulação capitalista no Brasil tem sido conduzido de forma a perpetuar em seu comando uma sociedade de elite, estruturada desde os tempos coloniais[1], a qual tem privilegiado um modelo expatriador em detrimento da acumulação interna[2].

A associação da elite brasileira ao capital estrangeiro tem sido um dos mecanismos mais eficazes na manutenção do modelo expatriador por restringir a acumulação interna face à remessa de divisas. Vários são os exemplos históricos da reimposição sistemática deste modelo, nos quais a participação do capital estrangeiro foi relevante[3]. Dentre estes deve-se ressaltar a implantação da "industrialização pesada" na região metropolitana de São Paulo em

meados da década de 50 por ter significado a diretriz industrial que orientou desde então os rumos político/econômico e do (sub)desenvolvimento do País. Este surto industrial voltado à substituição de importações de bens duráveis, caracterizou-se pela implantação de novos setores industriais a partir de capital estrangeiro[4], notadamente o automobilístico e em menor escala o químico-farmacêutico e indústrias de bens de produção.

Segundo Deák (1991:8) "ciclos sucessivos de substituição de importação são necessários devido à restrição da balança de pagamentos; quando tal ocorre, as indústrias dinâmicas (da época) são entregues ao controle de capitais estrangeiros que não criarão forças internas que desafiariam a posição da elite".

Válida a afirmação acima, as transformações políticas e econômicas recentes no processo de acumulação internacional fragilizam as bases de sustentação da elite nacional na imposição do modelo expatriador.

A inserção dos países em desenvolvimento na economia capitalista internacional, mesmo ressaltando-se que a determinância do processo de acumulação interna não pode ser exclusivamente delegada aos desígnios do capital internacional, se por um lado criava sérios obstáculos a um desenvolvimento nacional autônomo, por outro lado, pela contraposição política ao "bloco soviético" gerava alguma possibilidade de barganha dos primeiros, induzindo investimentos nestes oriundos dos países centrais.

No que se refere ao Brasil, estas inversões certamente não minimizaram as desigualdades econômico/sociais internamente à Nação, mas possibilitaram à elite nacional manter os laços econômicos com o capital estrangeiro e, conseqüentemente, continuar na condução do processo de acumulação interna nos moldes históricos.

A nível interno a persistência no modelo expatriador tem resultado em duplo empecilho à acumulação nacional, ambos relacionados ao baixíssimo padrão de reprodução imposto à força de trabalho. Avaliando-se os dados apresentados por Romão (1991:105-6), comparativos entre o percentual de renda apropriado pelos 40% mais pobres e pelos 10% mais ricos da população brasileira, para os anos de 1960, 1970 e 1988, nota-se uma crescente concentração de renda a nível nacional. Se no início dos anos 60 os 10% mais ricos detinham em torno de 35% da renda nacional, passaram a deter aproximadamente 42% em 1970 e 46% no final da década de 80. Nas mesmas datas, os 40% mais pobres detinham 16%, 13% e 10%, registrando um declínio contínuo de sua participação.

Este fato interfere diretamente na constituição de um mercado consumidor interno, o qual resulta bastante diminuto, em termos de demanda efetiva, não constituindo-se foco potencial da produção nacional.

Por outro lado, se o baixo custo de reprodução da força de trabalho representou até fins dos anos 70 uma importante vantagem comparativa à produção de mercadorias, facilitando a implantação de indústrias multinacionais ou associações destas com empresas nacionais, a estrutura produtiva internacional que se impõe a partir dos anos 80, destrói esta vantagem. Mais do que isso, o que era vantagem torna-se empecilho, tendo em vista que a maior tecnificação industrial associada à informática exige operacionalmente mão-de-obra qualificada e, acima de tudo, o incremento de produtividade resultante desta maior automatização requer, como pré-requisito à concretização de um retorno sobre o investimento positivo, a existência de um mercado consumidor potencial. Obviamente, em ambos os casos, o Brasil encontra-se desqualificado.

Há ainda a considerar-se, e com a devida importância, que a incorporação de tecnologias avançadas e informática na produção industrial necessitam investimentos prévios em infra-estrututura básica, tal como energia e telecomunicações, de porte praticamente incompatível com a disponibilidade de investimentos estatais do País frente à crise econômica e social tão acentuada, que já perdura por mais de uma década.

A defasagem tecnológica e a carência em infra-estrutura necessária para eventualmente minimizar tal defasagem entre os países desenvolvidos e os atrasados caracteriza-se, segundo Kurz (1993), em um ponto de estrangulamento insuperável a um real desenvolvimento destes últimos. Este autor acredita ainda que os níveis atuais de inovações tecnológicas na produção devem gerar um aumento significativo na concentração internacional de capital, privilegiando as grandes corporações multinacionais e os atuais países líderes da economia capitalista, ampliando geometricamente a defasagem com relação aos países em desenvolvimento e induzindo a um inevitável aumento na miséria mundial.

Reflexões sobre os efeitos territoriais da globalização da economia no Brasil

As formas tradicionais de alianças e associações entre a elite nacional e o capital estrangeiro têm-se enfraquecido na medida em que os padrões balizadores da concorrência internacional entre capitais têm-se alterado, privilegiando o setor industrial assentado em capital intensivo e tecnologia de ponta. A propagada competitividade industrial brasileira, lastreada no baixo custo da mão-de-obra, se válida até os anos 70, parece nos dias atuais significar um entrave.

Ainda assim há que se considerar que esse raciocínio, se válido para a Nação como um todo, não é aplicável ao conjunto dos setores industriais. Alguns, sendo vinculados à indústria automobilística, o exemplo mais significativo, têm-se orientado a participar da transnacionalização da produção, em especial as empresas já subsidiárias ou associadas a multinacionais engajadas neste processo.

A valiosa atuação do Estado como fornecedor da infra-estrutura básica sem dúvida faz parte inerente da viabilização da inserção na economia mundial destes setores privilegiados, ainda que se debata o papel dos Estados nacionais frente à crescente *globalização* da economia comandada pelas grandes corporações.

Considerando os altos custos envolvidos na implantação desta infra-estrutura necessária, associados a eventuais subsídios à equiparação do maquinário compatível à produção dos países centrais, os setores beneficiados restringem-se significativamente, ainda mais em "tempos de crise".

Em síntese, a manutenção de uma sociedade de elite, centrada em modelo econômico que despreza as possibilidades de expansão do mercado interno e, simultaneamente, concentra-se em viabilizar poucos setores industriais a integrarem o processo de *globalização* da economia, reforça a concentração de renda e a crise econômica nacional, em detrimento da grande maioria da população, com reflexos diretos na estruturação do território.

Não se deve iludir-se quanto às recentes transformações na localização industrial, refletidas nos levantamentos atuais que indicam certa minimização das diferenças regionais em relação a indicadores econômicos específicos, notadamente os relativos à produção industrial[5]. A transferência de plantas industriais para fora da região metropolitana de São Paulo, o fortalecimento de novos pólos industriais como os das macro-regiões de Campinas e de Salvador, estão longe de sinalizarem tendências de desconcentração econômica. Ao contrário, a concentração de capital persiste e se acentua, e o crescimento de novos centros industriais, além de abarcarem parte significativa do capital paulista que se descentralizou[6], fazem parte de uma estratégia de classe (dominante) não só voltada à valorização de novos espaços como destinada a manter as condições de dominação em vigor[7], assegurando sua inserção (ainda que parcial) no processo de *globalização* da produção.

Cabe ainda ressaltar que as empresas partícipes desse processo caracterizam-se como intensivas de capital e, segundo a tendência administrativa atual, têm-se voltado a terceirizar alguns departamentos internos, por exemplo os vinculados às áreas alimentar, jurídica e informática, acarretando dispensa considerável da mão-de-obra direta empregada.

Os levantamentos realizados pela SEADE[8] têm indicado, para a década

de 80, perda do Produto Interno Bruto (PIB) paulista, notadamente no setor da indústria da transformação, confirmando uma tendência já evidente desde fins dos anos 70. Por outro lado, se este estado é responsável por um terço do PIB nacional, contribui com praticamente 50% da receita tributária federal, sendo que em relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sua participação é da ordem de 59% do total nacional, indicando uma maior formalização da economia paulista.

Associando-se a esses fatos a interpretação de Storper (1984) indicando que o processo de descentralização industrial a partir da metrópole paulista foi em grande parte determinado pelo fortalecimento sindical local, alijando dos empresários o controle dos salários, vislumbram-se possíveis motivos orientadores da re-estruturação na localização territorial do setor secundário desde meados da década de 70.

O processo de descentralização das indústrias de transformação deve ser balizado frente à realidade sócio-econômica nacional, que atesta maior concentração de renda e maiores desequilíbrios sociais. A permanência destas desigualdades encontra-se evidenciada até mesmo em relatório em fase final de elaboração por uma comissão mista do Congresso Nacional[9], o qual enfatiza que os volumosos investimentos estatais nas regiões mais atrasadas não foram suficientes para minimizar as extremas desigualdades sócio-econômicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com relação ao Sul e Sudeste.

Os dados recém publicados pelo IBGE[10], para o período 1990-1992 registram que o PIB nacional recuou 4,7%, enquanto a renda *per capita* decaiu 10%, para uma estimativa de crescimento populacional em torno de 5,9%, demonstrando o montante da crise brasileira atual. Projeções simples da tendência histórica destes dados parecem confirmar o diagnóstico prospectivo de Kurz (1993:223): "o momento da inércia da vida e do pensamento humanos parece imenso, e a capacidade de sofrimento dos indivíduos talvez chegue muito perto daquela dos animais. Não obstante, existe um limite absoluto, mesmo que este esteja à beira da "destruição do mundo", limite do qual ninguém pode dizer o quanto estamos distantes. É possível que a era das trevas da crise do sistema produtor de mercadorias, com suas formas de percurso e acontecimentos catastróficos, abranja boa parte do século XXI".

Exagero ou profecia, ambas alternativas refletem-se diretamente no território. Ao se manter o processo atual de acumulação interna e o privilegiamento de setores empresariais em detrimento cada vez maior da força de trabalho, particularmente as de menor rendimento, ter-se-á a continuidade nas diferenciações interpessoais e inter-regionais.

Opções eventuais que fortaleçam o mercado interno certamente terão

forte impacto territorial, em especial quanto à produção habitacional, crescimento potencial e generalizado do consumo interno, aumento da demanda em infra-estrutura urbano/regional, educacional, de saúde, entre outros.

Conclusões

A reflexão que se faz necessária frente aos indicadores econômicos e sociais — que indicam um agravamento nos últimos anos da crise econômica instaurada no País desde os anos 70 — deve incorporar tanto uma interpretação do processo de acumulação interna quanto uma avaliação do padrão de inserção do país no estágio atual da *globalização* da economia.

Esses indicadores refletem-se na estruturação do espaço nacional na medida em que a adaptação do setor industrial frente às mudanças na acumulação internacional requer uma maior concentração de capital para viabilizar maiores investimentos no processo produtivo, além de maior controle sobre os salários, fato este em parte responsável por certa descentralização do setor secundário refletida na distribuição interestados do valor da transformação industrial.

O processo de descentralização industrial, particularmente a partir da metrópole paulista, deve ser, portanto, entendido como parte de uma estratégia da classe dominante que visa manter em vigor o modelo expatriador histórico e resguardar as alianças com o capital internacional, em detrimento do mercado interno e às custas da imposição à imensa maioria da força de trabalho de um estágio de reprodução pouco superior à subsistência.

Avaliar prospectivamente a tendência em curso desde meados dos anos 70 da acumulação interna, bem como seus determinantes, é fundamental à formulação de possíveis alternativas de "desenvolvimento" a serem seguidas pela Nação. Alternativas estas que diferindo entre si necessariamente levarão a efeitos territoriais distintos, como por exemplo, as implicações urbanas de um desenvolvimento mais eqüitativo da renda.

Notas

[1] Sobre a formação social e a estrutura de classes no Brasil ver Fernandes (1989).

[2] A esse processo Deák (1991) denominou "acumulação entravada".

[3] Uma interpretação histórica do processo de acumulação no Brasil relacionado à associação da elite nacional com o capital estrangeiro é apresentada em Schiffer (1992).

[4] A Instrução 113 (SUMOC), que permitia a isenção de taxas de importação às empresas estrangeiras que investissem em setores sem similar no Brasil, possibilitou que entre 1955 e 1961 (período que abrange a implantação da industrialização pesada) entrassem

no País cerca de 721 milhões de dólares, sendo que nos seis anos anteriores este valor representou apenas 97 milhões.

[5] Avaliando-se os dados relativos à evolução do PIB estadual entre 1970 e 1985 (conforme publicados no jornal *Gazeta Mercantil* de 6/4/93, p. 6) nota-se que o estado da Bahia, através do crescimento do pólo petroquímico de Camaçari, registrou aumento expressivo neste indicador, constituindo-se em único responsável ao acréscimo do PIB do Nordeste. Apenas duas regiões apresentaram no período considerado evolução positiva do PIB, a Nordeste e a Centro-Oeste.

[6] A região Sudeste em 1990, apesar de perceber um declínio do PIB industrial, manteve o maior índice nacional de rentabilidade neste setor, além de deter 64% do patrimônio do total das 50 maiores empresas instaladas no Brasil, conforme Revista *Exame*. Melhores e Maiores. São Paulo: Abril, 1991.

[7] O artigo traduzido do *Wall Street Journal* denominado "A sede muda para onde o mercado manda", indica que a partir de fins da década de 80 várias sedes de multinacionais, entre essas algumas das maiores norte-americanas como AT&T e Du Pont ou coreanas como a Hyundai Eletronics, têm transferido suas sedes para outros países, como importante estratégia mercadológica e financeira, conforme *Gazeta Mercantil* (7/1/93:1).

[8] Conforme publicado no jornal *Gazeta Mercatil* (3-5/4/93:1-3) e (3-5/4/93:1-3).

[9] Conforme artigo no jornal *Gazeta Mercantil* (14/4/93:1).

[10] Conforme apresentados no jornal *Gazeta Mercantil* (2-4/1/93:3).

Referências

DEÁK, C. Acumulação entravada no Brasil / E a crise dos anos 80. *Espaço & Debates*. São Paulo, n.º 32, 1991, p. 32-46.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3.ª ed. São Paulo: Difel, 1989.

KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ROMÃO, M. *Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil*. In: CAMARGO e GIAMBIAGI (orgs.). Distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 97-120.

SCHIFFER, S. *A territorialidade revisitada*. Tese (livre-docência). São Paulo, 1992. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.

STORPER, M. *Who benefits from industrial decentralization? Social power in the labor market, income distribution and spatial policy in Brazil*. Regional Studies, v. 18, n.º 2, 1984, p. 143-64.

SWEEZY, P. What's new in the new world order? *Monthly Review*, v. 43, jun 1991, p. 1-4.

Globalização, funcionamento técnico e funcionamento político na rede urbana argentina e nordpatagônica

MARIA LAURA SILVEIRA

Os novos conteúdos técnicos e organizacionais, próprios da fase atual da *globalização*, transformam fundamentalmente parcelas crescentes do espaço. De um meio técnico — correspondente à fase da internacionalização — passamos a um meio técnico-científico-informacional (Santos, 1993). A organização do espaço é reformulada a partir da presença, na cidade e no campo, daquilo que nesta fase da *globalização* aparece como o novo, o moderno, o dinâmico. Essa (re)formulação significa, entre outros aspectos, uma diferente hierarquização produtiva das regiões e aglomerações.

A chegada de objetos especializados e dos fluxos necessários para seu funcionamento técnico e político, reclamados pelas atividades mais modernas, constrói a dominância relativa de algumas cidades. A incorporação de novos instrumentos de trabalho, com suas novas racionalidades, contribui para uma maior individualidade — *uniqueness* — nas cidades.

A rede urbana local transforma-se sob a tensão entre *globalização* e localização. Por uma parte, a *globalização* inclui uma tendência à hierarquização da produção em função das atividades mais modernas e uma outra tendência, aquela do consumo a se difundir espacialmente. Por outra parte, a localização significa que a cidade local oferece oportunidades e resistências diferenciais à chegada dos vetores da modernização. Esse jogo dialético nos permitiria repensar a rede urbana através dos conceitos de *zonas luminosas* e *opacas* (Santos, 1993, p. 4).

Que atividades modernas criariam zonas luminosas e zonas opacas e fluxos de diferente valor na rede urbana? Estaríamos autorizados a falar em uma menor importância relativa dos fluxos materiais dando lugar a uma crescente relevância dos fluxos imateriais como impulsores dessa re-hierarquização urbana?

Propomos discutir aqui essas questões a partir do exemplo da rede urbana nordpatagônica no contexto da Argentina, considerando uma periodização que possibilite entender o seu processo de criação e recriação, segundo os imperativos das divisões territoriais do trabalho e das respectivas oportunidades locais.

Primeiro período — A posse do território e a origem da rede urbana argentina: a chegada da racionalidade do comércio mundial em grande escala (fins do século XV-1620)

Os progressos técnicos desde fins do século XV tornaram possível uma maior capacidade de deslocamento e portanto o aumento dos intercâmbios comerciais, especialmente sob o comando das potências desse período, isto é, a Espanha e Portugal. Este desenvolvimento do comércio mundial em grande escala leva à criação de "espaços derivados" na América, sob a lógica da conquista do território e à fundação de povoados conforme o avanço no continente.

Assim, três correntes colonizadoras vão estruturar esse embrião de rede urbana: a corrente do Oeste que funda Mendoza, San Juan e San Luis, a corrente do Alto Peru que dá origem a Santiago del Estero, Córdoba e Tucumán, e a corrente do Atlântico que funda Buenos Aires, Santa Fé e Corrientes. Nesses pontos, a criação de objetos revela a necessidade de posse do território para a exploração de metais no Alto Peru, subespaço altamente valorizado na divisão territorial do trabalho desse período. Assim sendo, em sua origem a rede urbana argentina caracteriza-se por ser apenas um sistema de objetos facilitando a penetração no continente e o fornecimento de um mínimo abastecimento. Os fluxos que intercomunicavam estas cidades eram o transporte de metais para o porto com destino à Europa e de alimentos para a população que trabalhava nas áreas de mineração e também de mão-de-obra indígena para o Alto Peru. Nesse tráfego, Santiago del Estero foi um núcleo central, Mendoza era o centro da economia cuyana, ao tempo em que Córdoba atingia uma maior hierarquia com suas funções de sede das autoridades eclesiásticas, das escolas etc. A evolução da rede nesse primeiro período foi lenta já que as cidades não eram organizadoras de zonas de alta densidade da divisão do trabalho.

Segundo período — Os espaços derivados como mercado potencial do centro: primeira fase da hierarquização de Buenos Aires (1620-1750)

O comércio mundial em grande escala, baseado na possibilidade de

contar com os metais do Novo Mundo, permitiu um enriquecimento de certos países centrais que desenvolveram a manufatura. Enquanto a Espanha e Portugal não conseguiram aproveitar esse impulso para produzir um avanço técnico, os países do mar do Norte e do Báltico, particularmente a Holanda, progrediram enormemente nas suas frotas e na sua organização comercial e política (Santos, 1988. p. 25). Esta re-hierarquização de países e cidades no "centro" está estreitamente ligada com uma revalorização dos espaços coloniais americanos. A racionalidade espanhola da conquista territorial e da extração de metais, para assegurar os fluxos do comércio mundial, vai sendo substituída por uma nova racionalidade baseada na produção manufatureira e na procura de mercados para esses novos produtos. Nestas condições, o comércio torna-se uma verdadeira exigência do sistema no período manufatureiro e, por conseguinte, com freqüência, chama a si formas de contrabando nos casos em que as estruturas político-administrativas configuram um obstáculo. O vice-reinado do Alto Peru surgia como um excelente mercado virtual para as novas potências, enquanto Buenos Aires aparecia como o porto natural para esses virtuais circuitos comerciais. Mas, a recente subordinação da Espanha no novo sistema não significou uma imediata queda das estruturas administrativas que impediam a abertura do porto de Buenos Aires. Perante essa situação, as novas potências, particularmente a Inglaterra, tornaram a pequena cidade de Buenos Aires em um núcleo muito importante do contrabando no sul do continente. Assim, uma nova racionalidade começa a se impor e impulsiona o crescimento populacional e a diversificação das funções comerciais de Buenos Aires. Simultaneamente, aumentava a pressão das cidades do centro sobre a Espanha para conseguir a legalização desse porto.

Terceiro período — A revolução industrial acelera a complementaridade mundial dos territórios: segunda fase da hierarquização de Buenos Aires (1750-1850)

O começo da industrialização e as inovações técnicas nos transportes promovem a Inglaterra como potência mundial. As necessidades dessa potência, baseadas na indústria, desenham uma nova divisão territorial do trabalho que exige, de um lado, a existência de mercados para sua produção industrial e, de outro lado, territórios temperados aptos para a produção das matérias-primas e, depois, alimentos indispensáveis a esse sistema. A lógica da complementaridade mundial dos territórios aumenta notadamente a pressão sobre a Espanha para abrir o porto de Buenos Aires ao mercado mundial. Esta tensão torna-se intolerável e assim em 1776, numa tentativa para

manter o poder político nesses territórios, a Espanha cria o vice-reinado do Río de la Plata, com capital em Buenos Aires e independente do vice-reinado do Alto Peru.

Essa decisão política, que privilegia a cidade de Buenos Aires em detrimento de Lima, afirma a predominância dos Pampas — área de criação de gado até então marginal — e promove a integração do território colonial ao mercado inglês. A posição hierárquica de Buenos Aires aumenta a partir da especialização de suas funções comerciais e portuárias, por ser o núcleo dos fluxos dos produtos importados e da produção de Tucumán, Córdoba e Cuyo, e pelo fato de ser a sede da administração colonial. Esta refuncionalização do território — criada pela nova divisão territorial do trabalho — origina a decadência relativa das cidades interiores da rede urbana, centros de economias regionais artesanais que são arrasadas pela concorrência dos produtos europeus. Não obstante, algumas aglomerações do interior conseguem substituir a produção artesanal pela criação de gado e, desse modo, podem inserir-se no sistema mundial.

O processo da independência política — entre 1810 e 1816 — faz desaparecer a rede de intercâmbios comerciais do interior com o Alto Peru. Nessas condições, a rede urbana interna se debilita e Buenos Aires torna-se mais claramente o porto do comércio inglês com exclusivos direitos de alfândega. Depois das guerras da independência e até 1862, ainda não existia o Estado Nacional Argentino. O que havia era uma Confederação de Províncias dotadas de certa autonomia e na qual Buenos Aires comandava os assuntos exteriores e o porto.

Deste modo, a re-hierarquização urbana expressa o aprofundamento da dependência em relação ao centro que exige uma complementaridade entre territórios destinados a funções de produção e consumo. A internacionalização dos espaços derivados afirma-se através da criação e recriação de um sistema urbano que assegure, de um lado, as mínimas organizações locais de mercados e, de outro lado, um mínimo comando técnico dos sistemas de engenharia necessários para a criação de gado e para a agricultura.

Quarto período — Internacionalização do mundo: a indústria como vetor externo e interno de uma nova funcionalidade da rede urbana argentina (1850/1870-1945/1950)

O período industrial, que na escala mundial começa entre os anos de 1850 e 1870, impõe novas tecnologias e novas formas de organização e permite, assim, uma maior separação entre os centros de produção e consumo. A complementaridade funcional dos territórios centrais e periféricos afirma-se

graças, de um lado, à maior diferença tecnológica e, de outro lado, à generalização do Estado como unidade política. Desse modo, a criação e densificação de sistemas de engenharia nas áreas mais valorizadas pela divisão territorial do trabalho começa a ser assegurada pela força do Estado-nação. Na Argentina, a unificação do Estado Nacional, em 1862, estabeleceu um patamar melhor para a presença dos capitais hegemônicos da época, isto é, os capitais britânicos.

Neste período, a industrialização, como motor da organização espacial, permitiria distinguir dois subperíodos na história territorial da Argentina. Por uma parte, reconheceríamos um subperíodo (1850/1870 a 1930) no qual a indústria torna-se um vetor externo da organização do território argentino e, por outra parte, a partir de 1930 até 1950, um segundo subperíodo tendo a indústria como vetor interno na formação dos arranjos territoriais. Esta subperiodização parece-nos importante porque permite distinguir a defasagem entre o momento da industrialização no centro do sistema e a chegada desse fenômeno ao país.

No primeiro subperíodo, aumenta a valorização da região dos pampas como área de criação de gado e, cada vez mais, como produtora de cereais. Talvez 1910 e 1920 tenha sido o momento de maior valorização dessa região pela divisão territorial do trabalho, já que em 1914 a Argentina era o terceiro exportador mundial de cereais. A partir de 1920 a modernização dos sistemas de engenharia foi um imperativo para manter um fluxo de exportações considerável. A organização desse comércio exterior e o comando técnico do campo tecnificado concentra-se nas cidades hierarquicamente superiores da rede urbana, isto é, Buenos Aires, Rosário, Córdoba, La Plata, Paraná, Santa Fe, Bahía Blanca. Com o propósito de conseguir um funcionamento técnico mais eficiente do esquema exportador, o Estado desenvolve um processo modernizador via investimentos do Tesouro e concessões ao capital inglês. É o momento da construção da rede ferroviária, da modernização dos portos, da colonização agrícola, da incorporação de novas áreas de criação de gado para carne e lã com a ocupação da Patagônia, do aperfeiçoamento do sistema bancário tendente à unificação dos mercados do país. Em 1900 o capital britânico na Argentina era realmente hegemônico, representando 80% do total dos investimentos estrangeiros. Os novos objetos, junto à maciça imigração italiana e espanhola, instalam-se especialmente nas cidades-portos. Desta maneira, Buenos Aires, porto mais importante e capital federal a partir de 1880, concentradora da produção agropecuária dos pampas e da produção industrial do país, recebe os maiores grupos de imigrantes europeus, que vão modificar as estruturas demográficas, profissionais e de consumo do país. Córdoba perde sua segunda posição em favor de Rosário, por

causa da importância que assume este porto concentrador da produção agropecuária do litoral. La Plata torna-se relevante não apenas pela sua condição de capital da Província de Buenos Aires, mas pelo seu porto. Paraná e Santa Fe surgem como portos fluviais do litoral na rede regional comandada por Rosário, enquanto Bahía Blanca destaca-se por ser um porto concentrador da zona sul da Província de Buenos Aires e com crescente influência sobre o território patagônico recentemente incorporado pelo Estado Nacional. Tucumán e Mendoza salientam-se como cidades interiores e centros das regiões Norte e Cuyo respectivamente.

Nesse processo de densificação técnica do território para se adaptar às exigências dos mercados mundiais, a Patagônia — ocupada a partir de 1880 — é organizada sob uma racionalidade que revela a necessidade de possuir áreas complementares daquelas mais hierarquizadas. Assim sendo, a nova região é destinada à produção de lã e, posteriormente, à produção de frutas. Cria-se uma rede urbana embrionária, com cidades locais de abastecimento e consumo e com sistemas de engenharia realizados por firmas britânicas e pelo Estado.

No segundo subperíodo, a partir de 1930, inicia-se o processo de industrialização da Argentina, comandado basicamente por capitais privados nacionais pequenos e médios e também pelo próprio Estado, atendendo à necessidade de substituir as importações de produtos dos países em guerra. Por outra parte, as áreas de criação de gado, frigoríficos, transportes e finanças, tradicionalmente baluartes dos capitais britânicos, tornam-se o alvo da luta entre esses capitais ingleses e os capitais americanos. O Estado assume a função de mediador e a criação em 1940 do Banco Central — antigo projeto britânico — com sede em Buenos Aires, aparece como garantia dos privilegios ingleses.

Nesses anos, cristaliza-se a estrutura territorial existente sob a lógica de densificar a incorporação de técnicas e funções organizacionais nas cidades mais "aptas", isto é, aquelas de maior hierarquia. As cidades-porto são dotadas de novas infra-estruturas para acompanhar a industrialização e as migrações do interior através de uma política fiscal de créditos e obras. Junto a esses fatores, a importante expansão do consumo favorecida por uma política distribucionista, conflui para a formação de grandes conurbações: Grande Buenos Aires, Grande Rosario, Grande Córdoba, Grande La Plata, Grande Mendoza, Tucumán, Santa Fe, Mar del Plata, Bahía Blanca, Grande San Juan.

Na Nordpatagônia aumenta a hierarquia das cidades surgidas na construção da ferrovia e nos começos da agricultura graças a uma maior tecnificação da atividade do campo e à origem de agroindústrias que requerem um

comando urbano (Neuquén, General Roca, Cipolletti, Villa Regina, Centenario). Por outra parte, decaem os pequenos centros criados para o desenvolvimento da produção de lã nos períodos anteriores. Além disso, os começos da exploração de petróleo aparecem como um fator de urbanização e como um elemento que indica a transição para o período técnico-científico.

Quinto período — O imperativo da fluidez na fase da globalização: modernização seletiva e criação de zonas luminosas no território argentino (1945/1950 até hoje)

A *globalização*, entendida como o estádio supremo da internacionalização (Santos, 1993, p. 1), manifesta-se, entre outros aspectos, pela passagem de um conteúdo técnico a um conteúdo técnico-científico-informacional dos arranjos territoriais, e pela grande relevância adquirida pelas relações transnacionais — o campo do *transétatique* que intenta contornar os efeitos das fronteiras nacionais (Dollfus, 1987, p. 131).

A nova racionalidade dominante impõe-se no território graças ao progresso técnico dos suportes da informação e da comunicação. Ela torna-se um vetor organizacional que chega simultaneamente aos lugares através dos sistemas técnicos e dos sistemas de ações hegemônicos. Por isso, não existe defasagem entre o surgimento do período à escala mundial e à escala da formação sócio-espacial argentina.

O processo de modernizações que cria um meio técnico no território argentino havia sido comandado fundamentalmente pela Inglaterra, ao passo que hoje a modernização é impulsionada por capitais de variada origem — suíços, japoneses, estadunidenses, alemães, ingleses, italianos, espanhóis, holandeses, franceses — sob a liderança dos Estados Unidos. As condições de reprodução para os capitais norte-americanos na Argentina tornam-se favoráveis, especialmente nas áreas de petróleo, gás, comunicações etc. Nesse sentido, do investimento direto total dos Estados Unidos ao nível mundial que foi de 450.196 milhões de dólares, com um lucro de 10,8% durante 1991, os países desenvolvidos possibilitaram um lucro de 9,17%, e os países subdesenvolvidos, 16,02% e, neste último conjunto, a reprodução na Argentina atingiu 14,78%.

A partir dos anos 50, o imperativo mundial da fluidez promove um processo seletivo de modernização material e organizacional no espaço nacional. Os sistemas de engenharia complexizam-se, afirmando o triângulo Rosário-Buenos Aires-La Plata como uma zona luminosa por excelência da formação sócio-espacial nacional. Assim, poderíamos citar a construção de grandes estradas no litoral, de centrais térmicas e ampliação das centrais

existentes, de grandes represas hidroelétricas no litoral (Salto Grande, Yaciretá) e na Patagônia (El Chocón-Cerros Colorados, Alicurá, Piedra del Aguila entre outras), de centrais termonucleares (Centro Atómico Ezeiza, Centrais Atucha I em 1960, Embalse em Córdoba e Atucha II, plantas de produção de água pesada em Ezeiza e em Neuquén), de infra-estruturas para a exploração petrolífera, destilarias, oleodutos e gasodutos, obras de telefonia e comunicações em geral.

A modernização dos sistemas de objetos acompanha a chegada em grande escala do capital internacional à indústria nos setores valorizados pela atual divisão territorial do trabalho, isto é, petróleo, química, petroquímica, siderurgia, eletrônica, automotriz, informática, comunicações. Em 1957, das primeiras 25 firmas em vendas, apenas 9 eram estrangeiras, enquanto em 1966 já somavam 17 as firmas de capitais forâneos, entre as quais merecem ser mencionadas Duperial, Indupa, Ducilo, Ipako, Cabot Argentina, Petroquímica Argentina e Monsato.

O novo perfil industrial revela, de um lado, um grupo de firmas estrangeiras modernas e eficientes, com escassa utilização de mão-de-obra pela incorporação de processos automatizados, e, de outro lado, um conjunto de indústrias nacionais antigas e atrasadas, produtoras de bens de consumo final, surgidas no período anterior sob a proteção da política de substituição de importações. Dessa maneira, originam-se zonas luminosas e opacas nas próprias metrópoles, atividades dinâmicas cujo comando político nem sempre é exercido no país e atividades sem relevância na estrutura produtiva nacional e mundial e que não participam dos sistemas técnicos modernos nem dos imperativos globais da organização.

Por outra parte, os sistemas organizacionais também são modernizados neste período, sob o imperativo de garantir a fluidez do território. Nessas condições, o Estado preocupa-se por assegurar uma baixa viscosidade do território que permita a circulação fluida de objetos e informações requerida pelos agentes hegemônicos.

Assim, a partir de 1953 o Estado realiza uma abertura completa do mercado petroleiro e uma grande quantidade de contratos é negociada com amplas concessões para as firmas estrangeiras. A organização e a regulação afirmam-se como vetores da configuração territorial especialmente pela ação do Estado que, através de suas normativas, assegura a especialização produtiva dos subespaços. Neste caso, as zonas produtivas de petróleo da Nordpatagônia são reorganizadas pelos vetores da modernização que são as firmas petroleiras hegemônicas. Em 1958, a normativa fiscal acelera o processo de transnacionalização da economia e do território, mediante a criação de condições favoráveis para um aumento dos capitais fixos e para

um crescimento da industrialização, e, por conseguinte, torna-se cada vez menos freqüente a gestão empresarial dos setores-chave no território nacional. Assim, por uma parte, a Lei 14.780 de investimentos estrangeiros possibilitava a livre transferência de capitais e lucros e, por outra parte, a Lei 14.781 de "promoción industrial" concedia isenções impositivas, créditos (especialmente na região do Litoral) e o pagamento de regalias às províncias patagônicas pela extração de recursos energéticos não-renováveis nos seus territórios.

A racionalidade desta nova normativa não se restringia unicamente às firmas produtoras de bens materiais, mas atingia também as empresas produtoras de serviços, tais como as consultoras. A expansão dos serviços, e a rápida circulação dos fluxos monetários que ela exige, é outra característica desta fase mundial que chega à Argentina promovida pelo próprio Estado Nacional. Dentro desse setor, a pesquisa científico-tecnológica torna-se cada vez mais importante como passo prévio a qualquer tipo de produção material. Sua proporção é crescente dentro do trabalho social, constituindo-se de forma fortemente institucionalizada e organizada com uma tendência globalizadora (Ladrière, 1977, p. 27-28). Essa institucionalização e essa organização dão-se tanto no trabalho intelectual da esfera pública quanto no da esfera privada. No primeiro caso, poderíamos citar o exemplo do Plano de Desenvolvimento Nuclear Argentino a partir de 1976 que estabelece a criação de centros de pesquisa científica e tecnológica e plantas de produção de insumos e de tecnologia todos sob a órbita da Comissão Nacional de Energia Atómica do Poder Executivo Nacional e com uma organização de conjunto que estabelece uma vinculação acabada entre todas as unidades da instituição. No segundo caso, por exemplo, as firmas de consultoria técnica de grandes obras oferecem um trabalho integrado de projeto, construção, controle e gestão sob a mesma instituição que, por sua vez, opera via uma organização que ultrapassa a escala do país onde a obra está sendo construída.

Dessa maneira, as cidades hierarquicamente superiores — Buenos Aires com maior ênfase — tornam-se as sedes de um comando intermediário, mas muito complexo, do funcionamento dos sistemas de engenharia regionalmente localizados, embora tendentes à unicidade técnica, e do funcionamento organizacional que responde a comandos unificados.

Nesse sentido, é importante indicar a chegada ao país de firmas como Latinoconsult, em 1958 que além de intervir em várias obras no México, Paraguai, Equador, Peru, Nicarágua, República Dominicana, El Salvador e Bolívia, participou nos estudos e projetos da represa El Chocón-Cerros Colorados, da Central Termoelétrica Luján de Cuyo, da eletrificação do

Grande Mendoza, das pontes sobre o rio Paraná, do Complexo Industrial San Nicolás e do Estudo Regional del Comahue, entre outros. Em 1968 estabeleceu-se a consultora britânica Alexander Gibb que realizou o projeto e a construção da represa El Chocón, das firmas Lahmayer (Alemanha), Electro-Bat (Suíça) e a instalação de firmas nacionais de consultoria, entre elas, Iatasa-Incona, Consulbaires, Franklin, Tecno-Proyecto e Electrosistemas. Mas os comandos unificados das novas organizações não atingem somente os projetos técnicos de grandes infra-estruturas e os fluxos financeiros, mas também a procura e oferta de mão-de-obra do terciário de alta qualificação e o assessoramento em planejamento estratégico empresarial, como é indicado pelo estabelecimento em Buenos Aires das firmas transnacionais Arthur Little, McKensie, Booz Allen & Hamilton, Ghidini e Rodie & associados.

Por outra parte, tanto as firmas transnacionais quanto o Estado, nos seus diferentes níveis, têm estimulado, direta ou indiretamente, a expansão do consumo consumptivo e produtivo e dos consumos não-materiais (serviços, lazer e turismo etc.). As estratégias para originar essa situação são a propaganda, os créditos, os empréstimos etc. que de um lado criam um conjunto de necessidades e motivações e, de outro lado fornecem um capital adiantado ou os próprios objetos e serviços para permitir o consumo antes mesmo do pagamento completo, garantindo, dessa forma, os lucros resultantes dos juros e uma circulação contínua de dinheiro que exige o funcionamento do sistema financeiro. Na Argentina, a expansão de todos os tipos de consumo — produtivo ou consumptivo, material ou não-material — assegura uma maior acumulação das firmas transnacionais porque as áreas em que elas dominam estão na própria base desses consumos: sementes, aparelhos eletrônicos, serviços turísticos, para citar apenas alguns. Esta chamada ao consumo tem como epicentro as metrópoles, mas espalha-se pelo território, configurando um importante fator de urbanização.

A modernização dos sistemas organizacionais só se pode concretizar através da creditização do território já que esta constitui uma das bases da fluidez. Com o ingresso da Argentina ao FMI a ao BIRF, na década de 50, os centros mundiais estruturam uma rede financeira susceptível de realizar uma coleta isotrópica de dinheiro no espaço nacional e uma distribuição diferencial segundo a hierarquização das atividades dinâmicas nas áreas urbanas e rurais de maior densidade da divisão territorial do trabalho. A partir de 1976 — período do governo militar — a aceleração da circulação da mais-valia ao nível mundial e a conseqüente internacionalização do capital manifestam-se na importante expansão de agências bancárias que têm a função de fornecer capital adiantado e constituir uma rede de drenagem das rendas produzidas nesses subespaços.

A informatização do território hoje permite controlar e gerenciar as atividades à distância e constitui um suporte fundamental da comunicação. Num período em que as firmas hegemônicas unificam sua organização mas criam espaços derivados de produção e centros de decisão alheios à localização dessas infra-estruturas, estas novas possibilidades técnicas permitem uma vinculação instantânea entre a casa matriz — fora do país —, a sede do comando técnico central e de gerência — Buenos Aires, Rosário, Córdoba, La Plata, Bahía Blanca — e a unidade de produção e comando técnico local — um subespaço especializado do território nacional. Os fluxos multidirecionais que percorrem o território buscam impor os tempos da metrópole exterior e da metrópole nacional nos diferentes lugares.

Esses fluxos materiais e imateriais aumentam, especialmente em face de uma modernização de alto conteúdo transnacional, pela necessidade da circulação de peças, maquinárias, patentes, informação técnica, capitais e lucros, ordens e publicidade. Assim, a importação de bens de consumo no país passa de 65 milhões de dólares em 1976 para 1900 milhões de dólares em 1980; enquanto os pagamentos das filiais às casas centrais no exterior que em 1976 era de 27 milhões de dólares, em 1981 ultrapassava os 700 milhões de dólares.

O aumento e a aceleração dos fluxos de produtos, dinheiro, mensagens, informações — exigência da dinâmica mundial — criaram interfaces entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações que surgiram como oportunidades de acumulação para os agentes hegemônicos. Com efeito, várias firmas conseguiram diversificar suas atividades na economia nacional: Impresit-Sideco (centrais hidroelétricas, pontes, autopistas, infra-estruturas nucleares), Techint (gasodutos, construções várias), Astra (bancos, indústria petroquímica, infra-estrutura nuclear), Bridas (gasodutos, petróleo, informática, comunicações, bancos), Pérez Companc (petróleo, seguros, informática, comunicações). Por isso, a possibilidade do desenho, construção e controle das redes significa um aumento dos lucros e o comando das atividades e da população, erosionando os atritos do lugar e inclinando a tensão entre *globalização* e localização em favor da densificação da divisão territorial do trabalho.

A valorização energética da Patagônia: funcionamento técnico e político na rede urbana regional

A nova divisão territorial do trabalho — baseada na valorização da atividade científica e tecnológica e na acelerada circulação — exige, para seu

funcionamento, importantes quantidades de energia sob diferentes formas. Em face desta dinâmica, as regiões que oferecem oportunidades de exploração energética ganham novo significado no "inventário das possibilidades capitalísticas" (Santos, 1988, p. 42) continuamente atualizado dos agentes hegemônicos.

Na região patagônica, a chegada do meio técnico-científico-informacional, parece-nos, entre outras razões, responder à necessidade de alcançar uma maior eficiência na exploração de energia sob suas formas de hidrocarburos (petróleo, gás), hidroelétrica e nuclear.

Este subespaço constituído pelas províncias de Neuquén e Río Negro contribui com uns 43,4% (30.000 m^3/dia) da produção total de petróleo do país, uns 58% da produção nacional de gás e uns 30% da energia hidroelétrica, sendo que esta proporção está em aumento pela construção de novas represas.

Além disso, em Arroyito (Província de Neuquén) a Comisión Nacional de Energía Atómica (CNEA) encomendou a construção de uma planta de água pesada, insumo básico para o funcionamento dos reatores nucleares de urânio natural, que até hoje é importado. A rede de centrais de pesquisa e produção nuclear no país que a CNEA comanda tem na cidade de Bariloche um importante núcleo. Com efeito, existe o Centro Atómico Bariloche orientado à pesquisa científica e tecnológica nuclear e desde 1955 funciona o Instituto Balseiro destinado ao ensino e à pesquisa nessa área. Em 1976 foi criado, em cercanias de Bariloche, uma planta de produção de tecnologia nuclear — INVAP — na qual, entre outras atividades, se fabricam reatores nucleares e se realiza o processo de enriquecimento de urânio. Uma parte da tecnologia nuclear produzida em Bariloche é utilizada na rede da CNEA, e outra parte é exportada para o Peru, Argélia, Romênia, Cuba, Coréia, Irã, Turquia e Índia.

As descobertas de petróleo a partir da década de 50, no contexto das facilidades fiscais concedidas ao capital estrangeiro, conduziram à construção das redes de infra-estrutura por parte de Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) e das firmas transnacionais e a um processo de urbanização criando pequenos centros e hierarquizando as cidades existentes. A rede de oleodutos e gasodutos foi se densificando a partir de 1960, momento no qual se constrói o primeiro duto para transportar petróleo para a região do litoral, e continua hoje com a realização de oleodutos para a República do Chile. Em 1975 foi construída uma destilaria na cidade de Plaza Huincul, porém sua capacidade de processamento é apenas de 3,8% do total nacional. As principais firmas que desenharam, construíram e, em alguns casos, controlam essas redes de infra-estrutura são Pérez Companc, Bridas, TECSA,

Cities, Astra, Plus Petrol, Quitralco e Petrolera del Carmen. O sistema de objetos produzido, regional pela sua localização, mas globalizado pela sua função, foi orientado para providenciar insumos aos pólos petroquímicos já existentes no território nacional: Ensenada, Bahía Blanca e Zárate (Província de Buenos Aires), San Lorenzo (Santa Fe) e Río Tercero (Córdoba).

Por outra parte, como essa atividade de exploração petrolífera e gasífera precisa de serviços industriais, conserto de maquinarias e equipamentos, fornecimento de ferramentas, equipamentos e produtos químicos, várias firmas transnacionais especializadas instalam-se na região: Schlumberger, Dowel Hughes, Cogasco, Halliburton.

A valorização do petróleo regional, evidenciada na exploração por firmas transnacionais, age como um vetor desorganizador da rede urbana existente. A carga de modernidade que os agentes trazem cria, no fim dos anos 50, um arranjo territorial com cidades de função petroleira que aumentam sua hierarquia, tais como Plaza Huincul (entre 1980 e 1991 a população da cidade cresceu 39,1%), Catriel e Cutral Co (esta última surgida em 1958), e com pequenos lugarejos nas proximidades das perfurações para um mínimo abastecimento, como é o caso de Rincón de los Sauces. Além disso, nas cidades dominantes da rede urbana regional surgem novas funções ligadas ao comando técnico dessas firmas transnacionais e a especialização em serviços técnicos, financeiros e de formação profissional (a partir de 1970 a Universidade cria a carreira de Engenharia em Petróleo na cidade de Neuquén). Estas funções tornam-se fatores de crescimento das cidades de Neuquén e General Roca, sedes locais dessas firmas e funções (entre 1980 e 1991 o crescimento demográfico foi de 84,8% e 83,77%, respectivamente).

Por outra parte, a construção de grandes represas hidroelétricas, iniciada nos finais da década de 60, surge como resposta às demandas energéticas do Sistema Interconectado Nacional (SIN), cujos maiores consumidores são os centros urbano-industriais de Buenos Aires, Rosário, La Plata e Córdoba. Por isso, se concebem projetos de moderna tecnologia e grande capacidade de produção de energia, tais como El Chocón-Cerros Colorados (4.850 milhões de KWh), Alicurá (2360 milhões de KWh) e Piedra del Aguila (5.230 milhões de KWh). Estas obras são realizadas por sociedades de grandes firmas transnacionais e nacionais, consultoras e construtoras que, em alguns casos criam pequenos núcleos urbanos como Villa El Chocón, e em outros, estabelecem sua base técnica em cidades existentes, Picún Leufú, Bariloche, Piedra del Aguila (cujo crescimento demográfico entre 1980 e 1991 foi de 302%). Esses processos de crescimento populacional se paralisam ou mesmo tornam-se negativos no momento de finalização da obra. Mas os sistemas de controle técnico de comportamento e registros que são

automatizados, com formas de telemedição, estabelecem-se nas cidades maiores da região, isto é, nas sedes da empresa Hidronor (controle global dos projetos) e das empresas consultoras.

A modernização regional manifesta-se, de um lado, pela criação de grandes objetos que exprimem no lugar a expansão dos capitais fixos e a tendência à unicidade técnica e, de outro lado, pela difusão de formas organizacionais globais mediante as quais a informação necessária e o controle dos processos regionais são externamente orientados, assim como os principais resultados da produção.

Nessas condições, os grandes complexos hidráulicos na Nordpatagônia são construídos com um amplo aporte de créditos internacionais (no caso de Piedra del Aguila cujo custo total foi de 1180 milhões de dólares, 33% correspondem a um crédito do BID, 15% a créditos dos países fornecedores de tecnologia e serviços e 52% a fundos do Estado Nacional) que impõem os projetos técnicos de consultoras internacionais e a mão-de-obra qualificada da própria consultora ou selecionada por consultoras internacionais de organização empresarial com sede em Buenos Aires.

As atividades dinâmicas reclamam a chegada de fluxos de ordens e mensagens, de informação técnica e mercadologia, de publicidade e da antecipação dos fluxos de dinheiro e crédito. Esses fluxos de caráter globalizado respondem a comandos unificados que, com uma presença mais ou menos densa na cidade e no campo, impõem uma re-hierarquização da rede urbana.

Essa diferente densidade dos fluxos globais materiais e imateriais refuncionaliza a rede urbana regional porque cria tempos subalternos e diferenciados em relação àquela simultaneidade dos comandos unificados. De um lado, existe um sistema organizacional globalizado — um comando político — que chega simultaneamente aos lugares e, de outro lado, há a necessidade de controlar e regular o processo técnico do trabalho no lugar — um comando técnico — em tempos subalternos.

O exercício desse comando técnico na rede urbana regional cria uma demanda especializada de comércios, serviços públicos e privados, comunicações e serviços financeiros das firmas que comandam as atividades dinâmicas, e uma demanda de serviços de educação, saúde, lazer etc. da população em geral. Por isso, essa dinâmica entre firmas, Estado e população hierarquiza e aumenta a capacidade relativa de consumo nas cidades de Neuquén, Cipolletti, General Roca, Bariloche perante a decadência da embrionária rede urbana do sul da província de Río Negro e do interior da província de Neuquén, organizada para um abastecimento mínimo de primitivas atividades agropecuárias hoje menos valorizadas na divisão territorial do trabalho.

O surgimento de uma praça financeira local com sede em Neuquén na década de 80 indica a reorganização do território regional diante do imperativo da circulação acelerada dos fluxos imateriais. "Os institutos financeiros jogam sua rede sobre o território, pela formação de novos enxames de agências" (Raffestin, 1993, p. 216). Com efeito, 17 bancos privados nacionais e internacionais estabeleceram-se na cidade de Neuquén nessa década. Esta praça financeira local, que faz parte de uma ampla rede financeira nacional e mundial revela, de um lado, a necessidade de fornecer capital adiantado para as atividades dinâmicas, sendo que vários desses bancos integravam os *holdings* das firmas petroleiras (Quilmes-Astra, Río de la Plata-Pérez Companc por exemplo), e de outro lado, a procura de uma coleta isotrópica dos lucros decorrentes de atividades regionais (agricultura modernizada, atividades profissionais locais, comércios, salários relativamente mais altos), os quais seriam drenados para as cidades hierarquicamente superiores dentro e fora do país.

Dessa maneira, parece-nos que quanto mais se afirma o processo de modernização material e organizacional na região — imperativo da fase de *globalização* — maior é a tendência à (re)formulação da rede urbana regional no contexto do país. A menor viscosidade do território que a modernização impõe — a partir de uma lógica mundial baseada nas associações-rivalidades dos oligopólios (Dollfus, 1987, p. 130) — cria um espaço de fluxos, isto é, desenha o esqueleto de um novo sistema urbano (Santos, 1989, p. 19). A novidade desse sistema é a perda da função regional da cidade, aquela função de coleta de produtos e organização da produção e, assim, a cidade regional torna-se uma cidade intermediária da metrópole (Santos, 1988). A cidade regional moderniza-se, tem mais população e serviços, é mais luminosa, torna-se um centro funcional que subordina os tempos internos aos externos. Ela transforma-se no centro de uma região refuncionalizada com sua especialização produtiva estruturada sobre os modernos sistemas de engenharia que respondem à "unicidade do motor" (Santos, 1993, p. 2). Por fim, a rede urbana regional exerce sobretudo o comando do funcionamento técnico, enquanto o comando político, aquele dos fluxos imateriais do funcionamento organizacional do território, é sobretudo realizado nas cidades hierarquicamente superiores — centros dos agentes hegemônicos mundiais — dentro, e cada vez mais, fora do país.

Bibliografia

AZPIAZU, D.; BASUALDO, E. y KHAVISSE, M. *El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80.* Legasa, 2 ed., Buenos Aires, 1987.

DOLLFUS, O. Ainsi va le monde: hypothèses sur le système mondial. In: *L'Espace Géographique,* n.º 2, Paris, 1987, p. 129-33.
EISENSTADT, S. N. *Patterns of modernity.* Vol. I: The West. London, Frances Pinter, 1987.
JOS Lemmers et Abdelkader Sid Ahmed. *Emploi et interdépendance nord-sud.* Publisud, Paris, 1991.
LADRIÈRE, J. *Les enjeux de la rationalité.* Aubier-Montaigne, Unesco, Paris, 1977.
LAURÍN, A. et al. La dinámica socio-económica en la organización del espacio neuquino. In: *Boletín Geográfico* N.º 17, Universidad Nacional del Comahue, Facultad de Humanidades, Departamento de Geografía, Neuquén, Agosto 1990.
RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder.* Ática, São Paulo, 1993.
RICHTA, R. *La civilización en la encrucijada.* Ayuso, 2 ed., Madrid, 1974.
ROFMAN, A. y ROMERO, L. *Sistema socioeconómico y estructura regional en la Argentina.* Amorrortu, Buenos Aires, 2 ed., 1974.
SANTOS, M. A caminho de uma teoria substantiva da urbanização. In: *Orientação,* Instituto de Geografia, USP, São Paulo, nov., N.º 6, 1985.
SANTOS, M. *Espaço e método.* Nobel, São Paulo, 1988.
SANTOS, M. *Espaço e sociedade.* Vozes, 2 ed., Petrópolis, 1979.
SANTOS, M. *Les espaces de la globalisation.* In Analyse du Sistème Monde et de l'économie mondiale, Séminaire organisé par le GEMDEV. Paris, 4-5 fév. 1993.
SANTOS, M. *Modernidade, Meio técnico-científico e urbanização no Brasil.* In International Symposium on Latin American Urbanization. Tsukuba, 23-27 oct. 1989.
SCHAEFER, F. K. Exceptionalism in geography: A methodological examination. In: *Annals Association of American Geographers,* vol. 43, 1953, p. 226-249.
SGUIGLIA, E. *El club de los poderosos. Historia pública y secreta de los grandes holdings empresariales argentinos.* Planeta, Buenos Aires, 1991.
Jornais *Río Negro* (General Roca), *La Mañana del Sur* (Neuquén), *La Nación, Clarín* e *Página 12* (Buenos Aires), 1990 a 1993.

METRÓPOLES E METROPOLIZAÇÃO. AS NOVAS LÓGICAS DO POVOAMENTO

Metrópole e fragmentação: novos rumos na análise da modernização

ANA CLARA TORRES RIBEIRO

Os valores da experiência cotidiana e da investigação local são reais; mas não constituem refúgio para o curso do mundo.

Perry Anderson, *O fim da História (de Hegel a Fukuyama)*

Este texto foi elaborado com o intuito de reunir aportes analíticos que colaborem para a compreensão de atuais impasses presentes na reflexão do futuro coletivo nos espaços metropolitanos do País. Nesta reflexão são recuperados alguns velhos conceitos orientadores do pensamento social latino-americano. Esses conceitos encontram-se postos em contraste tanto com a dinâmica de fenômenos sociais contemporâneos quanto com orientações analíticas, vinculadas a novas tendências presentes na produção em Ciências Sociais.

A necessidade de que o tema da modernização seja retomado como norte da reflexão de características contemporâneas das sociedades latino-americanas e do pensamento social surge, com clareza, no texto de José Nun "A democracia e a modernização 30 anos depois". Nesse texto encontra-se realizada a comparação entre projetos anteriores — anos 60 e 70 — nos quais esperava-se que do crescimento econômico poderia emergir o avanço da esfera política e a ênfase atual na institucionalidade democrática descolada de projetos que permitam a crença na extensão social de mecanismos de incorporação ecônomica.

A retomada do tema da modernização, apesar de que com outra ênfase, também encontra-se realizada no artigo de Norbert Lechner "A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia latino-americana". Nesse artigo é revalorizada a expressividade analítica de noções tradicionais na análise da mudança social na América Latina, tais como: marginalização, integração e exclusão.

Nesses trabalhos ocorre a reconstrução do contexto latino-americano como referência legítima para a reflexão em Ciências Sociais — após um longo período de ênfase, quase exclusiva, em realidades sociais de menor âmbito — ao mesmo tempo que grandes indagações projetivas são refeitas a partir do recurso à temática clássica da modernização da sociedade.

É neste universo analítico que novas sínteses têm sido propostas por meio de observação de processos sociais e culturais abrangentes. Exemplifica essa afirmação o seguinte trecho do artigo citado de Norbert Lechner: "As distâncias sociais em nossos países não apenas aumentam, mas são modificadas qualitativamente de tal maneira que se altera o caráter das desigualdades sociais. Surge uma nova 'heterogeneidade estrutural'.

"Atualmente a sociedade latino-americana não é um 'arquipélago' de ilhas econômicas, étnicas e culturais relativamente desconexas, mas uma ordem segmentada. E isto altera o caráter da exclusão social" (p. 77).

A diretriz assumida para a elaboração, neste texto, dos vínculos entre vida metropolitana e fragmentação procura valorizar, com especial ênfase, a necessária recuperação da problemática da modernização da sociedade e a análise do tecido social. Assim, visamos refletir o estado atual e a projeção das denominadas relações societais frente a outras possíveis opções, ao nosso ver igualmente relevantes. Entre essas outras opções localizamos a indispensável compreensão, por um lado, dos impactos das inovações tecnológicas na organização da economia urbana e, por outro, dos impasses e barreiras nas formas de representação política dos interesses sociais e, portanto, na extensão social da cidadania[1].

Através dessas breves referências a opções não adotadas neste texto desejaríamos assinalar o fato de que na economia e na política podem ser reconhecidos, com particular agilidade, caminhos temáticos e orientações empíricas na investigação de processos indicados — pelo menos de forma eminentemente descritiva — pela noção de fragmentação. Surgem, entretanto, dificuldades mais acentuadas quando a escolha dirige-se para o nível especificamente social, societal, da realidade metropolitana.

A indicação, mais imediata, dessas dificuldades poderia ser feita mediante referência a temáticas e sínteses analíticas voltadas para o diagnóstico do estado da sociedade. São exemplos: a) a ênfase isolada, em apreensões do tecido social, nos fenômenos expressivos da violência urbana. Esta tendência analítica contrasta, acentuadamente, com a leitura abrangente e articulada de fatos que caracterizaram os estudos, já clássicos, da denominada modernização social (Germani, 1971; Brandão Lopes, 1971; Ianni, 1963; Pereira, 1970); b) a qualificação imediata do estado da sociedade pela referência à moral e à ética. Esta tendência analítica reduziria a relevância a ser atribuída às formas de organização social e à dinâmica da mudança na construção do objeto das Ciências Sociais, isto é, enquanto campo de conhecimento distinto do da filosofia (Ribeiro, 1987); c) a adoção de referências extremamente abrangentes — e mesmo decisivas — para análise do estado da sociedade, tal como exemplifica o acionamento, cada vez mais freqüente, das categorias civilização-barbárie.

Difícil seria não reconhecer, nesses rápidos exemplos, a pequena apropriação contemporânea do instrumental analítico fornecido pela temática mais abrangente da modernização. No âmago desta temática foram examinados processos de adesão e de resistência cultural às normas sociais modernas e, ainda, os processos sociais vinculados à distância entre classes e segmentos de classe. Estas orientações básicas provavelmente informam a posição crítica assumida por José Nun, no artigo citado, com relação às análises políticas desencarnadas ou apoiadas numa espécie de reducionismo político: "Quando se converte o liberalismo democrático num mero conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas tende-se a esquecer que nenhum conjunto de regras consegue definir socialmente práticas concretas, isto é, as atividades mediante as quais atores específicos interpretam, negociam e ampliam essas mesmas regras" (p. 34 e 35).

Os obstáculos e barreiras à reelaboração da análise da modernização — em seus ângulos socialmente positivos e negativos — contrastam, acentuadamente, com outras tendências atuantes nas Ciências Sociais. São exemplos: a) a valorização atual das práticas sociais em contraste com a análise voltada exclusivamente para as instituições ou para as grandes tendências históricas; valorização esta realizada com forte apoio, desde a década de 60, na produção européia em Ciências Sociais; b) a recuperação analítica dos determinantes do estado da sociedade oriundos do próprio nível social, isto é, das relações entre indivíduos, grupos, segmentos e classes. A força desta recuperação pode ser demonstrada quando recordamos as críticas realizadas ao economicismo e à redução da praxis à esfera institucionalizada da política (Laclau, 1986; Everns, 1984; Scherer-Warren e Krischke, 1987); c) a valorização contemporânea da cultura na compreensão das relações sociais e, mesmo, na elaboração de projetos políticos construídos com base em expectativas de mudança da realidade social.

Estaríamos, assim, face a tendências que tornam obrigatório o enfrentamento da reconstrução teórica e empírica do campo de fenômenos indicados pelo conceito de modernização social — da mudança no âmago das relações societais — quanto face a tendências que realizam, quase imediatamente, o diagnóstico do estado da sociedade; colaborando para reduzir, ou tornar

inoperante, a abrangência analítica pressuposta pelo conceito. A possível recuperação desta abrangência permitiria, por exemplo, a indagação sobre os elos e as redes institucionais da denominada violência urbana ou sobre os fundamentos racionais, seculares e mercantis do esgarçamento do tecido social nos espaços metropolitanos do País.

Nessa última direção, o deslocamento da atenção atribuída aos movimentos sociais — na produção realizada nos anos 80 — para a ênfase atual na institucionalidade democrática ou no diagnóstico rápido do estado da sociedade pode ser exemplificado através de análises realizadas dos denominados movimentos sociais espontâneos (saques, quebra-quebras). Antes era atribuída a estes fenômenos sociais — freqüentes na cena metropolitana dos anos 70 — a capacidade de expressar a resistência ao autoritarismo ou à exclusão social decorrente dos atos do planejamento centralizado. Hoje, a fenômenos similares, é atribuída a manifestação da crise ética do País — o roubo legitimado — e o descaso com relação à normatização democrática. Face a esta mutação devemos, mais uma vez, recorrer à orientação analítica oferecida por Norbert Lechner — " A modernização é atualmente um critério necessário de desenvolvimento econômico; ademais — e isso é decisivo — é uma norma legitimadora do processo político. Trata-se de um valor cultural aceito geralmente e isto condiciona a dinâmica mencionada acima. À medida que se considera a integração transnacional uma necessidade legítima, a marginalização decorrente aparece como mal menor, indesejado, porém aceito" (p. 75).

Assim, talvez pudéssemos afirmar que a real recuperação analítica contemporânea do fazer social, da agência humana, da ação social plena (Touraine, 1984) tem orientado um profundo processo de ruptura com interpretações da realidade social que reduziram as classes às inscrições econômicas ou à organização política. Porém, esta restauração do espaço específico da análise do nível social não necessariamente tem estimulado o retorno, alimentado pelas determinações sociais, às tendências atuantes na economia e na política. De fato, como uma análise mais acurada da experiência social da situação e posição de classe ou da transitoriedade dos grupos de referência na realidade urbana poderia reorientar interpretações das atividades econômicas e permitir o reconhecimento de resistências à mudança na esfera política?

A resposta a indagações deste tipo — eventualmente útil à análise de possíveis processos de fragmentação do tecido social — tem encontrado limites representados pelo privilégio atribuído, nos estudos atuais, ao contexto social imediato, às relações demarcadas pela temporalidade do quotidiano e pela espacialidade do lugar. Tal privilégio, presente em parâmetros

orientadores da análise urbana, contrasta fortemente com os avanços obtidos na compreensão da natureza multidimensional da sociedade, das múltiplas escalas de determinação e dos diferentes tempos que constroem, concretamente, a vida coletiva (Santos, 1985).

Aliás, os riscos decorrentes do atual recuo frente às análises históricas abrangentes podem ser rapidamente indicados através das seguintes palavras de Norbert Elias (1991): "Só se poderá ver os problemas de que aqui falei (no caso o conflito entre os grandes blocos de poder na escala mundial) de uma forma desfocada e pouco nítida se os considerarmos numa perspectiva a curto prazo, inteiramente circunscrita à atualidade. Tentei mostrar um pouco do que se torna visível destes problemas, quando os articulamos num contexto de longo prazo" (p. 129).

Desta maneira, apontaríamos no processo de resgate analítico isolado do quotidiano e do lugar — dos contextos limitados de relações sociais — uma possível manifestação de recusa ao enfrentamento da necessidade de retorno, através da valorização de determinantes especificamente sociais e culturais, à economia e à política. Este movimento de retorno estimularia a superação — ou a rigorosa justificativa — dos contextos isolados de relações sociais como objeto privilegiado pela análise realizada em espaços metropolitanos[2]. Vislumbramos esta possibilidade na própria abrangência e no caráter interdependente das atividades econômicas (dimensão dos agentes e pressupostos da ação) e na institucionalidade niveladora, necessariamente homogeneizante, da organização e da dinâmica da esfera política (escalas e temporalidade — cronograma — da ação política).

A recuperação tendencialmente reducionista dos determinantes especificamente sociais demonstra mais claramente a sua insuficiência quando ensaia-se a reflexão da magnitude e complexidade da vida metropolitana: quais seriam aquelas orientações comportamentais que definiriam, hoje, a projeção da vida coletiva nos espaços metropolitanos? Uma guerra civil não declarada ou a construção de verdadeiras ilhas sociais incomunicáveis, resistentes à interação e, ainda, à busca de controle das condições gerais de vida? Dificilmente, de fato, sínteses deste tipo ultrapassam o senso comum ou análises correntes da grande imprensa; resgatando indispensáveis processos de demonstração de evidências ou restabelecendo a necessária classificação consistente de fatos.

Esta atualização tendencialmente reducionista presente nos estudos da modernização social demonstra sua precariedade, ainda, quando a preocupação com as identidades sociais — de complexa elaboração nos espaços metropolitanos — encontra-se voltada, quase exclusivamente, para processos identificatórios imediatos; restringindo as influências culturais pratica-

mente ao contexto das relações face a face, mesmo onde constata-se a crescente mediação construída pelos processos modernos de comunicação (Ribeiro, 1991). Demonstraria a extensão alcançada por esta última tendência a limitação de identidades sociais constituídas com base em remetimentos espaciais, ao processo de interação entre habitantes de um mesmo bairro ou de qualquer segmento — considerado culturalmente significativo — do espaço urbano. Essa opção analítica colaboraria para isentar a sociedade mais abrangente de responsabilidades na elaboração cultural de identidades sociais segregadas; estimulando o desconhecimento de influências institucionais e de conflitos entre interesses nas relações societais que constroem a cena metropolitana[3].

O nível de penetração alcançado por essas opções analíticas pode ocultar conclusões já alcançadas — por autores preocupados explicitamente com referências abrangentes da modernização social — sobre o caráter socialmente excludente de determinados ângulos das tradições culturais do País. De fato, em análises clássicas foram indicadas características profundamente restritivas das formas primárias de controle social; contribuindo para relativizar a positividade genericamente atribuída à dimensão do lugar. Por outro lado, a estas contribuições poderiam ser incorporados aportes teóricos que indicariam que na dimensão do quotidiano — na temporalidade das rotinas impensadas — não encontra-se dado apenas o contexto propício à humanização das relações sociais mas, também, à preservação de estereótipos e preconceitos (Heller, 1972).

A ênfase unilateral em contextos circunscritos de relações sociais tem apoiado, ainda, a freqüente referência a "comunidades" nos espaços metropolitanos do País (Ribeiro e Teixeira, 1985); colaborando para a valorização analítica potencialmente arbitrária nas relações sociais estabilizadas ("positivas" ou "negativas"). Tal ênfase, mais uma vez, ocultaria a instabilidade dos contatos sociais; impedindo a reflexão dos impactos, na cultura metropolitana, representados pela ampliação do acesso social a pautas comportamentais de diferentes grupos e classes, retrabalhadas pelos processos modernos de comunicação. Neste sentido, basta citar o recente processo de reconstrução, pela mídia, dos fenômenos "juventude cara pintada" e "arrastão" (civilização *versus* barbárie?)[4].

Através dos remetimentos realizados até o momento procuramos indicar que freqüentes reduções em processos analíticos tem possivelmente colaborado para inviabilizar o confronto — e eventual superação produtiva — das abordagens, já clássicas, da modernização social; cabendo recordar que, nestas abordagens, a urbanização e a vida urbana possuíam significativa centralidade. De certa forma, tais reduções contribuem, ainda, para que a

noção de fragmentação seja incorporada, sem críticas, em atuais representações da vida metropolitana do País. Nas rápidas citações anteriores procuramos tangenciar referências analíticas a processos sociais reconhecíveis pelo recurso à noção de fragmentação: num de seus ângulos o encerramento pela exclusão (barbárie, violência) e, noutro, a defesa de identidades e a busca de autonomia (bairros, comunidades) e, em ambos, o afastamento com relação a referências mais incisivas à construção social da economia e da política. Manifestam-se, desta maneira, as dificuldades atualmente existentes na elaboração de projetos abrangentes que integrem as determinações sociais da realidade metropolitana e, particularmente nestes contextos, a multiplicidade de ritmos dos processos culturais e sociais[5].

As referências realizadas, simultaneamente, a fatos sociais e a formas de interpretação correspondem a consistentes indicações da análise contemporânea da realidade social. Entre estas encontra-se a proposta elaborada por Anthony Giddens (1990) na qual a reflexividade surge como processo constitutivo da denominada modernidade radicalizada. A "sociologização" da vida coletiva constitui, para este autor, marca indissociável das sociedades contemporâneas; trazendo, como conseqüência, a imediata ampliação da responsabilidade social dos analistas. Pensamos, nesta direção, que a ênfase unilateral — sem atores — em possíveis processos de fragmentação social pode estimular a afirmação ampliada de mecanismos culturais implementadores do próprio fenômeno no âmago do tecido social. Pelos caminhos propiciados pelos processos contemporâneos de comunicação e pela agilidade adquirida pela intervenção em acervos culturais, a percepção, assim difundida, do estado da sociedade informaria uma multiplicidade de percepções da realidade social e, portanto, uma multiplicidade de correlatas ações sociais concretas — imediatas ou projetadas.

Este extraordinário poder de interferência na realidade social também alcança apoio na análise do imaginário proposta por Castoriadis (1986) na qual o imaginário — este verdadeiro universo de conteúdos e símbolos — constrói, de forma historicamente permanente, a vida em sociedade. Pela virtual consonância com preocupações deste texto, dirigido ao questionamento do abandono da temática abrangente da modernização social e ao uso generalizado da noção de fragmentação, julgamos indispensável a citação direta deste autor: " É impossível compreender o que foi e o que é a história humana, fora da categoria do imaginário. Nenhuma outra permite refletir estas questões: o que é que estabelece a *finalidade,* sem a qual a funcionalidade das instituições e dos processos sociais permaneceria indeterminada? O que é que, na infinitude das estruturas simbólicas possíveis, especifica *um* sistema simbólico, estabelece as relações canônicas prevalentes, orienta em

uma das inúmeras direções possíveis todas às metáforas e metonímias abstratamente concebíveis?" (p. 192, grifos no original)[6].

Essas indagações — talvez apenas possíveis hoje face à ampliação, indicada por Anthony Giddens, da reflexividade alerta-nos para algumas características fundamentais de análises, amplamente divulgadas, da sociedade brasileira. Assinalaríamos, nesta direção, a tendência ao ocultamento analítico do tema da modernização social; intensamente compensada, pela ampla referência à modernidade. De fato, a extensão alcançada pela referência à modernidade — em múltiplas análises realizadas nos anos 80 — não tem sido em geral acompanhada por remetimentos consistentes à história do País. Esta seria, ao nosso ver, a única perspectiva analítica que permitiria clareza em diagnósticos relativos ao esgotamento de orientações culturais ou projetos coletivos calçados em fundamentos culturais e sócio-políticos consistentes.

Verificamos, ao contrário, a recorrente anulação do tempo também na referência à modernidade, o que permitiria a sua própria consideração analítica imediata como projeto; inserindo a hipótese prática de busca de consenso, em nome da modernidade, por determinados interesses vinculados à atual modernização da sociedade. Mais uma vez esta possibilidade poderia ser mais bem observada através de remetimentos à economia e à política. Realmente, a modernidade — construída como base de projetos de modernização — contém, conforme citação anterior, numa de suas faces as inovações tecnológicas (dispondo, em alto grau, de uma difusa adesão social) e, noutra, vínculos genéricos com a institucionalidade democrática[7].

Nos termos da proposta teórico-conceitual realizada por David Harvey (1992), esta compressão do tempo poderia destruir o entendimento da própria modernidade — em escala mundial — da qual a América Latina e a formação social brasileira são tributárias. Na análise formulada por este autor seria indispensável a consideração de sucessivos e contraditórios processos de modernização e, ainda, dos grupos e tendências propositores de diversos e heterogêneos modernismos. A modernidade temporalmente comprimida inscreve, de fato, a possibilidade de que não seja analiticamente reconhecido o seu potencial caráter de projeto de modernização, portado por interesses, segmentos, grupos sociais e correntes intelectuais. Ocorreria, assim, uma espécie de "naturalização" da modernidade que isentaria os atuais projetos de modernização — em sua capacidade de selecionar ângulos da realidade social e privilegiar segmentos — das principais críticas dirigidas a outros projetos de modernização historicamente concebidos para a América Latina e, especificamente, para a sociedade brasileira.

Esta tendência retiraria a possibilidade de que aos atuais projetos fossem

aplicados ganhos epistemológicos concretos alcançados pelas análises críticas realizadas a anteriores leituras (e adesões) dos projetos de modernização, isto é, as suas heranças evolucionistas, cientificistas, com forte presença de referênciais teleológicos. Afinal, estas críticas ajudaram a demonstrar que o remetimento ao fim ou à direção dos processos muitas vezes ocupou o espaço analítico que poderia ter sido atribuído à própria compreensão mais plena da complexidade da dinâmica social e cultural.

Notas

[1] Norbert Lechner chama a nossa atenção, no artigo citado, para a distância existente entre a sensibilidade democrática — de base comunitária nas culturas latino-americanas — e a institucionalidade democrática. Por outro lado, Jose Nun alerta-nos para os limites de um ideário democrático vazio e normativo que encontra-se intimamente associado à busca contemporânea de hegemonia pelos interesses vinculados ao liberalismo econômico.

[2] Ilustra a presença de dificuldades analíticas no tratamento de contextos delimitados de relações sociais o escasso desenvolvimento conceitual da noção de bairro. Pesquisas empíricas competentemente formuladas têm obtido orientação em processos de incorporação de espaços aos circuitos urbanos e não em direção à constatação do isolamento e da fragmentação. São exemplos os belos estudos efetuados pela geógrafa Maria Therezinha Segadas Soares.

[3] Em estudos anteriores desenvolvemos a reflexão dos limites a serem apontados naquelas análises que, voltadas para a valorização dos processos de construção das identidades sociais, não distinguiriam a elaboração cultural das identificações modernas — expressivas de intensas mutações no tecido social — daqueles processos, de longo curso, que marcam a sociedade brasileira.

[4] Norbert Lechner fala-nos, ainda, da múltipla origem do sentimento comunitário nas sociedades latino-americanas: uma presença genérica do sentimento de necessidade de integração social associada à valorização da democracia; o fundamentalismo religioso e uma espécie de sensibilidade pós-moderna.

[5] Estas dificuldades, no nosso modo de ver, não poderão ser superadas através da valorização isolada da cultura como tende a ocorrer, atualmente, através do "revival" das correntes culturalistas. Neste sentido, noções como multicultura ou interetinia parecem guardar pequeno poder explicativo para a análise dos fenômenos de subordinação, segregação e exclusão que marcam a vida coletiva. Além disto, uma rápida observação do fenômeno migratório nos países capitalistas centrais pode esclarecer substanciais diferenças entre o teor das questões urbano-metropolitanas desses países e a realidade latino-americana e, particularmente, brasileira. Assim, segundo informações da *Sinopse Estatística dos Estados Unidos* (1991) dos imigrantes admitidos em 1989 262.805 pretendiam fixar residência em Los Angeles e 116.596 em Nova Iorque. Encontram-se descriminados nestas informações os seguintes países de origem (México, El Salvador, Filipinas, Vietnã, Coréia, China Continental, Índia, República Dominicana, Jamaica). Face a este quadro o retorno de noções tais como "mosaico cultural" ou aquelas anteriormente referidas guardam, ao menos, um certo potencial de descrição da vivência urbana.

[6] Em nossa tese de doutorado *Rio-Metrópole: A produção social da imagem urbana* procuramos ressaltar o poder representado pela elaboração e pela difusão de sínteses

significativas da vida coletiva. Este poder expressaria a capacidade de intervir — detida por poucos — no âmago do tecido social. Este poder seria ainda mais raro e concentrado em decorrência da atual saturação de mensagens.

[7] A análise crítica destes termos básicos da denominada modernidade — transformada em projeto — encontra-se ricamente realizada por Perry Anderson (1992). Citemos, mais uma vez, este autor: "Ideais audaciosos, altos sacrifícios, impulsos heróicos, tudo se dissipará em meio a rotina trivial e monótona de fazer compras e votar; a arte e a filosofia definham, quando a cultura é reduzida à função de curadora do passado; os cálculos técnicos substituem a imaginação moral e política. É lúgubre o pio noturno da coruja" (p. 13).

Bibliografia

ANDERSON, P. *O fim da História* (De Hegel a Fukuyama), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1992.

BRANDÃO LOPES, J.R. *Desenvolvimento e mudança social* (Formação da sociedade urbano-industrial no Brasil), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.ª ed., 1971.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade,* Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.

ELIAS, N. *A Condição humana,* Lisboa, DIFEL/Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1991.

EVERNS, T. Identidade: A face oculta dos movimentos sociais. *Novos Estudos CEBRAP,* São Paulo, n.º 4, 1984.

GIDDENS, A. *The consequences of modernity,* Stanford, Stanford University Press, 1990.

HARVEY, D. *A Condição pós-moderna* (Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural), São Paulo, Ed. Loyola, 1992.

HELLER, A. *O quotidiano e a história,* Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1972.

IANNI, O. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963.

LACLAU, E. Os novos personagens e a pluralidade do social, *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* São Paulo, n.º 8, 1986.

LECHNER, N. A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia Latino-Americana. *Lua Nova,* São Paulo, n.º 21, 1990.

NUN, J. A democracia e a modernização trinta anos depois. *Lua Nova,* São Paulo, n.º 27, 1992.

PEREIRA, L. *Ensaios de sociologia do desenvolvimento,* São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1970.

RIBEIRO, A. C. T. e TEIXEIRA, A. R. S. B. *Comunidade — uma nova ideologia urbana ou uma nova ideologia política?.* Série Textos para Discussão Interna do PUR/UFRJ, n.º 7, 1985.

RIBEIRO, A.C.T. *Rio — Metrópole: a produção social da imagem urbana.* Tese de doutorado defendida no Departamento de Sociologia da USP, 1988.

RIBEIRO, A. C. T. Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. *Ciências Sociais Hoje.* 1991, São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1991.

RIBEIRO, I. *Sociedade brasileira contemporânea: família e valores,* São Paulo, Ed. Loyola, 1987 (Introdução).

SCHERER — WARREN, I. e KRISCHKE, P. *Uma revolução no cotidiano? (Os novos movimentos sociais na América Latina),* São Paulo, Brasiliense, 1987.

SOARES, M. T. S. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. In: Lysia M.C. Bernardes e Maria Therezinha Segadas Soares (org) *Rio de Janeiro (Cidade e Região),* Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/Depto. Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987.

TOURAINE, A. *Le retour de l'acteur (Essai de sociologie),* Paris, Fayard, 1984.

O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso

EDWARD W. SOJA

A exemplo de Roma, Los Angeles é uma metrópole mediterrânea em termos de clima e vegetação. É também, como tantas outras nos nossos dias, uma região metropolitana que passa por uma extraordinária urbanização "periférica", por uma metamorfose urbana que está literalmente virando a cidade pelo avesso.

As dinâmicas do desenvolvimento metropolitano já não são, hoje, tão decididamente monocêntricas, tão determinadas por um modelo singularmente polarizado de forças centrífugas e centrípetas, por um padrão de crescimento urbano que gira em torno do centro definitivo da cidade. A nova metrópole é crescentemente "descentralizada" e cada vez mais um mosaico de desenvolvimento geograficamente desigual sobreposto às lentas concentricidades e cunhas setoriais da clássica cidade capitalista industrial. A mistura das novas e velhas formas (visto que as velhas certamente não desapareceram) está hoje desafiando nossas definições convencionais de urbano, suburbano, exurbano e rural, obrigando-nos a repensar as premissas básicas da teoria e da análise urbanas.

Sob vários aspectos, esse processo de urbanização periférica (ou modernização urbana, como o descreveram Von Petz e Kreibich em seu trabalho sobre as *borgate* romanas) é muito mais antigo e avançado em Los Angeles do que na Cidade Eterna. O exame de Los Angeles nos ajuda a ver que essa transformação da cidade capitalista clássica, altamente centralizada, ocupou pelo menos duas grandes fases, a primeira iniciada na altura da virada do século XIX e a segunda verificada a partir dos anos 60.

Na Europa, a primeira fase, que se pode descrever basicamente como um processo de descentralização industrial seletiva e de crescente suburbanização, levou mais tempo para se desenvolver do que na América do Norte; e tornou-se mais complicada em sua geografia devido à persistência de formas urbanas pré-industriais significativas. Com sua morfologia menos complicada e mais "pura", a cidade norte-americana veio exemplificar os processos da nova urbanização dos últimos 150 anos, principiando com os familiares modelos da *Chicago School* da metrópole industrial centralizada do século XIX e prosseguindo até o presente através das duas fases de descentralização acima identificadas. Podem-se apresentar fortes argumentos em favor das qualidades exemplares das demais regiões metropolitanas nestas duas últimas fases, mas talvez nenhuma outra metrópole norte-americana tenha sido tão abrangentemente sintomática das tendências da nova urbanização como Los Angeles. Desse modo se torna particularmente útil contemplar os desenvolvimentos contemporâneos em Roma, e especialmente a transformação das *borgates* romanas, através da janela propiciada pela urbanização histórica e geográfica da região metropolitana de Los Angeles.

Da modernização à pós-modernização

Los Angeles principia sua primeira fase de modernização urbana na virada do século, época em que sua população não passava de 100 mil almas e sua base econômica era essencialmente agrícola e extrativa (com alguns depósitos de petróleo mais importantes dos EUA). A área do velho Pueblo, onde a cidade de Los Angeles foi fundada em 1781, era ainda o centro das atividades econômicas e políticas, mas, diferentemente de Chicago e de outras grandes cidades norte-americanas, a centralidade ainda não havia sido aumentada por uma industrialização significativa. De início, pois, o crescimento urbano foi policêntrico e espalhou-se por um vasto território, se bem que o centro da cidade conservasse sua posição proeminente. Por volta de 1920, a região urbana de Los Angeles compreendia o mais extenso e eficiente sistema de trânsito público do país (se não do mundo), servindo de vínculo com as cidades do sistema regional em derredor.

Invertendo o processo normal de crescimento urbano-industrial, Los Angeles desenvolveu uma grande concentração centralizada de atividades manufatureiras depois que seu tecido urbano se viu efetivamente descentralizado. A partir dos anos 30, Los Angeles liderou todas as demais cidades dos EUA, década após década, até os dias atuais, com uma rede de novos empregos industriais e uma notável expansão que fez dela uma das maiores metrópoles industriais do mundo. Nos anos 60, em meio a uma constelação de núcleos industriais menores, desenvolveu-se uma vasta zona industrial

que se estendia, ao longo de 20 milhas, desde o sul da Zona Comercial Central até a cidade portuária de Long Beach. Esta se converteu no coração econômico da fordista Los Angeles, com sua concentração de produção em massa de aço, montagem de automóveis e bens de consumo perduráveis. Mas, em vez de estimular o crescimento da área central, esse último processo de industrialização associou-se a uma suburbanização ainda mais esparsa e ao desenvolvimento, em torno da zona central, de um círculo de áreas residenciais operárias essencialmente suburbanas. Em 1965, a área de Watts (um desses "subúrbios interiores"), habitada predominantemente por afro-americanos pobres, explodiu em virtude de ter sido deixada para trás no surto econômico do pós-guerra. O centro de Los Angeles era uma das maiores anomalias entre as grandes cidades do mundo. Para uma região urbana de mais 7 milhões de habitantes, seu centro parecia mais apropriado para abrigar um décimo dessa cifra. Não admira que Los Angeles tenha sido descrita como "sessenta subúrbios em busca de uma cidade".

Apesar dessas anomalias — ou talvez por causa delas —, Los Angeles veio a ser vista como um modelo pragmático da primeira fase da modernização urbana; e continua a crescer ao longo das mesmas linhas estabelecidas no princípio do século. É nesse sentido que Los Angeles é "mais velha" do que Roma, mais adiantada no processo de suburbanização e atividade industrial e comercial descentralizada. No restante deste ensaio, será também sugerido que Los Angeles é similarmente paradigmática da segunda e mais recente fase de modernização urbana, que está urdindo um tecido urbano muito distinto na moderna metrópole. Tecido que, para os propósitos deste trabalho, será descrito como o produto de *seis reestruturações*. Para ressaltar as diferenças significativas entre a primeira e a segunda fase, usarei o termo pós-modernização para me referir a esses desenvolvimentos mais recentes.

Reestruturação I: A criação de exópoles

Na base da urbanização pós-moderna está uma reestruturação geográfica da metrópole que de certo modo completa o processo de urbanização periférica iniciada um século atrás; e por outro lado expande esse processo a um escopo e a uma escala ainda não vistos. Chamei ao produto dessa Exópole, literalmente, a cidade "de fora", no duplo sentido de Cidade Exterior (em composição ao Interior), e à cidade que já não o é, a ex-cidade. Esse duplo sentido visa sugerir que nossa compreensão convencional do que é urbano e do que é suburbano está agora sendo "desconstruído" como subúrbios que já não são "sub" urbanos, mas aglomerações urbanas completas, multifuncionais, densas e diversificadas. Tanto no centro como na periferia, cidade velha e subúrbio novo, convergindo seus modelos de urbanização, a diferença entre urbano e suburbano (e, até certo ponto, não-urbano) se torna significativamente indistinta e começa a desaparecer.

Ao redor de Los Angeles, naquilo que foi amiúde considerado como *suburbia* clássicos, existem agora pelo menos quatro Cidades Exteriores que, juntas, têm estado entre as áreas de mais rápido crescimento "urbano" nos EUA nos últimos 30 anos. Nenhuma dessas Cidades Exteriores têm topônimos ou identidades convencionais, mas em cada caso o desenvolvimento urbano foi tão rápido e intenso que já não é apropriado encará-los como simplesmente suburbanos. Talvez a mais conhecida Cidade Exterior seja Orange County, aglomeração de cinqüenta cidades incorporadas, nenhuma com mais de 300 mil habitantes, mas com uma população total superior a 2,5 milhões, o que situaria Orange County entre as dez maiores cidades dos EUA (quase a população da Roma metropolitana). Numa recente publicação, Orange County foi chamada "pós-subúrbia", um dos muitos novos nomes que estão sendo cunhados para essas Cidades Exteriores.

Mais ou menos do mesmo tamanho é uma segunda Cidade Exterior que inclui quase metade da área da zona central de Los Angeles mais um acréscimo de dezenas de outras municipalidades que se estendem até a adjacente Ventura County. Para os não-residentes, essa área é geralmente considerada como um único aglomerado e chamada simplesmente "O Vale"; embora alguns tenham começado a chamá-la de "O Vale Periférico", devido às múltiplas conexões com sua localização geográfica, indústria eletrônica de tecnologia cada vez mais alta e auspiciosas comparações com a exemplar nova tecnópole ao norte, Silicon Valley. Espremendo a Cidade Interior de Los Angeles ao norte e ao sul, essas duas Cidades Exteriores, tomadas em conjunto, formariam a terceira maior cidade dos EUA (e teriam uma população maior do que a de todas as cidades européias, excetuadas Londres, Paris, Moscou e, talvez, São Petersburgo).

Uma terceira Cidade Exterior desenvolveu-se ao longo da costa de Los Angeles de Malibu a Long Beach (que, com seu porto duplo de San Pedro, veio a desafiar o Randstadt e Tóquio-Yokohama como o maior complexo portuário do mundo). O coração dessa região da Cidade Exterior é o Aeroporto Internacional de Los Angeles (LAX) e a grande aglomeração de edifícios de escritórios, hotéis e centros de pesquisa e manufatura de alta tecnologia localizados ao seu redor. Situado nessa área, às vezes chamada Aerospace Alley, está a maior concentração do complexo militar-industrial americano, alimentado há décadas pela generosidade do Departamento de Defesa dos EUA.

A quarta Cidade Exterior, que se estende da orla oriental da região de Los Angeles às partes mais desenvolvidas de San Bernardino e Riverside, é talvez a menos desenvolvida, especialmente em termos de emprego industrial. Chamado de Inland Empire (Império Interior) por causa de sua expansão industrial no tempo da guerra, essa sub-região da Exópole tornou-se o sítio de algumas das mais cruéis repercussões da urbanização pós-moderna. Entre as áreas urbanas de desenvolvimento mais acelerado na região durante as últimas décadas, o Inland Empire padeceu simultaneamente de uma desindustrialização significativa, criando em sua esteira alguns dos mais sérios problemas ligados ao que os políticos costumam descrever como "equilíbrio emprego-habitação". Para tomar um exemplo extremo, a cidade de Moreno Valley, alimentada pelas imagens e promessas das bem-sucedidas Cidades Exteriores, como a vizinha Orange County, desenvolveu-se como um estabelecimento residencial de moradia relativamente barata. De todas as cidades dos EUA com mais de 100 mil habitantes, Moreno Valley (hoje uma municipalidade com mais de 120 mil habitantes) era de longe a de crescimento mais rápido nos anos 80; sua explosão populacional se deveu em grande parte à expectativa de um rápido crescimento de empregos locais. Tal crescimento, contudo, não ocorreu, e muitos dos residentes de Moreno Valley ainda viajam diariamente para seus velhos locais de trabalho situados a mais de 60 milhas (100 km) de distância. Sem uma ampla base tributativa comercial ou industrial, os serviços públicos são extremamente precários, as escolas estão superlotadas, as rodovias são cercadas por desertos e muitos pais operários são vítimas do *stress* causado pelo custo de vida, numa "Cidade Marginal" que está se convertendo numa favela suburbana pós-moderna.

O desenvolvimento da Exópole é assim uma peça-chave da nova urbanização que está transformando não só as geografias urbanas como também as maneiras pelas quais conceitualizamos e tentamos compreender a natureza do processo da urbanização. Já não nos podemos satisfazer com uma simples divisão binária de cidade e subúrbio, centro e periferia, que implica uma clara polaridade na qual a primeira é "dominante" e a segunda "dependente". Em vez disso, devemos cada vez mais encarar a nova metrópole *regionalmente,* como um complexo mosaico geográfico, senão um caleidoscópio, de modelos de desenvolvimento desigual em rápida mutação. Para alargar essa perspectiva regional, é mister ir além da reestruturação da forma urbana a fim de explorar outras dimensões da reestruturação e pós-modernização urbanas contemporâneas.

Reestruturação II: Induzindo novas geografias industriais

Já ressaltei o complexo modelo de desindustrialização e reindustrialização que caracteriza o desenvolvimento geograficamente desigual da metrópole pós-moderna. Acompanhando essas mudanças morfológicas, houve alterações substanciais na divisão social do trabalho e na organização e tecnologia da produção industrial. Na década passada, a região urbana de Los Angeles tornou-se um laboratório extraordinariamente fértil para o estudo dessa reestruturação de longo alcance da economia e para o desenvolvimento de novas teorias da mudança industrial urbana que nos ajuda a entender a dinâmica contemporânea da urbanização pós-moderna.

Em linhas gerais, a nova teorização da economia do espaço urbano depende da mudança de práticas fordistas de produção em massa e linhas de montagem consagradas, sistemas de produção verticalmente integrados que alimentam crescentes economias internas de escala e um relativamente estável "contrato social" entre as maiores corporações, os maiores sindicatos e um governo federal interventor dedicado a alimentar a bomba da economia nacional mediante práticas *keynesianas* de incentivo à demanda e provisão de bem-estar social; para um novo e diferente regime de acumulação caracterizado por sistemas de produção pós-fordistas, acumulações de transações intensivas de pequenas e médias empresas entrelaçadas para realizar crescentes economias de escopo mediante arranjos subcontratantes e melhor controle de inventário, e a desconstrução do contrato social do pós-guerra através do malogro dos sindicatos, da retirada do governo da maioria das setores da economia e de muitos compromissos de bem-estar federais e de uma importante reorganização dos sistemas de administração incorporados.

Esse breve sumário não pode fazer justiça à nova teorização, mas é indicativa das estreitas conexões entre a mudança morfológica urbana e a reestruturação industrial. A chave para o crescimento de grandes e bem-sucedidas Cidades Exteriores tem sido, por exemplo, o desenvolvimento de novos distritos industriais flexivelmente especializados na manufatura de produtos tecnologicamente avançados, geralmente de base eletrônica. As "tecnópoles" do sul da Califórnia estão entre as mais adiantadas do mundo e reuniram ao seu redor aquela que é considerada a maior concentração urbana do mundo em matéria de engenheiros, cientistas, matemáticos e peritos em computador. Localizadas fora das zonas industriais fordistas mais antigas, em áreas onde antes havia pouca industrialização, esses novos distritos industriais são os equivalentes urbanos dos Newly Industrialized Countries

(NICs) — os países recém-industrializados que transformaram significativamente a divisão internacional do trabalho baseada em grande parte na mesma reestruturação industrial pós-fordista.

Além das "tecnópoles", a especialização flexível gerou dois outros tipos de distritos industriais que se têm constituído nos principais centros de crescimento na economia urbana (e mundial) reestruturada, nos últimos 25 anos. O primeiro gira em torno de redes de produção de base artesanal e do agrupamento de muitas pequenas empresas altamente adaptáveis aos sinais e mudanças do mercado global no estilo e nas preferências do consumidor (muitas vezes exemplificadas pelos desenvolvimentos na "Terceira Itália"), enquanto o segundo tem seu fundamento na provisão de serviços financeiros especializados e no processamento tecnologicamente avançado de comunicações e informações. Embora esses distritos industriais também sejam encontrados na Cidade Exterior, eles tendem a uma maior centralização urbana do que as "tecnópoles". E ainda aqui Los Angeles é ilustrativa.

O centro, ou Cidade Interior, da região urbana de Los Angeles continuou a crescer dentro de seu extenso colar de Cidades Exteriores mediante uma combinação de pequenas indústrias, de mão-de-obra intensiva e tecnologia relativamente baixa; e o surgimento de um complexo de serviços financeiros que está entre os de mais rápido crescimento do mundo, criando, em certos aspectos, o mais forte desafio ao triunvirato estabelecido de Nova Iorque, Tóquio e Londres no alto da hierarquia global das "capitais de capital". Na primeira categoria está a indústria do vestuário, que é hoje provavelmente a maior do país, e setores industriais como móveis, joalheria, tipografia e os serviços especializados ligados à indústria do entretenimento. Tomados em conjunto, esses desenvolvimentos industriais desempenharam um papel-chave no (recente) desenvolvimento do ativo centro de Los Angeles e na consolidação imediatamente ao redor do centro de um anel interior de comunidades residenciais habitadas em grande parte por operários imigrantes, as quais, ironicamente, atingiram densidades urbanas comparáveis às do Leste dos Estados Unidos, mais antigo, e mesmo das cidades interiores européias.

Como se nota em Moreno Valley, a reestruturação industrial criou bolsões de estagnação pós-moderna em algumas Cidades Exteriores. Na Cidade Interior de Los Angeles, especialmente nos arredores e subúrbios das classes trabalhadoras negra e branca que circundam a antiga zona industrial fordista entre o centro e Long Beach, a desindustrialização pós-fordista tem sido mais devastadora, ajudando a criar aquilo que nos círculos acadêmicos e políticos americanos foi chamado de nova "subclasse urbana permanente", e é hoje disseminada através da região urbana, uma das maiores populações desabri-

gadas do país. Num processo tenso e altamente combustível de invasão e sucessão, a classe operária branca tem tudo, mas abandonou esse anel interior, enquanto a classe operária negra tem sido cada vez mais deslocada por um influxo quase sem precedentes de mão-de-obra imigrante. Ainda aqui, há uma complexa e não raro contraditória dinâmica de urbanização pós-moderna que nos impele a outras dimensões de reestruturação para uma compreensão mais aprofundada do problema.

Reestruturação III: Formação urbana mundial

O terceiro componente na transformação de Los Angeles foi uma crescente internacionalização que concentrou na metrópole pós-moderna uma extraordinária amostra de capital e recursos humanos provenientes de todas as partes do mundo. Talvez cerca de 4 milhões de migrantes se tenham transferido para Los Angeles e região nos últimos 30 anos, a maioria da América Latina e dos países asiáticos da orla do Pacífico. Juntamente com a imigração, houve um fluxo igualmente extraordinário de investimentos de capital, especialmente do Japão, Canadá e Europa. Juntos, esses fluxos de capital e recursos humanos alteraram radicalmente o meio ambiente arquitetônico regional e a cultura do dia-a-dia.

Após anos de promoção local relativamente infrutífera, o desenvolvimento do centro de Los Angeles acelerou-se de maneira drástica com o influxo de capital estrangeiro e a disponibilidade de uma mão-de-obra imigrante barata, desorganizada e aparentemente inesgotável. À medida que o centro prosperava, a periferia onde se localizavam as comunidades imigrantes tornava-se o que é hoje: a mais vasta e diferenciada concentração de culturas globais que alguma vez se reuniu numa cidade. Uma grande e sempre maior Koreatown transformou-se, a oeste do centro, no maior estabelecimento coreano fora da Coréia. Ainda mais próxima do centro existe uma vizinhança centro-americana que atraiu a maioria dos 400 mil salvadorenhos que migraram para o Sul da Califórnia nos últimos 15 anos (quase 10% da população total de El Salvador). E na fímbria dos municípios que se estendem para o sul a partir do centro, uma vigorosa transição demográfica transformou, a uma velocidade sem precedentes, aquilo que era um amontoado de subúrbios habitados por trabalhadores brancos num novo bairro latino. Vários municípios concentram atualmente perto de 95% de latinos, quando há uns 20 anos viviam ali 80% de brancos.

Muitos outros exemplos poderiam ser apresentados para ilustrar o impressionante multiculturalismo de Los Angeles e a emergência, dentro de seus

limites, tanto de uma preeminente cidade primeiro-mundista de capital global, quanto de uma gigantesca cidade terceiro-mundista de trabalho global. Essa justaposição simbiótica do Primeiro e do Terceiro Mundo liga Los Angeles, no exterior, a praticamente todas as culturas e nações da terra, ao mesmo tempo que abre seu desenvolvimento local e seu planejamento a um variado leque de influências "estrangeiras". Esse jogo contraditório e freqüentemente tenso entre o local e o global é característica primária da metrópole pós-moderna e o veículo para uma profunda reconstituição do urbanismo como meio de vida.

Assim como a primeira reestruturação engendra a necessidade de uma perspectiva regional, a terceira (e, na verdade, a segunda) exigem que se veja a metrópole pós-moderna *globalmente*. Em outras palavras, a "hinterlândia" de Los Angeles e outras grandes cidades inclui atualmente Tóquio e Tijuana, Nova York e Roma, Moscou e o Kuwait. Ao passo que a descentralização da indústria, por exemplo, era vista primordialmente no âmbito da área metropolitana — ou, talvez, do sistema urbano nacional —, ela agora ultrapassa em muito esses antigos limites territoriais e abrange o globo. Diga-se o mesmo de outros fluxos de povos, dinheiro e idéias. Como essa *globalização* se localiza em regiões urbanas específicas, trata-se um enfoque dos estudos comparativos urbanos para muitos anos ainda.

Reestruturação IV: A metrópole repolarizada

As três primeiras reestruturações foram apresentadas, inicialmente, como as causas da modificação metropolitana. Podem ser resumidas como uma combinação de três pares de processos aparentemente opostos: descentralização e recentralização geográfica, desindustrialização fordista e reindustrialização pós-fordista, bem como globalização/localização, em especial a periferialização (ou terceiro-mundialização) do centro. As três reestruturações seguintes serão apresentadas, primordialmente, como conseqüências da transformação metropolitana, embora essa divisão brusca entre as seis obscureça uma complexidade de causa e efeito rica demais para que a possamos examinar aqui.

Vamos agora apreciar o impacto da reestruturação urbana na estrutura sócio-econômica da metrópole: nas relações de classes e na estratificação de renda, na organização do trabalho e no mercado imobiliário, bem como na própria natureza da produção social e do consumo de bens e serviços. Paralelamente à estrutura espacial da metrópole pós-moderna, o sistema sócio-econômico vem-se tornando ao mesmo tempo crescentemente segmentado e repolarizado, de um modo bem diferente da "cidade dupla" convencional de capital e trabalho, burguesia urbana e proletariado urbano. Velhas e sólidas hierarquias estão ruindo ou, pelo menos, tornando-se instáveis e desorganizadas o suficiente para que nossas antigas teorias sociais sobre a cidade se apresentem tão anacrônicas quanto nossas teorias espaciais.

A segmentação e a repolarização em Los Angeles restaurou, antes de tudo, os extremos da riqueza e da miséria. Existem hoje mais milionários que nunca em Los Angeles, uma tropa de reserva de ricos que inclui artistas de cinema e jogadores de beisebol, especialistas em *software,* agentes imobiliários, cabeleireiros e advogados, além de milhares de proprietários de casas que tiveram a sorte de comprar na hora certa e no lugar certo. Nunca antes os 10% do topo da pirâmide de renda foram tão heterogêneos, tão segmentados, tão imprevisíveis politicamente. E o mesmo pode ser dito dos 20% da base, 2,8 milhões numa população regional total de 14 milhões. Aqui também há ex-estrelas do *rock'n roll,* ex-advogados etc.

A reestruturação de Los Angeles aprofundou a miséria mesmo sob condições de franco desenvolvimento econômico regional. Cerca de 80 mil desabrigados constituem apenas a ponta de um *iceberg* de pobreza que se alarga por uma população de, talvez, meio milhão de pessoas que vivem em condições habitacionais muito pouco melhores que as das favelas do Terceiro Mundo. Grande número dos que vivem abaixo do patamar de pobreza são desempregados e dependentes do seguro-desemprego, um núcleo inquestionável da chamada subclasse permanente; muitos deles, no entanto, pertencem ao contingente cada vez maior dos pobres que trabalham, às vezes mais de 40 horas semanais, em troca de salários insuficientes para alimentar e vestir a família.

Essa polarização intensificada permeia as categorias étnicas, racial, ocupacional e de *status* de imigrante. Pesquisas recentes mostraram, por exemplo, que Los Angeles tem tanto as mais ricas quanto as mais pobres comunidades predominantemente afro-americanas da América urbana; e muitos dos residentes mais ricos de Los Angeles são recém-chegados de Hong Kong, Irã, Itália, Colômbia e outras partes. O impacto da polarização também atinge profundamente as "classes médias", as quais, como em tantas outras áreas dos Estados Unidos, parecem tremendamente instáveis em sua posição, deslocando-se da porção média em duas direções: alguns para cima, mas a maioria para baixo, rumo à classe trabalhadora. Segundo estudos sobre mercados de trabalho urbanos, essa crescente fragmentação e polarização resultou no chamado "meio perdido", um perfil do mercado de trabalho no qual o outrora proeminente nível médio encolheu o peito.

Essa cidade dupla pós-moderna já não se acha dividida em burguesia e proletariado, ou em classes alta, média, baixa e camadas inferiores bem definidas. Ela possui uma estrutura social desestabilizada e desorganizada cuja dualidade consiste, cada vez mais, numa "subclasse" amorfa e heterogênea e numa "superclasse" amorfa e heterogênea de executivos, empresários, corretores e artistas. Essa estrutura social pós-moderna elaborou seu próprio vocabulário, desde a subclasse urbana permanente e os pobres que trabalham até os agora familiares *yuppies (young urban professionals,* jovens profissionais urbanos) e *dinks* (famílias com *double income, no kids,* renda dupla e sem filhos). Ela também é mais flutuante e imprevisível politicamente do que nunca, tornando as campanhas políticas em Los Angeles e nos Estados Unidos cada vez mais um processo de *marketing,* publicidade e manipulação dos meios de comunicação.

Reestruturação V: A cidade carcerária

As reestruturações previamente descritas produziram uma cidade extraordinariamente volátil, segmentada, fragmentada, descentralizada, amorfa e impressionantemente heterogênea na cultura, na política e no modo de vida. A quinta e a sexta reestruturações ajudam a explicar como essa mistura pós-moderna em efervescência é mantida coesa para se evitar uma explosão.

A cidade carcerária — expressão tomada a Michel Foucault — é uma cidade-prisão e cidade-cidadela, vigiada e controlada socialmente, um lugar em que *polícia* substitui *pólis.* Em sua forma mais grosseira, a cidade carcerária de Los Angeles pode ser ilustrada pelo Civic Center, na área central da aglomeração, o segundo maior amontoado de repartições governamentais dos Estados Unidos (logo depois de Washington, D.C.) e também o posto de observação de outros olhos: o quartel-general do Departamento de Polícia de Los Angeles, os principais escritórios do influente jornal *Los Angeles Times*, a sé daquela que talvez seja a maior arquidiocese católica do mundo e os mais movimentados tribunais do país. Um novo presídio federal está agora encarapitado na cidadela, e lá do alto podem ser vistas, a leste, as maiores prisões urbanas dos Estados Unidos para homens e mulheres, tão superlotadas que em 1988 mais de 23 mil prisioneiros "sem periculosidade" foram libertados para abrir espaço.

Em outras partes a cidade carcerária é menos óbvia, mas igualmente palpável. Diz-se que Los Angeles, como nenhuma outra metrópole, tem mais telefones sigilosos, mais casas muradas e vigiadas por guardas armados, mais edifícios de alta segurança, mais guardas de quarteirão, e tabuletas de "Os

intrusos serão alvejados". No capítulo "Fortress L. A.", Mike Davis, cujo *City of Quartz* (1990) abunda em evocações brilhantes da cidade carcerária, descreve muitos outros indícios de encarceramento e controle social sob títulos como "A destruição do espaço público", "A cidade proibida", "Sadismo de rua" (isto é, assentos com pregos e latas de lixo fechadas com arame farpado para impedir que os mendigos ali durmam e comam), "Frank Gehry no papel de Dirty Harry" (arquitetura publicamente hostil), "O Panopticon Mall" (um *shopping-center* localizado no gueto afro-americano que tem seu próprio subdistrito policial e a mais atualizada tecnologia de vigilância e segurança) e "O departamento de Polícia de Los Angeles como Polícia do Espaço" (uma antevisão das causas da arruaça de abril-maio de 1992).

A metrópole policiada conta ainda com a silenciosa presença de uma vasta rede de instalações militares que são parte integrante das quatro Cidades Exteriores de Los Angeles, mas ultrapassam-nas em muito e chegam aos desertos circunjacentes. Em escala mais sigilosa, armas mortais abundam nas casas e nos portas-luvas dos automóveis. Em 1991, o Texas tornou-se o primeiro estado onde os revólveres mataram mais gente que os acidentes automobilísticos. Em Los Angeles, o carro e a pistola combinaram-se de maneira mais criativa desde que uma onda de disparos pelas rodovias alçou a violência nas ruas a um nível nunca visto. A violência e a obsessão com a segurança permeiam a psicogeografia da metrópole pós-moderna, encorajando as autoridades a manterem sob controle todos os fragmentos e polaridades, todas as orlas e adjacências. Mas, como demostraram os acontecimentos de 1992 em Los Angeles, nem isso é o bastante.

Reestruturação VI: A cidade dos simulacros

As primeiras cinco reestruturações enfocaram as mutáveis condições materiais da metrópole pós-moderna, e como elas foram impressas e conceptualizadas em Los Angeles. Para concluir, quero em poucas palavras animar a discussão com uma reestruturação mais ideacional ou mais ideológica. Ela está estreitamente associada às mutáveis condições materiais, em especial à necessidade de desenvolver um novo modo de regulamentação e controle para essa recente e volátil etapa da (pós)modernização metropolitana, em substituição às imposições autoritárias da cidade carcerária.

A sexta reestruturação implica uma mudança radical no imaginário urbano, nas maneiras pelas quais relacionamos nossas imagens do real com a própria realidade. Essa é, fundamentalmente, uma questão de epistemologia, a questão de saber como reconhecemos o que é real e o que não é. Esses

debates epistemológicos estão no centro da teoria e da crítica explicitamente pós-modernista, e deles alguns pontos interessantes podem ser extraídos a fim de completarmos nossa discussão da metrópole pós-moderna. Em sentido amplo, a sexta reestruturação é marcada pelo crescente poder político e social das simulações do real como substitutos lógicos e comportamentais para eventos e condições materiais reais. Como muito do que se discutiu aqui, essa reestruturação ideacional e cognitiva gerou um novo vocabulário para descrever a vida urbana contemporânea. Os dois termos de maior importância aqui e agora são *simulacro* e *hiper-realidade,* ambos conceptualizados de modo inovador nas obras de Jean Baudrillard.

Um simulacro é a cópia exata de um original que já não existe — ou talvez nunca tenha existido: ele se adianta ao processo mais simples da simulação para criar farsas e fantasias "reais" que funcionam não apenas como imagens e ícones, mas como parte de nossa realidade material. Essas simulações e simulacros sempre existiram. Fizeram parte integral de crenças religiosas ao longo da história e, mais recentemente, foram criativamente codificadas em parques-tema como a Disneylândia e o Disney World, onde se pode visitar a Tailândia ou a Itália sem sair do local anunciado como "o mais feliz do mundo".

A diferença, hoje, é que essa hiper-realidade, esse mundo dos simulacros escapou de seus antigos confins para invadir a vida cotidiana num grau sem precedentes. Para reproduzir o título de um livro recentemente editado de Michel Sorkin, a nova cidade americana é composta, cada vez mais, de *Variações sobre um parque-tema* (1992), uma reestruturação da geografia urbana real e imaginada na qual simulações *sound bites* e *spin-doctored,* por parte da mídia, influenciam cada vez mais nosso comportamento diário, aquilo que vestimos e comemos, onde moramos, em quem votamos, como nos relacionamos com os outros, como moldamos o ambiente arquitetônico. Uma nova camada de hiper-realidade estende-se hoje sobre a paisagem urbana, de maneira desigual, mas envolvendo mais lugares que nunca.

Reconhecer a hiper-realidade urbana não é sucumbir a esses engodos e diversões. Todavia, não reconhecê-la é perder uma das mudanças mais importantes que estão ocorrendo na metrópole contemporânea. Também não surpreende que Los Angeles, de há muito o centro mundial da produção de fantasias, de Hollywood à Disneylândia, continue a ser a mais eficiente fábrica de hiper-realidade. Não há aqui espaço para explorarmos em detalhe a remodelagem da paisagem por parte desta sexta reestruturação, mas uma de suas manifestações merece atenção.

Como a diferença entre o real e o imaginário parece estar desaparecendo, de modo nada diverso do que ocorre entre a cidade e o subúrbio, novas

geografias tomam forma para exprimir essa desconstrução peculiar. Em Orange County, onde se esperaria que tais expressões fossem mais avançadas, desenvolveu-se todo um modo de vida em torno do apego a simulacros (e do desapego de referências a uma realidade factual). Novas cidades e comunidades residenciais, por exemplo, são outros tantos parques-tema, como a Disneylândia. Os moradores concordam com contratos que exigem que suas residências conservem o tema escolhido: uma recriação da Espanha de Cervantes, uma ilha grega ("Bem-vindo a Míconos", anuncia uma casa a si própria), Mundo do Lazer (para os mais velhos), A Promessa Californiana (associada a uma cidade nova planejada para o treinamento de atletas olímpicos e muito bem-sucedida: em 1984, os atletas de Mission Viejo ganharam mais medalhas olímpicas que todos os outros países do mundo juntos, com exceção de sete).

Não surpreende que também Orange County se tenha transformado na capital americana da fraude, refletindo outra dimensão dessa abrangente suspensão da realidade. Nesse *scamscape,* como uma vez o chamei, os perpetradores não raro acreditam estar agindo correta e criativamente ao forjar acidentes automobilísticos para receber o seguro, enganar velhinhas viúvas prometendo aplicar sua poupança em especulações improváveis, cobrar 2 mil dólares do Departamento de Defesa por uma chave de fenda e mais ainda por serviços não-executados em rampas de lançamento de foguetes, difamar candidatos com insinuações e alegações infundadas ou dependurar avisos em seus *boiler rooms* que anunciam: "Enganamos o trouxa e passamos o lucro a você!" Talvez a realização culminante do *scamscape* de Orange County tenha sido sua liderança no grande escândalo da poupança-e-empréstimo: suas companhias e corporações estiveram no centro (e na periferia) da mais gigantesca metafraude bancária da história dos Estados Unidos.

Breve conclusão

O desenvolvimento metropolitano pós-moderno de Los Angeles foi descrito como conseqüência de seis reestruturações inter-relacionadas que mudaram radicalmente a paisagem urbana nos últimos 30 anos. Num dado nível, a experiência de Los Angeles pode ser vista como única e intransferível a outras regiões metropolitanas. Em outro nível, porém, Los Angeles é precursora e sintomática de mudanças no processo de urbanização que provavelmente afetarão toda grande região metropolitana do mundo, em épocas diferentes e com intensidades diferentes. Como interpretar essa generaliza-

ção de Los Angeles, além disso, tornou-se uma questão ainda mais urgente, dados os conflitos civis de abril-maio de 1992.

Diferentemente da rebelião Watts de 1965, que pode ser encarada como o produto (e a reviravolta) da primeira fase da modernização urbana acima discutida, a convulsão de 1992 é conseqüência de um desenvolvimento ulterior da segunda fase, pós-moderna. Se isso constituirá também uma reviravolta em direção a uma outra reestruturação urbana em larga escala, não é fácil afirmá-lo por enquanto. Mas, como outras regiões metropolitanas estão cada vez mais apresentando várias das mesmas tendências de urbanização, a maneira com que Los Angeles se "reconstrói" terá grande importância em todas as partes do mundo.

Tradução: Antonio de Padua Danesi

Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental

ROBERTO LUÍS DE M. MONTE-MÓR

Introdução

Este trabalho busca um olhar ambiental sobre alguns aspectos das relações cidade-campo, das articulações metrópole-região e das lógicas de povoamento que marcam os tempos-espaços contemporâneos. Algumas perguntas amplas, mas centrais, orientam a reflexão: o que vem mudando nas lógicas de assentamento e povoamento? Até que ponto as mudanças observadas são fruto da metropolização? No contexto dos "pós-ismos" do limiar do século XXI, como as relações cidade/campo e metrópole/região estão pedindo para serem perguntadas? Qual é o "novo" que está querendo nascer? O trabalho não pretende responder a essas perguntas, evidentemente, mas apenas alinhavar alguns pontos de reflexão que possam orientar outras perguntas. Pressupõe, entretanto, que antes de tudo, precisamos (re)perguntar sobre as (novas) territorialidades que estão informando nossos olhares, e vivências e reflexões contemporâneas.

Em primeiro lugar, faz-se necessária uma digressão teórica sobre as relações industrialização-urbanização para clarear o ponto de vista adotado: *da urbanização extensiva na periferia industrial.* Segue-se uma discussão sobre a questão territorial nas periferias capitalistas — na região industrial e nas fronteiras — *vis-à-vis* alguns processos identificados nos países de centro, chamando-se atenção para aspectos de similitude e diferenciação.

Num segundo momento, o trabalho levanta a questão ambiental nas suas dimensões urbana e metropolitana, discutindo implicações das dicotomias modernas com que se tem tradicionalmente trabalhado, e voltando-se principalmente para a necessidade de se repensar as distinções entre espaço natural e espaço construído, ou novamente, espaços urbano e rural, campo e cidade.

A questão da cidadania que perspassa o trabalho é, então, a partir dessa perspectiva, revista e trazida para o debate.

Da industrialização e da urbanização extensiva

O principal conceito que orienta a compreensão da dinâmica contemporânea da organização do espaço social aqui apresentada é a idéia da *urbanização extensiva.* Estou derivando este termo a partir de Henri Lefèbvre, no que ele chamou "zona urbana". Analisando a dicotomia urbano-rural nos países industrializados e focalizando suas implicações políticas — o "direito à cidade", ao espaço do poder e da cidadania; a vida cotidiana e suas lutas políticas espacializadas; a produção social do espaço em suas múltiplas implicações, incluindo a reprodução das relações de produção — Lefèbvre propõe o conceito de "zona urbana" referindo-se àquele estágio de organização espacial no qual o capitalismo industrial, firmemente estabelecido dentro da cidade e controlando toda sua região de influência, provoca a ruptura da cidade (herdeira da "polis", da "civitas"), em duas partes relacionais: o *core,* o centro/núcleo urbano, resultante do processo de *implosão* do *locus* do poder, marca da antiga cidade; e o *tecido urbano,* a trama de relações sócio-espaciais que se estende à região resultante da *explosão* da cidade preexistente.

Citando Lefèbvre: "El *tejido urbano* prolifera, se extiende, consumiendo los residuos de la vida agraria. Por *tejido urbano* no se entiende, de manera estrecha, la parte construida de las ciudades, sino el conjunto de manifestaciones del predominio de la ciudad sobre el campo. Desde esta perspectiva, una residencia secundaria, una autopista, un supermercado en pleno campo forman parte del tejido urbano. Más o menos denso, más o menos compacto y activo, solamente escapan a su influencia las regiones estancadas o decandentes, limitadas a la 'naturaleza'" (Lefèbvre, 1972:10).

O que Lefèbvre chama "zona urbana" é, portanto, o estádio da urbanização que se encontra para além dos limites da "cidade industrial", ainda que a englobando. Estende-se pelo espaço regional à medida que relações de produção e forças produtivas capitalistas criam as condições sócio-espaciais necessárias para a acumulação continuada. Estas condições são necessariamente urbano-industriais, nas suas formas sociais e espaciais.

A área metropolitana é a expressão mais óbvia da zona urbana de que fala Lefèbvre, da urbanização extensiva na sua forma mais visível e imediata. Ali, a antiga cidade industrial, implodida sobre o centro metropolitano e alguns de seus subcentros, recriou o "core urbano" — concentração nodal do poder

e a trama extensiva da cidade industrial explodida, equipada para a produção e para a reprodução coletiva, sob a forma do tecido urbano: distritos industriais, indústrias isoladas, comércio, serviços, bairros residenciais, cinturões agrícolas, áreas de lazer etc.

A unidade dialética *centro urbano-tecido urbano* expressa, de fato, a espacialidade do capitalismo tardio. Representa a extensão virtual da organização industrial a todas as partes do território penetrado pelo capitalismo; expressa a forma sócio-espacial daquele estágio no qual, segundo Mandel, não apenas os bens de consumo e de capital, mas também as matérias-primas e os alimentos — e o próprio espaço e a natureza, deveríamos acrescentar — são industrialmente produzidos. Citando Mandel: "*O capitalismo tardio, longe de representar uma 'sociedade pós-industrial', aparece então como o período no qual todos os ramos da economia estão totalmente industrializados pela primeira vez;* ao qual poder-se-ia adicionar a mecanização crescente da esfera da circulação (com a exceção dos serviços puramente de reparos) e a mecanização crescente da superestrutura." (Mandel, 1987:191; traduzido do inglês pelo autor.)

A espacialidade de tal organização societal e econômica, gestada dentro e através da "sociedade burocrática de consumo dirigido" (na terminologia de Lefèbvre), é necessariamente urbano-industrial. Urbana, como expressão da institucionalização promovida pelo Estado, e das várias formas de organização da sociedade civil; industrial, como uma manifestação do estágio da própria acumulação capitalista. No seu conjunto, expressa as exigências do capitalismo tardio em termos das necessárias "condições gerais da produção".

A urbanização extensiva — esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais — representa, assim, a forma sócio-espacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até — e cada vez mais — às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros...

Das periferias: das indústrias e das fronteiras

A precariedade das condições gerais de produção na periferia industrial, ou "semiperiferia"[1], gerou, no mais das vezes, uma concentração metropolitana que vem sendo descrita há mais de duas décadas em diversos estudos sobre primazia urbana, migrações, processo industrial, entre outros temas

correlatos. A expansão metropolitana que acompanhou a industrialização periférica resultou na superposição espacial de lógicas da produção e consumo, como de resto em todo o mundo capitalista, mas sua peculiariedade face ao centro capitalista repousava na concentração quase absoluta das condições de produção industrial (incluindo a reprodução coletiva da força de trabalho) nas áreas metropolitanas e nas cidades monoindustriais características da primeira fase de substituição de importações. A recente extensão das condições de produção a parcelas mais amplas dos espaços regionais e nacionais e a própria transformação dessas condições em função da dita terceira revolução tecnológica (das comunicações e da informação) criaram as bases para a transformação espacial que vimos observando nos últimos 20 anos no Brasil.

Desde então a metrópole vem se derramando não apenas sobre as regiões circunvizinhas mas também sobre as periferias distantes. Cria padrões e externalidades que se impõem e se estendem, fazendo-se sentir em todo o espaço nacional. A metrópole brasileira, também caleidoscópica (Soja et al., 1985; Davis, 1990), tem repercussões e rebatimentos até mesmo na distante fronteira agrícola. Muitos dos processos urbanos hoje observados em Rondônia diferem apenas em grau e intensidade daqueles observados no centro das metrópoles brasileiras, ou nas áreas metropolitanas dos países industriais. De fato, os fragmentos da cidade metropolitana espalham-se por todo o território nacional, como já dizia Chico de Oliveira (1978) no famoso texto em que se propunha a colocar em pé o ovo de Colombo do processo de urbanização brasileira. O preço pago pela forma violenta e excludente desse processo intenso e rápido está ainda sendo cobrado da Nação.

No entanto, também como resultado daquele processo de metropolização e urbanização extensiva, novas formas de ocupação do espaço e novas lógicas de povoamento vêm surgindo em todo o território nacional, do eixo Rio-São Paulo à fronteira agromineral da Amazônia. Suas articulações se dão de forma cada vez mais descontínua no espaço geográfico, levando-nos a (re)pensar em desterritorialização, ou mesmo na de-localização de que falava Perroux (1967) décadas atrás. Assim, processos de produção e reprodução podem ser identificados em fazendas do sul do Pará ou em cidades, vilas, povoados, áreas de mineração e projetos de colonização no interior de Rondônia, envolvendo populações que emigraram de grandes áreas urbanas e metropolitanas do País.

De fato, já na década de 70 o quadro começava a se inverter em relação ao processo intensamente dicotômico que caracterizou as décadas anteriores. A substituição de importações, vista da ótica de um tecido urbano industrial que se implantava nas grandes cidades e metrópoles da periferia industrial

produziu, segundo olhares dos países industrializados, "cidades de camponeses" (Roberts, 1978). Ali, práticas identificadas como rurais se superpunham à economia urbano-industrial em formação: economias domésticas de subsistência de fundo de quintal completando o orçamento familiar; grupos de parentesco e compadrio dominando relações e controles sociais; relações de produção pré-capitalistas coexistindo com relações (sub)assalariadas marcando uma inserção particular na economia urbana.

Por outro lado, a partir já da segunda etapa de substituição de importações inaugurada no período Kubitschek, a tentativa de implantação de um fordismo periférico nos países da periferia semi-industrializada — e no Brasil — cuida de estender as condições de produção a todo o espaço nacional. Essa expansão territorial produziu um espaço urbano-industrial extensivo — a urbanização extensiva que hoje no Brasil atinge até mesmo a floresta amazônica, região quase inexpugnável para os padrões de produção do espaço habitado prevalentes antes do salto qualitativo da construção civil de base juscelinista que tem em Brasília seu símbolo.

O "desenvolvimentismo" militar, promovendo a ocupação da Amazônia com migrantes de quase todo o País — campo e cidades do Nordeste; do campo urbanizado às metrópoles "de camponeses" do Sul/ Sudeste —, gerou sua contrapartida nas "florestas de urbanitas".

De fato, as novas formas urbanas e/ou protourbanas — assim metodologicamente chamadas em estudos de campo em Rondônia e no sul do Pará (Monte-Mór, 1988, 1989) — não diferem, na sua essência, das formas que Allen Scott (1988) identificou como protourbanas em Orange County, no Sul da Califórnia, ou que Ed Soja (1990), sem assim nominá-las, descreve para a área de Los Angeles. As formas protourbanas, seja na fronteira de recursos da Amazônia, seja na fronteira tecnológica da Califórnia, representam a mesma dinâmica que constitui "o fulcro geográfico do processo urbano no capitalismo (...) [ditado por] processos de produção espacialmente convergentes ligados através de extensivas redes de relações transacionais" (Scott, 1988:60). Aqui e lá, são protourbanas por serem manifestações incompletas do padrão urbano-industrial que caracteriza as vidas contemporâneas nacionais e regionais[2]. Em ambos os casos, o binômio centro urbano-tecido urbano está por se consolidar. A intensidade das relações, a natureza das redes, a qualidade do espaço social e "natural" produzidos (e destruídos) pela dinâmica do capital (e do Estado seu aliado) são alguns dos elementos que marcam diferenças entre tais realidades aparentemente tão opostas, mas similares enquanto expressões de uma lógica comum.

Fragmentação, extensão, segmentação, involução... essas são algumas das hipóteses que orientam nosso olhar sobre as metrópoles e sobre a

dinâmica da urbanização contemporânea. O que está se escondendo de novo por trás desse caleidoscópio fragmentar? Quais são alguns dos novos elementos e visões que vêm informando o novo olhar que podemos dirigir sobre o espaço socialmente produzido?

Da questão ambiental

Existe um certo consenso se formando em cima da hipótese — ou já será considerada um fato? — de que a questão e a consciência ambiental e ecológica[3] vêm trazer transformações profundas na compreensão do processo de produção e na organização econômica e espacial da sociedade contemporânea. Entretanto, o impacto real dessa consciência crescente sobre o ambiente construído, em especial nas aglomerações metropolitanas, deixa ainda muito a desejar. As áreas urbanas têm sido vistas tradicionalmente como espaços mortos, do ponto de vista ecológico. Ainda que tomadas como focos principais da problemática ambiental contemporânea — seja pela lógica da produção industrial e suas mazelas ambientais, seja pelos padrões de consumo que atuam intensamente na destruição e desperdício dos recursos naturais e humanos — as metrópoles, as cidades e as áreas urbanas têm sido ainda pouco consideradas nos seus aspectos ambientais.

A qualidade de vida — com suas implicações sobre o resgate do valor de uso do espaço urbano e do sentido social da propriedade — aparece ainda por demais timidamente nos debates urbano-ambientais nestes tempos de crise econômica. De fato, o sentido mercantil dominante da produção e organização do espaço no capitalismo, expresso no valor de troca imputado ao solo (urbano, no caso), se agudiza em tempos de crise quando a reserva de valor se impõe como artifício de acumulação e sobrevivência, acentuando seu caráter de elemento central na reprodução das relações sociais de produção e do próprio capitalismo (Lefèbvre, 1976). O acesso ao solo urbano, ao bem de produção "espaço urbano", entretanto, fortalece o sentido do valor de uso, o qual se impõe crescentemente na medida em que garante a inserção das populações pobres na *economia popular urbana* voltada, principalmente, para a reprodução[4]. Também nas camadas ricas da população onde a garantia da reprodução ampliada já permite digressões, o valor de uso do espaço urbano tem ganhado importância crescente no resgate do conceito e nas restrições que tal resgate sugere sejam impostas à dinâmica da valorização do espaço social.

Entretanto, mesmo no contexto mutável contemporâneo, onde a qualidade ambiental ganha importância crescente, questões como a existência e a penetração de "manchas de espaço natural" e seus possíveis efeitos sobre a qualidade de vida urbana mesmo questões ligadas à biodiversidade, não têm merecido um maior esforço de compreensão, questionamento e equacionamento de políticas públicas. Os ecólogos e ambientalistas parecem ter dificuldades em pensar a ecologia e a biodiversidade a nível do ambiente construído. Perguntas do tipo "qual o impacto e eventual benefício da existência de uma área do tipo 'Floresta da Tijuca' no interior do tecido urbano para a conservação da biodiversidade a nível regional?" encontram resistências, tanto no domínio das Ciências Sociais quanto das Ciências Ecológicas.

As possibilidades de pensar a diversidade cultural e biológica no contexto metropolitano e da urbanização extensiva parecem, no entanto, imensas. Mas estamos de tal forma imersos nas nossas crises urbanas — da cultura, da ordem e da lei, do poder constituído, do consumo e da reprodução, da própria produção e sua realização, do conhecimento, enfim, as múltiplas manifestações da crise civilizatória contemporânea — que virtualidades integradoras da natureza e do hábitat humano parecem ainda quase impensáveis. Questões como a integração cidade-campo e as relações cidade/região ainda não freqüentam, com a devida importância, o universo das preocupações ambientalistas, apesar de um certo consenso de que aí repousa um aspecto central da questão ambiental contemporânea.

De fato, a dicotomia do período moderno se mantém: os cientistas sociais pensam o espaço construído, onde a lógica da reprodução repousa na dinâmica social, ou o espaço transformado, onde a lógica da reprodução repousa na dinâmica natural a partir da intervenção de processos sociais. Os ecólogos, por sua vez, pensam apenas os espaços naturais, aqueles cuja reprodução e regeneração se centram nos processos biológicos[5]. Os espaços urbano-metropolitanos permanecem como espaços mortos, ao nível das ciências ambientais e ecológicas. Caberia então perguntar a partir de que ponto o espaço pode ou deve ser considerado morto? Diante do avanço tecnológico na própria produção da natureza, quando e como podem esses espaços serem ressuscitados? Apenas os espaços "naturais" (re)construídos, como a Floresta da Tijuca, ou aqueles preservados, como o Parque das Mangabeiras em Belo Horizonte? Ou poder-se-ia pensar em uma outra ecologia metropolitana e urbana, um novo ambiente urbano a ser pensado, inventado, produzido a partir da fragmentação, da involução, da segmentação e da extensão?

Por outras ecologias metropolitanas?

A íntima relação entre a ecologia urbana e a questão ambiental não parece ter sido ainda de fato compreendida, mesmo que se aceite, como já dito, a importância crescente das concentrações metropolitanas e urbanas na desarticulação — imediata e distante — do equilíbrio natural global e de ecossistemas específicos. Há, entretanto, uma *ideologia ecológica* ligada ao *capitalismo ecológico,* como diz Carrión (1986: 193), que não apenas faz naturais as relações sociais, mas malthusianamente se volta contra a população e o migrante, enquanto contrapõe jardins nos altos prédios dos centros metropolitanos a um ruralismo mítico da volta à natureza, reificando a dicotomia ambiente natural-ambiente construído. Essa *interpretação naturalista da ecologia urbana* naturaliza a própria relação sociedade-natureza confundindo pobreza com deterioração ambiental, igualando a crise social e econômica à crise ambiental, muitas vezes culpando a vítima (Santos, 1990).

Alguns pontos parecem interessantes para se buscar enfoques contemporâneos para outras ecologias urbanas — ou metropolitanas. Uma das questões principais que se coloca diz respeito às mediações entre o nível micro da análise ligada aos aspectos da reprodução e da vida quotidiana, e as grandes questões ditas urbanas: habitação, alimentação, saneamento básico, transportes, serviços urbanos, poluição industrial, padrões de consumo etc.

A nível dos núcleos urbano-metropolitanos, os aspectos de saneamento aparecem como centrais em países, como o Brasil, onde o caráter incompleto da produção e organização do espaço social cria sérios problemas ambientais ligados à reprodução coletiva. Serviços sanitários precários ou inexistentes (água, esgoto, lixo) ameaçam o quotidiano das populações urbanas pobres, enquanto a disposição final dos resíduos (sólidos e líquidos) atinge o conjunto das áreas urbanas, suburbanas e espaços regionais. Soluções tradicionais têm-se mostrado ineficientes e onerosas, demandando altos investimentos públicos de um Estado há muito falido em sua capacidade de promover e administrar o bem-estar coletivo. Ademais, a altíssima densidade tendencial das áreas urbanas centrais dificulta possíveis soluções alternativas. Nesse sentido, é o próprio modelo territorial urbano e metropolitano que necessita ser revisto, em busca de alternativas múltiplas que garantam maior permeabilidade e integração entre o espaço natural e espaço social.

De outra parte, a tradicional fragilidade da sociedade civil brasileira só recentemente vem mostrando sinais de transformação no sentido de chamar a si um papel mais decisivo e atuante no enfrentamento dos seus problemas coletivos imediatos. Movimentos diversos nascidos no seio das sociedades

urbanas, e expandidos através do tecido urbano por amplos territórios micro e macrorregionais têm, ainda que incipientemente, mostrado novas direções em busca da criação de maior base de autonomia, de diversidade sócio-espacial pela intensificação da relação com o meio ambiente, contribuindo para a construção de mediações entre as questões locais e a problemática ambiental e ecológica global.

No tecido urbano extensivo, as questões se prendem à forma e processos de transformação do espaço natural e transformado em espaço construído. Assumindo uma abordagem crítica aos padrões hegemônicos que marcaram períodos passados, a análise passa a se centrar nas diversas e múltiplas formas possíveis de produção e extensão do tecido urbano e seus impactos sobre o meio ambiente e condições de reprodução e conservação do espaço natural. Caberia identificar níveis e formas distintas de expansão do tecido urbano: loteamentos típicos de periferia onde a cobertura vegetal é destruída por uma ocupação densa mas incompleta; esgarçamentos do tecido urbano por loteamentos de chácaras e pequenos sítios; implantação de áreas industriais e núcleos comerciais e de serviços em áreas urbanas periféricas; loteamentos para a classe alta, buscando manter níveis ótimos de conservação da natureza, entre outros. A análise urbana, assumindo o olhar ambiental, há que estar centrada na conservação das condições ecológicas adequadas às distintas comunidades, enfatizando suas relações com a diversidade social e biológica.

Isto posto, a questão central passa a ser: "cabe falar em biodiversidade a nível do espaço construído ou deve-se puramente ignorá-lo, considerando-o um espaço morto?" Se a resposta for negativa, questiona-se então a partir de qual nível de ocupação o meio ambiente humano contemporâneo — o espaço urbanizado — deve ser considerado "morto"? Por outro lado, se a resposta for afirmativa, que tipo específico de biodiversidade deverá ser levado em conta? Há distinções entre diversidades sociais e biológicas em interação segundo dominâncias e adequações diversas? Nas interpenetrações dos espaços naturais-transformados e espaços sociais, há padrões vários possíveis de combinação de diversidade social e biológica? Volta-se então às questões levantadas no item anterior.

O que parece certo é que não podemos mais trabalhar com as velhas dicotomias reificadas pelo modernismo hegemônico dos tempos recém-passados. Ao contrário, se a questão ambiental recoloca a questão central da relação cidade-campo, mediações, articulações, fusões, e integrações são partes constituintes do novo que pede para nascer a partir das fragmentações, extensões e segmentações que conseguimos hoje identificar. Novas formas de integração entre centros urbanos-metropolitanos e *hinterland* rural-região

parecem desejáveis e mesmo inevitáveis, se nosso objetivo é buscar o aprimoramento das formas de ocupação e produção do espaço social. À urbanização extensiva é necessário corresponder uma *naturalização extensiva,* tanto para enfrentar problemas urbanos e ambientais ao nível micro, da vida quotidiana, quanto para enfrentar questões globais da crise ambiental e societal.

Uma economia de crescente exclusão, com seus comandos de poder centrados nos grandes centros metropolitanos e extraindo excedentes de um espaço subordinado submetido à lógica da produção industrial, pode se voltar contra o feiticeiro, resultando em um cenário virtual antiutópico como aquele pintado por Ridley Scott no filme *Blade Runner* (versão comercial inicial). Ali, o poder abandona a cidade, a metrópole, a área urbana, para se situar no refúgio da natureza, ou mesmo, para além da natureza terrestre, fora do planeta Terra. Apenas os despossuídos permanecem na Los Angeles hiper-degradada de 100 milhões de habitantes...

Esse quadro virtual assustador, agravado entre nós por uma situação de exclusão histórica tão assustadora quanto essa própria virtualidade, acentua talvez o ponto positivo da crise, qual seja, nossa oportunidade diante do risco, fortalecendo as possibilidades — maiores talvez até que de vários outros países e povos — de recriar as relações cidade-campo, espaço construído-espaço natural. A urbanização extensiva que vimos observando, se por um lado constitui uma ameaça concreta que poderia levar à perda do pouco de cidadania que conseguimos construir — é a linha que Bookchin (1987) desenvolve, associando a crescente urbanização ao declínio da cidadania —, de outro abre potencialidades de novos arranjos territoriais — ambientais e sociais — que resgatem outras mediações e articulações possíveis que a expansão da modernidade cristalizada na hegemonia do industrialismo fordista tem destruído. Nesse sentido, a integração metrópole-tecido urbano estendido, a re-invenção das relações urbano-rurais e as novas combinações espaço construído-espaço natural aparecem como de importância central.

Finalmente, parece claro que a metropolização brasileira não pode mais ser pensada em si mesma, mas deve ser pensada sim em suas contrapartidas de periferias próximas e distantes. A importância da questão ambiental metropolitana no centro da dinâmica urbano-industrial contemporânea e da questão ambiental em seu sentido global recolocam necessariamente a discussão para além das cidades, atingindo o conjunto dos espaços urbanizados — inclusive protourbanos — e trazendo assim a necessidade de se repensar também a questão rural. Os espaços monolíticos e hegemônicos construídos pelo industrialismo fordista têm que se abrir para a pluralidade e diversidade

que podem ser propiciadas pelo resgate das mediações e articulações dos muitos subespaços que resistiram à modernização frustrada e incompleta. Talvez por aí passem as possibilidades de reinvenções dos ambientes sócio-políticos contemporâneos, tendo por suposto a (re)criação das muitas formas espaciais que tem assumido a urbanização extensiva.

É no bojo dessa expansão do tecido urbano-industrial que vêm sendo forjadas outras formas de cidadania, aquelas que surgem dos novos papéis que a sociedade civil vem chamando a si diante de um falido Estado do Bem-Estar. Essas cidadanias — que incluem desde garimpeiros, seringueiros e povos indígenas até associações profissionais e de moradores metropolitanos — parecem estar se construindo sobre os escombros da cidade industrial — a sede do poder do Estado Moderno. Seu fortalecimento e expansão no espaço nacional são fruto da extensão da *pólis* sobre a *hinterland* rural e sobre as regiões, aqui tomadas como espaços virtuais possíveis de modernidades diferenciadas e múltiplas sócio-bio-diversidades. Nesse contexto, uma das tarefas que se apresenta é explorar as possibilidades de criação e fortalecimento de uma ampla economia popular *urbana*, nos moldes propostos por Coraggio (1991), como uma necessária contrapartida de resistência a uma economia mundial centrada na exclusão de espaços e populações, e, conseqüentemente, destruidora do ambiente natural e social por ela excluído. Apenas com outras (novas e velhas) bases econômicas, voltadas para a garantia da reprodução coletiva, as cidadanias que parecem querer nascer, incorporando a consciência ambiental e ecológica, poderão crescer e frutificar, contribuindo para novos arranjos sócio-espaciais e ambientais nos centros e periferias diversos.

Notas

[1] Para Wallerstein (1974, 1976) a *semiperiferia* é formada por países que ocupam uma "terceira posição estrutural" na divisão internacional do trabalho, com uma estrutura econômica interna onde o produto industrial supera 20% do PIB. A OECD chama NICs (newly industrializing countries) àqueles países cuja produção manufatureira representa pelo menos 25% do seu PIB e 50% das suas exportações (Lipietz, 1987). Aqui, *periferia industrial* refere-se aos países que, como o Brasil, participam cada vez mais intensamente, como produtores, do mercado mundial de produtos industrializados.

[2] Entretanto, considere-se que de fato os padrões urbano-industriais referenciais do Sul da Califórnia e os da Amazônia apresentam distinções consideráveis em forma e conteúdo. Assim, processos incompletos diversos podem representar formas espaciais bastante distintas, apesar das inúmeras identidades formais encontradas.

[3] Há um debate sobre limites e diferenças implícitos nos termos ecologia e meio ambiente. Este não é o espaço para tal discussão, mas cabe apenas afirmar que, aqui, a noção de meio ambiente tem abrangência comparável à noção de espaço social, incluindo necessariamente a sociedade, a economia, a política e a própria ecologia entre os aspectos que o

conformam. De outra parte, a ecologia, tomada para além dos limites disciplinares, transcende os limites histórico-geográficos imediatos, podendo corresponder-lhe então espacialidades e condições ambientais múltiplas (assim como acontece com a economia, a política etc.).

[4] Coraggio (1991: 335) define por *economia popular* "...en una primera aproximación, el conjunto de recursos, prácticas y relaciones económicas propias de los agentes económicos populares de una sociedad", i.e., aqueles agentes que compõem "...unidades de reproducción [que] dependen de su propio fondo de trabajo (las capacidades conjuntas de trabajo de sus miembros)..." (Idem: 336)

[5] A referência aos espaços "natural, transformado e social" é tomada de Ibarra et al., 1984.

Bibliografia

BOOKCHIN, M. (1987). *The rise of urbanization and the decline of citizenship.* San Francisco: Sierra Club Books. 1987.

CARRIÓN, F. *Ecología urbana en Quito durante la década de los setenta.* In IBARRA, V. et al. *La ciudad y el medio ambiente en América Latina.* Mexico: El Colegio de México. 1986.

CORAGGIO, J. L. *Ciudades sin rumbo: Investigación urbana y proyecto popular.* Quito: Ciudad-SIAP. 1991.

DAVIS, M. *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles.* London: Verso. 1990.

IBARRA, V. et. al. *La ciudad y el medio ambiente. Demografía y economía.* XVIII (1): 110-43. México. 1984.

LEFÈBVRE, H. (1976). *The survival of capitalism: reproduction of the relations of production.* London: Allison & Busby. 1976.

———. *La production de l'espace.* Paris: Anthropos. 1974.

———. *La Revolución Urbana.* Madrid: Alianza. 1972.

LIPIETZ, A. *Mirages and miracles: the crises of global fordism.* London: Verso. 1987.

MANDEL, E. *Late Capitalism.* London: Verso. 1987.

MONTE-MÓR, R. *Extended urbanization in the industrializing periphery: notes on Brazil.* Trabalho apresentado no Encontro Anual da Associação dos Geógrafos Americanos/AAG. Baltimore, Maryland, EUA. 1989.

———. *Urbanización, colonización y la producción del espacio regional en la Región Amazónica de Brasil.* Trabalho apresentado no XVI Congreso Interamericano de Planificación. Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP). San Juan, Puerto Rico. 1988.

OLIVEIRA, F. Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. A. *Contradições urbanas e movimentos sociais.* Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1978.

PERROUX, F. *A economia do século XX.* Porto: Herder.

ROBERTS, B. (1978). 1967. *Cities of peasants — the political economy of urbanization in the third world.* London: Edward Arnold. 1978.

SANTOS, M. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, L. & PRETECEILLE, E. *Reestruturação urbana: tendências e desafios.* Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ. 1990.

SCOTT, A. (1988). *Metropolis: from the division of labor to urban form.* Berkeley: University of California Press. 1988.

SOJA, E. (1989). *Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory.* London: Verso. 1989.

SOJA, E. et al. (1985). *Los Angeles: through the kaleidoscope of urban restructuring.* Los Angeles: UCLA/GSAUP. 1985.

WALLERSTEIN, I. Semi-peripheral Countries and the Contemporary World Crisis. *Theory and Society,* 3(4): 461-484. 1976.

———. Dependence in an interdependent world: the limited possibilities of transformation within the capitalist world-economy. *African Studies Review,* 17(1): 1-26. 1974.

A lógica da periferização em áreas metropolitanas

ALDO PAVIANI

Introdução

Na atualidade, a dinâmica urbana faz refletir sobre a necessidade de entendimento das transformações havidas, sobretudo no âmbito da gestão do território e de ter resposta para as questões: que novos desafios estão surgindo para as metrópoles? quais as alianças emergentes entre os gestores urbanos para viabilizar determinados projetos? que avanços ocorreram no período de transição do autoritarismo vigente nos anos 60 e 70 para o da assim denominada "abertura democrática", nos anos 80? em que medida a legislação emergente com a Constituição de 1988 possibilitou o desmonte da "federalização das problemáticas urbanas" e do centralismo das instituições e instrumentos ligados às questões urbanas? na retomada do planejamento urbano em outras estariam resolvidas as questões filosóficas da teoria e da filosofia do planejamento a que se refere Camhis (1979), ao tratar do incrementalismo *x* planejamento racional compreensivo?

As atuais problemáticas são facilmente identificáveis, sobretudo nas metrópoles, onde novos contingentes populacionais pressionam por melhores condições sócio-espaciais e econômicas. Nas grandes cidades, as periferias são a materialização de mecanismos de exclusão/segregação, tais como: habitações insuficientes e de má qualidade, inexistência de infra-estruturas básicas, baixa possibilidade de acesso rápido e confortável aos lugares de trabalho, malha viária e equipamento de transporte coletivo deficientes etc.

Acresça-se a estes problemas a disseminação de práticas administrativas acentuadamente incrementalistas, pontualizadas, assistencialistas e paternalistas, que fragmentam a atuação governamental. Por outro lado, o incrementalismo dá aparência de operância e dinamismo aos gestores urbanos. Ao

lado disto, a "crise do Estado", sobretudo a "crise fiscal", dilapida as condições orçamentárias para a efetivação de medidas sob o formato das políticas compreensivas, totalizadoras das atividades governamentais no meio urbano. De acordo com Cintra, "o planejamento integrado ou compreensivo compartilha da natureza dos 'bens públicos'. A previsão das conseqüências das ações, evitando as atividades duplicadas, a internalização de 'externalidades', a coordenação de esforços e a referência ao 'todo' são situações possivelmente vistas como desejáveis pelos vários agentes. Contudo, mesmo que haja consenso sobre essa desejabilidade, não é o bastante para que o planejamento seja adotado com êxito" (Cintra, 1982, 25).

A falta de acesso por parte dos despossuídos aos equipamentos e infra-estruturas nas áreas metropolitanas está intimamente ligada às estruturas que criam, mantêm e perpetuam a segregação urbana e, por esta via, às diversas formas de periferização.

A exclusão de contingentes de urbanitas se dá dentro de uma lógica dos diversos agentes e se processa ao longo de anos e mesmo de décadas. Por este motivo, a captura de "momentos" deste processo é essencial para se compreender o *continuum* têmporo-espacial em que a periferização urbana ocorre. Convém acentuar, como referido, que a periferização se efetiva social e geograficamente em diferentes pontos de uma dada área metropolitana. Em muitas grandes cidades, os contingentes de empobrecidos ocupam espaços intercalares do tecido urbano, o que faz entender que nem sempre a periferia localiza-se nos anéis mais externos de uma metrópole. Processos recentes têm apresentado periferias "nobres", no linguajar dos empreendedores imobiliários, isto é, "condomínios fechados", "villages" ou "cidades jardins", ocupados pela classe média ou mesmo pela classe mais abastada, com capacidade de pagar pela "qualidade ambiental" em pontos distanciados do "core" metropolitano.

Desta forma, apesar de há três ou quatro décadas a periferia se confundir com área de favelas, notam-se mutações no uso da terra, fruto da junção de esforços entre os proprietários de terras e organismos governamentais que atuam no sentido de tornar atrativos territórios que em outros tempos seriam invadidos pelos "sem teto".

Neste trabalho, deseja-se analisar alguns dos mecanismos que, de um lado, produzem periferias em pleno centro da metrópole e, de outro, subvertem a idéia de que as fímbrias externas são destinadas apenas aos pobres ou no jargão governamental "população de baixa renda".

Independentemente do "lugar" geográfico em que os periferizados se encontrem, o essencial é enfrentar o desafio de desmontar as estruturas que mantêm a pobreza.

Teorização necessária

Para se estudar uma forma concreta de gestão de território em área metropolitana e os impactos das ações governamentais, torna-se imperioso relacioná-los ao processo mais abrangente de urbanização, isto é, a "nova urbanização", que, de acordo com Milton Santos, é capaz de apresentar a "metrópole onipresente" e, com ela, "desorganizar e reorganizar, ao seu talante e em seu proveito, as atividades periféricas e impondo novas questões para o processo de desenvolvimento regional" (Santos, 1992, 21).

Dos três aspectos mais significativos do conceito de urbanização (considerando a metropolização como uma das formas assumidas pela urbanização), dois têm vínculo estreito com os propósitos deste trabalho: 1) o "crescimento físico-estrutural da cidade" e 2) as "transformações ou mudanças sociais e econômicas (espaciais e a-espaciais), impulsionadas por modernizações tecnológicas (e científicas) nos setores industrial, comercial e de serviços" (Paviani, 1991). 3) O terceiro aspecto (não abordado neste trabalho) refere-se à urbanização quando se traduz na organização regional, comandada por uma cidade importante, metrópole ou não, estabelecendo uma dada rede de cidades.

As transformações sócio-espaciais, imersas e impulsionadas por modernizações técnico-científicas, afetam as formas pelas quais as cidades se abrem aos fixos (e aos fluxos decorrentes) necessários, de um lado à expansão do capital e, de outro, ao atendimento das demandas populacionais crescentes. A urbanização assim assumida, ao longo do "período técnico-científico", é impulsionada pelo "desenvolvimento da ciência e das técnicas, isto é, das tecnologias, com possibilidade de aplicar a ciência ao processo produtivo" (Santos, 1985, 37). Ainda de acordo com Milton Santos, "é neste período, também, que toda a natureza se torna passível de utilização direta ou indireta, ativa ou passiva, econômica ou apenas política. Este período também se caracteriza pela expansão e predominância do trabalho intelectual e de uma circulação do capital à escala mundial, que atribui à circulação (movimentação das coisas, valores, idéias) um papel fundamental. Estes dois dados, em conjunto, permitem a aceleração da acumulação, da qual são um fruto e já agora em escala mundial. Há uma concentração maior da economia, com a presença de firmas de grande dimensão, levando a produção a depender cada vez mais de capitais fixos de grande dimensões e, também, a uma dependência agravada do trabalho em relação ao capital, ao mesmo tempo em que a Ciência, isto é, o conhecimento, se torna uma força produtiva direta" (Santos, 1985, 38).

Por isso, a urbanização é afetada diretamente pelos mecanismos desenvolvidos em escala planetária. As mudanças e transformações aceleradas pelo período técnico-científico se estendem e impactam diferentemente o meio urbano, de conformidade com sua dimensão e, sobretudo, com os formatos que assumem as gestões dos respectivos territórios.

A gestão do território, como explicitam Davidovich e Becker, "não se confunde simplesmente com o gerenciamento ou com administração, ainda que estes sejam suportes imprescindíveis para sua prática. Tende-se, assim, a interpretar como um saber específico, o da governação ou da governabilidade" (Davidovich, 1991, 7). Becker, agrega que "a gestão do território corresponde à prática das relações de poder necessária para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações (Becker, 1991, 178). Como se deduz, período técnico-científico e gestão do território se agregam para o melhor entendimento da lógica da urbanização e seus impactos nas grandes cidades.

Portanto, a dinâmica da urbanização deve ser entendida em suas relações no interior do período técnico-científico, de um lado, e quanto à imersão dos gestores urbanos em formatos não apenas políticos para projetar suas estratégias. Como se acentuou, a atuação governamental adapta-se às exigências do período técnico-científico, utiliza e fundamenta suas ações no aparato jurídico (ou molda-o à sua feição, a exemplo dos Relatórios de Impactos Ambientais) e em todo o leque de instrumentos científicos e tecnológicos para solucionar problemas emergentes ou para antecipar-se a eles (estatuto do usucapião).

No entanto, as ações aparentemente concatenadas no tempo e no espaço acabam por encobrir o formato incrementalista (pontual e fragmentário) próprio das exigências estratégicas e políticas das gestões metropolitanas. Estas, na atualidade, enfrentam conjunturas adversas com orçamentos defasados com relação à pressão das demandas e carcomidos por inflação ascendente, como é o caso do Brasil. Por isso, baixa a possibilidade de adoção de políticas compreensivas, de médio e longo prazos, mantidas ao longo de várias gestões metropolitanas. Orçamentos desgastados não permitem a generalização da oferta, por exemplo, de infra-estrutura, dando-se sua distribuição de forma seletiva, quase sempre privilegiando as classes média e alta e em detrimento das periferias mais pobres.

Facetas da periferização

Retomando abordagens anteriores (Paviani, 1987 e 1991), podemos

detectar atores, suas lógicas e os mecanismos pelos quais materializam as periferias antes referidas: aquelas que se destinam aos destituídos e as que são ocupadas pelas classes privilegiadas.

Examinemos, inicialmente, as periferias dos pobres ou melhor, aqueles espaços gerados por ações periferizadoras e que tradicionamente faziam opor o centro, dotado de toda a gama de amenidades, infra-estruturas e oportunidades de trabalho e a periferia "geográfica", lugar da favela, geralmente em terrenos insalubres, com forte declividade ou mesmo inundáveis. A periferia pobre, hoje, está infiltrada em todo o tecido metropolitano e se qualifica desta forma por intermédio de diferenciadas ações no âmbito:

a) *do trabalho,* quando enormes contingentes populacionais não têm acesso a postos de trabalho bem-remunerados ou têm àquelas atividades esporádicas, ao desabrigo da legislação trabalhista ou, ainda, passam por compressões salariais durante duas ou três décadas. Estes contingentes podem, inclusive, estar geograficamente bem posicionados quanto aos locais de trabalho, mas socialmente não possuem *status* educacional ou técnico para ter acesso a empregos que continuadamente exigem mão-de-obra qualificada. Assim, em algumas metrópoles, os favelados encontram-se próximos ao centro, mas não possuem as qualidades necessárias para ocupar os postos de trabalho nele oferecido, ou quando podem ocupá-los o fazem naqueles estratos de mais baixa qualificação e remuneração. Além disso, são os pobres aqueles habitantes das metrópoles que mais sofrem com as "lacunas de trabalho". "Caracterizaremos a lacuna de trabalho como sendo aquela derivada da não criação de novos postos de trabalho para uma crescente massa dos que querem trabalhar e/ou estão em idade de exercer uma atividade" (Paviani, 1991, 3). A lacuna de trabalho surge, atualmente, como um mecanismo de acumulação pelo qual se suprimem postos de trabalho urbano/rural, com a introdução de equipamentos ou técnicas mão-de-obra excludentes ou capital intensivas. Com isto, não apenas não se abrem novas possibilidades de trabalho como se eliminam as existentes, jogando muitos trabalhadores no assim denominado "mercado informal de trabalho", uma forma de exclusão e periferização que se amplia rapidamente;

b) *da educação,* por uma continuada manutenção de analfabetos ou alfabetizados incompletos. Os pouco ou nada escolarizados não se habilitam a acessos diversos, como já referido, mas igualmente não têm acesso aos meios para a compreensão e captação da realidade à sua volta. Os analfabetos, por vezes nada esclarecidos, não assimilam as informações necessárias a bem de se posicionar ou a tomar as melhores decisões: como bem lembrou Milton Santos, ao analisar o "lugar e valor do indivíduo", estar distante, é se

condenar à pobreza (Santos, 1987, 81). Aqui, vale lembrar, que a distância corresponde ao inacesso sócio-econômico a um bem ou serviço, como o da educação, da informação etc.;

c) *da moradia,* quando há contradições insuperáveis nas diversas políticas habitacionais. Estas deveriam ser conduzidas com padrões éticos, de forma continuada e com o propósito de resolver o problema habitacional de modo eficaz. A moradia, por certo, por sua tradução na paisagem urbana, é o elemento denunciador das diversas formas de segregação sócio-espacial. Os diversos agentes, por decênios, não se empenharam em "desenhar" um perfil habitacional decente e mesmo atraente para o setor das incorporações imobiliárias. Com isto, aqui e ali, implantam-se "conjuntos habitacionais populares", "assentamentos para poupulação de baixa renda", fixam-se favelas, medidas capazes de atrair os menos esclarecidos, os que são incapazes de vislumbrar a ações demagógicas de autoridades, inclusive dos promotores de "mutirões para a casa própria". Fruto de políticas incrementalistas no setor habitacional, as cidades grandes são um aparente caos, quando são extensivamente ocupadas por setores de moradia de baixa qualidade construtiva, muitas vezes erguidos para atender clientela entre uma eleição e outra. As ações dos aparelhos de Estado, aos quais se associam um rol não negligenciável de empreiteiras, não apenas ampliam o espaço urbano ou "urbanizado", como expandem o território da cidade, complicando administrações futuras e condenando populações inteiras a demoradas viagens diárias para o trabalho, para compras e para obter serviços;

d) *da cidadania* pela qual se *conquista o direito à cidade.* Mas nem todos têm igual direito à cidade, simplesmente porque, a rigor, há dois tipos de cidadania e, por esta via, dois tipos de cidadãos. Sob o ponto de vista sócio-espacial e político considera-se que existe a *cidadania conquistada* e sua oposta, a *cidadania dada.* Esta emana dos que "assaltaram o aparelho de Estado", mantendo cativos enormes contingentes populacionais por meio de intermináveis expedientes de favorecimento. Estas massas cativas ainda não conquistaram o direito à cidadania plena: acabam sendo considerados "cidadãos mutilados" (na expressão de Santos, 1987, p. 19). Estes cidadãos não tiveram acesso à alfabetização, à escolaridade e aos instrumentos educacionais. Não sendo esclarecidos e educados, não usufruem das possibilidades de abertura à consciência política e aos direitos elementares que a cidadania plena oferece: são, por isso, presas fáceis dos que lhes concedem "benefícios" e "favorecimentos", em troca do voto. Por isso, as elites mantêm e perpetuam a baixa escolaridade, não destinam recursos para a educação, em todos os níveis de ensino, desestimulando o professorado com salários aviltantes e baixas condições para a atividade educacional.

Por outro lado, o salário mínimo é mantido com sucessivas perdas de poder aquisitivo e ameaças de desemprego no atual período recessivo (segundo remarca Kowarick, em 1979) "a mão-de-obra que ganhava o salário mínimo, precisava trabalhar duas vezes mais do que em 1959 para comprar os mesmos alimentos" (Kowarick, 1979, 199). No início deste ano, a imprensa denunciava que "O rendimento médio real dos empregados com carteira assinada representava, em novembro [de 1992], apenas 63% dos rendimentos obtidos no mesmo mês de 1989 (*Jornal de Brasília,* edição de 4/2/93: "Desemprego é o maior em sete anos").

Intimidada pelo desemprego e pelas "lacunas de trabalho", a classe trabalhadora se curva à "cidadania concedida", quando "programas sociais" a mantêm desaquecida em sua luta pelo direito a salários dignos e outras conquistas. O "esvaziamento de demandas", com assistencialismo e paternalismo, é a cidadania concedida a conta-gotas e tem como instrumentos o "vale transporte", o "*ticket* do leite", e recentemente o "vale-gás". A cada demanda popular ou a cada protesto, medidas paliativas esvaziam os movimentos e auferem ao cidadão o epíteto de "cidadão incompleto" ou "meio cidadão".

A este tipo de cidadania, por certo, pode-se opor aquela que é fruto de conquistas ao longo do processo histórico. A cidadania plena foi conquistada no cotidiano, nos entrechoques das forças repressoras, nas greves, nos protestos de rua e na luta constante para o incremento dos direitos civis, muitos inscritos na Carta Magna de 1988. A cidadania completa se contrapõe às forças mantenedoras da lógica da segregação e da periferização. Aliás, em estágios mais avançados de civilização, espera-se que a cidadania não tenha adjetivação alguma.

Isto porque, avançando-se na democratização, não haverá espaço para a *cidadania dada,* pois ela não abre possibilidade de cobrança dos deveres ao "cidadão mutilado" e ainda tolhe sua capacidade de lutar por seu direito a uma vida digna, ficando à mercê de favorecimentos, de benemerências, do clientelismo e do paternalismo de alguns, sobretudo de uma parte da elite dirigente.

As metrópoles periferizam na proporção das respectivas massas populacionais, seja quando se expandem ou quando expulsam populações para cidades próximas. Examinando estes aspectos, Panizzi lembra serem as metrópoles "o *locus* por excelência das relações econômicas e sociais. Isto porque a metropolização acompanha muito de perto o processo de mundialização da economia e da sociedade e todas as transformações tecnológicas do processo produtivo..." (Panizzi, 1990, 51-52). Esta autora chama atenção para o fato de que, nas grandes cidades, "a exclusão e o empobrecimento de

crescentes parcelas da população têm propiciado a consolidação de modalidades novas de organização e de construção do espaço urbano... os "micro-territórios" urbanos. Esses, além de permitirem a construção de um novo espaço público, são a expressão de um tipo de cidadania que, gestado no seio de uma nova e complexa dinâmica social se manifesta numa relação sociedade-Estado inovadora" (Panizzi, 1990, 53). Deve-se, portanto, apostar na capacidade de a própria sociedade buscar alternativas do quadro que se criou em momentos históricos precedentes e que se mantêm desafidores, até a atualidade.

Considerações finais

Não é de todo descabido pensar a respeito da impossibilidade prática de uma *conclusão* a respeito da problemática enfocada. Permanecem em aberto inúmeras questões: como enfrentar e solucionar problemas tão cruciais quanto os apontados? não estará a Sociedade ainda perplexa com acontecimentos recentes do processo político (o afastamento do presidente da República e as indecisões e indefinições da administração federal) e, por isso, não está tendo visibilidade para um horizonte alentador? em que sentido, igualmente, a intelectualidade não se apresenta mais intensamente com propostas ou se mantém abúlica politicamente (mesmo quando há ameaças de rompimento dos fluxos fianceiros para operar as Universidades ou para o fomento e apoio à pesquisa)? que possibilidades haveria para uma retomada de propostas para o planejamento regional e urbano, sob novos formatos e participação?

À guisa de comentário conclusivo, é pertinente fazer como próprias as palavras de Rattner quando escreve: "O desafio de uma transformação rápida e dinâmica no ambiente político e social, requer, também, dos atores sociais e principalmente de seus líderes, a capacidade para perceber e analisar e interpretar as complexas interações existentes na sociedade, suas contradições e conflitos e, mais ainda, antecipar e compreender a dinâmica das mudanças sociais, motivando as pessoas a lutarem pelos direitos, deveres e responsabilidades da cidadania" (Rattner, 1992, 66).

Além das conquistas no âmbito da cidadania, a Sociedade deverá exigir a elevação dos padrões éticos das formulações governamentais na procura de eqüidade e justiça social em todas as esferas das relações sociais. Nisto, cabe um papel aos intelectuais conscientes.

Referências bibliográficas

BECKER, B. K. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI — Uma representação a partir do Brasil. *R. Bras. Geogr.*, Rio de Janeiro, *53*(3): 169-182. 1991.

CAHMIS, M. *Planning theory and philosophy.* Londres, Tavistock Publications. 1979.

CINTRA, A. O. A política do planejamento urbano compreensivo: notas sobre o caso da região metropolitana de Belo Horizonte. In: Eli Diniz (org.). *Políticas públicas para áreas urbanas — dilemas e alternativas.* Rio de Janeiro, Zahar Eds. 1982.

DAVIDOVICH, F. Gestão do território, um tema em questão. *R. Bras. Geogr.*, Rio de Janeiro, 53(3): 7-31. 1991.

KOWARICK, L. (1979). *A espoliação urbana.* Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1979.

JORNAL DE BRASÍLIA *Desemprego é o maior em sete anos.* 4/2/93.

PANIZZI, W. Na urbanização brasileira, ainda o predomíno da metrópole. In: RIBEIRO & PINHEIRO MACHADO (orgs.). *Metrópolização e rede urbana. Perspectivas dos anos 90.* Coletânea de textos. Edição IPPUR/UFRJ. 1990.

PAVIANI, A. Periferização urbana. In: Aldo Paviani (org.) *Urbanização e metropolização. A gestão dos conflitos em Brasília.* Brasília, Ed. Universidade de Brasília. 1987.

PAVIANI, A. *Metropolização: periferização com lacunas de trabalho.* III Encontro de Geógrafos da América Latina. Toluca, México, março de 1991.

RATTNER, H. Tecnologia e desenvolvimento sustentável. *Universidade e Sociedade.* São Paulo, 2(4): 56-66), dez.1992.

SANTOS, M. *Espaço e método.* São Paulo, NOBEL. 1985.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão.* São Paulo, NOBEL. 1987.

SANTOS, M. Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil. *Cadernos do IPPUR,* Rio de Janeiro, *VI*(1):9-22, dez. 1992.

A natureza do espaço fragmentado

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS

Lembrar-me de ti! Sim, pobre espectro, enquanto a memória tiver assento neste mundo enlouquecido.

Shakespeare

A metrópole aparece hoje como manifestação espacial concreta de um fenômeno que está posto de forma clara no mundo moderno, qual seja, o espaço se reproduz a partir do processo de constituição da sociedade urbana apoiado no aprofundamento da divisão espacial do trabalho, na ampliação do mercado mundial, na eliminação das fronteiras entre os Estados, e na generalização do mundo mercadoria. Este processo produz profundas mudanças espaciais, criando uma nova identidade que escapa ao nacional, apontando para o mundial como tendência. Isto é, o processo não diz mais respeito a um lugar ou a uma nação somente, estas explodem em realidades supranacionais, apoiados nos grandes desenvolvimentos científicos, basicamente o desenvolvimento e transmissão da informação.

Generalizam-se pelo espaço planetário os fluxos de informação e mercadorias, pois se o capitalismo, num primeiro momento, contornou as fronteiras nacionais para se reproduzir, hoje destruiu-as totalmente unificando mercado, constituindo-o em mundial e hierarquizando espaços que vão do centro à periferia assentadas em sólidas mas camufladas relações de dominação-subordinação. Nessa perspectiva o urbano não designa mais a cidade nem a vida na cidade, mas passa a designar a sociedade que constitui uma realidade que engloba e transcende a cidade enquanto lugar, pois tudo que existe entra em contato com o mundo todo, ligando pontos isolados do planeta. A união destes pontos dá-se através de nós de articulação que determinam as funções da metrópole, sede da gestão e da organização das estratégias que articulam espaços.

A metropolização, hoje, diz respeito à hierarquização do espaço a partir da dominação de centros que exerce sua função administrativa, jurídica,

fiscal, policial e de gestão. A metrópole guarda uma centralidade em relação ao resto do território, dominando-o e articulando áreas imensas. "Todos os lugares são mundiais", escreve Milton Santos; "o que torna um lugar mundial são os componentes que fazem de uma determinada parcela do território o *locus* da produção e troca de alto nível, conseqüência da hierarquização que regulariza a ação em outros lugares"[1].

A metrópole é vista como um símbolo do mundo moderno, um centro onde a vida flui com incrível rapidez, o que impõe um ritmo alucinante e a banalização de tudo como produto direto do processo de homogeneização. A fluidez do tempo aparece como algo não natural, no dizer de Virilio, "o tempo consciente se recolhe automaticamente, formando um tempo contínuo e sem cortes aparentes"[2]. O ritmo da metrópole é aquele da velocidade contínua, de uma anamorfose que faz da fugacidade um espetáculo de imagens sem sentido.

O caráter da globalidade dá um novo sentido à produção *lato sensu*. Um novo espaço tende a se criar na escala mundial. O aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho busca uma nova racionalidade, uma lógica subjacente pelo emprego do saber e da técnica, da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço através do controle, da vigilância, apoiado na mídia que reproduz uma realidade vivida e imposta através da utopia e da tecnologia que tende a programar e a simular o futuro.

A urbanização coloca, hoje, problemas atuais, produz-se em função das exigências em matéria de comunicação, de deslocamentos os mais variados e complexos criando uma hierarquia de lugares. Os problemas atuais postos pela urbanização ocorrem no âmbito do processo de reprodução da sociedade. Por isso mesmo a *globalização* também produz modelos éticos estéticos, gostos, valores, moda, constituindo-se como elemento fundamental da reprodução das relações sociais, um cotidiano, ainda em formação, onde todas as relações sociais passam a ser mediadas pela mercadoria. Por isso mesmo o processo de mundialização da sociedade urbana não elimina, mas aprofunda o processo de fragmentação contido no espaço, na ciência, na cultura, na vida do homem.

A *globalização* e a *fragmentação* dão-se no plano do indivíduo, tanto quanto no espaço. Na sociedade essa fragmentação dá-se através da dissolução de relações sociais que ligavam os homens entre si, na vida familiar e social bem como na sua relação com novos objetos, dentre eles a TV, que banaliza tudo, da religião à política, através de seu poder hipnótico extraordinário que consegue transformar a guerra num aparato cênico (como aquele que vimos na "Guerra do Golfo"). A segmentação da atividade do homem massacrado pelo processo de homogeneização, onde as pessoas "pasteurizadas tornam-se idênticas", presas ao universo do cotidiano, submissas ao consumo e à troca, capturadas pela mídia, encontram-se diante do efêmero e do repetitivo como condição da reprodução.

No caso do espaço, este aparece como produto de uma atividade dividida, onde a fragmentação ocorre enquanto produto do conflito entre o processo de produção socializado e sua apropriação privada. Esta fragmentação que se aprofunda divide o espaço em parcelas cada vez menores, que são compradas e vendidas no mercado, como produtos de atividades cada vez mais parceladas.

Mundializado, o espaço fragmenta-se por meio de formas de apropriação para o trabalho, para o lazer, para o morar, para o consumo etc. Deste modo, o espaço fragmenta-se em espaços separados, parcelas fixas, como conseqüência de uma atividade parcelada fundada no trabalho abstrato. O espaço aparece como mercadoria, apesar de suas especificidades, produzido e vendido enquanto solo urbano, cujo conteúdo escapa aos indivíduos, posto que submissos à troca e à especulação — uma troca que se autonomiza em relação ao uso num processo de produção assentado na propriedade privada da terra que gera a apropriação diferenciada do espaço por extratos diferenciados da sociedade. Com isto transforma-se, constantemente, o lugar e produz-se o estranhamento do lugar com a perda das referências.

Essa fragmentação produz um constante movimento de atração-expulsão da população do centro para a periferia e vice-versa. Produz também uma multiplicidade de centros que tende a dissipar a consciência urbana na medida em que o habitar hoje a metrópole tem um sentido diverso, mudando hábitos e comportamentos, bem como formas de apropriação do espaço público, além da dissolução de antigos modos de vida e relações entre as pessoas. Bairros inteiros foram descaracterizados ou mesmo destruídos pelas necessidades de expansão desenfreada proveniente da acumulação de capital que reproduz o espaço metropolitano mudando referenciais e comportamentos. Os aparelhos de TV, por exemplo, substituíram as cadeiras nas calçadas de antigos bairros de São Paulo, assim como os *video-games* substituem as brincadeiras infantis, colocando cada criança sentada numa mesa diante de uma tela. As mercadorias substituíram as relações diretas entre as pessoas; até as relações de troca modificaram-se formalmente, distanciando os agentes da relação, as antigas vendas e mercearias, por exemplo, foram substituídas pelos supermercados e as lojas de armarinho desapareceram.

Como conseqüência o estranhamento do indivíduo diante do produto, a normatização das relações sociais, desencantamento do mundo, rarefação dos lugares destinados às festas. A vida urbana impõe conflitos e confrontos e o processo de fragmentação aparece como justaposição de atividades

parcelares cujo conjunto escapa ao indivíduo. Em decorrência, a produção de um cotidiano onde a vida aparece atomizada, ao mesmo tempo que superorganizada. Campo da auto-regulação voluntária e planificada, o cotidiano aparece enquanto construção da sociedade, que se organiza segundo uma ordem fortemente burocratizada; preenchido por repressões e coações.

Assim, a produção do espaço deve ser entendida sob uma dupla perspectiva, ao mesmo tempo que se processa um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade urbana produzindo, como decorrência, um processo de homegeneização do espaço, produz-se e acentua-se o processo de fragmentação tanto do espaço quanto do indivíduo.

A cidade produzida liga-se à forma de propriedade que reproduz a hierarquia espacial enquanto conseqüência da hierarquia social passível de ser percebida na paisagem urbana através da segregação espacial cuja dinâmica conduz, de um lado, à redistribuição do uso das áreas já ocupadas levando a um deslocamento de atividades e dos habitantes e, de outro, a incorporação de novas áreas que criam novas formas de valorização do espaço urbano.

Em Henri Lefèbvre, o conceito de urbano hoje, permite pensar a idéia do processo de implosão-explosão da cidade, pois de um lado a centralidade se acentua, isto é, o centro ainda representa o *locus* da administração, da decisão, da organização política da informação etc. Mas de outro lado assiste-se a constituição de uma pluralidade de centros (culturais, religiosos, simbólicos do mercado etc.). Ao mesmo tempo se dispõem em torno da metrópole aglomerações secundárias, cidades satélites. As periferias se estendem a perder de vista. A metrópole hoje apresenta-se polinucleada, englobando sempre novas áreas e extensões fragmentadas.

Esse processo de reprodução do espaço urbano nos coloca diante de formas que ganham novos conteúdos: cada vez mais acentua-se a contradição que está na base do processo de produção do espaço, qual seja produção socializada — processo de apropriação privada do solo urbano. O espaço fragmenta-se, divide-se, em inúmeras parcelas compradas e vendidas aos pedaços, pois o acesso ao solo urbano dá-se através da mediação do mercado. Convém lembrar que a propriedade monopoliza a distribuição como domina a produção o que implica na produção espacial hierarquizada e fragmentada que se generaliza pelo espaço mundial.

Todavia, o processo urbano apesar de mundial (ou porque é mundial) produz-se de modo desigual o que vale dizer que especificidades referentes a tempos e lugares diferentes são fundamentais para seu entendimento. Fato esse apontado por Milton Santos[3] a partir da análise da metrópole paulista, que só pode ser entendida no contexto de um país subdesenvolvido industrializado, "numa situação de uma modernidade incompleta, onde se justapõem traços de opulência, devidos à pujança da vida econômica e suas expressões materiais, e sinais de desfalecimento graças ao atraso das estruturas sociais e políticas".

Constata-se na Grande São Paulo um sério descompasso entre crescimento econômico, crescimento urbano, entre provimento de moradias e infra-estrutura básica (bens de consumo coletivo) que estão na base do surgimento de muitos movimentos sociais urbanos que põem em xeque o modo como se dá o parcelamento do solo urbano a partir do direito que a sociedade confere à propriedade privada. Como conseqüência temos um processo de produção espacial onde a reprodução da vida nem sempre apresenta as condições mínimas de subsistência, isto porque há ou inexistência ou deficiência de rede de água, esgoto, asfalto, escolas, hospitais ou mesmo iluminação e transportes. As favelas e os cortiços, por exemplo, com áreas ínfimas, onde se acotovelam famílias numerosas numa promiscuidade que lembra-nos as descrições de Engels sobre a situação de moradia dos operários na Londres do século XIX.

Assiste-se o aprofundamento da segregação espacial na maior metrópole da América do Sul, onde, em 1990, uma parcela significativa dos habitantes morava em cortiços ou favelas (o percentual passa de 11% em 1970 para 36% em 1980), sem ignorar aqueles que perambulam pelas ruas centrais da cidade e que só têm como alternativa de moradia os vãos livres de pontes, viadutos e marquises de prédios. Nesse sentido o mundial que impõe o homogêneo nos coloca diante de contradições específicas de realidades históricas e locais específicas. O processo de produção da sociedade se, de um lado, cria um espaço homogêneo, de outro, produz sua fragmentação que se concretiza de modo diferenciado.

Essa situação, decorrência da contradição entre a produção socializada do espaço e sua apropriação privada, é a forma mais acabada daquilo que Lefèbvre chamou da vitória do valor de uso sobre o valor de troca e que a meu ver esclarece a natureza do processo de fragmentação do espaço. Essa vitória expressa-se também através das formas de dominação que se estabelecem em todos os níveis da vida do homem englobando o conjunto das relações sociais que se processam no nível do cotidiano onde a supremacia do valor de troca se impõe sobre o valor de uso por meio das "reduções correspondentes do ser humano à passividade e a vida social e política ao espetáculo e a *mise en scène* do consumo, dito de outro modo o triunfo espetacular da mercadoria"[4].

O processo de esfacelamento do indivíduo e da fragmentação da família decorrente da rapidez do processo de transformação da cidade aparece de

forma inequívoca na cena final do filme *Avalon*. "Há alguns anos fui ver a casa em Avalon. Não estava mais lá. Não é só a casa, mas toda a vizinhança. Fui ver o salão aonde eu e meus irmãos costumávamos tocar, também não existia mais. Não só ele mas o mercado onde fazíamos nossas compras também. Tudo desapareceu. Fui ver o lugar onde Eva morava. Não existe mais. Nem a rua existe mais, nem mesmo a rua. Então fui ver o clube noturno do qual fui dono e, graças a Deus estava lá. Por um minuto achei que eu nunca tivesse existido."[5]

Esse trecho aponta a existência prática da abstração que ocorre num momento histórico real e concreto. A separação entre homem e natureza, animalidade e humanidade, marca a existência social da abstração que se concretiza na separação entre uso e valor de uso; valor de uso-valor de troca. Nesse processo assiste-se a prevalência da troca sobre o uso, com isso o uso distancia-se do valor de uso e da troca cujo conflito atinge seu ápice quando o espaço torna-se objeto que se compra e vende e reproduz-se enquanto tal.

Deste modo, a crescente urbanização do planeta propicia a volatilização das relações sociais, através da ampliação do domínio do mundo da mercadoria que invade a vida das pessoas onde tudo é comprado e vendido, posto que o ato de troca é um ato do cotidiano que traz como conseqüência uma relação entre sujeitos baseada na cadeia de equivalência de não-equivalentes. Os cidadãos perdem sua identidade concreta diante da identidade abstrata do trabalho e surge a idéia de que para viver a modernidade é necessária uma constituição de Homero.

A concepção de herói moderno, descrito por Rouanet, a propósito do tema em Benjamin[6], refere-se ao fato de que no mundo moderno todas as energias psíquicas têm que concentrar-se na consciência imediata, para interceptar os choques da vida cotidiana, o que envolve um empobrecimento de outras instâncias como a memória e, com isso, o herói moderno perde todo o contato com a tradição, transformando-se numa vítima da amnésia.

O que deve ser mantido perde-se para sempre, o moderno impõe o efêmero. Mas se pensarmos que a memória é uma atividade (aquela da apropriação da natureza pela espécie humana) o que Rouanet chamou de amnésia pode ser entendido como "ausência de memória", não como perda total, como produto do poder da abstração, onde o cidadão aparece preso ao universo da necessidade, num cotidiano repetitivo, submetido à banalização do sentido do humano. Não é à toa que a modernidade põe fim a *flanerie*, pois as transformações no processo de reprodução colocam-nos diante de uma nova noção de tempo, imposto pela ciência e pela técnica. O ritmo acelera-se, explode para criar infinita e ininterruptamente novas formas. As metrópoles se transformam em imagens aguçando o sentido da visão em detrimento

daquele da audição. "O que aqui fala é a mercadoria (...) um dos efeitos sociais mais notórios das drogas consiste no encantamento que os viciados, sob o efeito da droga, descobrem no cotidiano. O mesmo efeito a mercadoria extrai, por sua vez, da multidão que a embriaga e inebria."[7]

Chamamos aqui "ausência de memória" o processo que diz respeito ao sentido da não-identificação em relação ao lugar (mas que guarda latente o seu oposto) como conseqüência do processo de reprodução espacial que tende a eliminar/destruir o que existe e que causa o estranhamento do ser humano, produzindo dentro do homem um deserto que nas palavras de Saramago significa "tudo o quanto esteja ausente dos homens ainda que não devemos esquecer que não é raro encontrar desertos e securas mortais em meio de multidões"[8].

Todavia a memória tem outro sentido, ela é também a possibilidade do resgate do lugar, revelando-o e dando uma outra dimensão para o tempo. Ainda nas palavras de Saramago "foi ontem, e é o mesmo que dizermos foi há mil anos, o tempo não é uma corda que se possa medir nó a nó, o tempo é uma superfície oblíqua e ondulante que só a memória é capaz de fazer mover e aproximar"[9].

Notas

[1] A aceleração contemporânea: tempo mundo, espaço mundo. Conferência de abertura do simpósio "O novo mapa do mundo".
[2] Paul Virilio. *Esthétique de la dispersion.*
[3] A metrópole corporativa fragmentada.
[4] *De L'Etat,* vol. IV, p. 29.
[5] Filme escrito e dirigido por Barry Levinson, 1992.
[6] Sérgio Paulo Rouanet. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nelas? Simpósio "Sete Perguntas a Walter Benjamin". Instituto Goethe. 1990.
[7] Walter Benjamin. *A Paris do segundo Império de Baudelaire,* p. 83.
[8] José Saramago. *O evangelho segundo Jesus Cristo,* p. 78.
[9] Idem, p. 168.

Bibliografia

BENJAMIN, W. A Paris do segundo Império em Baudelaire. In: *Walter Benjamin,* org. Flávio Kothe. Ed. Ática. São Paulo. 1985.
LEFÈBVRE, H. *Le temps des méprises.* Ed. Stock. Paris. 1875.
LEFÈBVRE, H. *De L'Etat,* vol. IV. Ed. 10/18. Paris. 1978.
SANTOS, M. *Metrópole corporativa fragmentada — o caso de São Paulo.* Ed. Nobel. São Paulo. 1990.
VIRILIO, P. *Esthétique de la dispersion.* Ed. Balland. Paris. 1980.

Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada

SANDRA LENCIONI

Introdução

O crescimento da aglomeração metropolitana paulista abrangendo um raio de cerca de 150 km a partir da capital, e indo além dessa distância se estendendo ao longo dos principais eixos rodoviários, conforma uma paisagem metropolitana que se apresenta fragmentada, embora constitua uma unidade.

Essa aparência de fragmentos tem levado a interpretações equivocadas baseadas na idéia de aglomeração metropolitana *apenas* da perspectiva da concentração. Se a concentração das atividades econômicas, sobretudo a concentração industrial, é que estruturou o aglomerado metropolitano, hoje é a dispersão industrial o elemento fundamental na reestruturação da metrópole de São Paulo.

Tomamos como referência a dispersão espacial da indústria para o interior paulista procurando demonstrar que esta relocalização industrial expressa a expansão do aglomerado metropolitano, que redefine a primazia da capital, não como a Capital do capital, no sentido da produção, mas como a Capital da Gestão.

O fato novo: a dispersão da indústria no Estado de São Paulo

Partilhamos da idéia de que a problemática do espaço se impõe diante das transformações modernas, que pela sua instantaneidade e universalidade, como assinala Milton Santos, desmantelam o espaço anterior e constituem

um fator de dispersão que se opõe aos antigos mecanismos de concentração[1].

Historicamente foi a concentração das atividades econômicas, sobretudo a industrial, que estruturou a região metropolitana de São Paulo, tornando-a o pólo econômico do País. Mas, embora sejam ainda relevantes os mecanismos de concentração, são os de dispersão os responsáveis pela reestruturação dessa região, que desde os anos 70 conhece um processo significativo de expansão atingindo o interior.

Os mecanismos de dispersão podem ser percebidos através de vários elementos, mas não resta dúvida que os indicadores do valor da transformação industrial e do número de empregos constituem elementos fundamentais da reestruturação da região metropolitana de São Paulo e, por isso, são referências de nossa análise.

Por meio dos dados a seguir podemos perceber a importância crescente do interior e a perda relativa da capital quanto à participação no valor da transformação industrial do Estado de São Paulo.

Tabela I
Estado de São Paulo — Valor da Produção Industrial
1940-1985 (%)

Anos	Região Metropolitana	Capital	Interior
1940	64,5	53,9	35,5
1956	66,6	54,2	33,6
1960	71,1	51,7	28,9
1970	70,7	43,7	29,3
1980	58,6	30,1	41,3
1985	56,5*	—	43,5

* Inclui a Capital.
Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (FIBGE)[2].

Igualmente, a indicação do número de empregos industriais mostra como o desenvolvimento da atividade tendeu a ocorrer mais no interior do que na região capital e metropolitana.

Referindo-se à indústria localizada na metrópole e no interior, Barjas Negri afirma: "Enquanto a primeira perdeu cerca de 144 mil postos de trabalho no período de 1980/1985, no interior criou-se cerca de 87,6 mil novos empregos industriais, mostrando que o interior foi mais resistente à crise que a metrópole" (Negri: 1988; 29) O autor também indica que o valor

adicionado da indústria de transformação, no período de 1970 a 1985, diminuiu na região metropolitana, passando de 67,4% para 52,8%, enquanto no interior aumentou de 32,6% para 47,3%.[3]

Todos os dados a respeito da distribuição espacial das atividades industriais indicam a expansão econômica do interior, que se faz acompanhar de um aspecto muito significativo, dizendo respeito a uma nova fisionomia industrial do interior com uma presença crescente de indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Segundo consideração do mesmo autor, a "extraordinária expansão industrial dos anos 70 modifica a estrutura industrial do interior, que passou a contar também com a presença marcante da instalação de grande número de indústrias de porte médio e grande, pertencentes ao segmento de maior complexidade industrial, como o de metal-mecânico, petroquímico e eletrônica" (Negri: 1988; 30). Esta alteração na distribuição dos gêneros industriais no Estado de São Paulo pode muito bem ser confirmada através da próxima tabela, que permite examinar, segundo os gêneros industriais, a evolução do perfil industrial do interior.

Tabela II
Estado de São Paulo — Interior
Distribuição do emprego e da produção (VTI/VA) por grupo de indústria
1970-1988(%)

Grupo	Emprego 1970/1980		Emprego 1980/1988		Produção 1970/1980		Produção 1980/1988	
	70	80	80	88	70	80	80	88
I	51,3	40,5	41,1	40,9	48,8	28,4	33,5	34,8
II	31,8	30,9	31,1	29,5	35,1	46,6	39,3	36,3
III	15,9	27,8	26,7	28,7	15,3	24,8	26,8	28,4

Obs.: Os grupos dizem respeito à Indústria de Transformação, as Extrativas não chegam a representar mais de 1% no período. Grupo I — Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis; Grupo II — Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários; Grupo III — Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável.
Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).
MTB/RAIS — 1988. Secretaria da Fazenda. DIPLAT — 1980 e 1987[4].

A atuação do estado foi marcante nesta transformação. Entre os vários efeitos e estímulos da ação governamental, seja estadual ou federal destacamos a instalação das refinarias de petróleo em Paulínia e São José dos

Campos, o desenvolvimento do Programa do Álcool — o qual teve efeitos encadeadores com a indústria de bens de capital — e o desenvolvimento das indústrias de informática, microeletrônica e telecomunicação (basicamente na região administrativa de Campinas) além da construção de modernas rodovias e duplicação de pistas.

Enquanto o governo federal sob o discurso da descentralização industrial procurou dirigir a indústria para o Nordeste, o estadual procurou incentivar o deslocamento industrial para o interior do estado. A ação do governo estadual não contou, porém, com incentivos financeiros eficazes, como a atuação do governo federal, que através de incentivos fiscais e isenção de impostos estimulou o deslocamento regional da indústria. Por isso, se pode afirmar que as políticas estaduais forneceram ao empresariado uma orientação para a dispersão industrial, ao mesmo tempo que eram tomadas medidas restritivas de cunho ambientalista desestimulando a instalação industrial concentrada na região metropolitana[5].

A nível de governo local muitos municípios interioranos passaram a oferecer uma série de incentivos visando atrair indústrias. Um grande número de prefeituras elaborou diretrizes para atrair estabelecimentos industriais para seus municípios. Esses esforços, conhecidos como "Políticas de Atração Industrial", em grande parte ofereciam isenção de impostos e taxas municipais, ressarcimento de gastos com a infra-estrutura, terrenos... Nestes anos muitos distritos industriais foram criados através de empréstimos municipais, o que acarretou no endividamento de muitas dessas prefeituras. Segundo Wilson Cano, essas prefeituras gastaram "o que tinham e o que não tinham para subsidiar a vinda de capital produtivo"[6].

A política de descentralização industrial significou, sobretudo, dispersão abrangendo um raio de cerca de 150 km a partir da capital e, indo além dessa distância ao longo dos principais eixos rodoviários. A presente dispersão não nega os processos históricos de concentração industrial no território paulista, mas reforça a expansão da metrópole como condição e elemento deste processo.

Vejamos alguns indicadores desta concentração: em 1980, as regiões administrativas do vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e Bauru, concentravam 31,2% do da produção gerado no Estado de São Paulo; em 1987, este valor aumentou para 34.8%. As regiões de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília em 1980 respondiam por apenas 2,3% deste valor, tendo, em 1987, elevado sua participação em 2,5%. O litoral é que conheceu uma diminuição na participação deste valor, passando de 4,5% em 1980 para 2,9% em 1987[7].

A mesma tendência da concentração do valor da transformação industrial

nas regiões administrativas do vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e Bauru — conjunto denominado de Interior I, pode ser verificada em relação ao número do emprego na indústria[8].

Tabela III
Estado de São Paulo — Emprego na indústria
1970 — 1980 — 1988(%)

	1970/1980		1980/1988	
	1970	1980	1980	1988
Região Metropolitana	70,0	64,1	66,2	61,6
Interior	30,0	35,9	33,8	38,4
Litoral	1,8	1,7	1,7	1,6
Interior				
Interior I	24,8	30,4	29,0	32,9
Interior II	3,4	3,8	3,1	3,9

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1970 e 1980.
MTB/RAIS — 1980 e 1988.
Secretaria da Fazenda. DIPLAT — 1987[9].

Estes dados indicam a importância crescente da indústria relacionada aos eixos rodoviários: Dutra, Anhangüera e Castelo Branco. Em outros termos, o maior aumento do emprego na indústria nas regiões servidas por essas rodovias indicam o efeito econômico destas. Todavia, cabe lembrar a reiteração das regiões de Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto, pois já no final da década de 20 eram as mais importantes regiões do interior. Sorocaba contava com 164 estabelecimentos empregando 17.494 operários (12,6% do total do estado) e um capital de 114.430,7 contos de réis (10,4% do total do estado) e a de Campinas com 325 estabelecimentos empregando 11.805 operários (8,5% do total do estado) e um capital total de 100.976,4 contos de réis (9,2% do total do estado). O conjunto dessas duas regiões empregavam 21,2% dos operários da indústria paulista e mais de 72% de todo interior. Em suma, a região metropolitana, a região administrativa de Sorocaba e a de Campinas concentravam 92,0% dos operários do estado. A região do vale do Paraíba contava com 3.892 operários (2,8% do total do estado) e Ribeirão Preto com 3.745 operários (2,7% do total do estado) (SEADE: 1988c; 66).

Portanto, a concentração industrial nas regiões administrativas das regiões do vale do Paraíba, Campinas, Ribeirão Preto e mesmo Bauru é de longa data; tem raízes históricas profundas. Neste sentido, poderíamos afirmar que as recentes transformações da indústria paulista mantiveram a tendência à aglomeração industrial nestas regiões administrativas, com destaque para a região administrativa de Campinas[10].

Tendo em vista estas indicações, pode-se compreender a afirmação de que já "em 1920 estava traçado o destino das regiões no Estado de São Paulo, que as décadas posteriores só fizeram confirmar; nos anos 20 estavam lançadas não só as 'raízes da concentração industrial em São Paulo' mas também as raízes da divisão inter-regional do trabalho dentro do estado" (SEADE: 1988b; 28).

A reestruturação da metrópole de São Paulo

A nosso ver, as recentes transformações da industrialização paulista têm sido percebidas de maneira segmentada induzindo a recortes que prejudicam a compreensão da metrópole de São Paulo. Freqüentemente têm sido interpretadas como produto de dois processos segmentados: o de industrialização do interior e o de desindustrialização da capital. Por esta interpretação, de um lado é o interior, o espaço à retroterra da capital que se industrializa e, de outro, é a capital que se desindustrializa. A partir da dinâmica do número de estabelecimentos e de empregos industriais: maior crescimento relativo no interior do que na capital chega-se facilmente a interpretar as transformações como sendo fruto de um processo de descentralização industrial. Confunde-se o discurso de uma proposta política de governo com interpretação ou explicação do processo real.

Nossa perspectiva é diferente. A implantação industrial fora da capital, em grande parte nos municípios próximos aos principais eixos rodoviários, não assume o significado de uma descentralização. Partilhamos da idéia de que a "decisão, o poder de mando, o efeito catalisador, o ambiente inovador, os serviços essenciais de ordem superior, esses continuam concentrados na Grande Metrópole" (Azzoni: 1987; 9). Em outros termos, a decisão e controle do processo de valorização do capital não só continuam concentrados social e espacialmente, como são reiteradamente reforçados apesar da relativa dispersão dos estabelecimentos.

Em pesquisa realizada em 1991, pudemos constatar que muitas indústrias do interior, e mesmo da chamada Grande São Paulo, mantinham o escritório central, na capital. Portanto, centrar a análise apenas na distribuição dos estabelecimentos industriais, sem considerar a idéia de empresa ou de grupo

nas regiões administrativas do vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e Bauru — conjunto denominado de Interior I, pode ser verificada em relação ao número do emprego na indústria[8].

Tabela III
Estado de São Paulo — Emprego na indústria
1970 — 1980 — 1988(%)

	1970/1980		1980/1988	
	1970	1980	1980	1988
Região Metropolitana	70,0	64,1	66,2	61,6
Interior	30,0	35,9	33,8	38,4
Litoral	1,8	1,7	1,7	1,6
Interior				
Interior I	24,8	30,4	29,0	32,9
Interior II	3,4	3,8	3,1	3,9

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1970 e 1980.
MTB/RAIS — 1980 e 1988.
Secretaria da Fazenda. DIPLAT — 1987[9].

Estes dados indicam a importância crescente da indústria relacionada aos eixos rodoviários: Dutra, Anhangüera e Castelo Branco. Em outros termos, o maior aumento do emprego na indústria nas regiões servidas por essas rodovias indicam o efeito econômico destas. Todavia, cabe lembrar a reiteração das regiões de Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto, pois já no final da década de 20 eram as mais importantes regiões do interior. Sorocaba contava com 164 estabelecimentos empregando 17.494 operários (12,6% do total do estado) e um capital de 114.430,7 contos de réis (10,4% do total do estado) e a de Campinas com 325 estabelecimentos empregando 11.805 operários (8,5% do total do estado) e um capital total de 100.976,4 contos de réis (9,2% do total do estado). O conjunto dessas duas regiões empregavam 21,2% dos operários da indústria paulista e mais de 72% de todo interior. Em suma, a região metropolitana, a região administrativa de Sorocaba e a de Campinas concentravam 92,0% dos operários do estado. A região do vale do Paraíba contava com 3.892 operários (2,8% do total do estado) e Ribeirão Preto com 3.745 operários (2,7% do total do estado) (SEADE: 1988c; 66).

Portanto, a concentração industrial nas regiões administrativas das regiões do vale do Paraíba, Campinas, Ribeirão Preto e mesmo Bauru é de longa data; tem raízes históricas profundas. Neste sentido, poderíamos afirmar que as recentes transformações da indústria paulista mantiveram a tendência à aglomeração industrial nestas regiões administrativas, com destaque para a região administrativa de Campinas[10].

Tendo em vista estas indicações, pode-se compreender a afirmação de que já "em 1920 estava traçado o destino das regiões no Estado de São Paulo, que as décadas posteriores só fizeram confirmar; nos anos 20 estavam lançadas não só as 'raízes da concentração industrial em São Paulo' mas também as raízes da divisão inter-regional do trabalho dentro do estado" (SEADE: 1988b; 28).

A reestruturação da metrópole de São Paulo

A nosso ver, as recentes transformações da industrialização paulista têm sido percebidas de maneira segmentada induzindo a recortes que prejudicam a compreensão da metrópole de São Paulo. Freqüentemente têm sido interpretadas como produto de dois processos segmentados: o de industrialização do interior e o de desindustrialização da capital. Por esta interpretação, de um lado é o interior, o espaço à retroterra da capital que se industrializa e, de outro, é a capital que se desindustrializa. A partir da dinâmica do número de estabelecimentos e de empregos industriais: maior crescimento relativo no interior do que na capital chega-se facilmente a interpretar as transformações como sendo fruto de um processo de descentralização industrial. Confunde-se o discurso de uma proposta política de governo com interpretação ou explicação do processo real.

Nossa perspectiva é diferente. A implantação industrial fora da capital, em grande parte nos municípios próximos aos principais eixos rodoviários, não assume o significado de uma descentralização. Partilhamos da idéia de que a "decisão, o poder de mando, o efeito catalisador, o ambiente inovador, os serviços essenciais de ordem superior, esses continuam concentrados na Grande Metrópole" (Azzoni: 1987; 9). Em outros termos, a decisão e controle do processo de valorização do capital não só continuam concentrados social e espacialmente, como são reiteradamente reforçados apesar da relativa dispersão dos estabelecimentos.

Em pesquisa realizada em 1991, pudemos constatar que muitas indústrias do interior, e mesmo da chamada Grande São Paulo, mantinham o escritório central, na capital. Portanto, centrar a análise apenas na distribuição dos estabelecimentos industriais, sem considerar a idéia de empresa ou de grupo

econômico, traz sérios comprometimentos para a compreensão da realidade, num período em que as associações, absorções e fusões de empresas cresceram significativamente no País, como pode ser observado pela seguinte tabela.

Tabela IV
Brasil — Associações, absorções e fusões.
Indústria de transformação em geral — 1985-1990

Anos	Ind. de Transformação em Geral
1985	36
1986	136
1987	139
1988	243
1990	180

Fonte: Levantamento Price Waterhouse, 1991[11].

A não compreensão do que seja o processo de centralização, ou até mesmo o fato de tomá-lo sem distinção do processo de concentração, tem sido responsável pela interpretação da dispersão industrial como produto de uma descentralização industrial.

Concentração e centralização tratam-se de processos distintos. Quando a empresa amplia sua base de acumulação — pelo aumento do número de equipamentos e máquinas, por exemplo, está-se diante de um processo de concentração. Quando se trata de associação, absorção ou fusão de capitais individuais sob um mesmo controle, está-se diante de um processo de centralização do capital, sem qualquer modificação no número de equipamentos e máquinas. O que importa dizer é que centralizar é associar capitais já formados. A centralização constitui um processo em que frações individuais de capital se reagrupam. A base da ampliação da escala de produção se dá pela incorporação de *capitais já formados*. Trata-se, a rigor, da abolição da autonomia individual do capital, ou seja, de expropriação de um capitalista por outro capitalista, que transforma muitos capitais menores num de maior magnitude. A centralização é, portanto, uma reorganização da distribuição da propriedade dos capitais, do seu controle.

Muito da dispersão industrial está vinculada a processos de centralização do capital, pois enquanto estreitam-se as possibilidades de investimentos das pequenas e médias empresas, se ampliam, ainda mais, as vantagens dos

grandes monopólios capazes de procederem ao controle dos capitais. Um mesmo poder, um mesmo comando mobiliza e controla os ciclos de valorização do capital segmentado em várias unidades de produção. O que importa não é a proximidade física entre os vários segmentos da produção, ou mesmo entre a administração e a produção propriamente dita, mas sim a capacidade de controle dos distintos ciclos de valorização submetidos a um mesmo ciclo.

É bom frisar que importa pouco a proximidade física entre as várias unidades de produção e nem entre a administração e a produção para a grande empresa. Mas sim a capacidade da empresa de controlar os vários ciclos de valorização do capital possível, cada vez mais pela revolução das telecomunicações e informática, em que a *nueva centralización se basa en el principio informativo* (Aglietta: 1986; 223).

Em geral, a partir deste princípio, são as grandes empresas que têm a capacidade de se multilocalizarem como estratégias de redução de custos ou de expansão da acumulação. Podem organizar o processo de trabalho segmentando-o em várias unidades de produção espacialmente distribuídas. Isto é possível porque o processo de trabalho tem um duplo movimento, de segmentação e integração das tarefas, de modo que ocorre simultaneamente a divisão e a cooperação. Em relação às pequenas e médias empresas, nem mesmo a produção e gestão das atividades se fragmentam espacialmente.

Cabe observar, e é muito importante para compreender a realidade de muitos ramos da indústria paulista, que pode ocorrer centralização mesmo no caso em que a associação de capitais não compromete a propriedade dos capitais individuais. Nesta possibilidade os diversos ciclos de valorização dos capitais individuais, envolvidos pela segmentação e cooperação num mesmo processo produtivo, fazem parte de um ciclo mais geral de valorização. Este é o caso dos estabelecimentos de uma rede de subcontratação em que a empresa contratada se compromete a produzir parcela, ou toda a produção, para a empresa contratante. A relação de subcontratação permite à empresa que contrata internalizar ao processo de valorização que ela controla, um ciclo de valorização que lhe é externo, o da empresa contratada.

A subcontratação não é um fenômeno novo, mas tem-se ampliado nos últimos tempos como um fenômeno geral da industrialização atual, em vários e distintos ramos industriais. A rede de subcontratação pode ser estabelecida entre empresas de nível local até o internacional. Poderíamos dizer que atualmente a subcontratação constitui uma forma de expansão da grande empresa de extrema importância e que diferentemente da associação ou fusão de capitais, ao mesmo tempo que integra a produção de várias empresas industriais, constitui um sistema de desintegração da produção.

Todavia, cabe ressaltar que quer através da associação, absorção ou fusão

de empresas, quer através da subcontratação, o que importa é a prática empresarial da gestão do processo de valorização. Esta prática dispõe e põe em movimento o capital e este controle empresarial se realiza independentemente do fato da empresa concentrar ou distribuir sua capacidade produtiva ou gerencial em um ou vários estabelecimentos.

Tendo como referência estes elementos da reestruturação industrial recente, a tendência das indústrias deixarem de se localizar na capital, em si não significa que se está diante de um quadro de descentralização industrial. Todavia, analisando esta tendência, P. M. Towroe & D. Keen concluíram estar-se diante de um processo de reversão da polarização na medida que as tendências da polarização espacial cederam lugar a um processo de dispersão que extrapola a região central da metrópole.

Discutindo esta formulação, que afirma que vem ocorrendo um processo de reversão da polarização no Estado de São Paulo, Carlos Roberto Azzoni chegou a conclusão diferente. Sua análise indica que "o desenvolvimento observado em São Paulo, notadamente em um raio de 150 quilômetros em torno de sua capital, guarda estreita dependência em relação a essa área central... A despeito das limitações da base empírica disponível, há claros indícios de que existe uma dependência das empresas situadas nesse perímetro, de serviços providos no centro, o que caracteriza um processo de espraiamento das unidades produtivas sem grande dependência das economias da urbanização providas localmente, a região substituiria a cidade nessa tarefa" (Azzoni: 1985; 220).

Conclui enfatizando que "as evidências indicam que, longe de constituir-se em um sinal de reversão da polarização, o fenômeno observado em São Paulo estaria mais próximo de um espraiamento da indústria *dentro da área mais industrializada* do país, em um processo do tipo de 'desconcentração concentrada'. Seria aproximadamente um tipo de suburbanização das atividades industriais em âmbito mais abrangente, o que é possível pelas possibilidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico, em um sentido amplo, para a separação das atividades produtivas das atividades de comando empresarial" (Azzoni: 1985; 221).

Aflora, em sua argumentação, a problemática do desenvolvimento tecnológico relacionado à organização do espaço industrial paulista.

Nessa perspectiva, a crescente implantação da indústria em torno da capital pode significar a realização desta mobilidade tornada possível pelas novas técnicas. Para o autor, trata-se de uma "desconcentração-concentrada" porque o espraiamento da indústria se dá dentro da área mais industrializada do País. Este espraiamento das atividades foi historicamente tornado possível pela tecnologia, principalmente por aquelas capazes de processar e

explorar informações, permitindo unir a descontinuidade espacial do processo de produção. De certa forma, como apontou Eric Meyer, o desenvolvimento de novas tecnologias "torna possível um aumento da concentração do poder de comandar"[12].

O centro, a capital, se afirma ainda mais como centro desta metrópole ampliada. Daí, o uso do termo descentralização para este processo de dispersão da indústria criar uma opacidade que dificulta perceber a redefinição da primazia da capital, não como a capital do capital, mas sobretudo, como a capital da Informação e da Gestão. Também dificulta perceber a unidade desta nova metrópole onde as descontinuidades espaciais são fragmentos de um todo que se distendeu, frações de um todo em expansão que se afirma cada vez mais como o centro do País.

A metrópole de São Paulo se desconcentra como negação dos mecanismos de concentração e afirma a sua centralidade. Por isso negamos o emprego da palavra descentralização para descrever o processo de dispersão da indústria no interior paulista. Pois, este processo — longe de ser um processo de descentralização industrial —, a rigor é um processo de centralização. Atento a isto concordamos apenas em parte com a idéia de "desconcentração-concentrada", pois trata-se de um processo de centralização do capital que *consolida* a *hegemonia* do grande capital e *subordina* os outros capitais à organização oligopolista e utiliza *mecanismos* de *dispersão espacial* como forma estruturante do espaço, e não mais mecanismos concentradores.

A reestruturação urbano-industrial da metrópole de São Paulo tem como fundamento a desconcentração das atividades econômicas que "não resulta da perda do poder de atração dos grandes centros urbanos, mas da maior flexibilidade de localização resultante da extensão territorial deste poder, no qual novos papéis na divisão e cooperação do processo produtivo são reservados para cada unidade espacial... Fruto de inovações tecnológicas e gerenciais, essa flexibilidade se amplia na medida que a área de produção pode distanciar-se do centro de decisões, da gestão administrativa e financeira e da prestação de serviços especializados" (Sempla: 1990; 22).

A reestruturação da metrópole de São Paulo, produto dos processos de concentração e centralização do capital, se traduz num fenômeno sócio-espacial novo, criação e reiteração de uma região metropolitana mais complexa, fragmentada e hierarquizada, em que a conurbação de cidades, o crescimento relativamente menor de algumas ou, exacerbado de outras — como, por exemplo, o grande crescimento de Campinas —, não significam processos autônomos de metropolização. Ao contrário, são manifestações constitutivas da expansão do espaço metropolitano paulista, que se configura

numa "macrometrópole" que é reforçada e, não negada, pela dispersão das suas atividades. Aí são reproduzidas as mesmas contradições e penúrias urbanas da capital: degradação do meio ambiente, poluição ambiental, problemas de transportes, saúde, educação, saneamento, delinqüência, moradia, crescimento de favelas e, sobretudo, desemprego.

O processo de dispersão industrial reestruturou a aglomeração metropolitana homogeneizando espaços, mas também criou diferenças. A capital e seu entorno se vêem, em certa medida, homogeneizados pela expansão da atividade econômica, mas, concomitantemente, a especialização das atividades terciárias torna a capital distinta do seu entorno. Já não se trata mais de mecanismos de concentração da localização industrial, mas de um movimento de dispersão desta localização. Segundo palavras de Vinicius Caldeira Brant, a superioridade de São Paulo é agora representada pelo financiamento e pela coordenação das atividades produtivas" (Brant: 1989; 33).

Do ponto de vista da organização territorial o que vem ocorrendo é um reforço da metropolização porque se processa um adensamento e ampliação do centro metropolitano. A centralização da capital se afirma ainda mais, novas formas de hierarquizações no interior do aglomerado metropolitano se colocam. Em outros termos, novas re-hieraquizações urbanas no interior da região da metrópole desconcentrada se impõem. Na região da metrópole desconcentrada, produto de expansão e adensamento, o centro se consolida reafirmando o primado da metrópole e a primazia da capital. Nesta realidade em que a vida das pessoas é ritmada pela esfera técnica-econômica, a qual submete as outras esferas da vida social às suas exigências e à sua racionalidade, o discurso de políticas de descentralização do poder e de democratização da vida social ficam comprometidos. Em São Paulo, na Metrópole Desconcentrada, a tríade: industrial, urbano e regional se recompõem exprimindo o passado e o presente de uma região epicentro do desenvolvimento industrial brasileiro.

Notas

[1] Santos: 1985; 29.

[2] Cf. SEADE: 1988c; 125 e SENAI; 1992:20.

[3] Cf. Negri: 1988; 31. Ainda no período de 1970 a 1975, 63,1% dos novos empregos industriais se localizavam na região metropolitana, contra 36,9% no interior. Contudo, se verificamos o período de 1975 até 1985, a proporção de novos empregos é maior no interior do que na região metropolitana. Enquanto esta apresenta a cifra de 48,7%, o interior apresenta a de 51,3%, indicando a recente tendência à maior geração de empregos industriais no interior do que na metrópole desde a década de 70 (Cf. SEADE: 1988a; 17).

[4] CF. SENAI; 1992; 20.

[5] O "Governo do Estado de São Paulo estabelece como metas de sua atuação, por um lado, a busca da humanização das condições de vida da GSP, através de investimentos na área social nessa Região. Por outro lado, busca-se dinamizar a estrutura produtiva do restante do Estado, de modo a oferecer condições melhores de emprego e oportunidades para essa população, amenizando os fluxos migratórios para a GSP e provendo condições para um crescimento mais estável das economias do Interior. Nesse particular, a ampliação das oportunidades de emprego no Interior será alcançada através do desenvolvimento e dinamização do setor industrial na Região. Ainda que a ênfase na indústria não implique abandono dos demais setores, notadamente a agropecuária, que receberá também a atenção do Governo, o setor industrial apresenta-se como o mais viável para o atingimento dos objetivos do governo" (Comitê de Coordenação Financeira da Política de Industrialização do Estado de São Paulo, BADESP, in Tartaglia & Oliveira orgs.: 1988; 134-135).

[6] Wilson Cano, afirmando que o resultado destas políticas atrativas municipais carece de estudos, indica que estes planos, na maioria das vezes, se deu "sem proceder a elaboração da impactação direta e indireta que a implantação de tais empreendimentos causaria às finanças públicas municipais." Ou, como diríamos, na maioria das vezes se fez cortesia ao setor privado com o dinheiro público (SEADE: 1988b; 129/121).

[7] Aqui considera-se como produção o resultado da relação entre o valor de transformação industrial e o valor agregado, segundo SENAI: 1992; 21.

[8] A denominação Interior I corresponde ao conjunto das regiões administrativas do vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto e Bauru; a de Interior II, às demais regiões administrativas, salvo a região administrativa do litoral.

[9] CF. SENAI; 1992; 21.

[10] Nesses dez anos, entre "1975 a 1985, a descentralização da indústria ocorreu no sentido de que a Grande São Paulo perdeu posição para o conjunto do Brasil e para o interior do estado, com este último tornando-se a segunda concentração industrial do País. A região de Campinas tomada isoladamente é a quarta, só superada pelo Estado do Rio de Janeiro" (Cano: 1988, 129).

[11] Cf. Levantamento Price Waterhouse: 1991, mimeo.

[12] Segundo Eric Meyer (1972), "o desenvolvimento de novas técnicas de processar e explorar a informação torna possível um aumento da concentração do poder de comandar e, em conseqüência, um mais irresistível impacto de forças externas; nesse processo, a multiplicação de estruturas financeiras com dimensões internacionais joga um papel decisivo" (apud Santos: 1985; 29).

Bibliografia

AGLIETTA, M. *Regulación y crisis del capitalismo. La experiencia de los Estados Unidos*. México, XXI, 1986.

AZZONI, C. R. *O novo endereço da indústria paulista.* Texto apresentado no 2.º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores Urbanos (ANPUR). Nova Friburgo, mimeo, 1987.

AZZONI, C. R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*, tese de livre-docência em Economia, São Paulo, FEA, 1985.

BRANT, V. C. (coord.). *São Paulo, Trabalhar e Viver*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

CANO, W. Perspectiva do desenvolvimento econômico do interior paulista, in:

Tartaglia, José Carlos & Osvaldo Luís de Oliveira, (orgs.). *Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo*. São Paulo, UNESP, 1988.

NEGRI, B. As políticas de descentralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo: 1970-1985, in: José Carlos Tartaglia & Osvaldo Luiz de Oliveira (orgs.). *Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo*. São Paulo, UNESP, 1988.

PRICE WATERHOUSE — Levantamento, mimeo, 1991.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985.

SEADE — Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *Características gerais do processo de industrialização paulista,* São Paulo, SEADE, 1988a.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo (Estado). *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*, vol. 1, n.º 1, São Paulo, SEADE, 1988b.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo (Estado). *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*, vol. 1, n.º 2, São Paulo, SEADE, 1988c.

SEMPLA — Secretaria Municipal do Planejamento São Paulo (Município). *São Paulo: crise e mundança*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Regional de São Paulo. *A Indústria em São Paulo: sua evolução e distribuição espacial*. Diretoria de Pesquisa, estudos e avaliação, São Paulo, SENAI, 1972.

TARTAGLIA, J. C. & OLIVEIRA, O. L. *Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo*. São Paulo, UNESP, 1988.

TERRITORIALIDADES, DESTERRITORIALIDADES, NOVAS TERRITORIALIDADES: OS LIMITES DO PODER NACIONAL E DO PODER LOCAL

Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

A expressão território e os derivados, territorialidade e desterritorialidade, têm uso antigo nas Ciências Sociais e naturais; recentemente, porém, com a retomada dos estudos de geografia política e de geopolítica, voltaram a ser mais utilizadas, a ter maior atualidade. Hoje, concorrem com termos tradicionais, com espaço e região, esta última tendendo a cair em desuso.

Nas ciências naturais, o território seria a área de influência e dominação de uma espécie animal que exerce o domínio da mesma, de forma mais intensa no centro e que perde esta intensidade ao se aproximar da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies[1]. Em Ciências Sociais, a expressão território vem sendo muito utilizada, desde o século passado, por geógrafos como Frederico Ratzel, muito preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, e por Elisée Reclus que procurava estabelecer as relações entre as classes sociais e espaço ocupado e dominado[2]. Os especialistas em Teoria do Estado também costumam afirmar que o Estado se caracteriza por possuir três elementos essenciais: o território, o povo e o governo, enquanto a nação é caracterizada pela coexistência do território e do povo, mesmo inexistindo governo e, conseqüentemente, o Estado.

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. Já nos meados do século XX, François

Perroux[3] chamava a atenção que as empresas motrizes, controlando instalações e explorações em áreas as mais diversas do globo, eram muitas vezes mais importantes que as nações e os próprios Estados. Este fato é hoje comprovado com o processo de mundialização da economia, fazendo esmaecer a importância das fronteiras políticas e diminuindo a importância da soberania dos Estados. E a perda de influência e de expressão dos Estados é bem testemunhada com a desagregação da União Soviética, o grande acontecimento político da última década do século XX.

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas. Assim, o Brasil que possui desde o período colonial um grande espaço, durante séculos não o transformou em território, através do exercício da gestão do mesmo, só vindo tentar fazê-lo a partir dos meados do século XX, quando o Governo Vargas, no Estado Novo, criou a Fundação Brasil Central e pregou "a marcha para o Oeste"[4] procurando expandir a área de ação e de domínio do Governo. Em seguida, com a transferência da capital federal para o Planalto Central, Juscelino Kubitschek promoveu não só uma grande transferência de população, como fez abrir estradas ligando Brasília aos mais diversos pontos do território nacional, procurando desenvolver uma política de integração, política esta que foi continuada pelos militares ao promoverem a abertura de estradas nas áreas mais isoladas para implantar núcleos coloniais, embora de forma improvisada e sem respeito às populações que habitavam a área desde períodos imemoriais — as nações indígenas. Admitimos que a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território.

Dialeticamente, porém, a expansão do território, ao mesmo tempo em que promovia a ampliação da territorialidade, provocava a desterritorialidade nos grupos que se sentiam prejudicados com a forma e a violência com que era feita. Os indígenas, por exemplo, tomaram conhecimento do processo de espoliação econômica e de desaculturação a que estavam sendo submetidos; os posseiros, que já estavam sendo expropriados nas áreas de origem e procuravam acesso à terra naquelas em povoamento, se sentiam novamente espoliados e, naturalmente, reagiam à territorialização a que eram submetidos pelas forças políticas e pelos órgãos de comunicação. E aí, na expansão do território e na consolidação da territorialidade, eles sentiam os choques culturais que os violentavam, como no caso do uso da terra, a diferença entre a concepção da terra como mercadoria e da terra como valor de uso[5].

Dessa convergência espacial dos contrários, surgia a reação à gestão central à desterritorialidade e à integração com a formação de novas territorialidades, novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território. Concepções que têm fundamentação de caráter econômico, mas que têm também uma forte conotação antropológica e social.

Do ponto de vista político, estes encontros e desencontros vão levar à necessidade de que se pense na formação do Estado e na forma de governo, que reflete, naturalmente, no processo de gestão do território. Daí a crescente importância do estudo do Estado e de sua forma e dos seus poderes, do limite de sua competência e do tamanho que deve ter, no momento histórico em que o neoliberalismo tenta reduzi-lo ao mínimo, em favor das empresas.

No território do Estado, qualquer que seja a sua extensão e as diferenciações entre os seus habitantes, observa-se a ação de forças centrífugas que tentam desmembrá-lo e de forças centrípetas que tentam concentrar os poderes em funcão do Governo nacional. E a sobrevivência do Estado depende do equilíbrio que se possa estabelecer entre o Poder Central, os poderes regionais e locais.

Para se desenvolver o raciocínio é conveniente lembrar que a Suíça, país de pequena dimensão territorial (41.293 km^2) e pequena população (6.800.000 hab.), tem uma forma de Estado muito descentralizada, respeitando a língua, os hábitos, os costumes dos seus habitantes que vivem harmonicamente em um todo. Ao contrário, países pequenos e desenvolvidos vivem regimes centralizadores, como a Dinamarca e a Holanda.

Nos países plurinacionais e de grandes extensões territoriais, os problemas se tornam mais agudos, como se observa, no momento, na ex-União Soviética, amputada e em parte transformada em uma Comunidade de Estados Independentes, e na Iugoslávia, dividida em cinco repúblicas que lutam desesperadamente para se livrar do domínio da Sérvia. O problema se complica mais nos Estados plurinacionais, pelo fato de não se poder estabelecer uma fronteira que separe os territórios de cada nação, pelo fato de ter havido migrações e concentrações de populações diferentes em áreas comuns, durante o período em que estiveram sob um mesmo governo. No caso da antiga Iugoslávia, a Bósnia-Herzegovina, é um exemplo bem claro, de vez que em seu pequeno território convivem croatas, muçulmanos e sérvios, formando, muitas vezes, comunidades trinacionais locais.

Na antiga União Soviética, a política de russificação desenvolvida no período de domínio dos Tzares e continuada pelos soviéticos, fez que se formassem, em áreas não eslavas — Ásia Central e Extremo Oriente — comunidades russas que em alguns países, como o Casaquistão, representam grupos tão numerosos como os próprios nacionais (37,8% de russos e 39,7%

de casaques). Daí a tendência à desagregação política e, muitas vezes, à guerra civil.

No Brasil, costuma-se afirmar que não se tem problemas deste tipo, de vez que se fala a mesma língua e se adotam os mesmos costumes em todo o território nacional. Admite-se ainda que se tem uma tradição de unidade político-territorial que contrasta com a América Espanhola, que não conseguiu se manter unida após a independência.

Mas é preciso que se faça uma reflexão mais profunda sobre o Brasil que, embora falando a mesma língua, apresenta formações culturais bem diversas de uma região para outra. Na Amazônia e no Centro-Oeste, por exemplo, há uma forte influência indígena e uma grande resistência dessas nações indígenas à desapropriação de suas terras e à destruição de sua cultura; no Nordeste, há uma forte dominância da formação luso-brasileira, de vez que a imigração européia e japonesa, ocorrida nos fins do século XIX e início do XX, foi muito menos expressiva que no Sudeste e Sul, regiões onde a influência destas imigrações foi das mais expressivas. Daí a existência de traços culturais bem fortes que diversificam as grandes regiões brasileiras, em escala nacional, e em menores proporções em escala regional.

Ao se examinar o problema da territorialidade no Brasil, deve-se levar em conta também o problema das escalas, admitindo-se uma escala nacional, uma regional e estadual e uma local. Do ponto de vista de escala nacional, observa-se que apesar do Brasil se autodenominar uma República Federativa, possui um sistema unitário de administração e de gestão do território. O parlamento nacional legisla praticamente sobre quase todos os assuntos, impondo aos estados periféricos decisões que contrariam a sua formação e os seus interesses. Os grandes estados, apesar de sub-representados na Câmara dos Deputados, têm um forte poder de pressão e impõem uma legislação que os beneficia, como ocorreu quando da criação do Imposto sob a Circulação de Mercadorias (ICMS), que era pago ao estado produtor e não ao estado consumidor. Também os desníveis de desenvolvimento regional se acentuam, em parte, devido a maior capacidade de captação de recursos por parte das áreas economicamente mais desenvolvidas e, em parte, pelo caráter nacional das decisões administrativas.

Esses fatos provocam, como é de esperar, uma exacerbação dos sentimentos autonomistas regionais que se acentuam mais ainda nos momentos de crise, seja de opção por propostas separatistas, seja de desmembramento do País, para a formação de novos estados. Apenas para exemplificar, observa-se, no momento, um movimento organizado na região Sul visando a separação dos três estados meridionais para formarem a chamada República do Pampa Gaúcho. É um movimento que tem pouca expressão eleitoral mas que

já despertou o interesse da mídia e tem uma certa fundamentação e apoio histórico. É conveniente lembrar que ao se proceder a Independência, o Rio Grande do Sul não estava inteiramente integrado ao Brasil e que, no período regencial, as pressões asfixiantes da Corte provocaram a Revolução Farroupilha, que proclamou a existência de duas repúblicas, a de Piratini, no Rio Grande do Sul, e a Juliana, em Santa Catarina. Ao ser proclamada a República, o Rio Grande foi o ponto territorial de apoio à Revolução Federalista, liderada por Silveira Martins, que, coexistindo com a Revolta da Armada, resistiu heroicamente à repressão florianista por mais de três anos; pacificado ou vencido, o Rio Grande fez a Constituição estadual bem diversa da dos demais estados brasileiros[6].

Em São Paulo, sobretudo após a expansão dos cafezais e o crescimento econômico, acompanhado do peso político, a idéia separatista teve forte simpatia de grupos da classe dominante e foi advogada, durante a Primeira República, por intelectuais como T. de Souza Lobo[7] e, após a Revolução de Trinta, por políticos participantes da Revolução de 1932, que era dominantemente constitucionalista[8]. Hoje, existem grupos que consideram que o Estado não vem tendo a importância do peso econômico que representa, que é prejudicado na distribuição dos recursos federais e falam na formação de uma república paulista, discriminando sobretudo os nordestinos, considerados por alguns grupos como inferiores. Esquecem-se estes grupos da grande importância que representa a mão-de-obra barata nordestina no crescimento de São Paulo e da capacidade do Nordeste em consumir os produtos industriais paulistas.

Mas o Nordeste, o "primo pobre" da federação, que também tem as suas tradições separatistas vindas do início do século XIX, com as revoluções pernambucanas de 1817 e de 1824 e com a república baiense do período regencial, se sente espoliado pela Federação. Pode-se alegar que tendo uma produção de petróleo muito superior ao seu consumo, ele poderia ser exportador deste produto nobre e que, os *royalties* do petróleo são, em grande parte, apropriados pela União, pouco rendendo aos estados e municípios produtores. Embora transformado em uma região de emigração, com um numeroso contingente de nordestinos radicados no Sudeste, no Sul, no Centro-Oeste e na Amazônia, forma-se entre os nordestinos a idéia de que a situação melhoraria se o Nordeste fosse independente, como é expresso por canção, hoje divulgada em todo o Brasil, por Elba Ramalho.

No momento em que o País se prepara para fazer uma revisão constitucional, é de se esperar que a nova Constituição leve em conta essa tendência à desagregação e que se parta para conceder uma maior autonomia aos estados-membros, tanto do ponto de vista jurídico como do financeiro. A

concentração dos recursos advindos dos impostos, nas mãos do governo federal, torna os estados verdadeiros mendigos, sobretudo na ocasião em que ocorrem crises climáticas ou econômicas que acarretam fortes impactos sociais. O Brasil, que é juridicamente uma federação, deve se tornar também, de fato, uma federação e para que haja esta transição é necessário que ocorram transformações na legislação. E este problema do Brasil ocorre também em países que são politicamente menos unificados mas que têm grande extensão territorial, como o Canadá, a Austrália, a Índia, a África do Sul e a China.

Se passarmos da escala nacional para a regional e estadual, observa-se que há, na maioria dos estados, movimentos favoráveis à divisão dos mesmos e à formação de novas unidades territoriais. Em 1977, o Mato Grosso do Sul conseguiu tornar-se estado, separando-se do Mato Grosso; em 1988, ocorreu a separação do Tocantins de Goiás. Eram áreas que lutavam por autonomia desde o período imperial, alegando que os estados procuravam beneficiar aquelas áreas próximas às capitais e deixavam em segundo plano as porções marginais dos seus territórios. E, como se tratava de porções pouco povoadas, os estados a serem desmembrados não opuseram grande resistência ao desmembramento, o que não ocorreu com os projetos e aspirações do Sul da Bahia — criação do estado de Santa Cruz — e do Triângulo Mineiro. No momento, na Câmara Federal, tramitam projetos de desmembramento de estados, como o Amazonas — criação dos territórios do Alto Rio Negro e Alto Solimões —; do Pará — criação dos estados de Carajás e Tapajós —; de Mato Grosso e Rondônia — criação do estado de Aripuanã —; do Maranhão — criação do estado de Maranhão do Sul —; do Rio de Janeiro com a recriação da Guanabara, e dos estados do Paraná e Santa Catarina com a criação do estado do Iguaçu. Em outras porções do território nacional existem áreas que aspiram elevar-se à categoria de estados ou territórios mas que ainda não formalizaram as suas pretensões. Alega-se, geralmente, que esses movimentos são organizados pelas elites dominantes que procuram criar mais cargos eletivos — governadores e secretarias de estado, vagas no Senado e na Câmara Federal, criação de Assembléias e de Tribunais de Justiça etc. — que possibilitem eleições mais fáceis e permitam a criação de novos empregos para seus apaniguados; mas, na maioria dos casos, eles não teriam repercussão nas áreas que se propõem a ser separadas se não houvesse aspirações autonomistas. A propaganda por uma nova divisão territorial do Brasil é antiga; no século passado foram criadas as províncias, depois estados do Amazonas e do Paraná, desmembrados, respectivamente, do Pará e de São Paulo. Durante a Primeira República houve forte propaganda por uma redivisão territorial do Brasil, defendida por geopolíticos *ratzelianos,* como

Everardo Backhauser[9], e durante o Estado Novo o assunto foi preocupação governamental da qual resultou a criação de cinco territórios federais, três dos quais são, hoje, estados da federação — Roraima, Amapá e Rondônia. Assim, admitimos a necessidade de uma maior reflexão e da realização de estudos que indiquem as vantagens e desvantagens políticas e sociais de uma redivisão territorial do Brasil, naturalmente que feita de forma democrática e com respeito às aspirações das populações de cada área a ser desmembrada. Na periferia do território nacional é necessária a criação de territórios, a fim de que se resguarde a soberania nacional frente à influência de países vizinhos e que se reforce a posição do País como potência de segundo nível, em relação aos países latino-americanos da América do Sul.

Na terceira escala vem o problema local, o dos municípios. No período colonial os municípios tinham uma grande importância política, em virtude das dificuldades de comunicação e da concentração da população em pequenas áreas cercadas por territórios habitados por indígenas ou já despovoados em conseqüência da política portuguesa de destruição dos povos indígenas. O poder das câmaras municipais, controladas pelas oligarquias locais — os chamados, então, de "homens bons" —, era de tal ordem que muitas vezes se opunha às ordens reais e depunha capitães e generais nomeados pela metrópole. Após a independência, quando D. Pedro I dissolveu a Assembléia Constituinte e outorgou uma carta constitucional ao Império (1824), procurou legitimá-la obtendo a aprovação das câmaras municipais e, apesar de seu autoritarismo, as câmaras de Olinda, Recife, Salvador e Itu se recusaram a aprová-la por se tratar de uma imposição aos interesses do povo e por faltar ao Imperador, aclamado pela livre aprovação do povo, a competência para substituir os seus representantes na elaboração da Carta Magna.

A perda da importância do município no Brasil foi se acentuando com o correr do tempo, no Império, na Primeira República e, sobretudo nos períodos ditatoriais que se sucederam à Revolução de Trinta — ditadura (1930/34), o Estado Novo (1937/45) e o regime autoritário militar (1964/85) — fazendo até que os prefeitos das capitais de estado fossem nomeados pelos governadores, ouvidas as assembléias legislativas, cassando-se aos eleitores o direito de os escolherem. A nível municipal, se observa uma verdadeira pletora de divisão de municípios com a elevação de distritos a municípios, em grande parte estimulada pelas vantagens auferidas com a participação no fundo de participação e justificada com a alegação de que a administração municipal beneficia distritos-sedes em detrimento dos demais. Assim, as vilas, sedes de distritos, ficariam prejudicadas frente às cidades, sedes de municípios. Mais uma vez se torna necessário a análise do problema com base tanto na realidade geo-social como na consulta aos interesses das

populações a serem atingidas pelas medidas públicas. A divisão territorial do Brasil necessitaria ser retificada, com a criação de uma unidade intermediária entre o estado e o município, que poderia ser denominada de região administrativa ou de departamento, que aglutinaria uma série de municípios e procuraria dar maior racionalidade à distribuição geográfica dos serviços e das iniciativas dos estados.

Concluindo, admitimos que este texto é um chamamento ao estudo e à reflexão, de vez que, no caso brasileiro como no de numerosos outros países, se observa que quando o território, unidade de gestão, se expande pelo espaço não conquistado cria novas formas de territorialidade que dialeticamente provocam novas formas de desterritorialidade e dá origem a novas territorialidades. Isto, ao se analisar a ação do setor público, porque processo semelhante ocorre também no setor privado, nos territórios produzidos pelas empresas em suas áreas de influência, áreas que se expandem ocupando novos espaços e, ao mesmo tempo, se descaracterizam e perdem influência territorial à proporção que se expandem.

Convém lembrar ainda que o território construído pela empresa se superpõem ao território construído pelo Estado ou pelos estados, apresentando conflitos e complementações. O Estado, sobretudo o autodenominado Estado liberal, está a serviço das empresas e, conseqüentemente, do jogo de interesses e da capacidade de coptação das mesmas que disputam territórios e mercados. Daí a necessidade de se encarar o território e, conseqüentemente, a territorialidade, como categoria temporária, de vez que no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se acha em constante transformação.

Notas

[1] BRUNET, R. et alli. *Les mots de la geógraphie, dictionnaire critique*. Reclus, La Documentation Française, Paris, 1992, p. 435-6.
[2] RECLUS, E. *L'homme sur la terre*. Paris, 1906.
[3] PERROUX, F. *La coexistencia pacífica*. Fundo de Cultura Económica, México/Buenos Aires, 1960.
[4] CASSIANO, R. *A marcha para o Oeste, a influência da "bandeira" na formação política e social do Brasil*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1944.
[5] MARTINS, J. de S. A sujeição da venda da terra pelo capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: *Os camponeses e a política no Brasil*, 3.ª edição, Vozes, Petrópolis, 1986, p. 151-77.
[6] LOVE, J. L. *O regionalismo gaúcho*. Perspectiva, São Paulo, 1971.
[7] *São Paulo na Federação*, São Paulo, 1924, p. 15-42.
[8] ELLIS Jr., A. *Confederação ou separação*, 2.ª edição, Piratininga, São Paulo, 1933.
[9] *Geopolítica geral e do Brasil*. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1952.

Entre sociedade civil e sociedade política

JACQUES LEVY

Quando se tenta identificar os atores que marcam mais fortemente a escala mundial, depara-se, e nesse ponto todos parecem mais ou menos de acordo, com as empresas e os Estados. Duas questões, contudo, se apresentam — e aqui as respostas podem divergir em maior grau:

1) como esses dois tipos de processos, essas duas lógicas diferentes, se articulam?

2) o par empresas-Estados esgota a realidade do espaço mundial contemporâneo?

Ao tentar responder a estas perguntas, constata-se que são indissociáveis e que o que acontece em escala mundial remete a um contexto mais amplo que denominarei *sociedade civil mundial*. Trata-se de um dos quatro sistemas que animam e produzem a mundialidade atual.

A rede-mundo: uma sociedade civil

Num primeiro enfoque, unidimensional, poderíamos ser tentados a representar a articulação empresas-Estado como um conjunto, a economia-mundo, no qual o primeiro ator definiria a escala e a lógica de conjunto e o segundo constituiria um subconjunto e uma sublógica: o espaço econômico se comporia de lugares, os Estados, que desempenhariam aí um papel, variável decerto, mas definido antes de tudo por sua vinculação à lógica global da economia-mundo.

Proponho superar esse enfoque em função de três argumentos:

a) as lógicas das empresas e do Estado são largamente contraditórias, tendo por efeito notadamente definir espaços de diferentes tipos;

b) as diferenciações do espaço econômico não respeitam os limites dos Estados;

c) a economia não passa de um dos componentes de um processo de contornamento e relativização da participação interestatal do planeta.

A agonia do *imperium*

Pode-se partir da oposição que faz Fernand Braudel entre "economia-mundo" e "império-mundo". Autores como Eric Hobsbawm ou Paul Kennedy insistiram no preço do império, notadamente de sua territorialidade rígida, a um tempo do ponto de vista externo, geopolítico (esse território deve ser defendido independentemente do que ele produz) e interno, político (as pressões para a igualização das situações são inelutáveis). A lógica do *imperium*, que associa o predativo e o produtivo, o território e a rede, o modelo estatal e o modelo monetário, mostrou os seus limites desde o fim do século XIX. A *maneira* americana de "dominar o mundo" já se inspira parcialmente nessa constatação, mas só parcialmente porque, até 1975, para o mundo exterior, e ainda hoje para o seu *backyard* latino-americano, os Estados Unidos não excluem de modo algum o uso da força para defender seus "interesses vitais".

Essa cultura imperialista, portanto, não desapareceu de todo, muito menos nas metrópoles dos antigos impérios europeus. Ela conservou uma justificação (uma justificativa, poder-se-ia dizer) com o complexo militar-industrial, cujo peso econômico não é despiciendo em nenhum país desenvolvido. Mas esse subsistema está hoje dividido entre duas tendências que o impelem a uma crescente separação. De um lado, a idéia segundo a qual a independência de uma defesa impõe a independência das indústrias de armamento não desapareceu, tanto assim que pode ser sustentada por pessoas "interessadas" (patrões e sindicatos habituados a ver descer o maná público, responsáveis políticos pelas cidades-arsenais). Por outro lado, contudo, dois argumentos de peso se impõem cada dia mais: o primeiro, que o protecionismo, aqui como alhures, prejudica a qualidade dos produtos, e os franceses o constataram com surpresa durante a Guerra do Golfo, quando seu exército quase precisou raspar o fundo do tacho para alinhar sistemas de armas tecnologicamente superiores às do adversário iraquiano; mas geralmente, e este é o segundo argumento, o enfraquecimento da *fungibilidade* da ação militar (para empregar o termo de Joseph S. Nye e da escola neo-idealista americana) inscreve o investimento nos armamentos numa empresa de rendimentos gravemente decrescentes, num mundo onde mesmo os que vêem a concretização de um Estado em termos de "potência" (em oposição à "riqueza" ou ao "bem-estar") não podem negar que as "grandes *potências*" já não se fazem a guerra. "Manter a ordem" nas ditaduras africanas parece para muitos um objetivo cada vez mais vão e, em se tratando de "operações de policiamento" de base ética que permite uma legitimação internacional, esta se opõe por definição à lógica do interesse que funda toda postura geopolítica. Foi essa contradição que se viu eclodir através das fricções Joxe/Kouchner quando do envolvimento francês na Somália, no fim de 1992.

O fim do *jus sanguinis* para as empresas

Dizendo isso não pretendo, de modo algum, insinuar que os Estados não seriam atores de primeiro plano na economia mundial. O que penso é que os Estados são forçados a abandonar sua abordagem tradicional, geopolítica, na maneira por que abordam a economia. À medida que se propõe a defender os interesses econômicos da sociedade que ele representa, o Estado já não pode considerar metaforicamente as empresas que têm seu Estado-Maior em seu solo como outros tantos destacamentos armados que partem para a conquista do mundo. Como mostram Richard O'Brien e Elie Cohen, é cada vez mais difícil definir a nacionalidade de um produto ou de uma empresa. E quanto mais nos afastamos do modelo clássico da indústria de armamento, tanto menos se evidencia que uma sociedade tira vantagens da expansão internacional das empresas que nasceram em seu seio. Por diferentes tipos de razão, e nem todas se prendem ao protecionismo do país de acolhida, é cada vez mais difícil conceber uma mudança de escala fundada apenas nas exportações. Desenvolver-se implica deslocalizar-se, o que tem por força conseqüências negativas para o emprego no país de origem. Situo-me aqui no contexto de países com características macroeconômicas comparáveis que realizam entre si o essencial de suas trocas em condições de relativo equilíbrio, isto é, o *Centro* (a *Tríade* mais alguns anexos situados no hemisfério Sul), que representa 90% do comércio internacional. Nesse contexto, a necessária adaptação dos produtos aos mercados locais (o caso do automóvel parece-me, a este respeito, de grande pureza experimental) impõe, mais cedo ou mais tarde, a transferência de empregos de concepção para os lugares de produção. Finalmente, os habitantes de um território vêem reunir seus interesses de trabalhadores e consumidores: cumpre atrair para esse território empresas "estrangeiras" e considerar ao contrário a necessidade da expansão das empresas "locais": se elas soçobrarem, os desgastes serão piores nos lugares onde empregam mais gente. Nesse jogo, os *governos* (e não mais, desde já, os *Estados)* são levados a não mais sustentar os mesmos atores econômicos. Os mante-

nedores do *imperium* ficam em situação instável (o caso do PDG da Peugeot é significativo a esse respeito) e se vêem marginalizados ante aqueles que, sejam "de origem" ou "acolhidos", contribuem desta ou daquela maneira para atender às demandas sociais em matéria de emprego ou de produção. O "direito do solo" tende pois a prevalecer sobre o "direito do sangue".

A métrica das redes

A passagem do papel de Estado geopolítico para o de governo local contribui para inscrever as sociedades nas hierarquias dos espaços de desenvolvimento. Esses espaços, se admite geralmente hoje em dia, são mais eficazmente demarcáveis como redes do que como territórios. O primado de uma organização antes topológica que topográfica constitui um desafio à partição territorial interestatal do planeta. Verdade é que essa partição constitui um dos operadores de diferenciação da rede e produto de "cúpulas" totalmente essenciais. A brusca mudança, uma vez transposta a fronteira, de grande número de realidades de política econômica, mas também de relações sociais e, mais geralmente, de modos de representação e de ação fundadores da vida em sociedade, exerce um efeito estruturante maior sobre a evolução das redes mundiais. O território dos Estados, recortando amiúde um sistema social dotado de funções "completas" e das interações entre essas funções, comporta-se na rede mundial como um espaço de distância interna nula, como um *lugar,* que os fluxos econômicos devem levar em conta, *desposar,* para deles se aproveitar.

Todavia as sociedades-Estados não detêm o monopólio da *topogênese.* Existem escalas pertinentes para a partição de sociedades em diferentes níveis, do local ao mundial. Uma cidade ou uma região podem apresentar um tecido econômico, relações sociais, um campo político ou uma configuração espacial originais que as distinguem de suas vizinhas. Do mesmo modo as associações regionais, ainda que, como a CE, permaneçam, com dominante confederal, criam incontestavelmente um novo escalão. Para além delas, nada obriga o espaço econômico a selecionar uma sociedade, mesmo de porte reduzido, em seu conjunto. Cita-se amiúde, com justa razão, o caso de São Paulo, como exemplo da diferença entre métrica territorial e métrica reticular: de um bairro a outro se passa de um centro muito ativo a uma periferia claramente excluída. Ora, reencontra-se esse fenômeno alhures cada vez que os processos de localização impõem, com uma precisão por vezes cirúrgica, as diferenciações do espaço preexistente. Isto acontece nas

escolhas entre gradientes de urbanidade (do centro-cidade ao infra-urbano), mas também na fabricação de uma configuração *ad hoc* ("mesotópica", diria Michel Foucault) mais ou menos separada do resto do espaço social, como nas diferentes variantes de zonas francas.

Em suma, se a rede-mundo não ignora os Estados, o papel inerente a estes deve ser por mais de uma razão relativizado.

Quando as externalidades fazem a lei

Sinto uma relutância crescente em utilizar a expressão "economia-mundo" para designar esse sistema de redes hierarquizadas de centros e periferias que acabo de evocar. Parece-me, com efeito, que esse vocábulo tende a restringir o conteúdo dos fenômenos descritos. Essa objeção se concebe tanto melhor quanto se adota, como me parece necessário, uma concepção não "materialista" e não-economicista da economia. Significa isto, por um lado, que a distinção entre material e imaterial é julgada, no essencial, como não-pertinente para tratar dos fenômenos da sociedade e que, no par real/representação, que tem uma certa eficácia heurística, não se pode dar um primado explicativo ao pólo "real". Significa por outro lado que a economia, definida como o campo das produções monetárias (ou protomonetárias) da sociedade, é concebida horizontalmente em relação às demais dimensões do social e que a ciência econômica não dispõe de um poder explicativo superior ao das demais ciências sociais. Essa opção resulta, não de uma escolha *a priori,* mas de uma análise *a posteriori* do interesse relativo das diferentes teorias do social.

Nessa perspectiva, pode-se aventar a hipótese de que estamos em presença de um sistema que não é somente econômico, mas que compreende grande número de realidades irredutíveis à economia. É nesse sentido que proponho a expressão *sociedade civil,* não tanto para a opor, como Hegel, ao Estado, mas para a distinguir da *sociedade política.* Noutras palavras, existe uma sociedade mundial como rede portadora de uma grande complexidade mas à qual falta um elemento decisivo: a função política.

Partamos do que se percebe atualmente nos países do Centro como uma "crise": precário crescimento, desemprego elevado, fragilidade das empresas e dos sistemas financeiros. A discussão sobre a origem das taxas de juro elevadas, que caracteriza igualmente essa conjuntura, desemboca em dois tipos de explicações: a crise de liquidez ligada ao desaparecimento das margens de manobra da poupança e dos orçamentos; a reavaliação, pelos atores, dos riscos financeiros. Esses dois casos estão ligados, sendo o

segundo em parte o efeito do primeiro, porém ambos remetem mais profundamente a uma situação inédita na relação dos agregados macroeconômicos com seu contexto. Encontra-se, com efeito, numa configuração duplamente "clássica":

A *vantagem absoluta* (de Smith), fundada, neste caso, nos baixos salários, permite aos países em via de industrialização concorrer vitoriosamente com a produção banal dos países ricos. Trata-se de um fenômeno de massa, já que os recém-chegados representam desde já mais de meio bilhão de habitantes na Ásia e na América, dois bilhões ou dois bilhões e meio amanhã, talvez, caso a inclusão chinesa se confirme e a da Índia se precise. Alguns avaliaram em uns dez a vinte milhões o número de empregos assim destruídos no Centro.

A *vantagem comparativa* (de Ricardo) se aplica particularmente a situações de concorrências entre atores complexos (conglomerados, formações sociais, Estados) que possuem uma dotação em fatores comparáveis mas seguindo estratégias ou agindo em contextos diferentes. Ora, a interpenetração das economias do Centro progride a um ritmo de seis a vinte vezes mais rápido (segundo os indicadores disponíveis) do que o crescimento e suscita a questão da vantagem comparativa numa escala consideravelmente ampliada. Isso se traduz por uma volatilidade das situações e por uma turbulência das ações. E, sobretudo, impõe uma avaliação extremamente precisa e em tempo real dos parâmetros que compõem o quadro da estrutura em questão.

Esses dois processos não são, decerto, totalmente independentes: ambos concorrem para a integração dos fluxos econômicos mundiais. Inscrevem-se todavia em duas temporalidades distintas cujo encontro é, na escala da década ou do meio século, parcialmente fortuito. A simples *inclusão* de novos atores poderia ser gerada diminuindo-se o ritmo dos investimentos de modo a operar uma saída mais indolor do regime fordista. Inversamente, a simples interpenetração dos atores do Centro poderia ser abrandada pela mobilização dos últimos fogos ateados pelo escoamento dos produtos banais. A simultaneidade das duas mutações cria uma tensão difícil de controlar e está provavelmente na origem da crise dos fluxos financeiros produtivos que conhecemos.

Mas quais são os determinantes desse duplo roteiro?

De um lado, encontram-se na história práticas e representações econômicas diferentes no Ocidente e na Ásia oriental, a difusão e a adaptação do "modelo" japonês, mais geralmente as diferentes maneiras com que os indivíduos e os grupos pensam e vivem sua vida em sociedade. Desse ponto de vista, não se pode senão constatar a importância dos fatores culturais nas

diferenças de evolução de grandes áreas de civilização, tais como a África subsaariana, o Islã ocidental, a Ásia oriental ou a América Latina. Pode-se pensar que a capacidade, para uma sociedade (ou apenas alguns de seus membros), de mobilizar o que no patrimônio de seus representantes favorece ou, ao contrário, desfavorece as práticas de acumulação desempenha, em contexto similar, um papel determinante.

Por outro lado, vamos encontrar no fundo o mesmo tipo de fundamento da vida em sociedade através de variações aparentemente mais sutis: concepção da proteção social, do papel do Estado, do estatuto da moeda, mas que, na verdade, remetem a valores diferentes ou pelo menos a equilíbrios diferentes entre valores idênticos, liberdade e igualdade, indivíduo e coletivo, satisfação imediata e bem-estar a longo prazo, consumo material e apetite cultural. Foi o que mostrou de maneira assaz convincente, parece-me, a exploração por Michel Albert do "modelo renano".

Nos parâmetros de diferenciação da rede econômica mundial, há, pois, em essência, dados que pertencem ao domínio do que se chama externalidades, isto é, das realidades qualitativas, não raro sistêmicas, que escapam quase sempre à contabilidade econômica e, em todo caso, à da empresa. Os gradientes que permitem situar um ponto do mundo no interior dessa rede mundializada decorrem do que se poderia denominar *modos de desenvolvimento*. Somos obrigados a passar por aí para compreender a topogênese, a produção de lugares econômicos diferentes. Se a política permanece mais que lacunar na escala mundial, se a disposição em rede desses lugares impede que se fale de uma verdadeira totalidade social, a noção de sociedade civil, em compensação na medida em que permite certa dispersão, certa explosão (em geral é assim que funcionam os contrapoderes não-políticos), mas implica ao mesmo tempo um nível elevado de complexidade que me parece adaptado para resumir essa realidade.

Territórios para a sociedade-mundo

Que leituras tendenciais do mundo atual se podem propor? Muitas, sem dúvida. Cingir-me-ei a um ponto: a emergência contraditória do político na escala mundial. Proponho uma hipótese em dois movimentos:

1) constituição de uma sociedade civil mundial em rede chama inelutavelmente à instituição complementar de uma sociedade política;

2) essas primícias (premissas) engendram uma série de contradições encarnadas em tensões e distorções.

O apelo ao político

Se tomarmos como ponto de partida as dificuldades da auto-regulação do mercado econômico mundial da atualidade, afigura-se evidente que o apelo ao político se impõe. Não necessariamente para conduzir uma ação voluntarista do tipo *keynesiano.* Pode-se pensar que o que é necessário não é tanto intervir no jogo quanto modificar-lhe as regras. Parece bastante claro que a existência de um mercado interestatal (ou interzonal) das taxas de juros tem por definição efeitos devastadores tão logo a tendência entra espontaneamente em alta. Do mesmo modo, o debate sobre o *dumping social,* que não pode limitar-se apenas à Comunidade Européia, levanta o problema dos "pisos sociais". Não é preciso ser social-democrata ou dirigista ou humanista para considerar que pode ser útil *orientar* o conjunto das interações entre agentes econômicos no sentido dos ganhos técnicos de produtividade e do aumento do bem-estar mais que para uma acentuação da intensidade, da duração e da fraca remuneração do trabalho. Mas ainda aqui, num contexto de concorrência precariamente cooperativa, os movimentos espontâneos do mercado podem ser anti-reguladores. Estamos num caso próximo do "equilíbrio subótimo" de Nash. Isto ilustra a diferença, que foi insuficientemente encarecida no período da febre "desreguladora", entre a regulação *pelo* mercado e a regulação *do* próprio mercado, que passa necessariamente por lógicas e atores não-econômicos.

Entre as dimensões extra-econômicas da regulação da economia, encontra-se a da política. O valor, isto é, a "taxa de câmbio" de cada tipo de bem social é fixado por todos os demais. Por exemplo, a moeda constitui um elemento, não o único, de constituição de um capital sociológico. O espaço político de deliberação possibilita um debate permanente acerca da matriz das taxas de câmbio: quanto dinheiro vale a tranqüilidade dos agricultores, quantos votos (a mais ou a menos, conforme o caso) vale 1 km de TGV, quanto aumento de impostos vale uma política satisfatória de educação ou pesquisa?... Isto seria necessário na escala mundial. Percebemo-lo francamente no caso do meio ambiente, bem particularmente sistêmico, estruturado pelo espaço planetário e em tempo muito longo, particularmente rebelde, portanto, ao cálculo econômico.

Delineia-se assim um problema ainda mais englobante, o da miséria. A redução das distâncias percebidas, graças notadamente ao efeito de proximidade devido aos meios de comunicação, torna insatisfatórias as operações meramente caritativas que marcaram o período 1960-1989, da primeira *détente* ao fim do comunismo, do Congo Belga e de Biafra à Etiopia do *Band Aid.* Daí o problema do que se chama "condicionalidade legítima": a passagem da caridade para a solidariedade supõe um mínimo de projeto comum, a idéia, tênue embora, de que não é somente por sobressalto moral que eu concordo em dar mais do que o meu vizinho, mas, pelo menos em parte, em função de uma visão ampla e portanto mais eficaz de meu próprio interesse. Para chegar a tal resultado, seria preciso que os que recebem participassem do mesmo estado de espírito e aceitassem a idéia de uma cotização, ainda que mínima, mas altamente simbólica. Ora, acontece que os que teriam mais necessidade da ajuda dos outros são hoje os que dela estão mais afastados culturalmente, os que partilham o mesmo modelo de desenvolvimento ou mesmo aqueles para quem a própria idéia de sociedade como totalidade produtora de história não faz sentido.

Se a sociedade civil mundial tem alguma existência, falta-lhe a dimensão propriamente política de toda fundação social, aquela — que Aristóteles desenvolve na *Política* — da aceitação da alteridade como meio de realização de um fim comum. Seria falso dizer que as coisas não evoluem nesse sentido. Contrariamente a uma idéia corrente, pode-se mesmo dizer que se observa uma convergência dos objetivos das sociedades graças à vitória do pragmatismo do *horizonte* sobre as aporias da *utopia.* Já não existe verdadeira alternativa para modelos neo-ocidentais um pouco menos dogmáticos na sua expressão, um pouco menos violentos na sua aplicação, mas que por seus valores-chave indivíduo (singular)/sociedade (universal) constituem uma máquina de guerra mais eficaz do que nunca contra os sistemas comunitários. Enquanto a matriz comunista, marcada pelo religioso e por uma possível ruptura com o princípio de realidade, podia ser vivida como um compromisso com o holismo das sociedades do Terceiro Mundo, o mercado e a democracia surgem como algo totalmente diverso das ideologias ocas: são modelos duros, extremamente desestabilizadores e custeadas pelas lógicas comunitárias. A questão é saber se num contexto econômico por vezes desesperador, num quadro de *straddling* cultural que facilita mais as decomposições que as recomposições, essas ideologias podem fazer algo mais do que destruir e engendrar reações de recuo, voltadas decerto ao fracasso, mas durante algum tempo contraproducentes. O que se denomina Terceiro Mundo não forma certamente um todo deste ponto de vista. Boa parte da América Latina parece sair, pelo menos tão depressa quanto o seu simétrico estadunidense, do *contra-habitus* paranóico nacionalista-antiimperialista. No caso da Ásia oriental, as sociedades políticas nacionais emergem lentamente enquanto as sociedades civis parecem conservar terreno à sua frente para seu desenvolvimento. Por fim, a África (à qual se poderia juntar o Haiti) está talvez a mostrar que, por uma vez, a mundialização forçada do exterior pode

ter efeitos positivos: a corrente democrática resiste, se organiza, se instala e milhões de cidadãos dos países mais pobres do mundo respondem a Jacques Chirac que não aceitam que a democracia seja para eles um luxo inacessível.

Interesses vitais e/ou comunidade internacional?

Em seu discurso de posse de 20 de janeiro de 1993, Bill Clinton pronunciou a seguinte frase: "Se nossos interesses vitais se virem ameaçados, ou se a vontade e a consciência da comunidade internacional forem desafiadas, agiremos, por meios pacíficos se possível, pela força se necessário". Há nessa frase todas as ambigüidades da política exterior americana, mas também todas as contradições da emergência do político. Tais contradições se traduzem a um tempo por tensões e por distorções.

Tensões — a política exterior dos Estados mais poderosos deve conciliar ética e defesa de seus interesses. Pode-se ao menos imaginar que isso não seja forçosamente impossível no princípio, mas a cultura do governo, o funcionamento das instituições, as exigências dos cidadãos não caminham necessariamente nesse sentido. Há aqui, sensível na frase de Clinton, um duplo problema, o da natureza do móbil (interesse ou ética) e o da escala da resposta (nacional ou mundial). Na prática, isto se traduz por ações nem sempre elegantes, como se vê nos grandes dossiês: Iraque, Palestina, Somália, Bósnia. Donde as distorções: se George Bush tivesse sido candidato à presidência do mundo, provavelmente teria sido reeleito, mas eis que... A própria substância da ação internacional não se estabilizou porque, por um lado, há diferentes projetos, mais ou menos explícitos, de governo planetário (monarquia americana, oligarquia do G7, aristocracia dos Estados, *lobbying* das ONGs, democracia dos cidadãos...) e, por outro, cada ator deve permanentemente se fazer legitimar por sua sociedade se quiser intervir no cenário mundial. Deste ponto de vista, os ditadores, mesmo que não façam o que queiram com sua opinião pública, dispõem de uma margem de manobra um pouco maior do que os dirigentes eleitos.

A situação indecisa e fascinante que vivemos se caracteriza pelo fato de que são os atores políticos produzidos no contexto dos Estados ou, quando muito (é o caso do secretário-geral da ONU), de uma cooperação interestatal incessantemente por reconstruir que devem se empenhar em desenvolver uma ação e instalar instituições que só poderão relativizar, e, portanto, enfraquecer o poder que a tanto custo conquistaram. Essa situação não é absolutamente nova, nem limitada à escala mundial. Podem encontrar-se problemas similares na Alemanha do século XIX ou na Comunidade Européia atual. É mesmo, em geral, a temática comum a toda inovação social de envergadura: a democracia se fez graças ao clientelismo e à proteção social nasceu no próprio seio do capitalismo selvagem... No nosso caso, o traço específico se encontra provavelmente numa realidade contraditória: uma sociedade civil mundial extremamente dinâmica e uma ausência profunda de canais que permitam fazer circular os fluxos de representação e legitimação cujo surto produziria uma sociedade política. É aí que se situam neste momento os bloqueios mais sólidos.

Sociedade-mundo: necessariamente um território

Uma palavra polissêmica resume a realidade atual da sociedade-mundo: *pontual*. Pontos no tempo, pontos no espaço. Um conjunto freqüente descontínuo de ações com pretensão universal pelos valores e pelos campos de aplicação invocados, mas sempre singulares, não-reproduzíveis, quase miraculosas em cada momento de sua prática.

Se a sociedade civil pode a rigor se contentar com uma rede, a sociedade política tem necessidade de um território, pois só ele possui a *exaustividade* que garante a inclusão de todos os espaços que são objeto das demandas e das respostas da sociedade. Importa distinguir uma rede, ainda que geral, mas fundamentalmente lacunar, de um território que, limitado, é inclusivo, global. Pode-se, por exemplo, conceber "intervenções" da "comunidade internacional" apenas em alguns países, mas com a condição de que ali, pelo menos, a lei seja a mesma para todos, que não haja buraco nem vazamento. E constata-se que a difusão, notadamente por contágio, de um lugar para outro não pode então ser recusada, sob pena de invalidar a pretensão universalista do direito. A diferença entre o direito internacional, que ocupa os espaços deixados vazios pelo direito dos Estados e permanece fundamentalmente na órbita intelectual destes, e o esboço de "direito mundial" (direitos do homem, Estado de direito, democracia) que emerge é aqui patente. Mas os exemplos bozníaco e curdo provam que o que se chama "humanitário", mesmo combinado com ingerência, permanece largamente aquém desse enfoque planetário do direito. Trata-se ainda de uma ação em rede, confinada a um rosário de lugares sobre um punhado de temas para uma braçada de instantes. Bem diferente seria a aplicação de um "mandato", como propõem alguns.

"Mandato"; eis-nos de volta aos impérios — e nesse momento se fala de bom grado de "apelos de império" — com possíveis balbucios da história. Mas hoje são os "dominados" que exigem ser integrados num vasto conjunto, mesmo que concebido e gerido por outros. Compreenderam eles, volvidos

150 anos de parêntese estruturalista-culturalista, que a inovação procede do centro e que é sem dúvida mais eficaz obrigar o "sistema" a se abrir, para usar suas próprias palavras universalistas, do que se desgastar numa ilusória desconexão. Tal será, em todo caso, um cacife *(enjeu)* do futuro próximo.

Tradução: Antonio de Padua Danesi

Des-territorialização e espacialização

PEDRO P. GEIGER

I. Considerações iniciais. Termos e conceitos

1. Nas Ciências Sociais, como nas Ciências Exatas e nas Ciências Naturais, foram criadas palavras e expressões para definir conceitos abstratos e formar linguagem científica. Exemplos: oligopólio, relações de produção, rotação de culturas, conurbação etc.

No campo de conhecimento, porém, inúmeros são os termos do linguajar comum apropriados pela ciência e utilizados pelos pesquisadores em suas subjetivações, atribuindo-lhes conceitos desconhecidos pelos leigos. Naturalmente, a apropriação não se faz arbitrariamente, baseia-se uma relação lógica entre atributos que deram origem ao termo e o conteúdo do conceito.

Na Geografia, um exemplo clássico é a utilização do termo região. Formalmente, região refere-se a uma extensão de um objeto, podendo valer para uma extensão do Globo terrestre, de um país, do corpo humano, ou mesmo de um objeto abstrato, como na frase "esta região do conhecimento".

Ao contrário de nosso Caio Prado Júnior, que depois de produzir monumental obra sobre a formação brasileira, numa fase já avançada de sua vida tratou da *Teoria do Conhecimento,* Henri Lefèbvre se preocupou com questões de Filosofia logo no início de sua produção, para depois se concentrar sobre a problemática da vida social e do urbano. Em sua *Logique formelle, logique dialectique,* de 1947, lembra que a palavra termo vem de *terminus,* limite, o que significa que o conteúdo expresso por uma palavra possui uma extensão, que se encontra entre limites. O termo cavalo, por exemplo, possui uma extensão que compreende todos os cavalos e implica numa série de características comuns a todos os cavalos. No limite inferior, ao descrever mais detalhadamente um dado cavalo, passa-se da espécie *particular,* para se lidar com um indivíduo, de características *singulares.* No

limite superior, passa-se para um conjunto mais *geral,* o gênero no qual a espécie faz parte. Do mesmo modo, se ultrapasso certas características da espécie, por exemplo, se acrescento um chifre na testa, então, não se trata mais de um cavalo, mas de um unicórnio.

No caso da região, como extensão de qualquer objeto, representaria um particular. O objeto de qual parte é o geral, e um lugar na região é o singular. Pela lógica formal, e pelo linguajar comum, o que diferencia um objeto, sua região e um lugar da mesma, é a dimensão quantitativa, sem que haja relação deste quantitativo com o qualitativo.

Nesta lógica, os conceitos são fixos, imobilizados numa hierarquia estática. Considera-se que para os termos de menor extensão existe mais informação e vice-versa. A descrição de um determinado cavalo compreende mais detalhes que a da espécie cavalo.

A lógica dialética, ou concreta, mostra que através de uma análise mais detalhada de um dado cavalo, enriquece-se o conhecimento, não só do animal singular, mas da espécie e dos seres vivos em geral. Pois que o indivíduo é uma totalidade que contém qualidades determinadas pela totalidade de seres vivos e intermediadas pela espécie. Portanto, a lógica concreta abrange movimento entre os níveis singular, particular e universal, o universal se manifestando por suas singularidades. "O movimento que vai de cada um destes termos (singular, particular e universal) aos outros dois não se interrompe nunca... Abrange também o movimento geral do Universo, que afeta a estabilidade postulada pela lógica 'pura', que modifica as coisas, o pensamento, os conceitos... Todo conhecimento é conhecimento de um objeto. Então, os conhecimentos humanos crescem e determinam, sem parar, novos objetos e novas relações de objetos". (H. Lefèbvre, 1947, p. 207.)

O conceito pode se referir à coisa abstrata ou à coisa materializada. O indivíduo vivo é materializado, mas a espécie é uma abstração. Vê-se pessoas, ninguém "vê" a espécie humana. Do mesmo modo, habitações, caminhos, rios, montanhas, fazem dos lugares concretudes materializadas, mas as cidades e as regiões são concretudes abstratas. Contudo, como aponta o autor acima citado, esta diferença, na lógica do movimento, é uma questão de "momento". Na morte, o indivíduo se abstrai e a espécie permanece. Cartago só existe como memória, a cidade, como categoria abstrata, permanece.

Portanto, como diz Lefèbvre, no conhecimento, é através do particular que o pensamento pode compreender o singular. Isto é, através da espécie, são compreendidas as relações dos indivíduos entre si e com o Mundo universal, ou, através de regiões, são entendidas relações entre lugares e a Terra, ou, entre sociedades locais e a sociedade internacional. No desenrolar

dos movimentos históricos, porém, modificam-se as características do universal e do singular, e, conseqüentemente, do nível intermediário, o particular. O acompanhamento, ou o simples aprofundamento do conhecimento em torno dos objetos, modifica os conceitos anteriores. Assim se explica que, de acordo com suas percepções, lógicas, conhecimentos, geógrafos fabriquem seus conceitos qualitativos de região e façam seus recortes regionais. Estes fatos são aqui trazidos porque servem à compreensão da questão espaço/território.

2. Outra situação comum nas Ciências Sociais diz respeito ao uso indiscriminado de termos diferentes da linguagem comum, como que significando a mesma coisa... Por exemplo, território e espaço.

A rigor não existem sinônimos perfeitos. Branco e alvo não são exatamente a mesma coisa. Não se diz que girar o "disco de Newton" produz a cor alva, mas branca, ou, que uma roupa clara bem lavada ficou branca, mas alva.

Do mesmo modo, espaço e território não significam exatamente a mesma coisa. O esclarecimento deste fato tem a ver com a argumentação sobre os conceitos de des-territorialização e espacialização ora em uso.

II. Território e espaço

Território vem de terra que, formalmente, significa uma porção não pedregosa, asfaltada, ou cimentada da superfície terrestre, e que pode ser argilosa, arenosa ou saibrosa. A rocha viva, o asfalto ou o cimento cobrindo, formam os limites, o *terminus,* do termo. Cimentada ou asfaltada passa-se para o termo, chão.

Refere-se também a uma extensão terrestre, mas inclui uma relação de poder, ou posse, de um grupo social sobre esta extensão terrestre. Aliás o termo é também empregado para expressar o controle de uma espécie animal, ou de indivíduos, sobre determinada área geográfica.

Historicamente, populações ligadas por razões sangüíneas ou laços culturais se fixaram sobre determinadas áreas geográficas, quando se tornaram sedentárias. A agricultura se tornara a base econômica e as populações procuravam controlar uma boa extensão de terra arável, criando seus territórios.

Ainda segundo Lefèbvre, um conceito se produz pelas sensações imediatas, *psicologicamente,* pelo aprofundamento do conhecimento, *historicamente,* e pela lógica, *logicamente.* Contendo limites de soberania, propriedade, disciplina, vigilância e jurisdição, o território transmite psicologicamente a sensação de fechamento.

Espaço refere-se originariamente às relações entre formas de objetos, de sua geometria, bem como às relações dos movimentos dos objetos, que se movem infinitamente. Nele se estabelecem as direções dos movimentos, as relações de posição dos objetos.

Conceito abstrato na Geometria e nas Artes Plásticas, o avanço da Física e da Astronomia lhe conferiram uma concretude de espaço cósmico, materializada. O conceito de um Universo delimitado, mas infinito. A extensão histórica do ecúmeno, a intensificação da mobilidade dos homens, a formação dos Impérios, foram, entre outras, razões para o emprego crescente da expressão espaço geográfico, que contém em si o território. O espaço, deste modo, transcende fronteiras e psicologicamente transmite a sensação de abertura.

É interessante observar em antigas linguagens a relação do termo espaço com os níveis do singular, particular e universal, e com as ideologias das épocas. A *Bíblia* parte inicialmente do universal, da criação divina do Mundo e depois designa regiões e lugares. Ela incorpora o conceito de sacro e profano das populações mais primitivas (M. Eliade, 1965) e diferencia lugares sagrados no território profano. O lugar sagrado é também designado de espaço sagrado. Como um lugar, singular, se identifica com o espaço? É que no judaísmo, e nos seus ramos cristão e muçulmano, o lugar sagrado o é, por se encontrar conectado à vastidão do espaço, moradia divina. Esta valorização dos dois níveis extremos, o singular e o universal se refletem na expressão papal de *Urbi et Orbi.*

A cidade também representará um ponto de conexão do território com o espaço. No passado, algumas foram sacralizadas, como Jerusalém, Roma, Meca e Medina. A TV tem divulgado a imagem do Papa se ajoelhando e beijando o solo da primeira cidade do país que visita. Esta imagem pode ser tomada como uma expressão pós-moderna de sacralização, des-territorialização e mundialização. É como se João Paulo II estivesse dizendo: como homem sagrado, estou consagrando este território; ele lhes pertence, mas vocês participam de um espaço maior, o de Deus e dos homens. Seria uma outra manifestação ideológica da *globalização.*

Quanto aos judeus, sua dispersão desde a Antiguidade fez com que seus teólogos sacralizassem todo o território de Israel, como forma de manter firmes laços espirituais e materiais destas populações com o país e as conseqüências políticas se registram até a atualidade.

Que significam então as expressões de des-territorialização e espacialização, correntes na literatura atual da Ciência Social?

III. Des-territorialização e espacialização

Em *La revolution urbaine* (H. Lefèbvre, 1972) visualiza-se o movimento da sociedade humana, de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial, e desta, para uma sociedade urbana. Paralelamente a esta visão do movimento social, o autor busca reconhecer as mudanças dos seus conteúdos, através das transformações das formas dos espaços construídos, resultantes da materialização de objetos produzidos pelas sociedades. Em 1972, publica o que alguns consideram a sua obra máxima, *La production de l'espace* (H. Lefèbvre, 1972).

Marxista, as categorias do autor guardam alguma relação com os modos de produção, no que diz respeito à passagem da sociedade agrária para a sociedade industrial, que pode ser associada ao desenvolvimento capitalista. A sociedade urbana, que não deve ser confundida com sociedade urbanizada, não é explicitada em termos de modo de produção; seus pontos de contato com o comunismo residem na visão do enfraquecimento dos poderes centralizados, da ascensão dos poderes locais e da participação popular.

Outra forma de identificar movimentos históricos de longa duração poderia se realizar considerando os períodos segundo a aceleração da intensidade da mobilidade das populações sobre a superfície terrestre, sua velocidade e os desenraizamentos dos territórios. Nos tempos modernos, estes movimentos se caracterizaram por migrações internacionais maciças, e nos tempos pós-modernos, também pelo turismo, maciço e de forma rotineira. Se estas mudanças, em si, aparentemente, não chegam a se articular diretamente com rupturas do modo de produção, contudo, se associam a substanciais transições da formação econômico-social.

A mobilidade populacional a partir do período histórico designado classicamente de Idade Moderna, apresenta duas dimensões:

1. A primeira se refere à urbanização.

Desde a fixação das sociedades agrárias sedentárias sobre os seus territórios, o movimento das populações rurais passou a se fazer às cidades, e as cidades se tornaram pontos de articulação de movimentos de populações, mercadorias e idéias entre os territórios do Globo que se conheciam. Mudanças institucionais se desenvolveram com o crescimento de cidades, por exemplo, a formação de cidades-Estado, o caso clássico sendo o de Atenas. O modo de produção asiático pressupõe vida urbana relativamente desenvolvida.

Como já mencionado, a cidade a rigor é uma abstração. O que existe materialmente é a aglomeração de construções e a rede viária. Presentes

também atividades que tendem a se localizar em cidades. No entanto não basta a presença destes elementos para se ter a cidade. A cidade se caracteriza por centralidades que realiza, inclusive a serviço do território em que se encontra inserida, por exemplo, a centralidade de funções administrativas.

Como realidade abstrata, a cidade é também local privilegiado para a realização das criações abstratas do espírito humano, o que conduziu à visão da cidade como local de elevação, como tendo uma réplica no céu, na religião judaico-cristã. Então se tornam sagradas, enquanto outras expressam a aplicação na tecnologia, para atingir o espaço (a torre de babel). A cidade aparece pois, implicitamente, como o elo entre o território e o amplo espaço, o material, e o abstrato, do pensamento. A cidade é dotada de amplos espaços públicos, livres para a circulação de todos. Enquanto no território rural é freqüente encontrar formas de servidão para a circulação ou implantação de infra-estruturas, na cidade moderna, a ocorrência é escassa.

Todos estes elementos se encontram, certamente, na raiz de sensações que fazem com que comumente se fale de espaço urbano e, não, território urbano. Pois que a cidade é, antes de tudo, uma forma de conteúdo. E espaço metropolitano se realiza quando se justapõem diversos espaços urbanos.

Todo conceito é um objeto de pensamento e, neste sentido, abstrato. O termo território refere-se também à relação abstrata de poder, contida no termo. Território corresponde, pois, a um nível de produção social de espaço. Espaço, propriamente dito, como o espaço urbano, corresponde a um nível mais elevado da produção social. Na medida que as características deste espaço produzido têm a ver com as estruturas econômicas, sociais, culturais, políticas, elas passaram a ser o centro de atenções de autores, como Lefèbvre.

2. A segunda dimensão diz respeito ao movimento contínuo de expansão do ecúmeno (agora orientado para outros planetas).

Neste sentido, grande ruptura histórica é marcada pelos "descobrimentos" do fim do século XV, que se seguem às "grandes invenções" (papel, imprensa, pólvora e bússola) e que acentuam o fim da Idade Média. A visão do Globo terrestre é concretizada, bem como a concepção da extensão do espaço geográfico, como ele realmente é. Este espaço se abrirá crescentemente para a grande mobilidade de populações, mercadorias, capitais e informação.

Naturalmente, é impossível compreender a mobilidade crescente sem considerar os progressos tecnológicos, a implantação do capitalismo industrial e sucessivas transições da formação econômico-social. Vale observar, à margem do presente texto, que a compreensão da história da sociedade humana requer a articulação do conhecimento sobre modo de produção, que

abstrai e teoriza sobre as relações entre as instâncias, ou sistemas de práticas sociais, com o conhecimento dos objetos materiais e abstratos produzidos, inclusive comportamentos, ou seja, o conhecimento do processo civilizatório (D. Ribeiro, 1968).

Na realidade, as duas dimensões, a da urbanização e a da expansão do ecúmeno, se conjugaram e, sustentadas pela industrialização, impulsionaram o desenraizamento de populações de seus territórios, pelas migrações para as cidades, pela colonização de novas terras, particularmente nas Américas. É verdade que se criaram novos territórios; no entanto, gradativamente foi aumentando a mobilidade geral dos fluxos, e sua velocidade que, na era da eletrônica e da informatização, conduziram a assim chamada *globalização.*

Já, no ainda famoso *Manifesto comunista,* Marx afirma, textualmente, ser a América o elemento condutor para uma economia mundializada, o que, implicitamente, confere ao espaço geográfico mais do que um mero papel de reflexo do processo social. Na realidade, a história americana aponta para o papel do espaço geográfico como componente do processo social. Em apenas 200 anos de independência, assumindo o caráter da superpotência hegemônica atual, são o principal foco das recentes transições da formação capitalista, o melhor caso para se estudar o papel do espaço geográfico no processo (P. Geiger, 1992).

Como se sabe, o conceito de formação econômico-social compreende uma estrutura que reúne a base econômica, as relações de produção e a superestrutura (E. Sereni, 1973).

Em termos da base econômica, o capitalismo industrial europeu se deparou com a sua divisão entre países rivais justapostos e de dimensões hoje consideradas relativamente pequenas. A expansão do mercado de cada país rapidamente encontrava a fronteira de um vizinho. Recriaram-se então os Impérios coloniais, garantidores, para a metrópole, de mercados cativos para seus produtos industriais e para o fornecimento de matérias-primas. Nos Estados Unidos, porém, o capitalismo industrial se desenvolve na forma de enorme espaço nacional contínuo, de costa a costa. A dimensão continental do mercado realimenta a expansão da base econômica, apoiada em recursos naturais, os mais variados, e num crescimento populacional sustentado pela imigração. A continentalidade também exige novas técnicas de transporte e de gerência; progresso tecnológico, velocidade, passam a fazer parte do ideário nacional, progresso tecnológico que realimenta a expansão da base econômica. Mais que um território, cria-se enorme espaço econômico.

As mesmas relações de produção do capitalismo europeu foram estabelecidas no Novo Mundo. Contudo, novas condições proporcionaram enorme mobilidade vertical da população, acompanhando a mobilidade horizontal,

que ia incorporando, sucessivamente, novas regiões-fronteira. Diante do espectro do empobrecimento e do desemprego para grandes massas da Europa, abriam-se as válvulas da colonização nas Américas, Austrália e regiões da África.

Quanto à superestrutura, foram estabelecidas novas relações Estado/Nação em todo o Novo Continente, novas relações entre população e território.

Na Europa, os territórios foram apropriados por populações previamente unidas por laços sangüíneos ou culturais. Os territórios foram batizados com os nomes destas populações: *England,* terra dos ingleses, *Scotland,* terra dos escoceses, *Deutschland,* dos alemães, *France,* dos descendentes dos franceses etc. A hegemonia inglesa fez com que comumente se utilize a palavra Inglaterra para designar o Reino Unido. A Irlanda lutou por sua independência nacional e se tornou República após a 2.ª Guerra Mundial. Antes da 1.ª Guerra, o Império Austro-Húngaro era um Estado que reunia diversas nações dominadas, as "minorias nacionais", algumas, tendo se independentizado depois. Na Europa, Estado e Nação não se superpõem perfeitamente. Nem basta nascer no território de um Estado pertencer à sua Nação, ou Nações, ou para ter assegurados todos os direitos da cidadania.

Nas Américas, os Estados antecedem as Nações. À proporção que se independentizavam, formavam-se as Nações, constituídas de populações das mais diversas origens culturais. Estado e Nação se superpõem, a exceção dos descendentes das populações pré-colombianas, que pertencem ao Estado em que se localizam e a um povo de origem.

Nas Américas, nomes geográficos aplicados às terras descobertas servirão à identificação de povos, nações, Estados, não o inverso. Americano vem da designação dada ao Continente. Brasileiro era o comerciante de pau-brasil, madeira que deu o nome à colônia, e depois ao Estado e Nação. É curioso observar que, na Antiguidade, onde havia inicialmente uma Cidade-Estado, o lugar dava nome ao povo, como ateniense, espartano, romano.

Não se trata, neste documento, estudar como os Estados Unidos se tornaram o foco principal das transições da formação capitalista. O que se deseja ressaltar é que, para tanto, influíram também seus novos formatos de organização espacial e que compreendem novas formas de relação entre população e território. A dimensão continental permite a enorme concentração de gentes provenientes das mais diversas origens. Por outro lado, intensa mobilidade horizontal não se refere apenas à imigração do exterior, ou ao povoamento de regiões-fronteira, mas à mobilidade permanente, que fez da América o país do automóvel, e da velocidade, um objeto ideológico. A história dos objetos geográficos construídos mostra o seu aumento em escala

como uma das tendências (M. A. de Souza, 1993). Não são apenas os países. Por exemplo, assim como o centro novaiorquino não é mais o *downtown,* mas Manhattan, do mesmo modo, o centro da metrópole do Rio de Janeiro não é mais a "cidade", mas a área que se extende da Praça 15, ao Leblon e à Praça da Bandeira. No caso dos Estados Unidos, seu modelo de escala, associada à urbanização e industrialização, contribuiu para a hierarquia alcançada. A propósito, na América, país relativamente pequeno em área, como o Equador, é maior que a Inglaterra, país hegemônico até as primeiras décadas do século.

É sobre estas experiências históricas que Jean Baudrillard emprega os termos de des-territorialização e espacialização (J. Baudrillard, 1986), definindo o existencial de populações contemporâneas, particularmente na América do Norte. Neste sentido, o pós-modernismo, com a sua arquitetura, com sua ação de reunir, num mesmo local, objetos trazidos de diversos locais e de diversos tempos, ou o pluralismo, são proclamações da des-territorialização e da espacialização. O papel das Américas neste movimento deu margem a que fosse cunhada a frase de que, na América, a Geografia substitui a História. *In America Geography Replaces History* (P. Conrad, 1980).

Felix Guattari utiliza des-territorialização para mudanças estruturais em objetos, inclusive não-geográficos, em função de novas subjetivações. Por exemplo, para instituições (F. Guattari, 1990). Para este trabalho, as novas subjetivações dizem respeito a novas relações entre populações e territórios e que se apóiam em novos sistemas de fluxos de elementos materiais e imateriais. O que nos remete ao tema da *globalização.*

Duas observações adicionais. A primeira aponta para o fato de que o espaço pode ser tratado por outras perspectivas, além das já descritas por Lefèbvre. A segunda lembra que, nas Américas, o termo território passou a ser utilizado institucionalmente para designar unidades político-administrativas pouco povoadas e pouco desenvolvidas, sem maior autonomia regional e administradas diretamente pelo poder central. Alasca e Amapá o foram até recentemente.

IV. Globalização e fragmentação

Não há intenção de tratar, aqui, especificamente do tema que no Brasil, na área geográfica, vem sendo bastante estudado por Milton Santos, no geral e, por exemplo, nas relações com o urbano brasileiro (M. Santos, 1991). Neste documento, restringe-se à sua relação com questões de des-territorialização e espacialização.

Globalização implica fragmentação. Sua dimensão econômica mostra novas formas da internacionalização da economia, apoiadas na alta tecnologia. A informatização facilita:

— as firmas comporem seus produtos, fabricando componentes em lugares geográficos distantes entre si, uma forma de espacialização da produção;

— a rápida circulação dos ativos financeiros escriturados pelo mundo inteiro, seja para a especulação, seja na busca do valor, que depende sempre de suas relações com o capital produtivo.

Ao se ligarem às novas formas das relações internacionais, ao que Manuel Castels descreve como a "superposição de uma rede de fluxos à rede de lugares" (M. Castels, 1985), estes lugares se diferenciam, afrouxam laços tradicionais com outros pontos do território em que se encontram inseridos, um caminho para fragmentações e des-territorialização, paralelo à espacialização.

A alta tecnologia carrega a espacialização e facilita atentar contra o território de outros modos. Por exemplo, na interferência em formas de soberania.

O desenvolvimento da aviação, após a 1.ª Guerra Mundial, deu margem ao conceito de espaço aéreo nacional, semelhante ao de mar territorial. No entanto, em relação aos veículos espaciais, as fronteiras perderam efeito controlador.

A rede de informações globais da mídia, apoiada em satélites artificiais, também atua no mesmo sentido e pela internacionalização de todos os lugares, na Terra e no Espaço.

A *globalização,* ao promover a espacialização da economia, atingindo estruturas territoriais tradicionais, na realidade tanto o faz ampliando as escalas de novas formas de organização, como pela sua fragmentação em pequenas unidades. Num extremo, a formação de blocos de países em mercados comuns, de certa forma, a reprodução da constituição de um mercado único de dimensão continental, em condições do capitalismo avançado, realizada pelos Estados Unidos. O modelo de desenvolvimento em Estados continentais é representado pela Rússia, China, Brasil, Austrália. Mesmo com o ressurgimento de antigos conflitos de origem étnica, após o esfacelamento da antiga URSS, o antigo bloco, CEI e repúblicas bálticas mantêm-se, de certa maneira, dadas as interdependências econômicas previamente estabelecidas (M. Bradishaw, 1993). Note-se, porém, a contradição contida nos mercados comuns, pelo aumento de relações intrablocos, em detrimento do comércio interblocos e com outros países. No outro extremo, se observa a proliferação de minúsculos países, alguns ilhas oceânicas que

sobrevivem como "paraísos fiscais", outros cidades-Estado prósperas, como Cingapura.

Todos esses processos, globalização, espacialização, des-territorialização, fragmentação, se acompanham de tensões sociais, associadas a diversas posturas de caráter ideológico.

Uma delas se refere aos movimentos tradicionais de nacionalismo no Terceiro Mundo, para os quais *globalização* e espacialização se identificam com imperialismo. Uma vertente esquerdista que tomou posições nacionalistas a partir da entrada da URSS na 2.ª Guerra, se associa a esta posição. No caso do Brasil, este posicionamento se complica atualmente, quando o País, aparentemente, se ressente de uma marginalização, quanto a investimentos de capitais estrangeiros, Isto, quando se vê a China atraindo as grandes corporações transnacionais e multinacionais e fazendo crescer, há anos, o seu PIB a taxas superiores a 10%.

Ocorre que a *globalização* não expressa apenas a internacionalização da economia, ou a expansão mundializada das corporações multinacionais e transnacionais. Ela compreende também a internacionalização dos movimentos sociais urbanos, que se preocupam com os direitos humanos, com a questão ambiental. Nestes movimentos sociais urbanos, que assumem escala internacional, participam as chamadas "novas esquerdas", para as quais não escapa a crítica quanto a acentuação das desigualdades sociais mesmo no interior do Primeiro Mundo, ou quanto às necessidades de maior participação assistencial do Estado. Torna-se realmente difícil de rotular de esquerda, ou de direita, o comportamento de setores ou pessoas, no Brasil, quando se opõem a campanhas internacionais relativas à Amazônia, ou que promovem boicote à utilização de móveis fabricados de mogno.

Na Europa, nacionalismos de direita, alimentados pelos aumentos de desemprego, resistem ao globalismo e à espacialização que insinuam a solidariedade humana e o direito de acesso aos mercados pelos migrantes, apoiando-se nas velhas ideologias territorialistas. Regra geral, os líderes destes movimentos os dirigem para posições contra a maior integração das nações.

Na Europa do Leste, o enfraquecimento dos Estados autoritários fez ressurgir antigos nacionalismos nas federações socialistas, levando à fragmentação de Estados como a URSS, Iugoslávia, Tcheco-Eslováquia. Fragmenta-se o território, mas não as nações, razão de guerras ferozes, onde as nações deixaram de apresentar extensão territorial contínua, como as que ocorrem na antiga URSS e na antiga Iugoslávia.

Os eventos na Europa do Leste não significam propriamente uma resistência à *globalização* da economia dirigida pelo capitalismo; os novos países

ampliaram suas possibilidades de internacionalização da economia. Neste caso, paradoxalmente, um retorno de territorialização parece ter sido o caminho para a espacialização.

Diferentes foram os separatismos observados na era moderna, na América. No caso do Panamá, retirado da Colômbia, dividiu-se uma nação, não um território. Melhor dito, se dividiu um Estado, pois, dadas as características históricas antes mencionadas, a categoria nação não possui a força observada na Europa. Também na África, os Estados independentes surgidos a partir das fronteiras coloniais, quebraram, sem maior resistência, antigas nações, cuja fraca urbanização e/ou industrialização não contribuiu com maior cimentação.

No Brasil, pequenos grupos separatistas, como os que proclamam a "República do Pampa" não têm maior expressão. No entanto, existem certos paralelismos com as fragmentações que ocorrem com estados da Federação e municípios. Nestes separatismos observam-se duas ordens de motivações.

Uma diz respeito ao interesse de populações de áreas mais prósperas, mais bem entrosadas com a economia internacional, de se separarem de áreas mais pobres, para não arcar com maiores custos pelo gerenciamento do território.

Outra refere-se ao desejo de elites de ampliar os espaços públicos, objeto de suas ambições. Espaços públicos que são fontes de emprego e produtores de valor, tanto maior quanto mais se ampliam os serviços públicos.

Evidentemente, processos de separatismo a nível estadual são mais fáceis de se realizar nas periferias onde a identidade estadual não foi suficientemente internalizada pela população. Tocantins se separou de Goiás e existe um movimento forte pelo estado de Iguaçu, no oeste do Paraná e Santa Catarina. No Estado de São Paulo, cuja configuração estilizada é desenho de calçadas de rua, isto seria mais difícil.

V. Considerações finais

Há alguns anos, des-territorialização seria tomada do mesmo modo que esvaziamento do território, como sendo o esvaziamento de uma área de influência pela polarização de sua cidade. Atualmente, o conceito não nega propriamente a existência do território, mas subordina seus conteúdos e subjetivações à hierarquia mais elevada da espacialização. "A vida inteligível do ser é sempre, e em qualquer lugar, compreendida de um sistema de múltiplas camadas de regiões nodais socialmente criadas, uma configuração de locais diferencialmente e hierarquicamente organizados. As formas específicas e funções desta estrutura existencial espacial varia significativamente, em tempo e local" (Giddens, citado por E. Soja, 1989).

Pesquisa do Prof. Roberto Lobato (R. Lobato, 1993) analisa as sucessivas organizações territoriais da empresa Souza Cruz, ao longo dos anos, áreas geográficas de plantadores de fumo sob seu controle econômico, locais de implantação de fábricas etc. O trabalho revela a facilidade com que a empresa altera a localização e dimensão destes territórios, de acordo com os seus interesses econômicos. Tal fato contrasta com a guerra por cada palmo de terra que se observa hoje, na antiga Iugoslávia.

Vale dizer, permanecem vivas as relações tradicionais de populações com os seus territórios, mas elas se encontram inseridas em processos universais mais amplos, comandados pela *globalização*. É o que se observa aliás, na Bósnia. Comandadas pela *globalização* são as atuais perspectivas dos territórios, vistas pelo movimento ecológico.

Neste processo universal há como que um ajuste entre os interesses dos Estados, e instituições que expressam comunidade internacional. Forças hegemônicas diversas desta comunidade atuam sobre as instituições, através de alguns Estados. Exemplo, através da ONU, os Estados Unidos atuaram representando pressões de opinião pública, na guerra do Golfo, opinião dividida, e na Somália, opinião unânime.

São os movimentos universais de forças hegemônicas que se desenvolvem na sociedade, que estão alterando o significado do Estado e das fronteiras, que dão sentido aos conceitos de espacialização e des-territorialização. Compreendem estas forças, tanto os setores econômicos, como os setores de instituições políticas e da sociedade civil. Todas se apóiam nas altas velocidades que a alta tecnologia imprimiu à informação, que homogeneíza e mostra as diferenças dos lugares. Todas querem se inteirar destes lugares, cujo conhecimento valoriza a Geografia.

Bibliografia

BAUDRILLARD, J. *America.* Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

BRADSHAW, M. *After the Soviet Union: the Newly Independent States in the World System.* Comunicação na Political Geography Speciality Group Annual Conference, da AAG, 1993.

CASTELS, M. *High Technology, Economic Restructuring and the Urban Regional Process, High Technology, Space and Society.* Beverly Hills, Sage, 1985.

CONRAD, P. *Imagining America.* New York, Oxford University Press, 1980.

ELIADE, M. *Le sacre et le profane.* Paris, Gallimard, 1965.

GEIGER, P. P. *America, America.* 1992, a ser publicado em coletânea pela Hucitec.

GUATTARI, F. *As três ecologias.* Campinas, Papirus, 1990.

LEFÈBVRE, H. *A la lumière du materialisme dialectique. Logique formelle, logique dialectique.* F. Paris, Éditions Sociales, 1947.
LOBATO, C. R. *Territorialidade e corporação. Um exemplo.* Apresentado ao Seminário Território, promovido pela ANPUR, em S. Paulo, 1993.
RIBEIRO, D. *O processo civilizatório.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
SANTOS, M. Meio técnico-científico e urbanização. Tendências e perspectivas. *Revista Resgate,* 3, 1991.
SOJA, E. W. *Pos Modern Geographies.* Verso, 1989.
SOUZA, M. A. A. de. *Geografias da desigualdade, globalização e fragmentação.* Texto apresentado ao Seminário Território, promovido pela ANPUR em São Paulo, 1993.

Geografia de lugar nenhum ou hiperglobalização. Breve exame do mundo pós-moderno

GEORGES BENKO

Que vem a ser uma geografia de lugar nenhum? Por certo o contrário de algum lugar, portanto de um lugar, ou melhor, de um meio. Pode-se ler também "meio", isto é, metade lugar, metade não-lugar. Espaço no qual não estão simbolizadas nem identidade, nem relação, nem história: os aeroportos, as rodovias, os quartos de hotel intercambiáveis, os meios de transporte... É a primeira vez na história do planeta que os não-lugares (ou meio-lugares) ocupam tamanho espaço. Não se trata de opor um bom lugar, humano, a um mau não-lugar, desumanizado. Viver numa aldeiazinha onde todo mundo nos observa nem sempre é agradável. Por vezes o lugar tem alma demais. Essa alma forma o meio. Pode ser terrorista. Inversamente, o não-lugar nem sempre é desagradável. Esperar o avião devaneando, sem ser interrompido por ninguém, pode infundir um sentimento de paz.

Do lado do lugar há o sentido, mas também a não-liberdade, a coação. Do lado do não-lugar, uma liberdade individual que pode chegar ao absurdo e à perda de identidade. Quando um nacionalista fala do cosmopolitismo, invoca os lugares em oposição aos não-lugares, isto é, em oposição aos espaços de mistura. Dito isso, há não-lugares em locais onde eles nada têm a fazer. Os vendedores numa grande superfície ou os distribuidores de gasolina num posto participam da familiaridade cotidiana. Do mesmo modo, as pessoas preferem ir ao bar a beber o seu café diante de um distribuidor automático!

A segunda metade do século XX oferece-nos esses (ou seus) espaços. A velocidade, os transportes, a mundialização das trocas, da circulação e do consumo engendram a fabricação de lugares intercambiáveis, idênticos em todo o mundo, por onde passamos sem nos deter, sem encontrar ninguém. Os exemplos são numerosos: rodovias, pedágios, estacionamentos enormes,

aeroportos, distribuidores automáticos (dinheiro, bebidas, passagens etc.), *shopping-centers,* supermercados, cadeias de distribuições e marcas (Benetton, Lacoste, Hugo Boss, Ralph Lauren etc.), cadeias de hotelaria e de refeições rápidas (Novotel, Hilton, McDonald's etc.)... Num aeroporto, num hipermercado, as pessoas se cruzam sem nenhuma necessidade de relação. Um novo Júlio Verne não escreveria *A volta ao mundo em oitenta dias;* seria verdadeiramente necessário acreditar que o seu herói tomasse 72 horas e fizesse a volta ao mundo sem pronunciar palavra. Ao preço de um sorriso ou de algumas malandragens.

Há também a nossa maneira de olhar o mundo. Assim, o consumo turístico é quase sempre um olhar abstrato, desatento aos outros. As mesmas pessoas que nos contam com júbilo as lembranças de Marrakesh se escandalizam com as pretensas dificuldades que os magrebinos criariam em subúrbios que eles não habitam! Da mesma forma, o jogo das imagens nos dá a ilusão de uma familiaridade com o Texas ou o Curdistão. Outros exemplos dessa relação ilusória com o lugar são as placas das rodovias que nos indicam o que veríamos se déssemos uma parada. Na realidade, não paramos, mas vemos desfilar cartazes indicando: "Vézelay, colina eterna", "Aldeia fortificada do século XII". Assistimos a uma espetacularização do mundo.

Vivemos uma época sem precedente. Tudo muda. A relação com o dogma das religiões tradicionais está subvertida, partidos e sindicatos estão em crise. A adesão a valores ordenava o cotidiano. O militante não é necessariamente aquele que discute ideologia todos os dias, da mesma forma que o católico não se interroga diariamente sobre o sentido da presença real, mas as práticas de ambos davam sentido à vida social. Entre a individualização absoluta, de um lado, e a mundialização, de outro, há brechas na camada ideológica.

Os excessos de espaço, de tempo, de acontecimentos, de informações, tiveram conseqüências. Há 50 ou 100 anos, não se tinha todos os dias a sensação de estar na história. Hoje, o rádio e a televisão dão a impressão de que ocorrem acontecimentos de importância histórica todos os dias. Temos a história no nosso encalce. Instala-se uma confusão entre a história e a atualidade. Esses três excessos de tempo, de espaço e de acontecimentos, infundem a sensação de uma perda do sentido. Ora, o que é novo não é que o mundo tenha pouco ou muito sentido, mas que sentíamos todos os dias a necessidade de lhe dar um. Outrora, em sua aldeia, o sentido se evidenciava por si mesmo. Hoje, somos chamados a dar um sentido a tudo, do terrorismo no Peru ao islamismo na Argélia.

Instalamo-nos numa situação de *comunicação solitária,* como parece indicá-lo a multiplicação dos não-lugares. A mera coexistência de indivíduos

já não é possível. O lugar social se recompõe necessariamente. Resta saber em que condições. Existe o risco de procurar princípios de identidade simplistas, como a reivindicação de identidade étnica, a fabricação do estrangeiro, o facismo. Mas pode-se também, e deste ponto de vista o cacife *(enjeu)* europeu é importantíssimo, adicionar a progressão dos direitos do indivíduo, a crescente responsabilização de cada um. Refundir alguma coisa na França ou na Europa implica não falar em termos simples de identidade nacional, mas de relação com outro. O mundo mudou. O outro interessa menos, ou então se desconfia dele. Por que a imigração começou de repente a ser vista de um ângulo problemático? Isto é admitir a idéia de outros mais outros que os outros, os estrangeiros. Fabricar o estrangeiro porque já não se sabe pensar o outro decorre da patologia social. O estatuto de estrangeiros na França, os que já não querem sê-lo e os que querem continuar a sê-lo é uma questão central. Uma questão que ao longo de nossa história sempre resolvemos satisfatoriamente, mas sobre a qual existe uma verdadeira clivagem política. Não é verdade que, excetuada a extrema direita, todo mundo esteja de acordo. Hoje, pensamos na estranheza do outro, não pensamos em sua alteridade. Pensar a alteridade é também pensar a identidade, a relação, o vínculo. Criamos categorias de exclusão quando somos feitos para viver uns com os outros.

Um verdadeiro transtorno se produz ao nível da vida cotidiana. Os centros tornaram-se auto-suficientes no tocante à informação, à imagem e ao som. Esta situação apresenta uma tendência maior de dupla face: uma abertura planetária graças à recepção de informações sobre o mundo inteiro com a velocidade da luz e, ao mesmo tempo, um isolamento pessoal e a individuação das experiências de comunicações, fenômeno a que eu chamaria a comunicação solitária. O hábitat se desintegra da vida e do espaço urbano sem, no entanto, se isolar. As pessoas vivem no mesmo momento o mesmo acontecimento, transmitido pela CNN ou por outras cadeias de televisão, a dezenas de milhares de quilômetros de distância, sentadas no mesmo modelo de poltrona fabricado pela IKEA, no mesmo tipo de sala concebido por Holliday Inn, comendo o hambúrguer fornecido pelo Mc'Donald. O lugar e o meio não têm a menor significação.

O geógrafo sempre trata pelo menos dois espaços: o do lugar que ele estuda (uma região, uma cidade etc.) e aquele, mais vasto, onde esse lugar se inscreve e de onde se exercem influências e coações que não deixam de ter efeito sobre o jogo interno das relações locais. O geógrafo é assim condenado ao estrabismo metodológico: não deve perder de vista nem o lugar imediato de sua observação nem as fronteiras pertinentes de seus desenvolvimentos exteriores. Neste mundo pós-moderno, parte desse exterior é feito de

não-lugar e parte desses não-lugares de imagens. A freqüentação dos não-lugares, hoje em dia, enseja uma experiência sem verdadeiro precedente histórico de individualidade solitária e de mediação não-humana entre o indivíduo e o poder público. O geógrafo das sociedades contemporâneas reencontra então a presença individual no universo englobante no qual estava tradicionalmente habituado a demarcar os determinantes gerais que davam sentido às configurações particulares ou aos acidentes singulares.

No mundo pós-moderno sempre estamos e jamais estamos "em casa", pois as zonas de fronteira já não introduzem a mundos estranhos. A pós-modernidade — que procede simultaneamente das três figuras do excesso que são a superabundância de eventos, a superabundância espacial e a individualização das referências — encontra naturalmente sua expressão completa nos não-lugares.

Já não há análise social capaz de fazer a economia dos indivíduos, nem análise dos indivíduos que possa ignorar os espaços por onde eles transitam.

Há, portanto, lugar, talvez já agora, malgrado a aparente contradição dos termos, para uma geografia de lugar nenhum ou uma geografia de não-lugares, fora-de-lugares ou pelo menos meio-lugares.

Tradução: Antonio de Padua Danesi

Territorialidade e corporação: um exemplo

ROBERTO LOBATO CORRÊA

1. Definindo os termos

Território não é sinônimo de espaço, ainda que para alguns ambas as palavras apresentem o mesmo significado. Do mesmo modo territorialidade e espacialidade não devem ser empregadas de modo indiferenciado.

Etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium,* significando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação, por sua vez, tem um duplo significado. De um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Neste sentido o conceito de território vincula-se à geografia política e geopolítica[1].

A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Neste sentido o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares, conforme já abordado na década de 40, por Walter Firey em seu estudo sobre a *Área central de Boston,* e que a partir do início da década de 70 tem sido considerado pelos geógrafos humanistas. Apropriação passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial[2].

Os dois significados podem, contudo, combinar-se definindo territórios plenamente apropriados, de direito, de fato e afetivamente.

Território constitui-se, em realidade, em um conceito subordinado a um outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas.

A territorialidade, por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e

permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas[3].

Há vários territórios recobrindo a superfície da Terra. Cada um apresenta uma específica dimensão e conteúdo, sendo apropriado, vivenciado e percebido diferentemente pelos diversos agentes. Os vários territórios não formam um mosaico, regular ou irregular, mas assemelham-se às múltiplas possibilidades de arranjos existentes em um caleidoscópio.

Desterritorialidade é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território. Novas territorialidades ou re-territorialidades, por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ,* de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono dos velhos territórios para os novos.

2. A Souza Cruz e seu território

O capital, especialmente aquele associado às grandes corporações multinacionais e multilocalizadas, possui seu próprio território. Possui uma territorialidade e está submetido à desterritorialização e às novas territorialidades. Para isto desenvolve um conjunto de práticas espaciais visando a permanência de seu território e a criação de novos territórios. A desterritorialização, contudo, advém de processos em relação aos quais a corporação pode deter parcela ponderável de controle.

Vejamos um exemplo concreto de territorialidade da corporação. Trata-se da Companhia de Cigarros Souza Cruz[4], empresa mais importante do grupo de mesmo nome que, por sua vez, é parte integrante do conglomerado British American Tobacco (BAT), um gigante internacional que, ao final dos anos 80 atuava em cerca de 90 países empregando mais de 300 mil pessoas. Para o conglomerado BAT existe uma territorialidade global associada a uma geopolítica global.

a) A territorialidade

O conjunto das regiões fumageiras localizadas nos estados meridionais constitui um bom exemplo de territorialidade da Souza Cruz. Inclui ele a área em torno de Santa Cruz do Sul, o baixo vale do Taquari e a região de Camaquã no Rio Grande do Sul, o Sul, a bacia do Itajaí, o Planalto de Canoinhas, o vale do Rio do Peixe e o Oeste em terras catarinenses, e o Oeste e a região de Irati no Paraná.

Este território fumicultor foi criado a partir de 1918 com a implantação em Santa Cruz do Sul da primeira usina de beneficiamento de folhas de fumo da Souza Cruz, seguido, em 1923, da implantação de uma estação experimental de fumo também localizada em Santa Cruz do Sul. A difusão da cultura do fumo e a criação do território foi e é acompanhada de um forte controle sobre o processo produtivo envolvendo uma agricultura do tipo contratual com cerca de 60 mil produtores e orientação e assistência agronômicas realizadas por técnicos da Souza Cruz.

Na preservação do território fumicultor várias práticas são postas em ação. Uma delas consiste na distribuição gratuita aos produtores de fumo do jornal *O Produtor de Fumo,* fundado em 1982 e editado pelo Departamento de Fumo da Souza Cruz localizado em Florianópolis. Em 1989 foram distribuídos 76 mil exemplares a cada dois meses, abordando temas ligados à fumicultura e assuntos variados como notas sociais e passatempos.

Uma outra assume a forma de campanhas direcionadas aos jovens, futuros produtores de fumo, visando minimizar o processo migratório que foi importante na década de 70. Assim, através de panfletos a Souza Cruz procura incutir nos jovens idéias a respeito das vantagens da vida rural. Um dos panfletos difundidos apregoa que "Os sonhos que você busca na cidade quase sempre se transformam em terríveis pesadelos", enquanto um outro fala que "Milhares de pessoas nas cidades sonham em mudar para cá (o campo). E você ainda pensa em mudar para lá?"

Outra está apoiada no Clube da Árvore criado em 1984. Trata-se de uma iniciativa da Souza Cruz que conta com a efetiva participação das Secretarias de Educação dos três estados sulinos. Através dele milhares de alunos de cerca de 600 escolas primárias rurais e de pequenas cidades aprendem a preservar o meio ambiente por meio do reflorestamento. A Souza Cruz fornece orientadores agrícolas, sementes de árvores e material para a produção de mudas, cartazes e livretos que falam a respeito da importância da floresta na preservação do equilíbrio ecológico, ensinando ainda a como proceder para reflorestar. O jornal *O Clube da Árvore,* que circula desde 1988, é distribuído gratuitamente aos participantes do clube: são 55 mil exemplares em cada tiragem.

É importante ressaltar que através do Clube da Árvore cria-se a possibilidade de reflorestamento das pequenas propriedades rurais visando a obtenção de lenha para as estufas onde as folhas de fumo passam, ainda no próprio local de produção, por um primeiro beneficiamento, a secagem. As estufas constituem parte integrante do processo produtivo do fumo, tendo sido

introduzidas e difundidas entre os fumicultores pela própria Souza Cruz desde a década de 20. Seis décadas após torna-se necessário recriar as fontes de aprovisionamento de lenha para as estufas. E preparar os futuros produtores de fumo para assim procederem. Deste modo ao se garantir para o futuro parte das condições de produção garante-se o território que ela própria criou.

b) A desterritorialidade

A Souza Cruz foi submetida, ao longo de sua história, ao processo de desterritorialização. Isto significa que o seu território foi alterado, tendo havido perdas tanto de áreas como de pontos, isto é, localizações urbanas.

Em termos de territórios perdidos um dos exemplos refere-se à área em torno da cidade gaúcha de Santo Ângelo, onde em 1928 foi implantada uma segunda usina de beneficiamento de fumo. No passado essa área destacou-se na produção de fumo. A desterritorialidade da Souza Cruz verificou-se no bojo do processo de emigração de produtores de fumo para o Oeste e Sudoeste paranaense iniciado durante a década de 50. Implicou no fechamento em 1972 da usina de beneficiamento de fumo de Santo Ângelo.

Numerosos são os exemplos de desterritorialização envolvendo núcleos urbanos. A perda desses territórios urbanos, contudo, esteve sob o controle da Souza Cruz, tendo sido, em grande parte, programada por ela.

O fechamento das fábricas de cigarros de Belo Horizonte em 1980 e Porto Alegre em 1993 são dois exemplos. Outros, envolvendo o fechamento de filiais de vendas e depósitos atacadistas indicam um complexo e infindável processo de desterritorialização: Fortaleza e Goiânia, filiais de vendas, Crato, Barra do Piraí, Uberaba, Araraquara e Ponta Grossa, depósitos atacadistas, são alguns dos exemplos.

A desterritorialidade, gerada no âmbito de uma estratégia territorial que ultrapassa os limites de cada área e cidade, está associada a uma nova visão da importância relativa de cada porção do espaço brasileiro pela Souza Cruz. A desterritorialidade implica alterações no mercado de trabalho, nos impostos e em outras atividades direta ou indiretamente vinculadas à Souza Cruz. A desterritorialidade é programada, executada em nome de uma maior eficiência locacional, isto é, maiores ganhos efetivos. Por outro lado, a desterritorialidade gera lugares à margem de uma densa e próspera rede de lugares que conformam o território da Souza Cruz.

c) As novas territorialidades

Desterritorialidade sem nova territorialidade significa exclusão do processo social. Em relação às grandes comparações, novas territorialidades

emergem, seja num contínuo processo de expansão, seja numa recomposição de um território perdido total ou parcialmente.

A Souza Cruz em seu processo de expansão criou novos territórios. Também re-territorializou-se, substituindo territórios perdidos. A busca infindável de um território ideal, isto é, um território que a cada momento fosse o mais rentável para ela, motivou novas territorialidades. Vejamos alguns exemplos.

O processo de valorização das regiões Centro-Oeste e Norte, que ganhou vulto a partir de 1960, iria não somente criar um mercado consumidor relativamente amplo em vasta área do País, como sugerir para um futuro próximo um alto potencial de demanda.

A Souza Cruz acompanha este processo re-territorializando-se. Assim, em 1978 inaugura a maior e mais moderna de suas fábricas de cigarros localizada em Uberlândia no Triângulo Mineiro, um centro estrategicamente localizado face às mencionadas regiões e face à ampla e rica porção do Sudeste do País. A implantação da referida fábrica implicou, dois anos após, o fechamento da unidade fabril de Belo Horizonte, implantada em 1938. Amplia-se assim o território da Souza Cruz através da desterritorialização e re-territorialização.

As novas territorialidades são também programadas, implicando, em muitos casos, implantações em lugares que ainda não atendem a níveis mínimos de mercado. Re-territorialização pode implicar antecipação espacial. Assim, no bojo do processo migratório de fumicultores do Rio Grande do Sul para o Paraná, a Souza Cruz designa, por volta de 1955, um inspetor para organizar o processo produtivo no Sudoeste paranaense, e assim garantir o futuro território da empresa. Trata-se de re-territorialização antecipada, programada.

Um outro exemplo ilustra a re-territorialização programada. Desde 1957, quando do início da construção de Brasília, os veículos da Souza Cruz, através dos quais verifica-se a distribuição de cigarros para o varejo, começam a visitar a futura capital, então um canteiro de obras. Começa a re-territorializar-se. Em 1960, com a inauguração de Brasília, a Souza Cruz aí implanta um depósito atacadista e em 1970 uma filial de vendas que controla vários depósitos atacadistas a ela pertencentes.

3. Território, corporação e poder

A grande corporação dispõe de uma territorialidade complexa, que implica desterritorialidades e re-territorialidades, ambas partes integrantes da

territorialidade. Esta, por sua vez, constitui-se em causa e conseqüência de seu poder que pode alcançar uma dimensão nacional. Certamente tem uma dimensão local, afetando os interesses dos pequenos lugares do amplo território da corporação.

No caso da Souza Cruz lançam-se algumas questões para investigação:

a) Em que medida o território da Souza Cruz, que está em maior ou menor grau inserido na organização espacial do País, constitui-se em importante resultado e fonte de seu poder, capaz de induzir ações do governo federal no sentido de viabilizar-lhe, isto é, viabilizar o espaço de realização e reprodução da Souza Cruz?

b) No plano local, municipal, como se dão os embates entre os interesses localizados e os da Souza Cruz, que possui forte territorialidade?

Notas

[1] Sobre o assunto consulte-se Peter Taylor, "Political Geography: World-Economy, Nation-State and Locality", London, Longman, 1985.

[2] Consulte Walter Firey, *Sentimientos y simbolismos como variables ecológicas*, publicado em 1945 e reproduzido em G. A. Theodorson, *Estudios de Ecología Humana*, Barcelona, Editorial Labor, 2 volumes, 1974. Sobre os geógrafos humanistas veja-se, entre outros, Yi-Fu-Tuan, *Espaço e Lugar*, São Paulo, DIFEL, 1983, e o estudo de Werther Holzer, *A Geografia Humanista — Sua Trajetória de 1950 a 1990*, dissertação de mestrado, Departamento de Geografia, UFRJ, 1992, que analisa a natureza da produção geográfica humanista.

[3] O conceito de territorialidade está apoiado parcialmente em Robert Sack, *Human Territoriality — Its Theory and History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986. Segundo o referido autor "Territorialidade para os seres humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle de uma área", p. 5.

[4] Sobre o grupo Souza Cruz consulte Roberto Lobato Corrêa, Corporação e organização espacial: um estudo de caso, *Revista Brasileira de Geografia* 53(3), 1991; e Corporação, práticas espaciais e gestão do território, a ser publicado na *Revista Brasileira de Geografia* em número relativo ao ano de 1992.

O território da consciência e a consciência do território

ARMANDO CORRÊA DA SILVA

. O lugar em si é impossível de ser conhecido. Determinação natural, espaço dos fenômenos físicos, químicos e biológicos, expressa-se na mente, através de relações exteriores à ecologia, sociedade e cultura. Não obstante, a partir do isolamento do indivíduo do grupo, nasceu a consciência da posse, em contradição com a continuidade natural como dado, no início do Quaternário. Essa origem da territorialidade, ou seja, o lugar como privação do espaço coletivo. Talvez, aí, a origem mais remota do privado. Da árvore à caverna transcorreu um longo espaço de tempo.

O lugar de ocorrência, momento seguinte da hominização, já implica a relação de estranhamento, de separação. Há a consciência do lugar como um outro, que impõe fronteiras e limites. Essa delimitação força o convívio entre desiguais o que gera a consciência da posse, agora, como uma primeira noção de direito, ainda natural. O território põe-se como, não contraditório à divisão do trabalho, mas como o ser, o estar, o ter e o haver do existir como natureza em transformação. Ou seja, a atividade transforma-se em trabalho. Trabalho social e individual.

O lugar de manifestação, pré-requisito do fazer-se público, gera a institucionalização do espaço, através da consciência do real e do imaginário, contradição original do espaço em si. Por isso, dominar o território é, em primeiro lugar, dominar a si mesmo, pois o impulso inicial tem sempre raízes na natureza, agora natureza humana, mas ainda não natureza social. Então, a consciência do deslocamento, impulsionada pela necessidade e pela liberdade, desvenda o mistério, o desconhecido, o inconsciente do ser do espaço, como mito, magia, religiosidade e misticismo. Definem-se o sagrado e o profano.

A determinação e a indeterminação são, assim, modalidades do existir da

consciência, que se põe o território como sobredeterminação para além dos condicionamentos da memória individual e coletiva.

Na nave espacial

O astronauta olhou primeiro para a origem e disse: "o céu é escuro e a Terra é azul", afirmação positiva como poesia concreta. Depois, na seqüência a TV mostrou as marcas do homem pisando na Lua. No momento em que escrevo já há artefatos espaciais além da nossa Galáxia.

Se a Terra é pequena e o espaço é infinito, a consciência do território amplia-se, transformando o espaço em si, o espaço de ocorrência e o espaço de manifestação em reminiscências do século XIX.

O que é o território hoje?

A simultaneidade passa, assim, a ser o condicionante da definição da territorialidade. Contudo, sempre há uma distância a percorrer, mesmo na quarta dimensão, para além da velocidade da luz.

A consciência do avanço tecnológico e científico transfigura o cotidiano. É que a velocidade do pensamento tende também a aumentar e isso implica a transformação do cérebro humano.

O território da consciência tende a tornar-se consciência do território. Mas, como espaço mágico.

O paraíso perdido

Na casa da praia o chão era de areia. Pequenos Besouros, chamados mamangabas, faziam seus nichos em buracos. O menino, andando à toa no quintal, observava com curiosidade o inseto em seu fazer natural.

Então, teve uma idéia!

Tomou um pequeno frasco de vidro, colocou-o na abertura do pequeno buraco e aprisionou o besouro. Este, no vidro colocado em posição horizontal, movia-se com dificuldade nos limites lisos, explorando esse estranho território. O menino não sabia se o inseto o estava observando. Em seguida, satisfeita a curiosidade, soltou-o. O besouro voou desorientado, não conseguindo encontrar seu nicho. Começou, então, a abrir um novo buraco na areia. O menino olhou aquilo com indiferença e pôs-se a brincar com outra coisa. Mas, ficou-lhe a memória do acontecido.

No bar

Sagitário II

A lua está cheia,
Os sagitarianos estão inquietos.
Procuram o encontro que não acontece,
No Bar que acolhe os discretos e os indiferentes.

A lua está cheia,
Mas, os lobisomens não são mais os mesmos.
As mulheres muito brancas não existem mais.

Perderam-se em meio ao trânsito das metrópoles.
Os sagitarianos estão inquietos,
Na noite de lua cheia,
No Bar do bairro de classe média,

No anonimato das mesas que não se comunicam.
Os sagitarianos vagam distraídos no zodíaco.
A lua está cheia, mas o Bar está no fim.
Talvez alguém de outro signo apareça.
Mas, o mapa astral diz que o dia não é hoje.

Saudades do Futuro
São Paulo, 1987

Falando fácil

O território é o domínio de um evento natural ou humano. Pode ser o território de um rio, de uma montanha, de um deserto, de uma espécie animal. Pode ser o resultado do povoamento ou das migrações.

O território humano é um pedaço, no sentido dos meninos de rua.

O corpo pode ser um território e isso as mulheres conhecem milenarmente.

O território possui, assim, um aspecto físico. Por isso, conhecer o território é, inicialmente, conhecer a si mesmo, nas partes e no todo. Em segundo lugar, conhecer o território é conhecer o outro.

Mas, o território é evidência do lugar. Este é pressuposto do espaço, pois o espaço é o maior lugar possível. Então, o cosmos.

Quando escrevo, neste momento, às 5:50 h da madrugada, o faço em meu escritório, em casa, e, desse modo, no meu território. Apesar de esse território já ter sido compartilhado, as pessoas que nele entraram o reconheceram como privado.

Em outra ocasião, numa festa, esse espaço foi ocupado pelos convidados, tendo sido a mesa de trabalho transformada em apoio para os comes e bebes. Havia também cadeiras e almofadas.

O território pode ser, por isso, compartilhado. Neste caso, não se trata mais dessa categoria, mas de uma mudança de função.

Para terminar

Hoje, o mundo privado é alcançado pelo mundo público através da TV, do *fax*, do vídeo-cassete, do PC importado e com ele interage.

A territorialidade, que hoje se põe como um problema para nós, é aquela que demanda a atmosfera da política e do Estado. A territorialidade confunde-se, assim, com a região, a área, o lugar, o espaço.

No entanto, o território destituído de população põe-se como recurso natural. O território habitado põe-se como recurso humano.

Mais do que um dado do real, o território deve pôr-se como o fazer-se dimensão e tamanho da objetividade imaginada.

Imaginar é tornar possível o existir do território da mente, liberta dos constrangimentos do mundo atual. É aceitar a convivência da necessidade e da liberdade no ser em construção contínua.

O possível indica, em suas limitações, a aventura das impossibilidades, como desafios que o cotidiano coloca ante todos nós.

Territorialidade e identidade regional no Sul da Província de Buenos Aires

ROBERTO BUSTOS CARA

O tema da Identidade adquire valor em geografia a partir do conceito de Territorialidade, como categoria relacional espaço-sociedade. A sociedade produz um espaço e, ao tomar consciência dele, o transforma em território, no sentido que Raffestin (1977) empresta a esse termo. Nele se plasma tanto a espacialidade quanto a temporalidade da ação social.

Este trabalho desenvolve paralelamente os conceitos de território, territorialidade e identidade regional, tomando como espaço de referência o sul da província de Buenos Aires, República Argentina.

A província de Buenos Aires, como unidade político-administrativa, integra o espaço pampiano. Esse adquiriu, a partir da segunda metade do século XIX, o caráter de área dinâmica, reestruturadora do território nacional, sobrepondo-se ao modelo de autonomias regionais vigente até aquele momento. Por isso se lhe atribuiu o caráter de região nuclear e constituinte do Estado nacional. O sistema centralista materializou, a partir desse instante, um sistema de oposições que fortaleceu a regionalidade preexistente. Seu território, homogeneizado em decorrência de sua incorporação explosiva ao sistema agroexportador, foi articulado a partir de seu centro natural, a cidade de Buenos Aires. Sua federação e o contínuo crescimento da Grande Buenos Aires, aliados à construção da cidade de La Plata, deixou pendente uma organização adequada do território provincial.

Por outro lado, a formalização conceitual das noções de espaço, território, territorialidade e regionalidade demoraram muito para se estabelecer em geografia, e só progressivamente se construiu um quadro conceitual suscetível de reinterpretar ou pôr em evidência diferentes formas de territorialidade, superando as propostas ligadas ao que se convencionou chamar de territorialidade situacionista mediante as da territorialidade relacional. Como assinala claramente Raffestin (1986, p. 176), "essa demora proveio da própria

definição de geografia, que considerou o espaço como seu objeto fundada no projeto clássico da geografia, que se desenvolveu sob a crença de que o mundo é constituído por um conjunto fixo de objetos independentes do espírito"; e acrescenta, citando Hilary Putnam: "Os objetos não existem independentemente dos quadros conceituais. Somos nós que dividimos o mundo em objetos, quando introduzimos esse ou aquele quadro descritivo".

A transformação conceitual produzida pela revalorização subjetiva afetou todas as disciplinas do campo social, a história, as letras, a lingüística, a sociologia, a psicologia social, assim como a geografia, as ciências políticas e certas tendências do planejamento regional, produzindo uma nova e rica convergência interdisciplinar.

Os conceitos — território e territorialidade

O território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço. A territorialidade, a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida. *Tout projet dans l'espace qui s'exprime par une representation revèle l'image souetée d'un territoire, lieu de relations* (Raffestin, 1977, p. 130).

Todavia, como observa Senecal, "a geografia confronta duas leituras sobre a territorialidade: a primeira enfatiza a capacidade das sociedades de criar suas representações e símbolos, como um modo de compreender e conferir significado a sua própria história e meio ambiente, expressa numa identidade espacial e comunitária; a segunda anuncia o desaparecimento das identidades e o fim dos territórios, sob as forças de estandardização e da mobilidade dos indivíduos" (Senecal, 1992, p. 29).

Territorialidade e identidade

Ambos os conceitos, territorialidade e identidade, podem aplicar-se ao indivíduo ou ao conjunto social e são, portanto, suscetíveis de analisar-se em diferentes escalas — local, regional, nacional etc. Pode-se analisá-las em termos de continuidade ou descontinuidade espacial (Di Meo, 1991), flutuação, e pode-se, ainda, falar de sua existência ou inexistência para um conjunto social determinado e, neste último caso, de construção voluntária. O sentido de pertença, de identidade regional, de tomada de consciência

regional e de ação regional define a territorialidade regional. Tais conceitos permitem definir: territórios de identidade, territórios de pertença, territórios de referência e territórios de ação.

Os símbolos e imagens que materializam a identidade só adquirem valor quando incorporados a processos voluntários a partir de uma perspectiva endógena. Isso tende a se expressar numa tomada de consciência política que dá ao conceito de identidade um sentido territorial.

Territorialidade e regionalidade

Conceitos intimamente relacionados que em geral se podem utilizar como sinônimos. No entanto, a regionalidade é uma forma particular da territorialidade, não só pela escala, mas também pela relação direta que mantém com os movimentos sociais ou com as expressões políticas que surgem no processo de construção social do território.

Pode-se atribuir um papel fundamental ao estudo dos chamados movimentos sociais regionais, como um caso particular dos movimentos sociais. Esses movimentos constituem "ações coletivas, com uma identidade de base essencialmente territorial, onde a região se constitui em sujeito social" (Laserna, 1986, p. 84).

Os princípios assinalados por Turaine (1973) como característicos dos movimentos sociais, Identidade, Oposição e Totalidade, podem aplicar-se ao conjunto de um espaço regional, mesmo quando as ações sociais não chegam a constituir movimentos significativos. Esses princípios estão estreitamente relacionados. "A identidade deve ser interpretada como o resultado de um processo que apela para certas condições de base, partilhadas coletivamente e que são postas em relevo por diferentes situações de conflito" (Laserna, 1986). A territorialidade "está ligada à experiência individual, em particular à aprendizagem no contexto de uma coletividade. Toda territorialidade recorre primeiro à memória reflexiva, ligada ao vivenciado e a uma memória projetiva associada às aspirações" (Bailly, 1990, p. 146). A "territorialidade subjetiva é uma caricatura da realidade, cada qual imagina a sua região como mais quer que ela seja do que como ela é na realidade" (Bailly, 1990).

Ao mesmo tempo, a identidade nacional se define em termos de futuro; "o que se põe em jogo é o controle dos processos de mudança, reivindicando o poder transformador dos atores da sociedade".

Territorialização-desterritorialização-reterritorialização

"A análise territorial desempenha importante papel na compreensão da mudança social de um modo geral; seria interessante representar a mudança social (e seu contrário, o bloqueio) sob a forma de uma dinâmica territorial, pois a mudança social é em parte isso, a vida e a morte dos territórios. A mudança social é vista aqui como um movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização." (Barel, I., 1986, p. 138.)

A conseqüência última é em geral a transformação territorial, mediante a adoção coletiva de um projeto, ou a resultante de um sistema múltiplo de poder, com seus respectivos projetos e racionalidades.

A província de Buenos Aires e o interior buenairense

A província de Buenos Aires representa um campo de observação dos processos de transformações territoriais particularmente interessantes dentro do território nacional. Considerar a província de Buenos Aires e o sul buenairense como territórios inconclusos nos permite observar os processos de uma perspectiva voluntarista que revaloriza aspectos poucas vezes levados em conta.

Como dissemos num artigo anterior (Bustos Cara, 1992), o sentimento regional se desenvolve ou se atenua ali com intensidades difíceis de determinar. Essas intensidades são indicadoras de modificações profundas na territorialidade, assim como de tensões e conflitos. Estamos em presença de um sentimento de regionalidade fraco, se o compararmos com o de outras províncias, tanto das regiões tradicionais como das regiões novas. As causas dessa situação devem ser procuradas na associação de interesses da região pampiana com o poder central nacional, que opôs a província de Buenos Aires ao resto do país. A oposição Buenos Aires-interior foi entendida, não como cidade de Buenos Aires, mas como o conjunto territorial provincial. Isso afetou a formação de uma identidade buenairense claramente definida. As contradições do uso do termo *interior,* tanto para referir-se ao interior do país, excluindo Buenos Aires, como para referir-se ao interior buenairense, ilustram essa ambigüidade.

Territorialidade e identidade regional no Sul da província de Buenos Aires

Historicamente, a federalização da cidade de Buenos Aires, o processo de capitalização da província de Buenos Aires e o contínuo crescimento da Grande Buenos Aires deixaram pendente uma organização adequada do território provincial. Nesse contexto, a cidade de Bahía Blanca e o sul da província de Buenos Aires desenvolvem ao longo de sua história um sentimento de autonomia regional que se vê refletido na mobilização da opinião pública regional ante os numerosos projetos de capitalização.

Um sentimento de identidade coletiva reaparece, intensivamente ligada à possibilidade de capitalização da cidade de Bahía Blanca.

Ressonância regional dos processos globais

A análise da ressonância regional dos processos nacionais e globais é uma metodologia de abordagem do estudo da identidade (territorialidade). Nesse sentido, verifica-se, a partir de 1983 e em conseqüência do advento da democracia, o desenvolvimento de processos participativos, a proposta de mudanças na estrutura territorial. Pode-se interpretá-los como processos de desterritorialização e reterritorialização em diferentes planos e escalas da sociedade nacional.

Em todos os casos isso obrigou a reconsiderar velhas posturas políticas, que pareciam adormecidas ou obsoletas. Ocorre fundamentalmente uma tomada de consciência das possibilidades de intervir voluntariamente na organização territorial.

Uma série de projetos revelou-se particularmente importante para a análise do comportamento da sociedade no cenário regional: *em primeiro lugar,* o projeto de transferência da capital, *em segundo*, a constituição do Mercosul. O primeiro gerou uma reação particularmente intensa na província de Buenos Aires e nas províncias patagônicas, especialmente as do norte dessa região. Isso, basicamente, por tornar necessário um reordenamento e um redimensionamento das formas espaciais de administração do poder político formal.

No caso do Mercosul, em que pese uma certa apatia da base social mais ampla, observa-se uma reação dos atores regionais políticos e universitários, assim como, em menor medida, dos industriais e comerciantes. Na maioria dos casos as formas de organização propostas tenderam mais para a integra-

ção intra-regional do que para a integração extra-regional ou internacional. Nesse sentido, deve-se mencionar a constituição do Grupo Regional Mercosul.

Em *terceiro lugar,* o estado permanente da crise e os processos de reestruturação do Estado, associados a processos de descentralização, exercem um efeito cascata na estrutura político-administrativa formal. A descentralização, na prática, é sentida como uma desresponsabilização, primeiro por parte do Estado nacional, depois por parte do Estado provincial, em relação a aspectos básicos de solidariedade social e econômica. No caso da província de Buenos Aires, o fracionamento comunal resulta excessivo diante das responsabilidades delegadas, aparecendo formas particulares de associação.

A partir da atomização aparente do poder de decisão, propõem-se diferentes foros de debate que nem sempre chegam a constituir formas de organização regional com sustentação e permanência.

Através desse mecanismo, o Estado altera o princípio de oposição, deixando de ser o único responsável pela atribuição direta ou indireta dos recursos, reaparecendo como opostas às unidades administrativas equivalentes, ou, mais claramente definidas, organizações econômicas, não comprometidas nem social nem territorialmente.

Práticas culturais e políticas da cultura

Um aspecto freqüentemente deixado de lado na análise regional é o das práticas culturais e das políticas de cultura. Um campo de observação particularmente interessante é o da formação do Conselho Regional de Cultura, organização espontânea, intercomunal, de ação conjunta no âmbito da cultura. Não inclui as formas de organização e administração da educação formal, que no caso da província de Buenos Aires e no âmbito primário estão a cargo dos Conselhos Escolares Departamentais.

A análise do acordo intercomunal que sustenta juridicamente o conselho regional permite comprovar a necessidade crescente de se encontrar uma identidade comum, que dê sentido à ação política e aos espaços de vida demarcados na fragmentação comunal do território buenairense.

Em outra ordem, mais prática, trata-se de otimizar os recursos econômicos muito escassos com que contam os responsáveis municipais nessas áreas. Tanto para trazer grupos ou atividades culturais de nível nacional como para gerar âmbitos de difusão para as iniciativas locais, que ampliam desse modo sua base de ação.

Observa-se claramente que a identidade não é procurada como uma forma de retornar a valores passados e é vista mais como uma construção, uma reinterpretação dos símbolos culturais.

Nesse sentido, a identidade, embora apele para certas condições de base partilhadas coletivamente, é também o resultado de um processo.

Os movimentos sociais regionais

Não existem movimentos sociais significativos fora dos canais de participação política institucionalizada, apesar de se poder assinalar algumas transgressões, particularmente relacionadas com o meio ambiente e a cultura.

Não se constituiu um movimento regionalista capaz de superar as estruturas setoriais vigentes.

Expressão política da dinâmica territorial

A expressão política não interiorizou com clareza a dimensão territorial, regional, em sua ação, além do meramente enunciativo. Esse fato tem leituras diferentes, embora complementares. Em primeiro lugar, há uma contradição que se pode explicar pelo conceito de territorialidade, o qual passa progressivamente a ser uma função da informação e do tempo ou do ritmo de informação, que não dominamos. "Já não se pode falar de espaço vivenciado, ou de identidade regional, ou de cultura local; pode-se, quando muito, falar de informação consumida, de identidade condicionada e de modelos culturais dominantes" (Raffestin, 1986).

Conclusões

Impõe-se a necessidade de prolongar o debate sobre os conceitos básicos, como espaço, território, territorialidade.

Desenvolver metodologias que permitam reconstruir, a partir do imaginário coletivo e individual, as representações fundamentais da territorialidade em suas diferentes escalas e dimensões.

No caso da província de Buenos Aires, e particularmente no sul, não se formalizaram níveis intermediários de participação suscetíveis de garantir uma articulação entre o local, o regional e os níveis superiores. A estrutura

administrativa em nível provincial, à diferença de outras províncias, dificilmente se equipara a uma região.

Será necessário individualizar, como indicadores de mudanças sociais, os processos de territorialidade, particularmente os não-formalizados em instituições ou legislações. Em outros casos, existem organizações que perdem sua territorialidade original, provocando conflitos.

Bibliografia

Actes des deuxièmes journées d'études nord du Portugal — Aquitaine, *L'identité régionale.* L'Idée de Région dans l'Europe du Sud-Ouest, Maison des Pays Iberiques, CNRS, Paris, 1991.

ANDRE, Y., BAILLY, A., FERRAS, R., GUERIN, J., GUMUCHIAN, H. *Representer l'espace. L'imaginaire spatial a l'école,* Anthropos.

BARBICHON, G. e PRADO, P. *Territoires de relations, territoires d'identité,* Cahiers du Changement Social, vol. VIII, CNRS, Paris, 1988, p. 365-473.

BAREL, Y. Le social et ses territoires, in: *Espaces jeux et enjeux,* Fayard-Fondation Diderot, Paris, 1986.

BUGOMILA LISOCKA, J. Aspectos de la identidad regional. El caso del oriente cubano, *Boletín Geográfico,* n.º 16, Depto. de Geografía, Universidad Nacional del Comahue, 1988, p. 73-9.

BOISIER, S. Las regiones como espacios socialmente construidos, *Revista de la Cepal,* n.º 35, 1988, p. 39-54.

BOISER, S. Las relaciones entre la descentralización y la equidad, *Revista de la Cepal,* n.º 46, 1992, p. 113-31.

BOISER, S. *La gestión de las regiones en el nuevo orden internacional: cuasi-estados y cuasi-empresas,* Area de Planificación y Política Regional, ILPES LC/ip/r 110, marzo, 1992, p. 36.

BUSTOS CARA, R. *Proceso de diferenciación regional en Patagonia,* I Congresso Nacional de Geografía sobre Latinoamérica, organizado por el Grupo de Trabajo Geografía de Países Latinoamericanos y la Universidad Hispanoamericana de Santa María de La Rábida, Huelva, 1992.

BUSTOS CARA, R. *Identidad regional y desarollo compartido,* Actas VII Jornadas Cuyanas de Geografía, Depto. de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 1992.

DI MEO, G. Objetivation et representation des formations socio-spatiales: de l'acteur au territoire, *Annales de Géographie,* n.º 537, 1987.

DI MEO, G. *L'homme, la société, l'espace*, Anthropos, Paris, 1991, p. 315.

CABANES, R. *Socialité públique et identité a Limoux,* Cahiers de Observation du Changement Social, vol. VIII, CNRS, Paris, 1982, p. 9-341.

GORENSTEIN, S. M. *La región sudoeste de la provincia de Buenos Aires. Evolución y perspectivas,* Tesis Doctoral, Inédita, Depto. de Economía, Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, 1989.

GUMUCHIAN, H. Territorialité, partenariat et autre développement: les espaces a faible densité en situation péripherique, *Cahiers de Géographie du Quebec,* vol. 35, n.º 95, 1991, p. 333-48.

LASERNA, R. Movimientos sociales regionales. Apuntes para la construcción de un campo empírico, *Pensamiento Iberoamericano,* n.º 10, Instituto de Cooperación Iberoamericana, julio-diciembre, 1986.

PIOLLE, X. Mobilité, identités, territoires, *Revue de Géographie de Lyon,* vol. 65, n.º 3, 1990, p. 147-54.

RAFFESTIN, C. *Pour une géographie du pouvoir,* Litec, Paris, 1977, p. 249.

RAFFESTIN, C. Ecogenese territoriale et territorialité, in: *Espaces, jeux et enjeux,* Fayard-Fondation Diderot, Paris, 1986, p. 131-9.

SENECAL, G. Aspects de l'imaginaire spatial: identité ou fin des territoires?, *Annales de Géographie,* n.º 563, 1992.

SILI, M. *Changement téchnique et transformation territoriale dans la pampa argentine,* Memoire pour le DEA, Université de Toulouse, UER de Géographie, 1992.

SILVA, H. A. e outros *Bahía Blanca. Una nueva provincia y diversos proyectos para su capitalización,* Gabinete de Investigación de Historia Americana y Argentina. Depto. de Humanidades, Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, 1972.

TOURAIN, A. *Production de la société,* Seuil, Paris, 1973.

TOURAIN, A. *Le retour de l'acteur,* Fayard, Paris, 1984.

TRINCA, D. *Espacio y territorio. Algunas consideraciones téorico-metodológicas,* Memoria III Encuentro de Geógrafos de América Latina, Tomo 1, UAEM, México, 1991, p. 120-33.

URIBE ORTEGA, G. H. *Geografía política: identidad interdisciplina,* Memoria III Encuentro de Geógrafos de América Latina, Tomo 1, UAEM, México, 1991, p. 147-55.

Tradução: Antonio de Padua Danesi

Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas)

GERVÁSIO RODRIGO NEVES

Introdução

Tudo parece nos conduzir a uma inevitável *globalização* como sinônimo de homogeneização, ao mesmo tempo em que assistimos a diversidade, a fragmentação e a heterogeneidade[1] do que foi arranjado ou idealizado nos últimos séculos. O que construímos, sofremos e vivemos parece estar numa dolorosa agonia que não é lenta como a da Idade Média[2], mas assustadoramente acelerada, "criando novos" comportamentos que parecem repetir — pelo menos na forma e no arranjo — o passado medieval, como nos falam Roberto Vacca[3] e George Duby[4]. Invadimos um futuro "projetado" por intelectuais orgânicos da globalidade, eufemismo que esconde a vontade da trilateralidade, em pleno apogeu com seu aparato científico-tecnológico.

A agonia é delirante e perversa, mesmo porque é produto de uma planetária viagem de Mascot[5], onde além disso são suprimidas todas as relações fixas, cristalizadas, com seu cortejo de preconceitos e idéias antigas e veneradas; todas as novas relações se tornam antiquadas, antes mesmo de se consolidar. Tudo que era sólido se evapora no ar, tudo que era sagrado é profano[6].

O desabafo de Mário Benedetti é, pelo menos salutar: "entre muitas perplexidades que me acossam neste fim de século se destaca o rubor de muitos antigos esquerdistas que passam com rapidez para a ala progressista da ultradireita"[7], embora o "mundo único", finalmente realizado e reconhecido como tal, nos condene à forma fetichista do sistema produtor de mercadorias.

(O mundo) revela-se como visão de terror de uma guerra civil mundial

que está por vir (onde já vivemos), guerra em que já não haverá frentes firmes, mas apenas surtos de violência cega em todos os níveis[8].

É neste contexto, identificado como de uma encantadora, misteriosa e paradisíaca pós-modernidade onde no dizer de Robert Kurz "não é infinita a paciência daqueles que caíram fora"[9] é que podemos (e devemos) discutir algumas questões das territorialidades e dos seus poderes inerentes.

Territorialidade

Os territórios — necessariamente *pluralia tantum* — são espaços de ação[10] e de poderes. Os territórios contemporâneos têm diferentes inserções na globalidade que é historicamente fragmentada. O mundo — a globalidade — se apresenta e se mostra aparentemente como caótico, o que gera a sensação do estado de fluidez, temporalidade e de futilidade, justamente pelo desencontro entre a idéia (de globalidade) e a vivência angustiante da fragmentação.

O poder — como capacidade de decidir — se exerce sobre fragmentos — porções da territorialidade — e é adaptado às circunstâncias contraditórias e particulares no tempo e no espaço cada "vez mais diversificado e heterogêneo"[11]. Nessas condições a amplitude e a eficácia do poder é determinada pela densidade dos fragmentos — possivelmente pelo que Milton Santos designa de luminosidade e opacidade[12] — e pela desobstrução e/ou construção de canais das múltiplas redes, tecidas, elaboradas, consertadas ou construídas para dadas condições históricas.

A desobstrução-obstrução dos canais é e sempre foi uma ação política. A história recente é rica em obstruções-desobstruções de canais. Conhecer esses processos construtivos-destrutivos conduz à necessidade de factualizar. Alguns acontecimentos históricos de desobstrução e, portanto, de substituição de poderes são, por si só, exemplares na América Latina, como a guerra contra Rosas que foi o conflito entre o historicamente global (o imperialismo inglês) e o local (projeto nacional argentino); entre o livre cambismo e protecionismo, mas apresentados às massas como uma luta pela liberdade, contra a ditadura. A guerra contra Solano Lopes não foge desse quadro. Nos tempos atuais a Guerra Fria obstruiu e construiu muitos e variados canais, em banhos de sangue, justificados e travestidos na luta entre a democracia e o comunismo.

A atual discussão sobre a lei das patentes[13] e da independência do Banco Central no Brasil[14] é outro exemplo do trabalho político de desobstrução,

como o é, também, o das redes de TV que "organizam" o comportamento das massas.

O exercício do poder se faz sobre o conteúdo do espaço, transformando em territórios, não só pelas forças econômicas mas também pelas raízes culturais, onde as imagens e os mitos não podem ser negligenciados. A força do imaginário é (energia das massas)[15] a única soldadura dos fragmentos dos territórios.

Desterritorialização

Para Octávio Ianni a "desterritorialização" é produto da "globalização (que) tende a desenraizar as coisas, as gentes e as idéias"[16], onde tudo "tende a desenraizar-se: mercadoria, mercado, moeda, capital, empresa, agência, gerência, *know-how*, projeto, publicidade, tecnologia"[17], acrescentando que a desterritorialização aplica-se "(...) também a grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos que atuam crescentemente em moldes que transferem fronteiras e identidades territoriais específicas"[18]. Ela "manifesta-se tanto na esfera da economia como da política e da cultura. Todos os níveis da vida social, em alguma medida, são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros descisórios, pontos de referência"[19].

Desse conjunto de objetos reais (ou virtuais) atingidos pela desterritorialização o movimento de desenraizamento é examinado de forma exemplar por Simone Weil. O desenraizamento é a "mais perigosa doença das sociedades humanas, porque se multiplica a si própria. Seres realmente desenraizados só têm dois comportamentos possíveis: ou caem numa inércia da alma quase equivalente a morte (...) ou se lançam numa atividade que tende sempre a desenraizar muitas vezes por métodos violentíssimos, os que ainda estejam enraizados ou que estejam só em parte"[20].

O fenômeno é de extrema gravidade nos momentos de inflação, de crise, de desemprego na "economia de cassino"[21] ou do "terrorismo financeiro"[22].

A conclusão de Simone Weil é de que "quem é desenraizado desenraíza. Quem é enraizado não desenraíza"[23].

A desterritorialização, o desenraizamento, é gerador de uma "tendência social-darwinista muito forte e com efeito embrutecedor"[24] nas relações individuais, nacionais e de bloco[25].

Não é surpreendente que, em 1976, Brzezinski assim se posicione: "... achamos que o plano visível da cena internacional está mais dominado pelo conflito entre o mundo avançado e o mundo em desenvolvimento do que pelo conflito entre as democracias trilaterais e os Estados comunistas (...) e que as novas aspirações do Terceiro e Quarto Mundos, tomadas em conjunto, representam, no seu entender, uma ameaça maior à natureza do sistema internacional e, em definitivo, às nossas próprias sociedades (...) a ameaça é negarem-se à cooperação"[26].

Negar-se a cooperação é negar-se a desterritorialização; é negar-se ao desenraizamento. Não é ocasional o anunciado perigo do mundo muçulmano[27].

O conflito "territorialidade" *x* "desterritorialidade" atinge todas as escalas: a do globo, dos blocos[28], dos Estados-nações, das regiões, das cidades. Veja-se, como exemplares desses conflitos a cidade de Nova Iorque — um dos pontos de comando das desterritorialização — na crônica de Tom Wolfe[29]; as metrópoles no trabalho de Rüdiger Korff[30] e o recente relatório sobre a crescente pobreza, elaborado pelo Banco Mundial[31]. Pobreza que tem como corolário o decréscimo do exercício da cidadania e a explosiva manifestação de todas as formas de violência.

Novas Territorialidades

Os novos territórios estão sendo formados e transformados em todas as partes sobre os escombros das desterritorialidades, da luta de classes ou das novas fontes espacializadas de produção de mercadorias.

Os meios de comunicação de massa mostram, numa despojada simplicidade[32], os novos territórios: do jogo do bicho, do narcotráfico, da pornografia, das "economias informais", do carnaval, da cólera[33] e das finanças.

Os Estados dominantes enquanto festejam a queda do muro de Berlim, asseguram com a mais alta tecnologia bélica, zonas excludentes no território nacional do Iraque[34]. De longe, observam o genocídio na Bósnia-Herzegovina[35].

Os expulsos da territorialidade agrária brasileira refugiam-se no leste paraguaio: os sem-terra avançam por dentro e para além do território nacional, pois aqui estão bloqueados. Muitos desses migrantes — perdedores, classes perigosas — são sugados e invadem os espaços urbanos onde elaboram — para o pavor dos tecnocratas e dos empreendedores imobiliários — um novo urbanismo que são também bolsões de forças irreprimíveis[36]. De tal forma suspeitos que já começam a serem expulsos ou impedidos de ingressar em certas cidades, cujas administrações estão implantando novas formas de *apartheid*[37].

Forças opacas e cegas incentivam e incendeiam movimentos separatistas em todas as latitudes e longitudes. Basta verificar como se comporta o "Environmental Defense Fund", sociedade sem fins lucrativos sediada em Nova Iorque, que patrocina encontros de representantes de índios brasileiros com o secretário do Interior dos Estados Unidos da América do Norte e

representantes do Banco Mundial para a demarcação de suas terras, preparando novos territórios, pela fragmentação da territorialidade nacional e o simulacro humanitário. A experiência dos "Mosquitos" na Nicarágua e o seu papel geopolítico na América Central não é negligenciável.

As novas territorialidades estão em processo de construção.

Nada de novo frente ao velho estilo britânico: "dividir para governar", em todas as escalas.

O Território Nacional

Se a nação deve existir, deve criar seus próprios valores culturais.
Milan Kundera

Entre sussurros e gritos diz-se que o Estado-nação está morto. Algo patético e definitivo, como expressaram, em 1848, os autores do Manifesto Comunista: "A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda a parte... para desespero dos reacionários, retirar da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas ou estão se destruindo dia a dia (...) a estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis..."[38]. Curiosamente, como registra Robert Kurz, "... o mercado planejado do Leste... não eliminou as categorias do mercado. Conseqüentemente aparecem no socialismo real todas as categorias fundamentais do capitalismo: salário, preço e lucro (ganho da empresas). E quanto ao princípio básico do trabalho abstrato, este não se limitou a adotá-lo como também levou-o ao extremo"[39].

Ao par dessas observações retorno ao manifesto: "o governo do estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia"[40]. Admitamos tudo isso e ainda que "as forças produtivas disponíveis já não mais favorecem as condições da propriedade burguesa; ao contrário, tornam-se poderosos demais para essas condições que as entravam: e, quando superam esses entraves, desorganizam toda a sociedade; ameaçando a existência da sociedade burguesa"[41]. A sociedade burguesa é muito estreita para conter as suas próprias riquezas (...) como a burguesia vence essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade das forças produtivas[42]; do outro, "pela conquista de novos mercados[43] e pela exploração dos antigos"[44]. Portanto, "prepara crises mais extensas e mais destrutivas, diminuindo os meios de evitá-las"[45].

O momento, agora, "é do capitalismo (que) soltou-se da corrente e atacou a si mesmo"[46].

É preciso "acordar aqueles que adormeceram"[47], "rever a razão universal burguesa-iluminista que na verdade não tem substância alguma"[48] porque "... o jogo do mercado mundial ... não permite que os perdedores voltem depois para casa em sossego, mas sim está destruindo sucessivamente para eles toda a possibilidade de uma existência digna. Quando esses homens, povos, regiões e Estados percebem que nunca mais terão alguma chance de vencer e que as futuras derrotas inevitáveis os privarão de qualquer possibilidade de viver, lançarão, mais cedo ou mais tarde, o tabuleiro no chão e dispensarão todas as regras da chamada civilização mundial"[49].

É necessário e desejável pensar num projeto nacional com base na "razão sensível"[50] para evitar fazer "deste mundo um inferno"[51]. Mas é necessário, também, acordar aqueles que adormeceram na insensibilidade da economia do mercado.

O projeto nacional "é um duplo desafio que se coloca a presente geração o de reformar as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade, e o de resistir às forças que operam no sentido da desarticulação do nosso sistema econômico, ameaçando a unidade nacional"[52], pela atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência das estruturas de decisão transnacionais[53] "(...) forças (que) buscam agravar o desemprego nos países ricos[54] e aprofundar a miséria nos países pobres"[55]. Posto que se trata de um processo de *globalização* "é pequena a possibilidade de modificar-lhe o rumo com os meios de ação de alcance nacional"[56]. Acrescenta Celso Furtado: "São muitos os indícios de evolução global orientada para a desarticulação dos sistemas econômicos nacionais, que são substituídos por espaços contidos em parâmetros políticos e culturais"[57] (...) "os atuais países passam a identificar-se, simplesmente com áreas culturais[58] noutros termos, o projeto globalizante é a criação de "regiões antropológicas" que estão sendo delimitadas, por exclusão, pelas atividades econômicas das empresas transnacionais, induzindo as tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades e a formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional.

Somente um projeto político poderá romper os mecanismos perversos o que implica na mobilização da energia das massas[59] que necessariamente se confrontarão com outros poderes. Será a intensidade do confronto que definirá o potencial energético das massas e a sua possibilidade de construção de um projeto nacional, certamente muito mais voltado para si mesmo do que para o exterior.

A contradição entre as necessidades do desenvolvimento capitalista e a preservação do Estado não é a simples luta de subsistência dos capitalistas "atrasados" com aqueles que se negam a subordinação ou tem a lucidez de constatar que "não dá para ter empresas competitivas num país de 'quinto mundo'", onde as "empresas tiveram um aumento gigantesco da produtividade. Visto isoladamente, isto pode até ser bom. Mas coletivamente, isto aponta para um desastre, no sentido de que o desemprego aumenta..."[60].

O Estado-nação foi construído também pelo imaginário que fez o brasileiro. Expurgar, da existência do território, o imaginário, é retornar ao controle do global — agora global-novo[61] — onde " os objetos independem do espírito"[62].

Certamente a pós-modernidade — fase avançada do capitalismo — criará novas formas de gestão do Estado-nação. Há, entretanto, uma condição necessária: " O que mantém unidas as pessoas depois que passa o momento fugaz da ação (aquilo que hoje chamamos de 'organização') é o poder. Todo aquele que, por algum motivo, se isola e não participa dessa convivência, renuncia ao poder e se torna impotente, por maior que seja a sua força e por mais válidas que sejam as suas razões"[63].

O Território Local

Em recente artigo André Gorz escreve que "no exercício de suas atividades, dificilmente os empregados poderão influir nas decisões relativas à natureza, à finalidade, ao valor de uso, e à utilidade social do produto final ... as pessoas cujo trabalho se inscreve num processo em nada diferem dos funcionários do serviço público"[64] que respondem apenas por expedientes de trabalho e pela execução precisa das tarefas que têm a seu cargo e contribuem para o funcionamento de áreas que, via de regra, desconhecem por completo[65], concluindo que já não é possível "transformar a força do processo de trabalho em reivindicações de poder, pelo menos em função da identificação de seu lugar no processo produtivo (...) a crítica ao capitalismo não tem, de modo geral, conexão direta com a vivência vivida no trabalho, nem derivam dela. O 'sujeito' de um projeto (...) de sociedade já não evolui no sentido da consciência de classe do trabalhador enquanto trabalhador, mas antes de trabalhador que, como *cidadão* [o grifo é meu] — na cidade ou no bairro onde mora, por exemplo — se vê privado de seu universo social e natural em conseqüência do desenvolvimento capitalista, assim como a maioria dos demais seres humanos"[66].

No quadro atual da fragmentação do território[67] um dos mais eficientes espaços de resistência é o lugar, o local. Há uma forma de organização com eficácia política: o pleno exercício da cidadania.

É nessa perspectiva que a obra de Milton Santos, *O espaço do cidadão*, não é apenas trabalho pioneiro, como abordagem da "geografização da cidadania"[68] na qual se "... supõe que se leve em conta pelo menos dois tipos de franquias, a serem abertas a todos os indivíduos: os direitos territoriais e os direitos culturais, entre os quais o direito ao entorno"[69] para "... ultrapassar a vaguidade do conceito e avançar da cidadania abstrata à cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada"[70] pela simples razão (razão sensível) de que a perda do " espaço físico " corresponde à perda do "espaço político"[71].

É no lugar vivenciado onde todos os confrontos se explicitam e se individualizam[72]; onde o poder se exercita — ainda que de forma fluida — através das leis orgânicas municipais, dos planos e diretrizes, da captação e distribuição de recursos — através dos sistemas tributários e dos orçamentos; do controle da gestão pública e das ações das empresas que utilizam ou se servem dos "recursos" locais.

É na territorialidade local onde as estratégias de dominação são mais nítidas.

Estes territórios locais são freqüentemente negligenciados pelos geógrafos. Explica-se esse distanciamento. Penetrar neles é participar e se expor às conseqüências da luta no e pelo poder; é o encontro cara-a-cara com os antagônicos onde a "realidade humana esconde de si mesma por cansaço, o fato de estar condenada a motivar a si própria"[73].

Para continuar

Os territórios estão fragilizados, abertos, invadidos. Há uma evidente perplexidade como se tudo fosse absolutamente inusitado. A abordagem "científica" dominante perde a noção de poder e, conseqüentemente a posição fundamentalmente ética do sujeito no território. Tudo isso foi suficientemente examinado em documento dado ao público em 1848. Como Cassandra o "Manifesto" perdeu o dom da persuasão mas não o da profecia. Entretanto "as visões que a dominam não tem mais qualquer relação com as profecias rituais dos oráculos: ela 'vê' o futuro, porque tem coragem de ver a verdadeira situação do presente".

Notas

[1] SANTOS, M. *O espaço da globalização*. Paris, fev. 1993 (datilografado), p. 9.

[2] MICHELET, J. *A agonia da Idade Média.* EDUC/Imaginário, São Paulo, 1992.

[3] Citado por Umberto Eco. *Viagem na irrealidade cotidiana.* Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1984, 2.ª ed., p.75.

[4] *A História não nos dá lições.* Entrevista com George Duby por Any Bourrier. *Jornal do Brasil.* Idéias e Livros. 08/05/1993, p. 6.

[5] BENJAMIN, W. *Documentos de cultura, documentos de barbárie.* Cultrix/EDUSP, São Paulo, 1986, p. 199-200.

[6] MARX, K. (e) ENGELS, F. *Manifesto comunista.* In.: LASKI, H. *O Manifesto comunista de Marx e Engels.* Zahar Edit. Rio de Janeiro, 1978, 2.ª ed., p. 96-7.

[7] BENEDITTI, M. *Intelectuais latino-americanos são mais coerentes do que os europeus.* Entrevista. *Zero Hora.* Segundo Caderno, Porto Alegre, 8/5/93, p. 6.

[8] KURZ, R. *O colapso da modernização.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993, 2.ª ed., p. 199.

[9] Idem, p. 199.

[10] "O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente impossível". Hannah Arendt. *A condição humana.* Forense Universitária, Rio de Janeiro, 5.ª ed., p. 191.

[11] SANTOS, M. *Os espaços da globalização.* Colóquio "Análise do Sistema-mundo e da Economia Mundial" GEMDEV — Paris, fev. 1993, p. 9 (datilografado).

[12] Idem.

[13] *Fernando Henrique afirma que "EUA pode retaliar". Folha de São Paulo,* São Paulo, 2/4/1993; *Questão é comercial, diz Cerqueira Leite.* Idem.

[14] GERVAIS, D. *La droit française s'apprête à relancer la privatisation de l'économie.* Le Monde Diplomatique. Paris. Avril, 1993, p. 6-7; HALIMI, S. *La banque de France va-t-elle devenir le "mur d'argent"?* Idem, p. 7.

[15] A partir do conceito de energia psíquica exposto por C. G. Jung *Energia psíquica.* Edit. Vozes, Petrópolis, 1990, 4.ª ed.; Chegando ao inconsciente. In.: *O Homem e seus símbolos.* Edit. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, s/d, 10.ª ed.; *Aspectos do drama contemporâneo.* Edit. Vozes. Petrópolis, 1988. "Os intelectuais islâmicos retomam a idéia do " Ressurgimento da energia islâmica". Alguns analistas referem-se aos indícios de que "a religião tornou-se uma força energética e dinâmica em favor da mudança social".

[16] IANNI, O. *A sociedade global.* Edit. Civilização Brasileira. São Paulo, 1992, p. 92.

[17] Idem, p. 93.

[18] Idem, p. 93.

[19] Idem, p. 94.

[20] WEIL, S. *A condição operária e outros estudos.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

[21] CLAIRMONTE, F. F. *O poder financeiro fora de qualquer controle.* Le Monde Diplomatique, Paris, novembro, 1992 (tradução).

[22] Idem.

[23] WEIL, S. Ob. cit.

[24] KURZ, R. Ob. cit., p. 146.

[25] *A escala da miséria. Zero Hora,* Porto Alegre, 8/5/1993, p. 2, referente aos relatórios do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola da ONU. Este último registra um aumento de 40% da pobreza rural nos últimos dez anos.

[26] TRIALOGUE. Summer, 1975, p. 12, citado por Hugo Assmann. In.: *A trilateral. Nova fase do capitalismo mundial.* Edit. Vozes, Petrópolis, 1979. p. 11.

[27] A questão do Egito, do Iraque, do Irã, do Bósnia-Herzegovina e do Sudão. Vide *O Estado de S. Paulo.* 16/5/93. Internacional (especial) *A força do Islã.*

[28] WOLF, K. D. (e) ZURN, M. *Teorías de las relaciones internacionales hoy.* Diálogo Científico, vol. 1, n.º 1, Instituto de Colaboración Científica. Tübingen, 1991, p. 11-35.

[29] WOLFE, T. *A fogueira das vaidades.* Edit. Rocco, Rio de Janeiro, 1989, 6.ª ed.

[30] KORFF, R. *A metrópole entre a sociedade global e as localidades.* Zeitschrift fur Soziologie 20 (1991), 5.

[31] CONNOR, S. *Cultura pós-moderna.* Edit. Loyola. São Paulo, 1992.

[32] NEVES, G. R. A rede urbana e as fronteiras: notas prévias. In.: *O Rio Grande do Sul Urbano.* FEE, Fundação de Economia e Estatística, Siegfried Heuser. Porto Alegre, 1990, p. 118-140.

[33] GRESA, A. *Les états — unies fortifient leur emprise militaire. Regain d'activisme dans le golfe.* Le Monde Diplomatique. Fev. 1993, p. 3; LAGE, O. da. *Illusoire sécurité collective sans l'Irak et l'Iran.* Le Monde Diplomatique. Fev. 1993, p. 4-5.

[34] JOXE, A. *Humanitarisme et empires.* Le Monde Diplomatique. Janvier, 1993, p. 1, 6-7.

[35] PROLONGEAU, H. *Violences colombiennes dans les rues et dans les têtes.* Le Monde Diplomatique. Janvier, 1993, p. 24-25; BADER, C. (e) RODRIGO, J.-M. *Les bidonvilles de Lima ou la rage de vivre.* Le Monde Diplomatique. Avril, 1993, p. 27.

[36] Policiais municipais encarregados de impedir o ingresso de populações imigrantes pobres. Caso típico no Rio Grande do Sul, o município de Novo Hamburgo, centro da indústria calçadista e Santa Cruz do Sul, centro fumageiro.

[37] MARX, K. (e) ENGELS, F. *Manifesto comunista.* Ob. Cit., p. 97.

[38] KURZ, R. Ob. Cit., p. 29.

[39] MARX, K. (e) ENGELS, F. Ob. Cit., p. 96.

[40] Idem.

[41] Guerras Globais. II Guerra Mundial, Guerra Fria, ações localizadas: Coréia, Vietnã, Iraque. Anuncia-se o retorno ao Iraque e a observação sobre a Coréia do Norte, além das intervenções particulares. Vip, para o caso brasileiro: "*Paulo Cunha vê sucateamento acelerado". Folha de S. Paulo,* 19/4/1993, p. 1-9.

[42] Com novas mercadorias produzidas pelo aparato científico-tecnológico para mercados reduzidos.

[43] A exploração da Ásia é típica. "Enquanto a taxa de lucro dos investimentos americanos em 1984 era na Europa de 4,3% e na América Latina de 7,2%, na Ásia alcançou 14,0%, sendo 21,8% em Taiwan e ainda mais alta em Cingapura e na Coréia do Sul", indicado por Walden Belo e citado por Celso Furtado. *Brasil. A construção interrompida.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992, p. 20.

[44] MARX, K. (e) ENGELS, F. Ob. Cit., p. 99.

[45] WINFRIED, H., citado por Robert Kurz, Ob. Cit., p. 208.

[46] GORBACHEV, M. *Perestroika. Novas idéias para o meu país e o mundo.* Edit. Best Seller, São Paulo, s/d., p. 29.

[47] KURZ, R. Ob. cit., p. 230.

[48] Idem, p. 199.

[49] Idem, capítulo "*Superação da crise e utopia*", p. 223-234.

[50] MARCUSE, H. *La fin de l'utopie.* Edit. Seuil. Paris, 1968, p. 7.

[51] FURTADO, C. Brasil. *A construção interrompida.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992, p. 13.

[52] Idem, p. 24.

[53] GERVAIS, D. *Dépanner la croissance... Etat d'urgence économique.* Le Monde Diplomatique. Février, 1993; CASSEN, B. *Faut-il partager l'emploi? Vers une révolution du travail.* Le Monde Diplomatique. Mars, 1993; Julien, C. *France, nouvelle donne. Ces*

"élites" que règnent sur des masses de chômeurs. Le Monde Diplomatique. Avril, 1993.

[54] "Países pobres têm 80% dos casos de cegueira". *Jornal do Brasil,* 8/5/93; *Estado Clandestino. Folha de S. Paulo,* 4/5/93; *A escalada da miséria. Zero Hora.* Porto Alegre, 8/5/93.

[55] FURTADO, Celso, Ob. Cit., p. 25.

[56] Idem, p. 25.

[57] Idem, p. 26.

[58] Vide C. G. Jung. Obras citadas anteriormente.

[59] Paulo Cunha vê sucateamento acelerado. *Folha de S. Paulo,* 19/4/1993, p. 9.

[60] Pesquisa realizada sobre a imagem da cidade num município onde 90% da população era imigrante revelou que o único ponto de referência dessa população era a fábrica de calçados da cidade!

[61] CARA, R. B. *Territorialidad e identidad regional en el sur de la provincia de Buenos Aires.* Seminário. Território. Globalização e fragmentação, São Paulo, 28/30 abril 1993, citando Claude Raffenstein. *"Pour une géographie du pouvoir".* Eidt LITEC, Paris, 1977.

[62] ARENDT, H. *A condição humana.* Ob. Cit., p. 213.

[63] RUSSEL, B. *Ciência e sociedade.* Companhia Editora Nacional, São Paulo; BILLY, J. *Os técnicos e o poder.* Del. Col. Saber Atual. São Paulo, 1961; KURZ, R. Ob. Cit.; SANTOS, M. *O espaço do cidadão,* p. 20-21 (os abusos de funcionários sem mandato); BOURDIEU, P. *O poder simbólico.* DIFEL/Edit. Bertrand. Lisboa/Rio, 1989, p. 92-95.

[64] GORZ, A. A nova agenda. In.: BLACKBURN, R. *Depois da queda.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993, p. 239.

[65] Idem, p. 241.

[66] Os movimentos "separatistas", em todos os continentes, resultam desse processo deliberado dos quais o mais trágico (ou retumbante) é o da Bósnia-Herzegovina. LOPEZ, L. R. Conservadorismo e conflitos étnicos nas décadas de 80 e 90. *Vozes Cultura* (4), julho, agosto, 1992, Ano 86. Vol. 86.

[67] SANTOS, M. *O espaço do cidadão.* Edit. Nobel. São Paulo, 1987.

[68] Idem, p. 121.

[69] Idem, p. 122.

[70] SILVA, A. C. da. *De quem é o pedaço?* Hucitec, São Paulo, 1986, p. 76.

[71] "Nada e ninguém existe nesse mundo cujo próprio ser não pressuponha um expectador". HANNAH, A. *A vida do espírito.* UFRJ. Edit. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1992, p. 17.

[72] SARTRE, J.-P. *Diário de uma guerra estranha.* Edit. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1983, p. 143.

[73] WOLF, C. *Cassandra.* Edit. Estação Liberdade. São Paulo, 1990, p. 243.

Bibliografia

ARENDT, H. *A condição humana.* Forense Universitária, Rio de Janeiro, 5.ª ed.

ARENDT, H. *A vida do espírito.* UFRJ/Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1992.

ASSMANN, H. In.: *A trilateral. Nova fase do capitalismo mundial.* Edit. Vozes, Petrópolis, 1979.

BLACKBURN, R. *Depois da queda.* Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1993.

BENEDITTI, M. *Intelectuais latino-americanos são mais coerentes do que os europeus.* Entrevista. *Zero Hora.* Segundo Caderno, Porto Alegre, 8/5/93.

BENJAMIN, W. *Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie.* Cultrix/EDUSP, São Paulo, 1986.

BADER, C. (e) RODRIGO, J.-M. *Les bidonvilles de Lima ou la rage de vivre.* Le monde diplomatique. Avril, 1993.

BERNARD, C. *Faut-il partager l'emploi? Vers une révolution du travail.* Le Monde diplomatique. Mars, 1993.

BILLY, J. *Os técnicos e o poder.* Del. Col. Saber Atual. São Paulo, 1961.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico.* Difel/Edit. Bertrand. Lisboa/Rio de Janeiro, 1989.

CLAIRMONTE, F. F. *O poder financeiro fora de qualquer controle.* Le Monde Diplomatique, Paris, novembro, 1992 (tradução).

CONNOR, S. *Cultura Pós-moderna.* Edit. Loyola. São Paulo, 1992.

CARA, R. B. *Territorialidad e identidad regional en el sur de la provincia de Buenos Aires.* Seminário. Território. Globalização e fragmentação, São Paulo, abril 1993.

DUBY, G. *A História não nos dá lições.* (Entrevista). *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 8/5/1993.

Brasil, Jornal do. Países pobres têm 80% dos casos de cegueira. 8/5/93.

ECO, U. *Viagem na Irrealidade Cotidiana.* Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1984, 2.ª ed.

FERRARA, L. D'A. *Olhar Periférico.* EDUSP. São Paulo, 1993.

FURTADO, C. *Brasil. A construção interrompida.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

GORBACHEV, M. *Perestroika. Novas idéias para o meu país e o mundo.* Edit. Best Seller, São Paulo, s/d.

GRESA, A. *Les états — unies fortifient leur emprise militaire. Regain d'activisme dans le golfe.* Le Monde Diplomatique. Fev. 1993.

GERVAIS, D. *Dépanner la croissance... Etat d'urgence économique.* Le Monde Diplomatique. Février, 1993.

GORZ, A. A nova agenda. In.: BLACKBURN, R. *Depois da queda.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.

GERVAIS, D. *La droit française s'apprête à relancer la privatisation de l'économie.* Le Monde Diplomatique. Paris. Avril, 1993.

HALIMI, S. *La banque de France va-t-elle devenir le "mur d'argent?".* Le Monde Diplomatique. Paris, avr. 1993.

IANNI, O. *A sociedade global.* Edit. Civilização Brasileira. São Paulo, 1992.

JOXE, A. *Humanitarisme et empires.* Le Monde Diplomatique. Janvier, 1993.

JULIAN, C. *France, nouvelle donne. Ces "élites" que règnent sur des masses de chômeurs.* Le Monde Diplomatique. Avril, 1993.

JUNG, C. G. *Energia Psíquica.* Edit. Vozes, Petrópolis, 1990, 4.ª ed.

JUNG, C. G. *Aspectos do drama contemporâneo.* Edit. Vozes, Petrópolis, 1968.

JUNG, C. G. "Chegando ao inconsciente", In.: *O Homem e seus símbolos.* Edit. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, s/d, 10.ª ed.

KURZ, R. *O colapso da modernização.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993, 2.ª ed.
KORFF, R. A metrópole entre a sociedade global e as localidades. *Zeitschrift fur Soziologie* 20 (5), 1991.
KUNDERA, M. Culture et existence nacionale. *Les temps moderns* (23) 263. Paris, avr. 1968.
LASKI, H. *O Manifesto comunista de Marx e Engels.* Zahar Edit. Rio de Janeiro, 1978, 2.ª ed.
LOPEZ, L. R. Conservadorismo e conflitos étnicos nas décadas de 80 e 90. *Vozes Cultura* (4), Julho/Agosto, 1992.
MARCUSE, H. *La fin de l'utopie.* Edit. Seuil. Paris, 1968.
MICHELET, J. *A agonia da Idade Média.* EDUC/Imaginário, São Paulo, 1992.
MARX, K. (e) ENGELS, F. *Manifesto comunista.* In.: LASKI, Harold.
NEVES, G. R. *A rede urbana e as fronteiras: notas prévias.* In: *O Rio Grande do Sul Urbano.* FEE Fundação de Economia e Estatística, Siegfried Heuser. Porto Alegre, 1990.
PROLONGEAU, H. *Violences colombiennes dans les rues et dans les têtes.* Le Monde Diplomatique. Janvier, 1993.
RUSSEL, B. *Ciência e Sociedade.* Companhia Editora Nacional, São Paulo.
RAFFESTIN, C. *Pour une géographie du pouvoir.* Eidt LITEC, Paris, 1977.
SANTOS, M. *Os espaços da globalização.* Colóquio Análise do Sistema-mundo e da Economia Mundial. Paris, fev. 1993.
SANTOS, M. *O espaço do cidadão.* Edit. Nobel. São Paulo, 1987.
SANTOS, M. *Espaço & método.* Edit. Nobel. São Paulo, 1985.
SILVA, A. C. da. *De quem é o pedaço?.* Hucitec, São Paulo, 1987.
SARTRE, J.-P. *Diário de uma guerra estranha.* Edit. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1983.
São Paulo. Folha de. "Fernando Henrique afirma que EUA pode retaliar", 2/4/93; "Questão é comercial, diz Cerqueira Leite", 2/4/93; "Paulo Cunha vê sucateamento acelerado", 19/4/93; "Estado Clandestino", 4/5/93.
São Paulo. O Estado de. "A força do Islã", 16/5/93.
WEIL, S. *A condição operária e outros estudos.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
WOLFE, T. *A fogueira das vaidades.* Edit. Rocco, Rio de Janeiro, 1989, 6.ª ed.
WOLF, K. D. (e) ZURN, M. *Teorías de las relaciones internacionales hoy.* Diálogo Científico, vol. 1, n.º 1, Instituto de Colaboración Científica. Tübingen, 1991.
WOLF, C. *Cassandra.* Edit. Liberdade. São Paulo, 1990.
Zero Hora. Porto Alegre, "A escalada da miséria", 8/5/93.

O espaço aéreo favorece a desterritorialidade?

HELENA KOHN CORDEIRO

FRANCISCO SÉRGIO BERNARDES LADEIRA

A mundialização da economia, o sistema aéreo e o território

No período pós-70, a emergência do Brasil como um país semiperiférico na economia mundial alterou as dimensões do mercado nacional: complexos industriais integrados foram consolidados simultaneamente à conquista de parcelas do mercado externo. O Estado perseguiu a política de desenvolvimento regional, objetivando completar o processo de integração econômica nacional. A locação das firmas foi amplamente induzida pelo planejamento estatal. Mais dependentes dessa política, as firmas nacionais, que operam numa porção mais competitiva do mercado, tornaram-se espacialmente mais dispersas. As empresas transnacionais centralizaram gerência e produção principalmente na "cidade mundial" de São Paulo e seu entorno imediato, o que lhes garantiu acesso e controle sobre o mercado interno e externo (Becker & Egler, 1992). Assim, com apoio na implantação dos sistemas de telecomunicações, pode-se ampliar a participação numa economia mundializada tendo havido, de um lado, a grande dispersão das plantas industriais, e, de outro, reforço da centralização da gestão e do comando da economia em alguns pontos nodais do espaço (Castells, 1985; Correa, 1991). Esses fenômenos de reestruturação espacial desenvolveram-se no espaço brasileiro no processo de oligopolização da economia (Correa, 1989A; Cordeiro, 1987).

Acompanhando o crescimento econômico, essa reestruturação obedeceu aos conhecimentos prévios das virtualidades oferecidas por cada área ou lugar, onde ele se redefiniu, buscando tirar, de cada um, as maiores possibilidades de lucro, no âmbito nacional e internacional. O território passou a ser definido pela combinação entre o subsistema hegemônico e os outros regio-

nais e locais preexistentes. O Brasil, país-continente, oferece uma grande diversidade desses conjuntos e a circulação aérea torna-se especialmente importante entre os sistemas de fluxos; desde que permite realizar a complementaridade entre as porções especializadas do espaço interno, ligando-as aos outros territórios do espaço externo. Dada a especialização territorial, maior é a divisão do trabalho e a exigência de circulação. Principalmente numa economia mundializada, que exige forte controle e regulação de todo o processo de produção. Entre os circuitos espaciais de produção, além da matéria e da informação, circulam também os homens, que traçam o destino desses espaços. As metrópoles funcionam como nódulos da rede urbana; conexões entre os diversos círculos de produção e de cooperação, onde se estuda e se decide sobre a redistribuição geográfica dos capitais e do trabalho produtivo (Santos, 1988B). Assim, integrada pelas grandes corporações, a rede de metrópoles dispõe-se de forma hierárquica em termos de tomada-de-decisão e de especialização da produção (Correa, 1991).

Deram-se mudanças tanto na composição técnica quanto na orgânica do território. Multiplicaram-se a densidade e a natureza dos fluxos que nele circulam, integrando uma complexa tecnosfera. Ela funciona junto com uma nova psicosfera, formada por homens que compõem um novo sistema de relações sociais (Santos, 1988A). Nela destaca-se a cada vez mais poderosa tecnocracia dirigente (Shachar, 1983) formada por profissionais qualificados, envolvidos nos negócios, no governo ou em organismos internacionais. São eles os responsáveis pela transformação recente do capitalismo "tardio" nos países periféricos.

Poderíamos imaginar que o impacto das tecnologias de informação, favorecendo o intercâmbio de um imenso volume de dados entre pontos remotos, pudesse manter a tecnocracia dirigente nas sedes sociais das grandes empresas. Contudo, é grande a demanda de comunicação face a face para as tomadas-de-decisão (Hall, 1985). Os fluxos aéreos são os caminhos dessa clientela para realizar os contatos pessoais inter e intra-organizacionais.

No que se refere ao trânsito aéreo brasileiro, é baixo o fluxo de passageiros de turismo. Se no início dos anos 80, 80% viajavam a negócios (Dacharry, 1981), no fim, nas companhias aéreas regionais, mais de 95% dos passageiros eram empresários e executivos (Flap, 1989); bem como os das empresas de táxi-aéreo (DAC, 1987). Os gastos das empresas com viagens aéreas revelam (Rodrigues Filho, 1989): do montante despendido em viagens (2,6 bilhões de dólares), 40% correspondiam a passagens aéreas, dos quais 89% destinaram-se a viagens de negócios de âmbito nacional, sendo 9% para contatos políticos.

O deslocamento da massa de executivos por via aérea veio a requerer

serviços especiais nos aeroportos, hotelaria e restaurantes de alto nível. No caso da metrópole paulistana, quadriplicaram os hotéis de 5 estrelas e dobraram os de 4 nas duas últimas décadas. No espaço interno do centro metropolitano, sua expansão dirigiu-se para as áreas de maior prestígio social e econômico (Cordeiro, 1991). A clientela dominante é de executivos estrangeiros: Estados Unidos, Argentina, Japão, Alemanha, Coréia do Sul. Dos nacionais, a maioria vem do Rio de Janeiro, seguida por homens de negócios do interior do próprio Estado de São Paulo, cujo dinamismo econômico recente é notável.

Os propósitos da pesquisa

Tendo em vista, na década dos 80 da maior participação do Brasil no sistema mundializado da economia e a expansão do pós-fordismo industrial em nosso país (Lipietz e Leborgne, 1985), com unidades de produção, distribuição e gerenciamento espalhadas por todo o território (Becker & Egler, 1992); a expansão do domínio agroindustrial com frentes de modernização e a abertura da fronteira amazônica (Becker & Egler, 1992); o fortalecimento do sistema metropolitano com a concentração das sedes das grandes empresas nas metrópoles, especialmente na "cidade mundial" de São Paulo, para onde se deslocaram e vêm se deslocando sedes-sociais das grandes empresas de todos os setores da economia (Cordeiro, 1987), pareceu-nos válida a retomada do tema abordado por Freire et allii (1977) em "O sistema urbano Brasileiro: uma análise através dos fluxos aéreos de passageiros". No período 1965-73 por eles abordado, dera-se o "take-off" da expansão do setor de telecomunicações e circulação, entre os quais o sistema aéreo, como parte do projeto desenvolvimentista do governo autoritário, que levou à oligopolização da economia nacional e à sua integração no plano mundial.

Acreditamos que, no período recente, o sistema aéreo interno tivesse sofrido uma intensificação ou reforço do movimento de executivos, especialmente no circuito intermetropolitano; a consolidação da importância da "cidade mundial" de São Paulo como o maior nódulo do sistema aéreo em detrimento dessas funções do Rio de Janeiro; uma grande integração do espaço interno pela reestruturação do sistema aéreo, permitindo a complementaridade entre frações especializadas do nosso território; o crescimento do tráfego aéreo entre os maiores centros urbanos das regiões Sudeste e Sul do País e a sua expansão na direção das novas fronteiras econômicas das regiões Norte e Centro-Oeste.

Alguns pontos da análise comparativa da expansão do sistema aéreo no período 1965/1987

Seguindo a metodologia de Nystuen et Dacey (1961), utilizada por Freire et alii (1977) — que permite avaliar a intensidade de interação do tráfico dos fluxos entre os centros urbanos e a dinâmica do sistema de fluxos aéreos no quadro da rede urbana hierarquizada —, pudemos chegar à análise comparativa do sistema aéreo no período 1963/87.

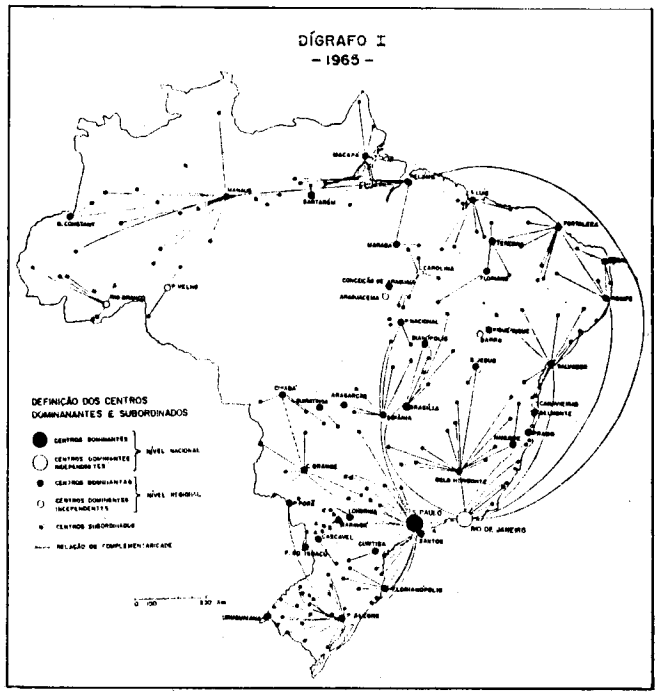
a) Dos passageiros desembarcados: Em 1965, nenhuma cidade brasileira apresentava volume superior a 600.000 pas./ano. Em 1987, além do aumento do movimento geral, duas metrópoles ultrapassaram dois milhões pas./ano (R.M. do Rio de Janeiro e São Paulo, com mais de 3 milhões); deu-se redução de 43% dos aeroportos comerciais do País (de 213 para 120 aeroportos), pelo corte das localidades com tráfego deficitário. O fluxo aéreo anual de passageiros entre esses aeroportos vem crescendo de forma constante, mas irregular (2.209.500 passageiros/1965, 4.982.254/1973 e 13.153.369/1987); desde 1965, há um processo de concentração dos fluxos de passageiros nos mesmos onze centros: as nove R.M. do País, Brasília e Manaus.

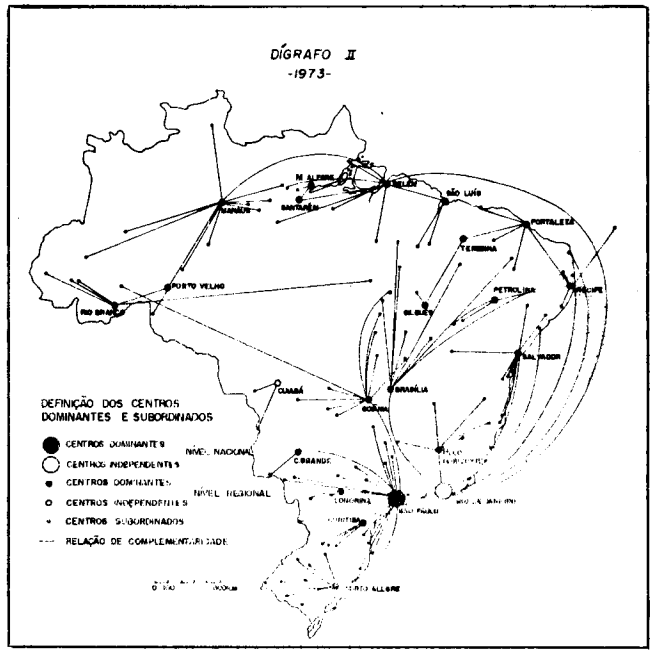
b) Das mudanças na distribuição espacial do sistema: Deu-se uma relativa concentração na porção mais oriental, do nordeste ao sul do País, e no nordeste e centro da Amazônia; um adensamento maior do movimento aéreo no interior paulista e rio-grandense, bem como na área de Cuiabá e ao longo dos vales dos rios Tocantins e Araguaia, relacionado respectivamente ao processo de interiorização das indústrias e à recente integração dessas áreas avançadas de novas fronteiras econômicas à economia nacional; o esvaziamento dos aeroportos dos estados nordestinos; mantém-se o vazio na região Centro-Oeste, no sul do Pará e sudeste do Amazonas.

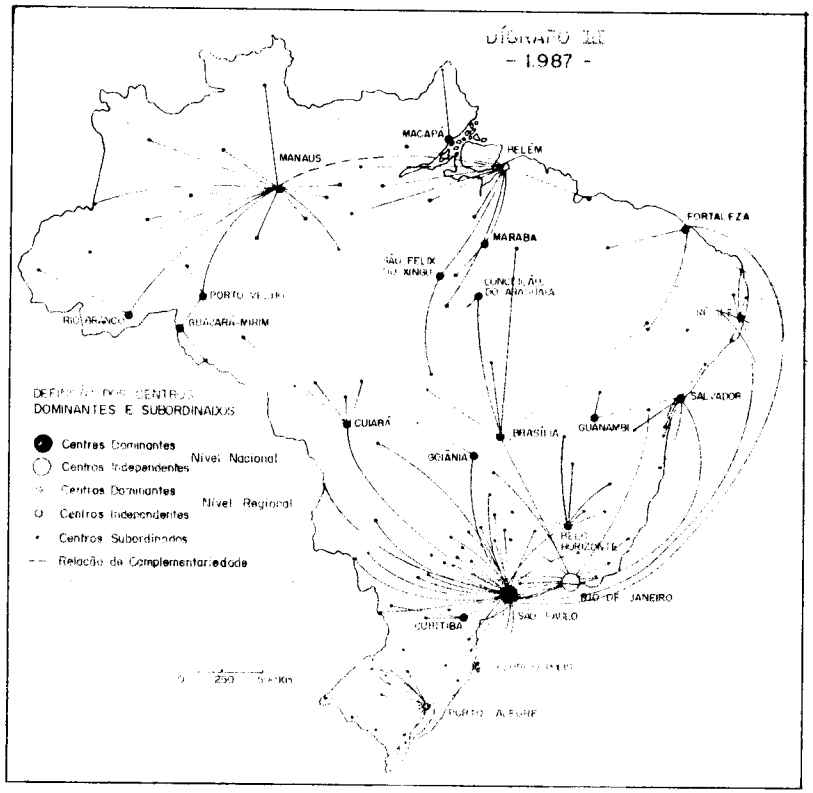
c) Da hierarquia dos centros urbanos componentes da estrutura nodal do sistema aéreo nacional (veja os três dígrafos 1965/73/87):

— As regiões Sul/Sudeste — que formam a região-core do espaço brasileiro (Correa, 1989B) — têm uma menor concentração de centros dominantes, pois o transporte aéreo só se justifica para distâncias razoáveis, face à acessibilidade eficiente pelo transporte terreste.

— A falta ou deficiência deste transporte nas vastas regiões do Centro-Oeste, Nordeste e Norte transformou o transporte aéreo numa ótima alternativa de transporte regional e nacional. Contudo, no período 1973/87, o Nordeste e o Centro-Oeste perdem, substancialmente, centros dominantes e aeroportos comerciais, com o aumento do movimento de táxis-aéreos para as







curtas e médias distâncias. Enquanto que na Região Norte, onde praticamente inexiste rede viária, cresceu o transporte aéreo regular e por táxis-aéreos, passando a integrar-se ao País por uma rede hierarquizada de centros subordinados aos novos centros dominantes regionais.

— Quanto aos subsistemas isolados — aqueles cujo tráfego se dá entre centros não integrados aos centros dominantes — dos 8 existentes em 1965, todos já estavam integrados em 1973 exceto o de Cuiabá. Em 1987, configurou-se um grande subsistema isolado, o de Belém-Manaus; abrangendo cerca de 40% do território nacional, com tráfego clandestino (sem estatísticas) em espaços não cobertos pelos radares do Centro Integrado de Defesa Aérea (CINDACTA); b) no Estado de São Paulo, aeroportos antes explorados comercialmente nas cidades de porte médio, foram eliminados devido à sua proximidade da R.M. de São Paulo.

— Quanto aos subsistemas subordinados aos dois centros dominantes de

nível nacional (São Paulo e Rio de Janeiro), a situação se inverteu radicalmente na fase recente: São Paulo mantém os subsistemas dominados no período anterior e absorve os de Belo Horizonte, Recife e Fortaleza ao Rio de Janeiro. Esta metrópole mantém em sua esfera somente os subsistemas de Salvador e Brasília (o primeiro, é intensamente integrado pelo turismo, e o segundo pelo grande número de autarquias federais que possuem sua sede no Rio de Janeiro). Escapa-se-lhe também o subsistema Belém-Manaus, que se tornou um subsistema isolado.

— Em 1987, São Paulo já possuía 16,5% de passageiros desembarcados a mais que os do Rio de Janeiro. Se esta tendência continuar (até mais de 20%), o Rio de Janeiro tornar-se-á um centro subordinado a São Paulo.

d) Da interação entre os centros urbanos no sistema aéreo nacional:

— No período 1965/73, um grande número de ligações entre pares de centros urbanos desapareceu, sendo compensadas pela intensificação das ligações que persistiram. No período recente, permaneceram praticamente os mesmos aeroportos comerciais, mas cresceu o volume e intensidade dos fluxos, notadamente com as capitais estaduais. No período 1963/75 as interações nas regiões Sul e Sudeste diminuíram: sua rede viária é a mais densa de todo o País, ficando o transporte aéreo reservado para grandes distâncias ou ligações entre centros de função economicamente expressiva, enquanto que, no período estudado, há um adensamento significativo e um crescimento do número de fluxos nas regiões Centro-Oeste e Norte. Ao mesmo tempo, aumenta a densidade dos fluxos do Sul e do Sudeste, especialmente no *hinterland* dos estados de São Paulo e Porto Alegre.

A metrópole de São Paulo ligava-se com três cidades do interior do estado (1973) passando para quatorze cidades (1987), servidas pelas Companhias Aéreas Regionais, cujo movimento cresceu muito, transportando quase que só (95%) homens de negócios. Quanto ao Rio de Janeiro e os demais centros do País: 51% das ligações de 1965 desapareceram em 1973. Recentemente, esse número voltou a crescer, em cerca de 14%. O Rio de Janeiro, que mantinha seu maior número de ligações com o Nordeste, passa em 1987, a tê-las com o Sudeste, o que reitera o argumento da perda de sua força junto à rede urbana brasileira em favor de São Paulo. Das interações existentes entre São Paulo e os demais centros, houve uma diminuição de localidades servidas, mas expandiu-se a freqüência de passageiros àquelas cujos aeroportos foram mantidos. A força de interação das duas metrópoles no sistema aéreo nacional também difere: 66 localidades estabelecem ligação com São Paulo, 42 com o Rio de Janeiro.

e) O reforço do circuito aéreo intermetropolitano: Formado pelas nove regiões metropolitanas (RM) e Brasília, esse circuito é estruturador do sis-

tema aéreo interno brasileiro. A concentração dos fluxos de passageiros nos seus aeroportos é de 71%/1965, 87%/1973 e 80,5%/1987.

A maior intensidade dos fluxos aéreos dá-se entre principais pontos de controle do território: Brasília/São Paulo/Rio de Janeiro. Nessa conexão tripolar, das "pontes aéreas", formada pelo centro político e os dois maiores centros econômicos do País circulam os executivos e políticos que compõem os *lobbies* das tomadas-de-decisão essenciais da sociedade brasileira.

Brasília apresenta-se, desde sua instalação, em 1960, com uma rede integrada a todo o País; tornou-se o terceiro centro nacional em número de passageiros desembarcados (1.054.609 em 1987).

A R.M. do Rio de Janeiro possuía, nos anos 60, amplas ligações não só com as capitais estaduais, mas com muitas cidades interioranas do País. Contudo, nas décadas 70 e 80, essas relações passaram a resumir-se a algumas da Região Sudeste e outras de função turística (Foz do Iguaçu e Ilhéus), subsistindo aquelas com as capitais estaduais.

O quadro da R.M. de São Paulo é semelhante ao da R.M. do Rio nos anos 60. Nos entanto, nas décadas recentes, ele é mais favorável à metrópole paulistana, tanto no que se refere aos centros urbanos do interior (principalmente os da Região Sudeste), quanto às capitais dos estados de todo o País.

As metrópoles da Região Sul oferecem comportamento similar. Nos anos 70 diminuem os fluxos internos nos seus próprios estados e crescem as relações com a Região-Core do País. Nos 80, sua integração nacional se expande. É o que também se dá com a R.M. Belo Horizonte. Ela é mais bem estruturada, tanto com o seu *hinterland* quanto com o Nordeste e o Sudeste, desde os 60.

Desde os anos 60, evidencia-se a nova liderança da R.M. de Salvador na Região Nordeste: a intensificação dos seus fluxos aéreos com Recife, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, nos anos 70, sucedem-se em fins dos 80, aqueles com as capitais da Região Sul e as principais cidades da Região Norte. Esse mesmo quadro, com menor intensidade de fluxos, ocorre com as R.M. de Recife e Fortaleza.

A R.M. de Belém apresentava, em 1965, uma rede integrada às principais cidades da Região Norte, Nordeste, Centro Oeste, além da vinculação com as R.M. de São Paulo e Rio de Janeiro. Já na década dos 80, forma-se o subsistema isolado Belém-Manaus em que ampliam as relações dentro da sua própria região, fora dela, só se ampliam aquelas com a região Sudeste, sobretudo São Paulo.

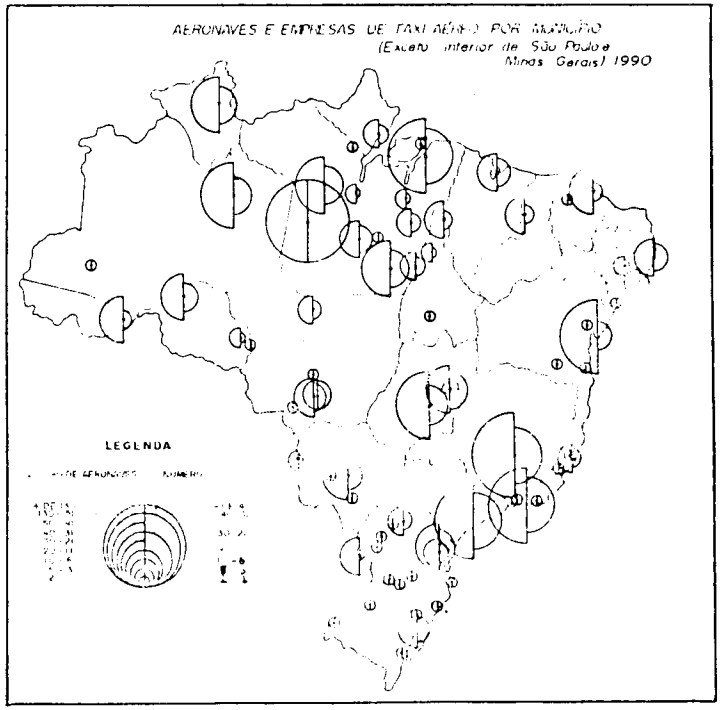
A cobrança de taxas pelo Infraero nos aeroportos de poucas metrópoles, sobretudo o de São Paulo, sustenta a operacionalização da infra-estrutura aeroviária em todo o País.

f) O papel do sistema de táxis-aéreos: Este setor não estruturado do sistema aéreo é o que mais vem crescendo na aviação civil brasileira (1.370 aeronaves, DAC, 1990):

— A Região Sudeste possui o maior número de empresas, aeronaves e passageiros aerotransportados por táxis aéreos, que percorrem sobretudo as distâncias entre localidades não servidas pelas empresas regulares. O Estado de São Paulo tem o maior número dessas empresas, localizadas principalmente: a) nos municípios do entorno da Metrópole (a 100 km), para onde vem sendo induzida a descentralização industrial; b) nos municípios mais ricos em produção agroindustrial e pecuária das distantes porções ocidentais do estado.

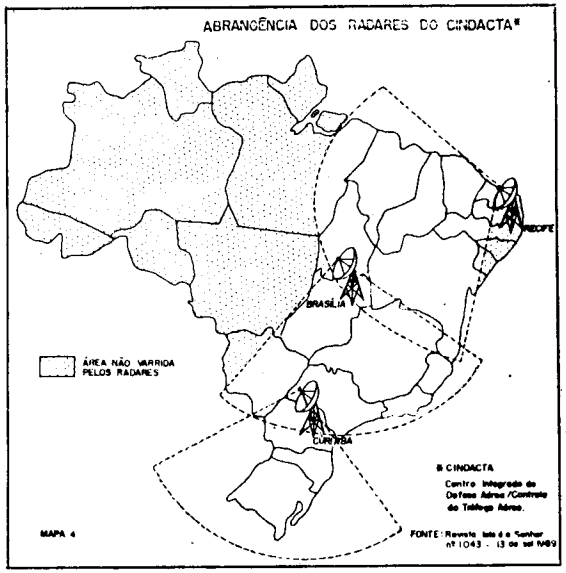
— Predominam as empresas com um único avião (80% das empresas), concentradas nas Regiões Norte, Centro-Oeste e interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais. As grandes empresas (apenas 4 com mais de 20 aeronaves) concentram-se nas metrópoles (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Belém). (Veja mapa.)

— A participação relativa desse setor não estruturado do transporte aéreo é a mais destacada na Região Norte, onde há uma complexa rede "invisível" de táxis aéreos e pistas de pouso clandestinas, não captados e registrados no movimento oficial do espaço aéreo interno (radares do CINDACTA) (veja



mapa). Através da representação cartográfica pela leitura das imagens Landsat-TM, em escala 1:1.000.000 (Folha Boa Vista do IBGE, do estado de Roraima, seguindo Liu, 1990). Pudemos também observar pistas clandestinas de pouso na Região Amazônica. Estão sempre associadas ao garimpo, predominantemente instaladas à beira de rios. Dada à ausência de controle por radar e à proximidade de fronteiras de difícil vigilância, acreditamos no favorecimento do contrabando de metais preciosos e de drogas através desse transporte aéreo não regular.

Não podemos deixar de fazer referência à frota de jatinhos particulares, pertencentes a empresas e homens de negócios, desde que o Brasil é o segundo país no mercado mundial desses aparelhos (*Istoé*, nº 1.228, 14 maio 93). O estudo desse setor deverá ainda ser realizado.



Conclusões

Para servir à implantação do capitalismo oligopolista (1965/73), o sistema aeroviário brasileiro sofreu uma reestruturação (Freire et allii, 1977), que tomou forma mais completa e definida no período por nós analisado (1973/87). De fato, nesta fase, o ajustamento da trama aeroviária se constituiu num dos pontos-chave da circulação no território, que sofreu profundas alterações estruturais: de um lado à diversificação e descentralização das suas atividades produtivas por todo o espaço nacional e, de outro, à centralização dos setores de gestão ligados à concentração da informação em poucos pontos nodais do espaço (Cordeiro, 1987).

Assim, fortaleceu-se sobremaneira a acessibilidade do transporte aéreo no circuito intermetropolitano que já se firmara no período anterior: essencial à circulação dos profissionais das atividades da economia transacional, esses fluxos proporcionaram e impuseram a onipresença das metrópoles, sobretudo as da região-core sobre a rede urbana das regiões periféricas. Essa movimentação veio a determinar a densidade de fluxos da rede aérea do nosso território. Dada a participação brasileira crescente no sistema mundializado da economia, pode-se inferir que esse fenômeno insere-se no processo de desenvolvimento desigual a nível espacial e de reestruturação a nível regional, ligado aos processos centrais da economia, e à nova divisão internacional e inter-regional do trabalho (Castells, 1985).

As metrópoles e cidades da Região Sudeste são as que lideram as ligações com a região metropolitana de São Paulo, seguidas pelas da Região Sul. Manteve-se, como a mais importante do sistema aéreo a interação (ponte aérea) entre as duas principais regiões metropolitanas do País. A sua interação com Brasília, o terceiro aeroporto em movimento de passageiros, levou à criação de uma conexão triangular entre os principais pontos de controle (Cordeiro, 1987) ou centros de gestão (Correa, 1989A) do território, cujo vértice de apoio se encontra na "cidade mundial" de São Paulo.

O circuito aéreo regular entre as cidades interioranas caiu para um plano absolutamente inferior. Só cresceram as densidades das ligações entre os centros de maior expressão econômica. Destaca-se o movimento aéreo de executivos entre as principais cidades do interior paulista e a sua metrópole.

No seu conjunto, o movimento crescente de rotas e viagens viabiliza a integração regional aos centros de decisão do sistema capitalista localizados nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, não só através dos fluxos das companhias regulares, mas também pela circulação dos táxis aéreos. Na região-core do País estas empresas transportam os executivos nas curtas distâncias. Na Região Norte, circulam por um grande espaço "invisível" ao controle oficial, representando uma forte inversão de recursos em atividades de apropriação muitas vezes dos recursos naturais da região. Constituem, na realidade, uma fronteira avançada do meio técnico-científico a serviço do grande capital.

A segmentação horizontal e vertical do mercado e do território se expressam na atual estruturação do espaço aéreo brasileiro. Nas duas últimas décadas a Região Nordeste foi esvaziada, as regiões Centro-Oeste e Norte foram fortemente atreladas à Região Sudeste, amplamente dotada de linhas

e da melhor infra-estrutura aeroportuária, como área-core do sistema econômico brasileiro mundialmente integrado. A segmentação vertical se revela nos passageiros aerotransportados, por todos os tipos de empresas, para as localidades onde se dão os contactos de negócios. Desse modo, a circulação aérea favorece o seu papel de "relais" indispensáveis do sistema econômico a nível global (Santos, 1988A). Assim, acreditamos, como Becker & Egler (1992) que, operando diretamente com as frações locais, cujos interesses nem sempre coincidem com os dos planos nacionais, as grandes corporações ligadas às estruturas do mercado mundial, rompem com os limites territoriais do Estado-nação. Qual será a extensão do papel da circulação aérea nesse processo de desterritorialização?

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECKER, B. K. & EGLER, C. A. G. *Brazil: a new regional power in the world-economy. A regional geography*, University of Cambridge, Great Britain, p. 205. 1992.

CASTELLS, M. Reestructuración económica, revolución tecnológica y nueva organización del territorio. In Echenagusia, J. *Metrópolis, territorio y crisis*, Asamblea de Madrid/Alfoz, Madrid, p. 39-62. 1985.

CORDEIRO, H. K. "Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro", *Boletim de Geog. Teorética*, 16-17(31-34), p. 153-196, Rio Claro, SP. 1987.

CORDEIRO, H. K. A "cidade mundial" de São Paulo e a recente expansão do seu Centro Metropolitano. UNESP, Rio Claro, mimeo (em editoração *Rev. Bras. de Geog.*). 1991.

CORREA, R. L. Os centros de gestão e seu estudo. *Rev. Bras. de Geografia*. Rio de Janeiro, 51(4):109-119. 1989A.

CORREA, R. L. *A organização regional do espaço brasileiro*. Conferência da X Semana de Geografia do Dep. de Geociências da UFSC, Florianópolis, mimeo. 1989B.

CORREA, R. L. Corporação e espaço — uma nota. *Rev. Bras. de Geog.*, Rio de Janeiro, 53(1):137-145. 1991.

DACHARRY, M. *Géographie du Transport Aérien*. LITEC, Paris. 1981.

FREIRE, L. A. et allii. "O sistema urbano brasileiro: uma análise através dos fluxos aéreos de passageiros. *Rev. Bras. de Geog.* 39(3), p. 92-111, Rio de Janeiro. 1977.

HALL, P. El impacto de las nuevas tecnologías sobre los cambios urbanos y regionales. In: Echenagusia, J. (org). *Metrópolis, territorio y crisis*. Asamblea de Madrid / Alfoz, Madrid, p. 65-78. 1985.

LIPIETZ, A. e LEBORQNE, D. O pós-fordismo e o seu espaço. *Espaço e Debates*, n.º 25, p. 13-29. 1988.

LIU, C. C. *Detecção de Atividades de Mineração na Reserva Indígena do Grupo Yanomami através de Imagens do Landsat-Tm*. INPE, São José dos Campos, SP. 1990.

RODRIGUES FILHO, L. N. *Estudo Sobre Gastos com Viagens e Representações*. São Paulo, American Express. 1989.

SANTOS, M. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. *Espaço & Debates*, n.º 21, p. 5-7. 1988A.

SANTOS, M. A metrópole: modernização, involução segmentação. Comunicação no Simpósio: *Trends and Challenges of urban Restructuring*. ISA, IUPERJ, Rio de Janeiro, mimeo. 1988B.

SHACHAR, A. "A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global". In: Becker, B. K. et alii. *Abordagens políticas da espacialidade*. UFRJ. Depto de Geografia, Progr. Pós Graduação, p. 75-97. 1983.

Desconstrução/reconstrução do território no âmbito dos processos de globalização e integração. Os casos do Mercosul e do Corredor Andino

PABLO JOSÉ CICCOLELLA

Desde princípios dos anos 70, começa a verificar-se um profundo processo global de transformações em vários campos da realidade. Entre os principais eixos dessa mutação recente do mundo atual podem mencionar-se a crise/reestruturação do sistema tecnológico-produtivo, o surgimento de novas estratégias comerciais, organizacionais e locacionais por parte das grandes unidades de capital, a modificação das relações entre capital e trabalho, a fragmentação da liderança do capitalismo mundial, a mundialização da economia, a bloquização do mercado internacional e os processos de integração econômica, a *globalização* sócio-cultural e o restabelecimento do Estado, de seus papéis e das formas de regulação e legitimação. Desse processo emerge um novo mapa mundial e de relações políticas, produtivas, comerciais, organizacionais e culturais, complexizado e enriquecido ainda mais recentemente pela implosão da ex-União Soviética e do bloco socialista europeu.

Tornam-se óbvias as implicações territoriais desses processos de características tão envolventes. Com efeito, qualquer que seja a escala de análise espacial que se adote (global, continental, nacional, regional, local), boa parte da superfície terrestre foi material e visivelmente afetada pelos processos de referência, e os lugares onde a mudança ainda não adquiriu materialidade ficaram em condições de ser radicalmente modificados no futuro[1]. Neste trabalho se tenta enfatizar particularmente a desconstrução/reconstrução territorial que estão produzindo os processos de *globalização* e integração em diversas escalas.

As novas realidades conduzem necessariamente à reformulação das es-

tratégias e dos instrumentos de planificação social e territorial. A transferência de funções para os poderes regionais, provinciais ou departamentais, num extremo, e a configuração de mercados e estruturas regulatórias supranacionais e supra-estatais, no outro, estão a denunciar o declínio da capacidade de manobra e significação do Estado nacional como entidade reguladora e planificadora. De fato, cada porção do planeta se insere agora mais ou menos diretamente na rede de relações multiescalares que caracteriza o capitalismo contemporâneo. Cada segmento do espaço se mundializa e mundializa suas relações, configurando uma nova trama relacional — espaço global/espaço local —, nem sempre mediatizada pelo Estado nacional[2].

O capitalismo avançado e as mudanças produtivas, tecnológicas, comunicacionais, organizacionais e políticas que estão marcando a nossa época não aboliram nem anularam o espaço mas, pelo contrário, lhe deram novo significado, nova dimensão e nova estrutura. Inclusive, para alguns autores, o que o novo período científico-técnico[3] está questionando não é em verdade o espaço, senão a distância e o tempo[4]. Assim, preferimos falar de processos de reterritorialização, de novas fronteiras, de nova territorialidade dos fenômenos, em vez de desterritorialização ou extraterritorialidade.

Entendemos que este é o âmbito adequado para discutir as políticas e as experiências de desenvolvimento regional que podem ocorrer a partir de processos de integração como o que começa a ser observado no Cone Sul da América Latina. Para tanto, é mister levar em conta que a confluência e a cooperação entre as economias e mercados nacionais não partem, como outrora, de propostas românticas ou idealistas, mas surgem como uma tendência quase "natural" do capitalismo finissecular[5].

Com efeito, a necessidade de uma estreita cooperação e associação dos interesses econômicos e as estratégias de crescimento e desenvolvimento dos países da região não representam decerto uma novidade ou originalidade do atual processo de crescente integração das economias latino-americanas.

Na verdade, os antecedentes de integração econômica ao nível da região datam de várias décadas e se apóiam num discurso político e ideológico de considerável consenso entre nossos povos[6]. Basta lembrar a teoria da Dependência, a das Relações Centro-Periferia e a da Ideologia do Terceirismo, assim como as concreções institucionais, como Alalc, Aladi, Pacto Andino, Mercado Comum Centro-Americano etc.

Assim, o fato de até há pouco, apesar de tais antecedentes, não se ter avançado mais, na região em matéria de integração econômica pode ser explicado não apenas por fatores causais internos (hipótese de conflito entre alguns países da região, discordâncias temporais nos processos econômicos, existência de governos sem legitimidade e representatividade democrática

etc.), mas também por fatores externos de considerável significação. Do mesmo modo, entendemos que a oportunidade, natureza e forma que adquire o atual processo de crescente integração também responde a causalidades internas e externas.

Noutras palavras, se os esforços e as iniciativas de cooperação ficaram truncados até há alguns anos e agora parecem tomar um rumo decidido, é porque as transformações e as novas necessidades estruturais do sistema capatitalista em nível global e em nível de cada formação social assim o permitiram ou determinaram, pelo menos em parte[7].

No entanto, as transformações a que aludimos estão longe de ser definitivas, estáveis ou duradouras. Nos últimos anos se transitou da organização *taylorista-fordista* do processo de trabalho para as novas formas flexíveis de produção, do consumo maciço para a segmentação e elitização cada vez maior dos mercados, do Estado de Bem-Estar para o Estado de Mal-Estar, do sonho da revolução para o pesadelo do Fim da História, da justiça social e da solidariedade para a sacralização do dinheiro, dos valores aglutinantes da modernidade para o pós-modernismo obscenamente individualista, das fronteiras rígidas e militarizadas para a flexibilização das mesmas e a integração e cooperação transfronteiriça, e das estruturas territoriais concentradas para uma certa dispersão territorial da força de trabalho e dos meios de produção, sem que isso afete a lógica hipercentralizadora da acumulação capitalista.

Virtualmente riscado do mapa o socialismo real, segundo certas visões, o mundo às vezes simula avançar para uma era de paz, harmonia, cooperação e progresso, daí, inclusive, parecer que não haverá claras hegemonias no econômico. Todavia, a ordem constitucional parece voltar a ser ameaçada na América Latina, a pobreza cresce pavorosa e violentamente no Terceiro Mundo e também no Primeiro, onde renasceu com vigor a xenofobia e o racismo; mesmo o mais antigo e avantajado intento de integração se vê energicamente questionado por vários de seus próprios países-membros e, como se não bastasse, o Estado parece começar a ressurgir de suas cinzas precisamente naquelas formações sociais que primeiro o demoliram desde meados dos anos 70[8].

Enfim, a última década do milênio não parece ser um cenário muito cômodo para os cientistas sociais. Nossos objetos de estudo giram 180° e mal começamos a compreendê-los. De fato, o capitalismo atual se tornou praticamente imprevisível, histérico, eivado de enérgicos impulsos de conjunturalidades. Se bem que estruturalmente não pareça existir muita "margem de manobra" para se sair da crise em nível mundial e nacional, e os processos de modernização, homogeneização e *globalização* sejam pouco menos que irresistíveis, conjunturalmente os matizes e as situações políticas nacionais

mostram um caráter incerto e contraditório, fortemente impregnados de politicidade, traços idiossincráticos e vernáculos[9].

Hipóteses e indagações sobre integração e globalização

Para além das diferenças étnicas, culturais, lingüísticas e religiosas, quando se sai de um país e se entra em outro experimenta-se uma mudança do sistema de poder, do sistema monetário e do sistema de preços. O "espaço fronteiriço", ainda não faz muito tempo, limitava-se a uns poucos quilômetros de cada lado da fronteira, e atualmente essa franja se alargou notavelmente, medindo-se em dezenas de quilômetros, configurando verdadeiras áreas de fronteiras ou espaços regionais fronteiriços de características muito particulares. Isto se deveu fundamentalmente ao incremento das relações comerciais e culturais, à expansão e intensificação dos meios de transportes e, sobretudo, ao papel desempenhado pelos *mass media* e pelas alternativas eletrônico-informáticas de comunicação.

Assim, a noção de fronteira foi mudando de maneira notável no contexto e na contraditoriedade do processo de *globalização*, e o que hoje se conhece como espaço fronteiriço seria o resultado das tensões e contradições multiescalares existentes entre a própria realidade local-regional e o exercício da soberania dos Estados nacionais, profundamente permeadas pelo sistema econômico e pelas redes científico-técnicas e informáticas. Desse modo, a partir de uma concepção de zona de choque, fortemente militarizada ou de diferenciação incisiva entre dois sistemas políticos, militares, econômicos e de soberania, evoluiu-se para a configuração de áreas de transição ou interface entre os mesmos.

Em termos econômicos, a integração pode ser entendida como a somatória ou unificação de iniciativas que afetarão positiva ou negativamente diferentes circuitos produtivos regionais fronteiriços ou duas ou várias economias nacionais, ou então como o incremento ou a intensificação das relações produtivas e comerciais preexistentes. Porém, a integração assume diferentes significados segundo o grau de interpenetração das economias nacionais ou regionais postas em jogo. Ou seja, em seus resultados e significação desempenham um papel muito importante o tipo e o grau de políticas de integração. Assim, estas possuem uma significação diferente conforme se dêem estritamente no plano econômico ou se avança em outros campos, como o social ou o da integração física e o desenvolvimento regional, por exemplo. Embora a comunidade física favoreça amplamente os processos de integração, esta pode ocorrer também entre economias ou

sociedades cujos territórios não são necessariamente contínuos, sobretudo quando a cooperação se dá estritamente no plano comercial. Este seria o caso das relações que o Chile aspira a manter com os EUA e o NAFTA, e os próprios EUA com o Mercosul, no projeto denominado "quatro mais um".

Os processos de integração possuem uma grande potencialidade e capacidade de transformação e reorganização econômica e sócio-territorial, tanto em escala nacional como supranacional ou continental. Sem embargo, é previsível que nem todas as áreas ou territórios supostamente envolvidos na integração de economias nacionais participarão com protagonismo semelhante no processo integrador. Algo similar ocorrerá setorial e socialmente. De modo que integrarão supõe também fragmentação, segregação e exclusão de territórios, economias regionais, setores produtivos e setores sociais, assim como o desmantelamento de certos ramos da produção e da infraestrutura em algumas regiões.

O enfraquecimento do Estado e o surgimento de uma legalidade supraestatal ou multiestatal leva ao restabelecimento do próprio sistema de relações político-territoriais, para cima (formação de autoridades e mercados ampliados de escala continental ou subcontinental) e para baixo (localismo, regionalismo, municipalismo). O capitalismo atual possui em seu conjunto um elevado nível de globalidade e regionalidade, dando lugar ao que se pode denominar nova trama organizacional e relacional entre ambos os níveis escalares.

O Estado constitui um notório ausente no processo de integração. Esse processo estaria sendo fundamentalmente apropriado por grandes agentes privados, pelo que o signo dos atuais processos de integração no Cone Sul estão tingidos por um forte matiz privado e privatizador, permitindo o avanço do capital sobre o território com menos mediações da parte do Estado do que nas últimas décadas.

O Estado, com efeito, perdeu ou reduziu os seus papéis em matéria de produção, política social, regulação econômica e ordenamento territorial. Paralelamente, incrementou sua significação como responsável pela penetração e gestão tecnológica, criação de novas e melhores condições para a captação de investimentos estrangeiros, desenvolvimento de competitividade externa, mistificador da "modernização", "integração", "reconversão" e outros tantos fetiches ideológicos para justificar o processo de ajuste neoliberal.

No atual esquema de nova divisão internacional do trabalho, os países menos desenvolvidos se encontram diante de duas opções: especialização produtiva mais ou menos autônoma, com base em suas vantagens competitivas, ou subcontratação desqualificada. No primeiro caso, obviamente o

mais alentador, cabe assinalar que se observam fortes condicionamentos da parte dos centros mundiais de poder[10]. Diante desses condicionamentos, os processos de integração no Cone Sul poderiam fortalecer a capacidade de decisão de nossos países quanto ao seu novo modelo de inserção internacional.

Integração, globalização e novos cenários do capitalismo

A crise do capitalismo fordista e o surgimento do paradigma flexível começou a mostrar mudanças nas tendências que regeram os processos de produção e organização do espaço durante o desenvolvimento da experiência fordista, alterando o desdobramento da produção industrial e as condições de desenvolvimento em escala regional.

As necessidades estruturais do fordismo terminal e as possibilidades de fragmentação do processo produtivo através da introdução de novas tecnologias de produção, circulação e processamento da informação, assim como certo auge durante os anos 70 e parte da década seguinte de âmbitos amplamente favoráveis à radicação de capital em áreas periféricas (tanto nos países centrais como nos periféricos), seriam os elementos causais de certa tendência à dispersão geográfica dos meios de produção e da força de trabalho.

Tanto em escala nacional como global, o saldo do processo de estruturação produtiva parece ser a desindustrialização (em termos relativos ou absolutos) das áreas industriais tradicionais e o surgimento ou revitalização de áreas de escasso desenvolvimento industrial fordista. Em nível internacional, a funcionalidade que com as novas tecnologias possuem as possibilidades de eludir, mediante a deslocalização e/ou a relocalização, a ação das organizações representativas dos trabalhadores, determinou o declínio das áreas que se estruturaram a partir do modelo fordista e a aquisição de vantagens comparativas para as regiões onde o fordismo não incidiu de maneira significativa. Obviamente essas tendências estariam assinalando processos incipientes mas progressivos de reorganização ou alteração do modelo territorial fordista, como resultado da redefinição da divisão regional do trabalho. A experiência da Grande Rosário, junto à Grande Córdoba e à Grande Buenos Aires, no caso da Argentina, ilustraria de maneira bastante acabada a forte corrida às áreas onde o processo de industrialização fordista ou quase-fordista foi mais pronunciado e, portanto, onde a crise se fez sentir com maior crueza[11].

Mas esses processos de formação de novos espaços industriais, ou modi-

ficação das áreas industriais históricas, não se devem unicamente às mudanças tecnológicas e produtivas e às novas práticas organizacionais das empresas. Também se produziram como resultado do caráter e da significação intersetorial diferencial de tais processos. Grandes regiões industriais foram erigidas em torno de atividades industriais que hoje estão em forte declínio (siderurgia, metalurgia, têxtil etc.), enquanto os setores emergentes (eletrônica, telecomunicações, novos materiais, química fina, biotecnologia etc.) não possuíam maior significação nem compromisso com as ditas áreas.

A orientação da produção industrial para o mercado externo e a diversificação ou mudança na forma de inserção na divisão internacional do trabalho parecem ser os aspectos mais salientes e difundidos da mudança estrutural para os países em desenvolvimento, embora tais mudanças não impliquem de modo algum a aquisição de um papel ativo no processo de acumulação em escala internacional, exceto nuns poucos casos. Pelo contrário, são numerosas as evidências da ampliação da diferença entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento quanto à sua capacidade de controle sobre o referido processo, assim como sobre as decisões de investimento e o rumo da mudança tecnológica-produtiva, o que para o segundo grupo de países implica uma séria redução de sua capacidade de determinar autonomamente os modelos domésticos de produção, consumo e distribuição da renda[12].

Paralelamente, a partir da abertura de novos mercados de considerável significação e atrativo (Europa Oriental, ex-União Soviética, China e o Oriente Médio pós-guerra do Golfo) e da transformação das relações e dos fluxos comerciais com a emergência da Comunidade Européia e do Nafta, fica fácil concluir que tudo isso se traduz numa sensível diminuição da capacidade da América Latina para expandir seus mercados e captar novas inversões estrangeiras diretas. A única estratégia possível para a América Latina consistiria, então, na consolidação e incremento de seus próprios vínculos produtivos, comerciais, científico-técnicos e financeiros.

A não-resolução da crise e a escassa ou fragmentária penetração das novas formas produtivas determinaram em boa medida que o processo de mudança estrutural que se observa com tamanha força transformadora nos países centrais não se deu com tal intensidade na América Latina, onde as estruturas sociais e territoriais ainda não sofreram alterações de semelhante magnitude, e inclusive algumas das que se produziram não constituíram experiências sólidas ou perduráveis[13].

Tendências de transformação territorial no âmbito dos processos de globalização e integração

Os fenômenos de *globalização* e integração a que se assiste no mundo são a um tempo reflexo, causa e efeito da transformação das lógicas decisionais próprias de um período sócio-econômico, político e cultural que terminou e de novas formas de relação entre sociedade, economia, Estado e território.

A desmilitarização das fronteiras e a desmistificação e decadência da ideologia da soberania nacional; o declínio das políticas de desenvolvimento regional, povoamento e integração interna a todo transe dos territórios nacionais; a relocalização dos fatores de produção e a redefinição das relações espaciais por meio das novas alternativas tecnológicas de produção, circulação e comunicação estão dando testemunho de que terminou toda uma forma de "conceber" a gestão territorial e, mais que isso, mudaram os atores, os libretos, os objetos e os sujeitos dessa gestão.

Atualmente, nas formações sociais do capitalismo avançado e também nas subdesenvolvidas, mas com certo grau de industrialização e modernização, como sucede com vários países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela), podem observar-se processos de desativação e reciclagem de infra-estrutura-chave para a articulação regional como resultado de um crescente desinteresse pela "sorte" das áreas que não apresentam hoje vantagens competitivas *per se*.

Assim, por exemplo, os sistemas ferroviários estão hoje em crise. Cumpriram um papel sumamente destacado na estruturação "moderna" do território (juntamente com as ideologias de desenvolvimento, povoamento e defesa da soberania, já destacados) e constituíram todo um símbolo da modernidade, do progresso e de uma determinada maneira de construir, controlar e ordenar o espaço. As alternativas oscilam entre as ferrovias ultra-rápidas do capitalismo avançado e o levantamento ou clausura dos ramais "não-rentáveis" no caso de um sistema ferroviário obsoleto como o argentino. Mas em ambos os casos o resultado parece ser semelhante. A virtual "dualização" das redes ferroviárias européias e a substituição tecnológica decretaram o declínio ou a morte de dezenas de velhos assentamentos cuja função estava quase exclusivamente vinculada ao apoio à atividade ferroviária. Na Argentina, o levantamento de ramais também liquida muitos assentamentos ferroviários e provoca o êxodo dos habitantes dos povoados que ficam isolados.

A *globalização* e os processos de integração estão começando a impor novas lógicas e formas de articulação territorial em cuja materialização se

expressa o avanço da sociedade civil (para não falar já tão excludentemente do capital) sobre o poder dos Estados. Esse novo processo de desconstrução/reconstrução territorial tende a ser um processo tendencialmente privado e privatizador. Os efeitos se fazem sentir em diversas escalas. Muita literatura tem sido produzida ultimamente sobre as implicações planetárias dos processos de mudança tecnológico-produtiva, *globalização* e "bloquização"[14].

Em escala subcontinental, podemos assistir a um novo auge dos megaprojetos de infra-estrutura, sobretudo no campo do transporte automotor. Por exemplo, a futura rodovia São Paulo—Buenos Aires e seu remate não menos colossal, a ponte Colônia—Buenos Aires, procurarão transformações territoriais de insuspeitada magnitude, ao mesmo tempo que revolucionarão o sistemas de fluxos e circulação de boa parte do Cone Sul da América Latina. Mais ainda, porém, redefinirão funcionalmente as fronteiras, para além dos sistemas políticos ou econômicos. Funcionalmente, ou melhor, organizacionalmente falando, a fronteira entre Argentina e Brasil deixaria de ser o rio Uruguai. A nova fronteira entre Argentina e Brasil será a própria República Oriental do Uruguai. Além disso, um túnel faraônico fará desaparecer trinta quilômetros da cordilheira dos Andes, abruptos e bloqueados pela neve durante boa parte do ano, estabelecendo novas condições de circulação entre o Atlântico e o Pacífico no corredor Santos—Valparaíso.

A mundialização impõe suas novas lógicas e significados aos territórios aparentemente mais "inocentes" ou neutros. Não é por acaso que os capitais europeus, brasileiros e japoneses estão mais interessados do que os capitais mendocinos ou chilenos na construção do Túnel de Baixa Altura, determinando fortes mutações em espaços microrregionais.

O caso do Corredor Andino, no noroeste da província argentina de Mendoza, ilustra cabalmente as novas formas de produção do espaço[15] em escala microrregional. Esta é uma pequena área linear de uns duzentos quilômetros de comprimento com uma largura média de não mais de um quilômetro e que coincide com o vale do sistema fluvial de Las Cuevas—Mendoza, desde a cidade de Mendoza no piemonte até o atual Túnel Internacional no limite com o Chile, através da pré-cordilheira e da cordilheira dos Andes. Essa microrregião linear está balizada atualmente por uma dezena de pequenos assentamentos enlaçados pela rodovia internacional e pela Ferrovia Transandina, desativada há alguns anos. A irracionalidade da política de povoamento do Corredor Andino[16], a desativação da ferrovia que deu vida a vários dos assentamentos e as novas funções que está adquirindo a área[17] começam a modificar substancialmente a estrutura regional e é de prever, a longo prazo, o despovoamento e o encerramento da maioria dos assentamentos da região e a concentração de funções estratégicas apenas

em dois ou três centros, no âmbito de um forte processo de modernização e reequipamento[18].

Conclusões

Como se viu, existem pelo menos vários índicios de que os processos de *globalização,* bloquização, integração e reestruturação capitalista estabeleceram algumas novas tendências na produção do espaço.

O regime de acumulação fordista gerara sistemas econômicos e territoriais bastante rígidos, semifechados ou semi-autônomos, onde as possibilidades de cooperação e associação no espaço estavam reduzidas a uma expressão mínima, mesmo dentro do território de uma mesma formação social.

A etapa agônica do modelo fordista e sua ulterior substituição pelo regime de acumulação flexível tende, em compensação, a gerar sistemas econômicos nacionais abertos e interdependentes, do que se infere a compatibilidade e funcionalidade que possui esse novo modelo com as experiências de integração econômica de nações.

As possibilidades de desverticalização, fragmentação e atomização dos processos produtivos em várias etapas que podem estar fisicamente descontinuadas ou deslocalizadas graças à integração sistêmica e informática de fluxos de insumos e o progressivo decréscimo do peso estrutural das economias de escala e dos custos de transporte sobre os custos totais de produção, assim como a notável diminuição dos tempos de transferência, permite às empresas libertar-se consideravelmente da fricção espacial e operar, portanto, a distâncias mais que consideráveis.

Por outro lado, a transformação da estrutura e os papéis do Estado nacional estão produzindo significativos impactos territoriais. Efetivamente, tornando-se os Estados nacionais cada vez mais fracos e incapazes de regular as economias domésticas, suas fronteiras tendem a se desvanecer, a relaxar ou a tornar-se simbólicas, já por integração institucionalizada e mais ou menos voluntária, já por simples satelitização de fato.

Assim, no caso do futuro Mercosul não será improvável ou arriscado prever a desconstrução e a reconstrução de territórios, seja nas áreas de contato entre países-membros ou nas áreas industrializadas; algumas delas provavelmente sofrerão impactos que estimularão seu crescimento ou o inibirão, provocando seu declínio.

Os projetos de integração econômica regional no Cone Sul induzem a indagar se o Mercosul significará a sacralização da competitividade e dos programas de ajuste como únicas variáveis do desenvolvimento e a experiên-

cia de integração; ou se poderão existir, pelo contrário, outras alternativas de desenvolvimento sócio-econômico para a região.

Será o Mercosul um espaço de oportunidades e possibilidades para todos, para novas estratégias solidárias de desenvolvimento? Ou será simplesmente a construção de um novo território para o capitalismo flexível, informático e organizacional?

Será possível produzir estruturas e organizar um conjunto de regiões articuladas pela cooperação, ou irresistivelmente o Mercosul será um conjunto subordinado de "regiões-ilhas" privilegiadas, modernizadas, indiferentes e cindidas da totalidade?

Notas

[1] Santos, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado,* cap. 1, Hucitec, São Paulo, 1988.

[2] Idem.

[3] Santos, *op. cit.,* cap. 1, 1988.

[4] Jameson, F. *El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado,* cap. 6, Paidós, Buenos Aires, 1992.

[5] Ciccolella, P. *Los territorios del capitalismo supraestatal. Notas y reflexiones sobre las nuevas formas productivas y regulatorias en el proceso de integración en el Cono Sur,* mimeo, Instituto de Geografía, UBA, Buenos Aires, 1991.

[6] Minvielle, S. *Elementos históricos para una periodización del proceso de diferenciación-integración Argentina-Brasil,* mimeo, Instituto de Geografía, UBA, Buenos Aires, 1991.

[7] Ciccolella, P. Reestructuración industrial y transformaciones territoriales. Consideraciones teóricas y aproximaciones generales a la experiencia argentina. In: *Revista Território* n.º 4, Instituto de Geografía, FFYL, UBA, Buenos Aires, 1992.

[8] É evidente o declínio da era Reagan-Bush nos Estados Unidos e do *thatcherismo* britânico.

[9] A corrupção mais ou menos generalizada entre a burocracia, as lideranças políticas, sindicais e empresariais, as múltiplas e intrincadas redes do narcopoder, assim como certo "estilo frívolo" de alguns governantes, explicam, em vários países, certas "irracionalidades" e "disfuncionalidades" que acompanham o modelo hegemônico de ajuste, austeridade e eficiência a todo transe.

[10] A esse respeito, é instrutiva a experiência das restrições impostas pelos Estados Unidos ao Brasil e à Argentina respectivamente nos campos da microeletrônica e da energia nuclear, onde esses países latino-americanos desenvolveram vantagens competitivas.

[11] Ciccolella, P., *op. cit.,* 1992.

[12] Idem.

[13] Tal é o caso das modificações induzidas pelos regimes de promoção industrial na Argentina, onde não se logrou gerar maiores vantagens comparativas passados dez anos de subsídios; portanto, uma vez que estes desapareçam, provavelmente começará um período de declínio e mesmo de desmantelamento total da estrutura produtiva industrial forjada sob a proteção de tais regimes. A propósito pode-se consultar Ciccolella, P. (op. cit., 1992) e Gatto, Francisco e outros, *Reestructuración industrial en la Argentina y sus efectos regionales (1973-1984),* CFI-CEPAL, Buenos Aires, 1988.

[14] Entre outros trabalhos, podemos mencionar, além de algumas obras já citadas: Scott, A. e Storper, M. *Production, Work, Territory. The Geographical Anatomy of Industrial Capitalism,* Allen and Unwim, London, 1986; Escudero, M. *La transición al postcapitalismo,* Sistema, Madrid, 1992; Thurow, L. *La guerra del siglo XXI,* Vergara, Buenos Aires, 1992; Chesneaux, J. *Modernité-monde,* La Découverte, Paris, 1989; King, A. *Culture, Globalization and the World-System,* State University of New York, New York, 1991; Tomassini, L. *La política internacional en un mundo posmoderno,* GEL, Buenos Aires, 1991; Wallerstein, I. *Geopolitics and Geoculture. Essays on the Changing World-System,* Cambridge University Press, New York, 1992; Featherstone, M. (comp.) *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity,* Sage, London, 1991.

[15] Desenvolveu-se recentemente uma interessante polêmica relativa aos novos contextos sócio-culturais, tecnológicos, produtivos e políticos e às novas formas de produção do espaço. Interessa-nos particularmente destacar as contribuições trazidas por Edward Soja (*Post-Modern Geographies,* Verso, Londres-New York, 1989) e David Harvey (*Condição pós-moderna,* Loyola, São Paulo, 1992), a partir da discussão de diversos autores, como Vattimo, Lyotard, Baudrillard, Berman, Anderson, Habermas, Giddens, Virilio, Jameson e outros, sobre o debate modernidade-pós-modernidade.

[16] Trata-se, na maioria dos assentamentos, de áreas expostas a catástrofes naturais (aludes, avalanchas, aluviões e movimentos sísmicos).

[17] O chamado Corredor Andino está adquirindo cada vez mais relevância como via de vinculação internacional e interoceânica, mas além disso começa a se constituir numa área de turismo internacional especializado em atividades sofisticadas, tais como o andinismo, o turismo ecológico, o esqui etc.).

[18] Laurelli, E.; Ciccolella, P. e outros. *Programa de ordenamiento territorial del corredor andino,* Ministerio de Medio Ambiente, Urbanismo y Vivienda de la Provincia de Mendoza y CEUR, Mendoza, 1993.

Tradução: Antonio de Padua Danesi

cia de integração; ou se poderão existir, pelo contrário, outras alternativas de desenvolvimento sócio-econômico para a região.

Será o Mercosul um espaço de oportunidades e possibilidades para todos, para novas estratégias solidárias de desenvolvimento? Ou será simplesmente a construção de um novo território para o capitalismo flexível, informático e organizacional?

Será possível produzir estruturas e organizar um conjunto de regiões articuladas pela cooperação, ou irresistivelmente o Mercosul será um conjunto subordinado de "regiões-ilhas" privilegiadas, modernizadas, indiferentes e cindidas da totalidade?

Notas

[1] Santos, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado,* cap. 1, Hucitec, São Paulo, 1988.

[2] Idem.

[3] Santos, *op. cit.,* cap. 1, 1988.

[4] Jameson, F. *El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado,* cap. 6, Paidós, Buenos Aires, 1992.

[5] Ciccolella, P. *Los territorios del capitalismo supraestatal. Notas y reflexiones sobre las nuevas formas productivas y regulatorias en el proceso de integración en el Cono Sur,* mimeo, Instituto de Geografía, UBA, Buenos Aires, 1991.

[6] Minvielle, S. *Elementos históricos para una periodización del proceso de diferenciación-integración Argentina-Brasil,* mimeo, Instituto de Geografía, UBA, Buenos Aires, 1991.

[7] Ciccolella, P. Reestructuración industrial y transformaciones territoriales. Consideraciones teóricas y aproximaciones generales a la experiencia argentina. In: *Revista Território* n.º 4, Instituto de Geografía, FFYL, UBA, Buenos Aires, 1992.

[8] É evidente o declínio da era Reagan-Bush nos Estados Unidos e do *thatcherismo* britânico.

[9] A corrupção mais ou menos generalizada entre a burocracia, as lideranças políticas, sindicais e empresariais, as múltiplas e intrincadas redes do narcopoder, assim como certo "estilo frívolo" de alguns governantes, explicam, em vários países, certas "irracionalidades" e "disfuncionalidades" que acompanham o modelo hegemônico de ajuste, austeridade e eficiência a todo transe.

[10] A esse respeito, é instrutiva a experiência das restrições impostas pelos Estados Unidos ao Brasil e à Argentina respectivamente nos campos da microeletrônica e da energia nuclear, onde esses países latino-americanos desenvolveram vantagens competitivas.

[11] Ciccolella, P., *op. cit.,* 1992.

[12] Idem.

[13] Tal é o caso das modificações induzidas pelos regimes de promoção industrial na Argentina, onde não se logrou gerar maiores vantagens comparativas passados dez anos de subsídios; portanto, uma vez que estes desapareçam, provavelmente começará um período de declínio e mesmo de desmantelamento total da estrutura produtiva industrial forjada sob a proteção de tais regimes. A propósito pode-se consultar Ciccolella, P. (op. cit., 1992) e Gatto, Francisco e outros, *Reestructuración industrial en la Argentina y sus efectos regionales (1973-1984),* CFI-CEPAL, Buenos Aires, 1988.

[14] Entre outros trabalhos, podemos mencionar, além de algumas obras já citadas: Scott, A. e Storper, M. *Production, Work, Territory. The Geographical Anatomy of Industrial Capitalism,* Allen and Unwim, London, 1986; Escudero, M. *La transición al postcapitalismo,* Sistema, Madrid, 1992; Thurow, L. *La guerra del siglo XXI,* Vergara, Buenos Aires, 1992; Chesneaux, J. *Modernité-monde,* La Découverte, Paris, 1989; King, A. *Culture, Globalization and the World-System,* State University of New York, New York, 1991; Tomassini, L. *La política internacional en un mundo posmoderna,* GEL, Buenos Aires, 1991; Wallerstein, I. *Geopolitics and Geoculture. Essays on the Changing World-System,* Cambridge University Press, New York, 1992; Featherstone, M. (comp.) *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity,* Sage, London, 1991.

[15] Desenvolveu-se recentemente uma interessante polêmica relativa aos novos contextos sócio-culturais, tecnológicos, produtivos e políticos e às novas formas de produção do espaço. Interessa-nos particularmente destacar as contribuições trazidas por Edward Soja (*Post-Modern Geographies,* Verso, Londres-New York, 1989) e David Harvey (*Condição pós-moderna,* Loyola, São Paulo, 1992), a partir da discussão de diversos autores, como Vattimo, Lyotard, Baudrillard, Berman, Anderson, Habermas, Giddens, Virilio, Jameson e outros, sobre o debate modernidade-pós-modernidade.

[16] Trata-se, na maioria dos assentamentos, de áreas expostas a catástrofes naturais (aludes, avalanchas, aluviões e movimentos sísmicos).

[17] O chamado Corredor Andino está adquirindo cada vez mais relevância como via de vinculação internacional e interoceânica, mas além disso começa a se constituir numa área de turismo internacional especializado em atividades sofisticadas, tais como o andinismo, o turismo ecológico, o esqui etc.).

[18] Laurelli, E.; Ciccolella, P. e outros. *Programa de ordenamiento territorial del corredor andino,* Ministerio de Medio Ambiente, Urbanismo y Vivienda de la Provincia de Mendoza y CEUR, Mendoza, 1993.

Tradução: Antonio de Padua Danesi

Mercosul: discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias

MONICA ARROYO

A partir da proposta de implementação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) poder-se-ia falar da criação de um novo território? Novo, por quê? Três premisas do Tratado de Assunção podem servir para argüir neste sentido.

1) "Uma livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países-membros" que implica uma ampliação do mercado além das fronteiras nacionais, imprimindo uma nova escala ao processo de produção e circulação. Uma escala que supera a dimensão do Estado-nação como base privilegiada da acumulação. Há uma mudança dos limites físicos desses mercados particulares. Há, também, uma mudança nos fluxos que dão forma ao território.

2) "O estabelecimento de uma tarifa externa comum em relação a terceiros Estados" que implica uma política comercial negociada entre os países-membros. Fixam-se assim novos limites econômicos, os quais significam uma medida de proteção desse mercado frente a outros.

3) "A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Parte", que exigem negociação, consenso, objetivos gerais comuns. Pode-se falar então de novos limites políticos na medida em que se busca um nível de decisão compartido.

Há mudança nos limites físicos, econômicos e políticos. É, sem dúvida, uma nova situação. Ela ganha uma escala diferente, uma escala supranacional. Assim, a partir da abertura, da abolição de barreiras domésticas, este novo recorte do território coloca-se como uma superação da escala nacional. Mas, ao mesmo tempo, coloca-se como um território fechado frente a outros, podendo-se falar também de uma escala regional.

Cabe aclarar que se fala de "nova" para facilitar a análise já que é uma proposta que, por um lado, tem atrás de si quase 30 anos de tentativas de

integração econômica latino-americana (experiências com diferentes graus de sucesso como Alalc e Aladi) e, por outro, aparece como uma continuidade do processo de integração bilateral que, desde 1985, vinham desenvolvendo Argentina e Brasil. Neste sentido, não é uma proposta "nova", porém pode chegar a ser "nova" no plano da realização concreta, já que as experiências passadas não lograram cumprir todos seus objetivos.

Os governos assinantes do Tratado de Assunção assumiram esse compromisso em março de 1991, como complemento das políticas de abertura de suas economias. Sob esta ótica, diversas idéias começaram a circular nos âmbitos políticos, diplomáticos e empresariais, construindo-se assim um discurso "oficial" sobre a temática. Analisar essas idéias é uma forma de conhecer o conteúdo do projeto de integração regional. A continuação, apontam-se o que, a meu entender, são as falácias que esse discurso contém.

Sobre a "homogeneidade dos países"

Fala-se de "Brasil", "Argentina", "Paraguai", "Uruguai" como se fossem territórios homogêneos, sem desigualdades internas. Quando se apontam as assimetrias existentes entre os quatro países se utilizam dados de população, produto, emprego, consumo de energia, a partir de cifras globais que escondem fortes disparidades regionais e setoriais. Neste sentido também se fala de criação de um mercado de 190 milhões de pessoas como se todos os habitantes tivessem um patamar de consumo que permitisse sua inserção no mercado consumidor.

Mas qual é a real dimensão do mercado?

Um trabalho da Simonsen Associados (1992), firma paulistana de consultoria, identificou que os negócios no âmbito do Mercosul se concentrarão nas áreas delimitadas por Belo Horizonte, Assunção, Córdoba, Mendoza, Neuquén e Bahía Blanca: "região habitada por 100 milhões de pessoas responsáveis por um PIB de 460 bilhões de dólares (1990)". Este Mercosul "de fato", como é chamado pelo trabalho, tem 44% menos de população que o Mercosul "de direito" (103 milhões de habitantes/184 milhões de habitantes) e tem 36% menos do PIB do Mercosul "de direito" (461 bilhões de dólares/623 bilhões de dólares).

Os números que utiliza este informe são também resultado de um cálculo simples que soma os habitantes dessa área sem uma diferenciação. Porém, eles mostram uma diferença significativa no tamanho do mercado, no qual ficam fora vastas regiões do Brasil e da Argentina.

Estas falácias dos territórios homogêneos, dos cálculos globais — muito

freqüente nos diagnósticos sobre Mercosul — responde ao pressuposto de que a criação de um mercado seria um subproduto cronológico (automaticamente posterior) da abolição de barreiras à livre mobilidade das mercadorias, mão-de-obra e capitais. Ou seja, esta abertura implicaria incluir, de forma espontânea, todas as regiões e todos os habitantes. Quando o mais provável é que se reproduza a lógica de diferenciação social de nossos países e, portanto, a exclusão de um número importante de população no consumo.

Sobre o "binômio empresários-consumidores"

Colocam-se no cenário econômico regional os empresários e os consumidores como agentes que operam à maneira de átomos indiferenciados procurando melhorar sua situação no mercado ampliado. Nesta perspectiva, ocultam-se dois aspectos:

1) a segmentação do mercado consumidor que responde a diferenças acentuadas no poder adquisitivo da população;

— a segmentação das empresas que apresentam diferentes tamanhos e graus de competitividade e concentração;

2) as mediações das instituições.

Pode ser útil ilustrar o primeiro ponto citado com uma citação de Félix Peña (ex-subsecretário adjunto para o Mercosul da chancelaria argentina): "De forma crescente nem nossos consumidores, nem os consumidores do resto do mundo, querem comprar produtos ruins e caros quando na realidade da interdependência global podem comprar produtos bons e baratos" (1991:9). Esta afirmação encerra a antiga idéia da "liberdade de escolha" do consumidor-cidadão: quanto mais possibilidades ele tenha de escolher, mais poderá aumentar sua satisfação!

No caso das empresas, também elas aparecem no discurso em forma indiferenciada. Novamente uma citação de Félix Peña (1992) para ilustrar: "Um megamercado multipaís é muito atraente para o empresário global, que busca em todo o mundo plataformas de lançamento para competir com seus bens e serviços pela qualidade, pelos preços e pela oportunidade de oferecê-los".

Este "empresário global" ao qual se refere só pode remeter-se a uma grande empresa. Mas a estrutura industrial de um país, sobretudo de nossos países, que é muito diferenciada, depende basicamente do seu grau de oligopolização ou da existência de empresas líderes, e da participação por parte destas no valor da produção de cada segmento industrial. Do lado das grandes empresas, fortemente concentradas, sejam nacionais ou multinacionais, existe um número alto de pequenas e médias empresas, obviamente com diferente capacidade de inserção nos mercados. Em geral, são poucas as que conseguem competir no exterior.

Cabe lembrar neste sentido que a integração de capitais brasileiros e argentinos como estratégia de alguns grupos econômicos já existia antes do Mercosul. Um exemplo disso são a Autolatina e Bunge e Born. Pode-se mencionar, também, a estratégia do grupo Bongrain que adquiriu várias fábricas brasileiras de queijo nos últimos anos e no início de 1991 comprou a fábrica argentina de queijo Santa Rosa. A empresa pretende exportar para a Argentina os queijos cremosos e fundidos (Polenguinho, Camembert), produtos em que a tecnologia industrial, disponível no Brasil, pesa mais do que o custo de matéria-prima. Por outro lado, serão exportados para o Brasil queijos de massa dura como parmesão, gorgonzola e chedar, que exigem menos tecnologia e mais leite, onde a Argentina tem uma posição privilegiada (IEA, 1992:42).

Por sua própria natureza, essas empresas estão em melhores condições para implementar estratégias de investimento, visando internalizar as vantagens da localização geográfica de suas plantas produtivas. Nem todos os empresários, nem todos os consumidores decidem por si mesmos e de forma automática a sua inserção no mercado ampliado. A lógica deste depende em grande parte da decisão ou do comportamento de um número reduzido de ambos.

Sobre a "integração competitiva"

Aqui também se pensa que as empresas devem atingir individualmente um grau de eficiência conforme as exigências de competitividade internacional. No entender de Félix Peña (1991) a sorte relativa de cada setor dentro do Mercosul estará determinada pela eficácia com que as empresas desenvolvam suas estratégias de especialização e adaptação às novas condições de competitividade. Cabe aos empresários atingir os níveis de competitividade que lhe exigirão crescentemente os mercados mundiais. É notório que nem todas as firmas têm condições suficientes para competir, nem tampouco muitos dos setores ou subsetores econômicos.

Cabe então perguntar-se se esta abertura é suficiente para induzir a indústria a se modernizar, a definir um novo padrão de crescimento com elevação da produtividade e do progresso técnico, ganhar competitividade e inserir-se dinamicamente no mercado internacional?

"Nesses espaços da racionalidade, o mercado é tornado tirânico e o

Estado tende a ser impotente. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos circulem livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos. Por isso, também, o Estado deve ser enfraquecido, para deixar campo livre à ação soberana do mercado" (Santos, 1992:8).

É assim que se estimula o afastamento do Estado de sua função reguladora. A noção de Estado Mínimo se instala no discurso dos governantes, homens de negócios, funcionários internacionais.

É bom ressaltar, no entanto, que nos países industrializados o Estado ocupa um papel central na determinação da competitividade, impondo-se o conceito de "competitividade sistêmica", o qual implica que os esforços individuais das firmas devem estar acompanhados por inumeráveis aspectos que conformam seu entorno (infra-estrutura física, aparato científico-tecnológico, recursos para o sistema educacional, financiamento e incentivos fiscais). Estas condições dependem em grande medida da presença ativa do Estado.

Integração, sim. Abertura, sim. Sempre que estejam acompanhadas de um conjunto de políticas e instrumentos articulados e sincronizados em torno de uma estratégia industrial. De outro modo, a abertura, a integração seria perversa sobretudo para as pequenas e médias empresas que terão grande dificuldade de sobrevivência.

Sobre a "irreversibilidade do processo"

São numerosas as manifestações de que o Mercosul é irreversível ou inexorável. Aqui cabe lembrar que apesar de ser uma proposta eminentemente econômica, sua origem é de caráter político. Neste sentido, inclui uma multiplicidade infinita de perspectivas, de possibilidades.

Uma vez que o Tratado de Assunção foi ratificado, não se pode esperar que o processo continue espontaneamente nem resulte só da decisão dos funcionários. A integração é um processo múltiplo, interconectado com os demais aspectos da realidade. É um processo histórico, cujo conteúdo ou rumo depende dos sujeitos sociais que participam nele.

É preciso levar em conta que este processo tem significado, de fato, a exclusão de vários segmentos da sociedade das discussões e negociações. Na realidade, o projeto Mercosul resultou de uma decisão governamental dos países-membros, e foi pilotado pelos Ministérios de Relações Exteriores e da Economia. Para o estabelecimento, administração e execução do Tratado criou-se uma estrutura orgânica representada pelo Conselho Mercado Comum, ao qual corresponde a condução política, pelo Grupo Mercado Comum, órgão executivo, e por dez subgrupos de trabalho, que prestam sobretudo apoio técnico. Estes três níveis de ação governamental estavam integrados exclusivamente por representantes e funcionários do Poder Executivo, ficando no começo excluída a participação dos parlamentares e de amplos segmentos da sociedade civil.

Os trabalhadores não têm sido considerados sob nenhum aspecto. Neste sentido, devem-se apontar duas exclusões:

a) os trabalhadores e suas organizações, como sujeitos políticos capazes de discutir criticamente o modelo de desenvolvimento que todo projeto de integração traz implícito;

b) a problemática laboral, como um aspecto específico da harmonização de políticas e, portanto, como um assunto a ser tratado num subgrupo de trabalho.

Nesse contexto, as organizações sindicais começam a realizar pressões no sentido de conquistar a participação de representantes dos trabalhadores, com direito a informação e consulta, nos fóruns de decisão dos acordos de integração. Esta situação começa a ser sentida nitidamente pelos órgãos governamentais, levando os integrantes do grupo quadrinacional intergovernamental a constituir, em março de 1991, o 11.º subgrupo denominado Relações de Trabalho, Emprego e Previdência Social. Além disso, conseguiu-se indicar representantes permanentes para os subgrupos técnicos de Política Industrial e Tecnologia e de Política Agrícola.

É assim que, um ano depois de sua assinatura, o Tratado de Assunção incorpora a questão laboral, aliás de criar-se uma instância oficial de participação dos trabalhadores.

Dessa forma, salienta-se que um processo de caráter notadamente político nunca pode ser "irreversível". Tanto a participação ativa quanto a indiferença absoluta podem mudar seu rumo, conduzi-lo ao êxito ou ao fracasso conforme a direção que predomine na mobilização dos atores involucrados nesse processo.

Para finalizar, gostaria de indicar que, com certeza, as questões aqui levantadas não são novas. Mais ainda, estão presentes há muito tempo na nossa sociedade. Basicamente são idéias defendidas desde o final do século passado pela economia neoclássica, a qual nutre a ideologia neoliberal predominante em nossos dias. O desconhecimento total do social como contraditório, problemático, é seu postulado principal. As resoluções estão sempre no mercado.

É necessário ter presentes essas idéias, para não entender a *globalização* como se fosse completa. Acreditar que só existem fábricas "globais" ou empresários "globais", implica deixar fora da análise numerosos sujeitos que

são parte importante de nossa realidade. Não só por seu peso quantitativo, mas também por sua capacidade de dinamizar a economia, sobretudo em empregos.

Bibliografia

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS. *Mercosul: impasse e perspectivas.* Documento de Trabalho. Universidade de São Paulo, São Paulo. 1992.

PEÑA, F. *Mercosur: una idea con fuerza.* Documento de trabajo, Buenos Aires. 1991A.

PEÑA, F. *Integración en las Américas: el gran desafío.* Documento de Trabajo, 13ra. Convención Nacional de Ejecutivos de Finanzas, setiembre, Iguazú. 1991B.

PEÑA, F. *Mercosul, aumentar a competitividade dos países que o integram,* Semana Internacional, n.º 1, Programa de Política Internacional Comparada, Universidade de São Paulo. 1992.

PROJETO IRES/DESEP. *Mercosul. Integração na América Latina e relações com a Comunidade Européia,* Editora Caja, São Paulo. 1993.

SANTOS, M. *A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo,* Conferência de abertura do Encontro Internacional O Novo Mapa do Mundo, Departamento de Geografia, São Paulo. 1992.

SIMONSEN ASSOCIADOS. *Mercosul. O desafio do marketing de integração,* Relatório, Makron Books, São Paulo. 1992.

Aceleração temporal e transformações espaciais. Os geógrafos dos anos 30, perplexos, buscam conceituar o Brasil e o mundo

PERLA BRÍGIDA ZUSMAN

O mundo atual parece oferecer ao cientista todo um leque de fenômenos inéditos que o surpreendem, ao mesmo tempo que o forçam a levar adiante a tarefa de mergulhar na sua bagagem conceitual, dialogar com outras disciplinas, compreender a nova realidade e, enfim, elaborar ou redefinir as categorias disciplinares.

Entretanto, não é a primeira vez na história que os intelectuais se defrontam com tais dificuldades.

As palavras de Braudel na sua primeira colaboração para *O Estado de S. Paulo* (1935) na matéria denominada "A Cartographia do Mundo Atual" é fiel expressão das sensações vivenciadas pela intelectualidade contemporânea a este historiador da École des Annales. "Hesito ante a massa de questões, e, também, a impossibilidade de delimitar problemas", ele afirma. Braudel percebe a crise européia do pós-guerra e a crise econômica pós-*crack* como a queda de uma antiga civilização e o surgimento de uma nova, onde os elementos que a compõem circulam com uma imensa rapidez[1] e onde a técnica vai adquirindo um papel singular. Mudança que, segundo a sua própria visão, apresenta uma perspectiva apocalíptica ."É desolador para nós e para a sociedade, não tenha a máquina libertado mas sim sujeitado o homem à lei de superprodução". Na sua perspectiva, a alternativa, no momento em que a confrontação entre potências é um fato, se encontra na formação de blocos: "Sociedade das nações, projeto dos Estados Unidos da Europa, idéias de certos escritores ingleses de ligar os países situados em volta do Atlântico num só bloco".

O pensamento de Braudel é clara referência das incertezas dos intelec-

tuais do passado, num mundo em mudança, em crise e diante da responsabilidade de construir uma saída. Neste sentido, a América Latina apareceria como uma região livre dos "males" europeus, espaço para levar para frente os projetos para o futuro.

O Brasil, neste período, está na busca de consolidar seu aparelho de Estado[2] e de construir material e ideologicamente[3] a sua unidade nacional.

A Universidade de São Paulo, como um projeto próprio da elite paulista derrotada na revolução de 32[4], recorre a intelectuais estrangeiros para a conformação de seu corpo docente, entre eles professores franceses[5]. Esses não se entregaram somente a ministrar aulas, mas também fundaram espaços para a conformação institucional das diferentes disciplinas e levaram adiante pesquisas que tiveram como fim dar conta do processo de modernização pelo qual o Brasil está passando. Realidade que cada dia os surpreendia mais pelas suas dessemelhanças com a Europa, por um lado e, pelo outro, pela velocidade em que se produziam as transformações. A expansão da cultura do café é acompanhada da colocação no mercado produtivo de terras marginais até então, a diversificação da produção em algumos casos e a reinversão das rendas no setor industrial. Por sua vez, a composição social se diversifica, é incentivada a migração européia e chegam às grandes cidades os habitantes do interior em busca de novas fontes de trabalho, interessados em ter representação e espaços de participação política.

As mudanças que produzem-se no próprio território brasileiro atraem a atenção dos geógrafos recém-chegados à USP. De fato, as contínuas referências que Monbeig e Deffontaines fazem à atitude do viajante frente a esta paisagem são um pouco a expressão de sua própria surpresa, frente ao contato com uma realidade nova, diferenciada do mundo europeu[6].

Trata-se de um espaço em contínua mudança, e isso outorga a peculiaridade à Geografia que Monbeig desenvolve. Assim, no Prefácio de *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo* (1952), assinala: "Foi o próprio movimento que tentei descrever e explicar; não era possível elaborar uma monografia regional, por isso procurei compor um estudo de uma sociedade em movimento"[7]. São três os processos que contribuem para a conformação desta *Geografia em movimento:* o avanço da fronteira agrária, o crescimento das cidades e a extensão da rede de estradas e ferrovias. O pioneirismo e o crescimento de São Paulo são componentes globais e complementares que transformam espacialmente o Estado de São Paulo. Em *La Croissance de la ville de São Paulo,* Monbeig (1953:5) caracteriza a marcha pioneira e o crescimento da capital como "duas faces de um mesmo díptico". A complementaridade entre as frentes pioneiras e as cidades é observável também nas próprias novas áreas incorporadas na produção. No avanço das culturas vão-se configurando cidades como Marília, Franca, Londrina. Por seu lado, a extensão da rede de estradas e ferrovias[8] são indispensáveis para o avanço da fronteira agropecuária e para a unidade e integridade da região.

Vamos nos deter, apenas de passagem, no conceito de pioneirismo, útil de alguma forma aos objetivos de nosso trabalho. Monbeig recorre à Geografia americana, especificamente à produção de Isaiah Bowman para conceituar a frente pioneira[9]. Monbeig (1953:165) encontra algumas semelhanças com o processo tal como é descrito por Bowman nos Estados Unidos; por exemplo no caráter pouco contínuo deste avanço, irregular e em direções confusas. O pioneirismo é responsável por uma paisagem[10] de mistura de grande e pequena propriedade, de floresta com áreas submetidas a roça e "a partir da crise de 30, o cafezal já não se estende uniformemente em todos os solos (...) refugia-se na verdadeira terra roxa e o restante da propriedade passa para o algodão, a laranja, a mandioca". Por sua vez, descreve-se uma paisagem temporalmente nova assim como todos os processos que acabamos de assinalar: 30 anos de antigüidade no máximo, marcariam também uma grande diferença com o mundo europeu[11].

É neste caráter recente dos processos espaciais que reside, segundo Deffontaines, uma das dificuldades para fazer uma divisão regional do Estado de São Paulo[12]. As mudanças constantes de atividades, de cultura (sucessão do açúcar, algodão, café) obstam a criação de um vínculo permanente entre o homem e sua terra. Nem sequer a vegetação demonstra uma estabilidade, já que o próprio caráter do fenômeno pioneiro de exploração e, logo, o abandono dos terrenos leva a sucessão num mesmo solo de mata-capoeira-cerrado-campo (Deffontaines, 1935:118). Para Deffontaines, a ausência de um liame entre o homem e o meio dificultou o desenvolvimento de diferenças regionais que permitiriam levar adiante a desejada regionalização. Assim, para este autor as regiões no Brasil se encontram em "infância". Por isto Deffontaines opta por dividir o Estado de São Paulo segundo critérios naturais[13].

Os geógrafos citados descrevem com sua própria bagagem intelectual o processo de modernização no Estado de São Paulo: confuso, cheio de contradições cuja coerência estes vão buscar. O pionerismo pareceria ser a peça-chave dessas transformações, enquanto o processo sócio-econômico, que representando o avanço da atividade agrária no "sertão", simboliza o projeto da elite paulista de fundar um novo Brasil. A geografia, desta maneira, estaria contribuindo para legitimar o projeto político do grupo social reunido em torno da família Mesquita.

A abordagem das visões destes geógrafos tem apenas como objetivo demonstrar que os especialistas já têm-se defrontado com fenômenos dian-

te dos quais percebiam-se despidos de ferramentas e categorias para descrevê-los. A aproximação de suas formas de análise pode nos servir metodologicamente para trabalhar a realidade atual.

Neste sentido, desejamos destacar três importantes aspectos:

1. A necessidade de clarificar a visão do mundo da qual partimos para nosso trabalho e que influirá na problematização, nas categorias a escolher. Neste sentido, a presença ou não de uma utopia, contribui também nestas opções para formar parte da visão de mundo;

2. O requerimento de observar e estudar realidades semelhantes atuais ou passadas que, reconceituadas, possam dar luzes à análise. Pensamos que é isto o que Monbeig faz com o processo de pioneirismo. Fenômeno que não tinha existência na França, devendo buscar as fontes tanto empíricas quanto teóricas na produção de Bowman retomando seu significado a partir do trabalho empírico no Brasil;

3. A contribuição que a disciplina pode fazer ao estudo de processos em mudanças e ao enriquecimento da própria tradição disciplinar, o que pode significar o abrir-se ao mundo, concetualizá-lo e buscar interpretá-lo. Este objetivo os geógrafos tinham claro, especialmente porque estavam cientes de estar estabelecendo as bases da disciplina no Brasil.

Notas

[1] "Não só as guerras tendem a tornar-se gerais, as modas se irradiam de Paris a Viena através de todos os países e não existe *philosofia* ou *traust* que não deseje conquistar o mundo inteiro, nem cidade em que o estilo *Le Corbusier* não tenha plantado seus modelos" (Braudel, 1935).

[2] Para compreender o processo de formação do aparelho do Estado centralizado, unificado com um corpo burocrático tecnicamente sofisticado, consultar Draibe, S. *Rumos e metamorfose*. Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

[3] Neste sentido entende-se a criação do Ministério de Educação (1930), do Conselho Nacional de Educação (1931) e a ativa participação de intelectuais no aparelho estatal. Pecaut, D. *Intelectuais e política no Brasil*. Ed. Ática, São Paulo, 1990. Schwartzman, S. *Tempos de Capanema*. Paz e Terra e Edusp, 1984.

[4] Uma aprofundada análise do projeto universitário da elite paulista nucleada em torno ao jornal *O Estado de S. Paulo* pode-se encontrar em Cardoso, I. R. *A universidade da comunhão paulista*. Cortez Editora, São Paulo, 1982.

[5] A respeito da chegada dos intelectuais franceses ao Brasil, suas motiva-ções, perspectivas teóricas e atividades desenvolvidas neste período, consultar a dissertação "Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na universidade de São Paulo", Univ. Est. de Campinas, diss. de mestrado, 1991.

[6] "As zonas pioneiras do Estado de São Paulo", p. 40; "A zona pioneira do Norte do Paraná", p. 56, ambas em Monbeig, P. Em: *Ensaios de geografia humana brasileira* (1940), também em *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo,* 1977, Hucitec-Pólis, São Paulo, p. 22. Deffontaines, P. "Regiões e paisagem do Estado de São Paulo", *Revista Geografia* 1 (2), 1935.

[7] Monbeig, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo,* 1977, p. 19. As referências a *Pioniers...* e *La croissance...*, embora sejam produções posteriores de Monbeig na França, as consideramos resultado de sua experiência durante sua permanência no Brasil (1935-1946).

[8] Segundo Claval, a geografia da circulação foi também um tema caro a Vidal de La Blache, pouco reconhecido na história da geografia. Ver Claval, *Géographie humaine et économique contemporaine,* PUF, Paris, 1989:61. A questão das ferrovias e estradas na área pioneira é colocada por Monbeig nos seus trabalhos "As vias de comunicação do Estado de São Paulo" e "Estradas", ambos incluídos em *Ensaios de geografia humana brasileira,* op. cit.

[9] Segundo Preston James em *All Possible Words.* Indianópolis, 1977:446, a pretensão de Bowman era levar adiante um estudo dos movimentos pionei-ros em todo o mundo a fim de identificar certas condições gerais (físicas, institucionais, políticas e econômicas e motivacionais). Suas conclusões, baseadas em exemplos do Oeste dos EUA, Canadá, Austrália, Sul da África, Sibéria, Mongólia, Manchúria e América do Sul se oferecem em sua obra *The Pionneer,* Fringe (1930), fonte destacada por Monbeig tanto nos seus programas de geografia quanto nas suas reflexões sobre pioneirismo.

[10] Monbeig desenvolve uma concepção de paisagem eminentemente cultural, concebendo-o como o espelho da civilização. Assim, afirma que em dado momento a paisagem não é mais um produto da geologia e do clima, mas reflexo da técnica agrícola ou industrial, da estrutura econômica ou social, da psicologia do grupo humano. Ver "A paisagem, espelho de uma civilização" em Monbeig, *Ensaios de geografia humana brasileira,* op. cit.

[11] Neste sentido, cabe comparar a abrangência das periodizações feitas por Monbeig para a análise da paisagem rural na Europa com os recortes temporais menos amplos determinados para a análise do pioneirismo no Brasil. No seu trabalho "Paisagens agrícolas: o exemplo do Mediterrâneo" (1937), Monbeig diferencia o período clássico do período moderno. Este último, segundo ele, se iniciaria com a Revolução Agrária (fim do século XVIII) caraterizada pela navegação a vapor, a formação dos Estados-nacionais e a colonização da África do Norte (Monbeig, 1940:254-5). Em contraposição, na sua obra *Pioneiros e fazendeiros...*, o corte de processos, e portanto de paisagens, têm datas-chave determinadas: 1900-1905, 1928-1930 e o período contemporâneo à sua obra.

[12] Deffontaines, P. "Regiões e paisagem do Estado de São Paulo", op. cit.

[13] A região natural encontra na escola francesa seu fundamento teórico. Mais precisamente é a obra de Gallois, *Regions naturelles et nom de Pays* (1905), que resume o debate em torno desta visão de região. Gallois tenta reconstruir o processo histórico em que surge a busca de formas de divisão territorial alternativas às administrativas, consideradas arbitrárias, passíveis de serem alteradas pela vontade governamental, alheias da realidade empírica. A divisão, tendo em conta critérios físicos teve propostas que acentuaram a importância das bacias hidrográficas (Buache) enquanto outras enfatizaram aspectos geológicos. Gallois reconhece a existência de outros componentes que podem ser de utilidade para uma divisão regional como ser aspectos econômicos, populacionais. No entanto, no seu interesse por encontrar um critério "racional", a região natural é a que tem mais sucesso. Gallois considera que, conforme a escala, podem variar os componentes predominantes para levar adiante tal tarefa. Assim, segundo este geógrafo, o elemento climático é chave para uma divisão continental. O problema que se apresenta

para Deffontaines não é tanto o critério de divisão regional, mas o de nomear aquelas regiões. Esta discussão aparece na obra de Gallois, que concorda com adoção de nomes incorporados na sabedoria popular e local, pois estes pareceriam apresentar certa correspondência com formações ou componentes naturais destas áreas. Deffontaines parecia não encontrar estas denominações entre os habitantes do Estado de São Paulo. Cabe destacar que o IBGE, durante o Estado Novo, adota o critério da região natural para dividir o País. Seu objetivo é político: acabar com os mecanismos que os setores dominantes regionais utilizavam para influir nas decisões nacionais legitimados por padrões científicos, encontravam uma forma de exercer o domínio centralizado sobre o território nacional (Fabio de Macedo Soares Guimarães Soares. "Divisão regional do Brasil", *Revista Brasileira de Geografia,* Ano III (2):1941).

O século XXI e o desafio das etnias

MAURO SANTAYANA

Duas imagens, entre tantas outras, podiam documentar o nosso século: as linhas ousadas da Igreja da Sagrada Família, de Gaudi, em Barcelona, e os fornos crematórios de Auschwitz. As duas são manifestações étnicas: em Gaudi e nas formas de sua arquitetura estão presentes a experiência histórica e o particular sentimento do povo catalão, formado, ao longo dos séculos, entre o mar e o vento trasmontano.

As portas dos fornos crematórios, construídos para afirmar uma pretensão de superioridade cultural e racial, mostram o lado perverso e destruidor que a identidade étnica pode também carregar. Criadores, como Gaudi, trabalham para que o homem tenha uma só etnia, na qual todas as experiências e sentimentos positivos se fundam. Teóricos da exclusão do outro, como os racistas modernos, pretendem, ao contrário, reduzir o mundo à tribo, mesmo que essa redução se manifeste na expansão territorial e na submissão dos outros povos, cuja identidade pretendem eliminar, ao impor aos dominados os seus próprios valores, e destruir os valores que tenham. Há, como sabemos, formas diferentes para se obter o genocídio. Ao se transformarem em ciganos, os egípcios sobreviveram como seres humanos, mas morreram como alta cultura.

A contribuição dos diversos grupos étnicos à humanidade é positiva. Os homens aprenderam primeiro com as suas dificuldades e depois uns com os outros. Os gregos eram excelentes navegadores, uma vez que o mar fazia parte de seu cotidiano e era mesmo, conforme o alívio dos combatentes de Xenofonte, a sua pátria. Os romanos sempre tiveram dificuldades com os ventos do Mediterrâneo. Isso não impediu que eles trabalhassem a experiência grega e se tornassem, com os venezianos e os genoveses, excelentes marinheiros, assessores do Infante D. Henrique em sua escola de Sagres, e, mais tarde, os grandes pilotos do Mar Oceano. A apropriação da herança étnica em sua utilização política, ao longo da história, para o domínio do outro, é negativa. E é esta primeira contradição que queremos abordar.

Vamos pensar um pouco sobre o vocábulo etnia. Quatro foram as raízes das línguas ocidentais: o indo-europeu, que se presume haver existido na estepe euroasiática, o bérbere, o árabe, o turco. O bérbere e o árabe, ainda que fossem línguas transmediterrâneas, acabaram por influir nas línguas européias. Mas vamos ficar no indo-europeu, para o qual os eruditos traçam um caminho pelo sânscrito, pelo persa, pelo grego, na parte meridional do grande continente, enquanto outras trilhas são percorridas ao norte. Para nós interessa o caminho do sul. O vocábulo sânscrito *svadha,* que se supõe derivado de uma raiz hipotética indo-européia, *sve,* queria dizer o homem em si mesmo. Podemos nos atrever a compreendê-lo como a palavra mais antiga para expressar a consciência individual. Dessa idéia original, *svadha* passou a significar também hábito, comportamento — e do comportamento pessoal evoluiu para o comportamento tribal. No grego mais arcaico, *svadha* se transformou em *svethos,* de onde procedem *ethos* e *ethnos,* ética e etnia.

Há um momento em que o termo encontra a sua bifurcação, e, ao encontrá-la, *ethnos* nasce de *ethos.* Os hábitos tribais, que são os hábitos dos membros do grupo, deixam de ser só positivos do ponto de vista do interesse social, e surgem os interesses pessoais ou de subgrupos. Isso talvez tenha ocorrido exatamente quando os excedentes da caça e da coleta possibilitam a propriedade privada. O egoísmo do indivíduo diante dos membros da família passa a ser o egoísmo da família diante das outras, e da tribo, frente a outras tribos, na medida em que se tornam comuns os seus interesses. É nesse ponto crucial da história que a idéia do espaço vital encontra sua expressão política e nasce o Estado — que foi inicialmente nacional, isto é, tribal. Que vemos, então: ao surgir, o Estado, ou seja, a organização social com regras e governo, surge a primeira contradição no interior da etnia. O Estado surge como necessidade, para que haja ordem (ou desordem organizada, como preferem alguns marxistas) na distribuição dos bens excedentes ou escassos e na defesa do território de coleta e de caça. A expansão do território de caça e coleta pode ser pacífica, dando início às relações amistosas entre as diversas tribos e, mais tarde, entre as diversas nações, por intermédio das trocas comerciais. No ir e vir das pessoas, trocam-se também as experiências humanas. É nesse movimento que surge e se desenvolve o processo a que chamamos *globalização,* e que vai provocar, ao longo do tempo, profunda alteração no desenvolvimento do sentimento étnico. Os povos anseiam pela *globalização* e, ao mesmo tempo, a temem. O processo se resume nos dois impulsos fundamentais da alma, que são o da comunhão com o outro, e o do medo do outro. O medo em seu estado puro é a armadura da solidão, e seu irmão mais próximo é o egoísmo. O refúgio na etnia pode ser a multiplicação

dos medos individuais, e a sua exacerbação na violência totalitária, conforme os muitos exemplos que temos, do sistema espartano ao sistema nazista. Quanto menos confiante é o homem em sua força essencial, mais nele se acentua o sentimento agressivo — mas agressivo, *off-course,* contra o mais fraco. A expansão territorial, a escravização dos vencidos, ou o genocídio podem, em alguns casos, explicar-se no grande medo, como todos sabemos, e sabem melhor os que se têm dedicado ao estudo da agressividade humana. O nacionalismo totalitário, que encontrou a sua perfeição na perversidade dos alemães de Hitler, recorreu aos símbolos étnicos ancestrais, a começar pela suástica. A suástica é um grafismo encontrado em muitos povos primitivos, dos nórdicos aos bascos, como a cruz do laburu, de braços curvos, e não quebrados. São imagens que, partindo de um ponto central, abrem-se e se fecham ao mesmo tempo, porque os seus quatro raios dobram-se (no caso da suástica) ou se curvam, procurando retornar ao centro. A idéia da cruz, como mostra o urbanismo romano, com o eixo entre o *cardus* e o *decumanus,* ou mostram os traços que deram origem a Brasília, pode ser a da expansão, mas pode, também — e isso é claro no caso da suástica e da cruz de laburu —, significar a fixação em um ponto, ou o movimento circular concêntrico, enfim, o refúgio na consciência e na força da tribo, ou seja, no medo.

Esse medo tem sido, na História do Ocidente, particularmente agudo diante do dilema entre integração e fragmentação na sociedade humana. Os grandes conquistadores, de Alexandre a Napoleão, sempre pretenderam impor o seu poder a todo o mundo conhecido. O poder, vejamos bem, é a tentativa que o homem faz de entender horizontalmente a sua vida, já que lhe é impossível estendê-la verticalmente, isto é, no tempo. Quando um homem impõe a sua vontade a outro homem, é como se retirasse do dominado parcelas de vida para o seu próprio usufruto. Nas relações entre os povos ocorre o mesmo. No caso dos impérios, essas parcelas de vida são materialmente retiradas nos bens saqueados.

Alguns povos conquistadores, mais hábeis, não se importavam muito em intervir no cotidiano cultural dos povos conquistados, limitando-se a tributá-los em benefício da metrópole. Esta foi, entre outras, a astúcia dos romanos, com o sistema dos "municípios" que respeitavam as leis próprias de cada cidade. Outros, ao contrário, insistiam em impor aos conquistados marca cultural mais poderosa, que é a da religião. Nisso, os conquistadores cristãos foram os mais cruéis.

Essas tentativas de *globalização* esbarravam na resistência étnica dos povos submetidos aos avanços do poder imperial. Não podendo resistir ao poder militar, os povos periféricos refugiavam-se nos seus costumes, ou seja, na sua etnia. Cuidavam de não perder a sua língua — e a língua é a mais forte

manifestação exterior da etnia —, de não perder os seus deuses particulares, os seus costumes e a sua arte.

O que temos hoje, de diferente, é a aceleração desse processo de *globalização,* e, por extensão, do medo. Os meios de comunicação trazem a cultura do outro para dentro de casa, e trazem também o outro mais facilmente para dentro de nossas fronteiras. É certo que as grandes migrações, empurradas pela fome e pelas pestes, sempre ocorreram na História, mas eram processos que se arrastavam no tempo. Os *Voelkerwanderungen* podiam ser pacíficos ou armados, mas, de uma forma ou de outra, contribuíram para certa *globalização* do espaço eurasiático e o seu resultado mais expressivo está na difusão do tronco lingüístico indo-europeu.

Como vemos, esse imenso território entre o Atlântico e o Pacífico, entre o Pólo Norte e o Mediterrâneo, sofreu, repetidamente, as conseqüências dos esforços de *globalização* e da resistência étnica. Povos inteiros deixaram os seus territórios e se fixaram em outros, abandonando a paisagem anterior a novos ocupantes. Há regiões, como a Península Ibérica, que foram percorridas por praticamente todos os povos da Antiguidade. Mas é interessante registrar que ali, e bem perto da gruta de Altamira, que guarda a memória mais primitiva da sensibilidade artística do homem, há um povo que resistiu a todas as invasões, guardando seu particular idioma e os seus costumes ancestrais: os bascos. Os celtas, que muitos supõem terem sido os dominadores da maior parte da Europa, guardam mais traços de sua primitiva identidade étnica em pontos bem distantes uns dos outros: na Irlanda e na Escócia, nas costas ocidentais da França, na Galícia espanhola e portuguesa e na Galícia centro-européia.

Os conflitos étnicos sempre foram evitados pela autoridade imperial, e sempre houve impérios que dividissem a responsabilidade "de manter a ordem" no espaço europeu. Sobre esses impérios, em tempo particularmente grave, que foi o do refúgio ao espaço étnico na Idade Média, havia outro e mais poderoso centro de poder: a Igreja Católica.

Hoje temos novo *Voelkerwanderung,* empurrado pela miséria do Terceiro Mundo e atraído pela civilização do desperdício do espaço econômico do hemisfério Norte, e a ele chegaremos.

Antes de prosseguir no exame da atualidade mundial, gostaria de examinar o problema da relação do homem com o espaço, na formação da identidade étnica.

O homem, como os outros animais, associa a idéia do espaço à vida, mas, em seu caso, há uma diferença fundamental: não tendo idéia da morte, pelo menos segundo nos dizem os etologistas (e não nos esqueçamos que o radical de etologia é o mesmo de etnologia), os outros animais não imaginam a

ocupação de seu espaço vital para além de seu tempo. Só o homem, conforme descobriu Aristóteles, é animal político. E uma das razões da inteligência, que fazem do homem esse bicho singular, é a que associa o tempo ao espaço. Associar o tempo ao espaço é ter um projeto, e só o homem tem projetos históricos.

A associação dos grupos humanos com o espaço que ocupam é o primeiro traço identificador das etnias. Os outros são a língua, os costumes, os instrumentos da vida, mas todos eles, como sabemos, amarrados, de uma forma ou de outra, ao espaço circundante, que, sendo a extensão da consciência, é o *oikos,* a casa.

Feita essa observação gostaria de introduzir o exame da questão étnica nesta passagem de século lembrando os teóricos do Estado Moderno, e suas preocupações com a oposição dialética entre a tribo e o mundo.

No século XIII, Roger Bacon e Bartolomew, que ficou conhecido como Anglicus, chamaram a atenção para o conceito de Nação, que traduz, nos meios filosóficos, o *ethnos* grego, como importante fator no Estado e na Sociedade. Mas será Dante, destacado pensador político, o primeiro a discutir, em sua *Monarquia* e em outros trabalhos, a necessidade de respeito às etnias, como unidades básicas da organização política. O que disse Dante, no início do século XIV, é o que dizem hoje teóricos bascos, como Ortzamendia, para o qual a "Europa dos Estados" deve converter-se na "Europa dos Povos", como único caminho para a união política sob sistema confederado. Dante, como Toynbee em nossos tempos, pretendia, ao serem respeitadas as etnias, que se formasse um império multinacional, no qual as nações-Estado não passassem de formações autônomas. Com Dante, e na mesma época, pensaram a mesma coisa Jean de Paris e Marsílio de Pádua.

Poderíamos lembrar que a posição de Dante é explicada também pela sua recusa de aceitar o domínio universal do mundo pelo papado, que era reivindicado pela Santa Sé em nome da famosa Constituição de Constantino. O documento, cuja autenticidade não é clara, e que ainda que o fosse, não poderia ter efeitos práticos, legava todo o Império Romano à Igreja. Na reorganização da Europa, a partir do segundo milênio, houve, como todos sabemos, o confronto, sempre mais forte, entre a Igreja e os soberanos temporais, e Dante toma a defesa dos reis que, segundo seu entendimento, recebiam diretamente de Deus, pela via das circunstâncias e da aceitação do povo, o direito de governar. Ao defender os reis, Dante faz a defesa das etnias e alenta com a idéia de uma confederação universal.

Na história que se segue, na Europa, veremos sempre o conflito entre os grandes impérios, cada um deles buscando a hegemonia política sobre o Continente. Nem sempre eles se confrontam diretamente. Tal como hoje, a

tática é a de comer pelas bordas, e territórios como o da Itália, fragmentado desde a queda de Rômulo Augústulo, são a área de disputa. O confronto mais importante, no século XVI, é entre a Espanha e a França. O conflito é tanto mais interessante quando se sabe que nele se arrostaram dois grandes estadistas, o conde duque de Olivares e o cardeal duque de Richelieu.

Há, no entanto, uma constante: os impérios inibem os conflitos entre as etnias, embora haja sempre (e o caso das cidades italianas é exemplar) guerrinhas entre grupos muito próximos uns dos outros. Tais conflitos não se abrem em guerras prolongadas, a não ser quando neles está presente a questão religiosa.

Essa situação perdura até o nosso século. A queda do Império Otomano e a queda do Império Austro-Húngaro deixam um certo vazio entre as duas guerras mundiais, e procuram ocupar esse vazio (lembremos o que nos disse Pittigrili, a natureza não admite o vácuo, e nem a História, completamos) a Alemanha e a Itália. Primeiro isoladamente e, depois, unidas. Elas jogam, como jogaram no passado outras nações, com o problema étnico (e não nos esqueçamos que o problema étnico, e exatamente nos Balcãs, deu origem ao conflito de 1914). Lembre-se do dissídio entre Mussolini e a Áustria, a propósito da minoria italiana na região do Alto Adige, dissídio no qual Hitler tomou as dores austríacas, e a questão dos sudetos e de Dantzig, que serviu de pretexto aos movimentos agressivos dos nazistas. Podíamos alongar a lista, lembrando o Sarre e a Alsácia-Lorena, como, indo mais no passado, recordar La Rochelle e a Bretanha, mas são exemplos sabidos de todos os que conhecem a História da Europa.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a Europa ficou dividida entre dois impérios, na realidade a ela estranhos. O império soviético, que sempre teve uma identidade histórica diferenciada, dada a sua situação geográfica, e a República Imperial norte-americana, para lembrar a designação que lhe deu Raymond Aron. Essa situação lhe foi dialeticamente favorável. Schumann e Spack puderam concertar a Comunidade do Carvão e do Aço, porque a administração da reconstrução política e econômica estava, no Ocidente, sob o comando dos norte-americanos. Houve, entre os estadistas europeus, a consciência do perigo de que o continente acabasse se transformando em uma constelação de colônias, como as africanas, que eles, europeus, haviam criminosamente dividido entre si pelo Tratado de Berlim, no fim do século passado e que foi, junto com outros, também pretexto para a guerra de 1914-18.

Foi assim que se chegou ao Tratado de Roma, que foi um complemento à Aliança Militar da Otan. Mas, de repente, desagregou-se a grande confederação soviética, trazendo a desordem entre as diversas etnias que o império

tzarista legara aos revolucionários de 1917. Eu quero recordar aqui que, em 1968, pude arriscar a previsão de que o grande império se fragmentaria, mais cedo ou mais tarde, e entender (entender não é justificar) a invasão de Praga, naquele ano. Os dirigentes soviéticos tinham a consciência clara de que a autonomia dos satélites repercutiria no vasto império, começando a desagregação a partir das repúblicas bálticas.

Podíamos examinar inúmeras questões geopolíticas a partir da presença das etnias e dedicar longo tempo à questão das etnias monoteológicas, como a dos árabes muçulmanos. Mas isso seria tema para uma longa conversa à parte.

Chegamos ao umbral do século XXI com a questão étnica explodindo nos Balcãs. Ora, aquela região é particularmente sensível aos nacionalismos, como sabemos. E foi em defesa da unidade iugoslava, que seria obtida de forma efêmera, por Tito, como constatamos agora que Gavrilo Princip, um quase adolescente, disparou em Sarajevo as balas que deram começo à Primeira Guerra. Mas o problema étnico ganha outros complicadores hoje. Estamos assistindo à gênese de novas etnias. À medida que as minorias sociais começam a organizar-se em guetos urbanos, com sua linguagem própria e seus costumes particulares, sem esquecer os seus códigos de conduta pessoal, assistimos a um fenômeno realmente perigoso.

Exacerba-se, como notamos, em nossos tempos, o movimento globalizador. O *american way of life,* difundido pelo cinema e, mais recentemente, pela televisão, é um poderosíssimo integrador pela cultura. Cada receptor de televisão substitui os rapsodos gregos e os cantadores medievais que, na narração das lendas e dos "romances", difundiam crenças e costumes. Mas, ao mesmo tempo, as cidades se dividem em "nações", sendo que umas se aglutinam pela origem étnica de seus membros, como é o caso dos negros, dos asiáticos e dos latino-americanos de Los Angeles, e outra pela fatalidade do destino, como as comunidades de favelados brasileiros, muitas delas governadas por criminosos conhecidos.

Nessa tensão entre a aldeia global, que os meios de comunicação favorecem, e a aglutinação de minorias para a sua defesa, se fará a passagem para o Terceiro Milênio. Devemos compreender que a iniciativa da agressão de uns grupos minoritários contra os outros é também uma forma de defesa, porque, ao atemorizar os adversários deles se protegem.

Temos hoje, e mais do que em qualquer outro tempo, uma nova cunha para as etnias: a miséria. Platão, como se recorda, dizia que havia sempre duas cidades na cidade: a cidade dos ricos e a cidade dos pobres. Estamos, no mundo, e particularmente no Brasil, divididos entre pobres e ricos. Só que a distância entre o usufruto da vida de um grego abastado e de seu

escravo era muitíssimo menor do que a que separa os ricos e os pobres de hoje.

Os ricos e os pobres se vêem como inimigos, e são inimigos. Quando a Polícia Militar de São Paulo invade a Casa de Detenção e mata mais de uma centena de prisioneiros desarmados, atua com a mesma fúria discriminadora de São Bernardo, que mandou queimar mulheres e crianças em uma sinagoga de Jerusalém. Muitos de nós já não olham os "trombadinhas" como seres humanos, mas deles nos protegemos, como se fôssemos nós os inocentes cordeiros da fábula, e eles os lobos famintos e agressivos. A pobreza é uma nova e desgraçada etnia.

E é uma etnia que se alastra pelo mundo, apesar da tecnologia contemporânea. Esses quistos de pobreza que infeccionam as grandes cidades ricas do mundo rico são o contraponto dialético às ilhas de riqueza do mundo pobre. Aqui, a miséria cerca e asfixia os bairros ricos. Lá, ela tende a espraiar-se, como nova peste.

Temos uma alarmante postura européia para ilustrar o pensamento dos ricos sobre os pobres. Em encontro mundial das Igrejas, na Áustria, e a propósito da histeria ecológica contra os países tropicais, surgiu uma nova teologia, para contrapor-se à teologia da libertação, como expressão do humanismo cristão. De acordo com essa teologia, o cristianismo foi um desvio histórico, ao colocar o homem, como imagem e semelhança de Deus, no centro do universo. A tese é a de que todos os seres criados, da pulga ao elefante, do vírus da Aids à baleia, são seres absolutamente iguais, semelhantes a Deus. Até aí, tudo bem, ou mais ou menos bem, exceto para os vegetarianos.

De acordo com esses piedosos teólogos, há uma linha invisível, rompida a qual a vida na Terra estará irreversivelmente condenada a desaparecer. E, segundo eles, já nos encontramos muito próximos do limite, que será ultrapassado se os países pobres tiverem qualquer desenvolvimento industrial, porque, para o desenvolvimento é necessário energia, e qualquer aproveitamento da energia da Natureza compromete a vida. Só nos seria permitido o desenvolvimento gradual, alternativo e auto-sustentável, porque a tecnologia que eles dominam e usam é muito agressiva. Em suma, teremos que continuar deles dependentes e sob a chantagem militar permanente.

A ameaça é clara. Se, nesse raciocínio, uma parte da humanidade, a nossa, não aceitar esse destino de restrição, e se, para salvar o criado, ou seja, o divino, ela tiver que ser sacrificada, é dever dos fortes fazê-lo. Isso explica porque, com a cabeça assim feita, graças aos meios de comunicação de massa, os jovens europeus, antes tão solidários com o mundo pobre, tenham trocado o apoio ao desenvolvimento e libertação do Terceiro Mundo pelas

teses do condomínio dos Sete Grandes sobre a biodiversidade tropical, e que o Papa, em discurso na África, se tenha somado à afirmação prepotente de que a Amazônia é patrimômio do mundo.

Isso talvez explique porque o mundo civilizado do hemisfério Norte deixa toda uma população, como a da Somália, morrer de fome, em um mundo que dispõe dos mais volumosos excedentes de cereais e proteínas armazenados em toda a história, mesmo tendo-se em conta o consumo ideal *per capita* de nossa época, conforme os registros da FAO.

Temos que entender o medo europeu, medo que se manifesta de muitas formas, quando pensamos na nova revolução industrial, que ao contrário do que ocorreu até agora, não se baseará mais na energia obtida dos combustíveis fósseis, e sim na inesgotável potencialidade do Sol. É uma era que se baseará na luz, nas águas, e, sobretudo, na inteligência. Temos, nos trópicos, o sol e as águas, que nos proporcionaram a extraordinária biodiversidade, e a inteligência do homem é a mesma em qualquer latitude. O que faz uns povos mais avançados do que outros é a política de crescer. A questão, vale a pena repetir, é sempre política.

Vejamos agora a questão dos guetos de imigrantes na Europa. Cada vez mais numerosos, transformam-se também em unidades étnicas. São de novo tipo, uma vez que lhes falta o ambiente ancestral, mas isso faz com que exarcebem os ritos de sua identificação. Turcos e marroquinos, negros do Gabão e vietnamitas se encontram e se tocam, como as ovelhas de um rebanho amedrontado, e sobre eles cai o ódio da nova direita francesa e alemã. Eles talvez não saibam, mas isso é velho na História. Sempre que houver uma desgraça, as minorias étnicas estarão disponíveis para o holocausto.

No século XIV a grande peste reduziu a um terço a população da Europa, e o mal foi atribuído aos judeus. Em Basiléia, em um fim de semana, os honrados burgueses, piedosos servidores do Senhor, reuniram todos os judeus da cidade, conduziram-nos a uma ilha sobre o Reno, e os queimaram com razoável competência, quando deviam queimar os ratos, os gatos e os cães, que levavam no pêlo as pulgas contaminadas. No século XX, os nazistas de Hitler montaram os fornos crematórios e neles queimaram os judeus e os ciganos, como se fossem uns e outros os culpados pela derrota de 1918. Na realidade, estavam voltando aos seus mitos antigos, e oferecendo, nos outros, o sacrifício do holocausto.

O homem anseia por sua universalidade, mas ela ainda está muito distante. O grande pensador Giorgio Santillana, que dedicou toda a sua vida à investigação do desenvolvimento da razão humana ao longo da História, conclui que a inteligência humana não mudou em nada, no curso dos últi-

mos cinco mil anos. A razão é uma delgadíssima película sobre os instintos que trazemos do mundo inferior de que procedemos. Essa película se rompe com facilidade, como temos visto.

Não temos como ser otimistas quanto ao futuro. Podemos, talvez, acabar com o sentimento de reclusão étnica que se associe às culturas ancestrais formadas em territórios delimitados. É até possível que consigamos formar confederações de povos, na Europa e nos outros continentes. Mas só podemos acabar com a violência dos oprimidos quando formos capazes de acabar com a opressão. Em suma: só poderemos acabar com a pobreza quando não houver mais ricos.

Esta, dirão, é uma utopia irrealizável. Talvez seja. Mas, conforme disse Walter Benjamin, citado por Marcuse, é somente na defesa da causa dos que não têm qualquer esperança que a esperança nos é dada.

AUTORES

Aldo PAVIANI. Professor Titular da Universidade Federal de Brasília.

Ana Clara TORRES RIBEIRO. Professora do Instituto de Pesquisas em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ana Fani ALESSANDRI CARLOS. Professora do Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

Armando CORRÊA da SILVA. Professor Titular do Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

Daniel HIERNAUX NICOLAS. Professor da Universidad Nacional Autónoma de México.

Delfina TRINCA FIGHERA. Professora do Instituto de Geografia y Conservación de los Recursos Naturales, Universidad de los Andes, Venezuela e Pós-graduanda do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Edward SOJA. Professor, Graduate School of Architecture and Urban Planning, University of California, Los Angeles.

Francisco Sérgio BERNARDES. Departamento de Cartografia e Análise da Informação Geográfica, Universidade Estadual de São Paulo, Campus Rio Claro.

Georges BENKO. Professor Université de Paris I.

Gervásio Rodrigo NEVES. Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Helena KOHN CORDEIRO. Professora do Departamento de Cartografia e Análise da Informação Geográfica, Universidade Estadual de São Paulo, Campus Rio Claro.

Henrique RATTNER. Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Jacques LEVY. Pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique, Paris.

Joaquín BOSQUE MAUREL. Catedrático, Universidad Complutense, Madrid.

Lucrecia D'ALESSIO FERRARA. Professora do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

Manuel CORREIA de ANDRADE. Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco e do Instituto Joaquim Nabuco, Recife, Pernambuco.

Maria Adélia de SOUZA. Professora Associada do Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

Maria Laura SILVEIRA. Pós-graduanda do Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo e Professora da Universidad del Comahue, Argentina.

Mauro SANTAYANA. Jornalista.

Milton SANTOS. Professor Titular do Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

Mónica ARROYO. Pós-graduanda do Programa em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo e Professora da Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Octávio IANNI. Professor da Universidade de São Paulo e da Universidade Estadual de Campinas.

Pablo José CICCOLELLA. Professor do Departamento de Geografia da Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Pedro Pinchas GEIGER. Geógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Perla B. ZUSMAN. Pós-graduanda do Programa em Integração de América Latina, Universidade de São Paulo e Professora do Departamento de Geografia, Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Roberto BUSTOS CARA. Professor do Departamento de Geografia da Universidad Nacional del Sur, Argentina.

Roberto LOBATO CORRÊA. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Roberto MONTE-MÓR. Professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.

Sandra LENCIONI. Professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Sueli RAMOS SCHIFFER. Professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo.

Theotonio dos SANTOS. Professor Titular da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

impressão e acabamento
GEOGRAFICA
Fone: (011) 716-0533